B. de Jouvenel As origens do Estado Mode

Bertrand de Jouvenel

As origens do Estado Moderno

Uma história das idéias políticas no século XIX

tórica

ZAHAR EDITORES

A DEMOCRACIA LIBERAL — Origens e Evolução

C. B. Macpherson

Devemos considerar a democracia liberal como próxima do fim? A resposta será "sim", se a tomarmos como significando a democracia de uma sociedade de mercado capitalista. Será "não necessariamente", se por democracia liberal entendermos uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades. Infelizmente, a democracia liberal pode significar ambas as coisas. Pois "liberal" pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco, de acordo com as regras do mercado. Ou pode significar de fato liberdade para todos empregarem e desenvolverem suas capacidades.

Durante a maior parte de sua vida (iniciada, como conceito, há apenas 150 anos), muito se procurou fazer para conciliar os dois sentidos, pois, embora tenha nascido nas sociedades capitalistas de mercado, em meados do século passado, reivindicava insistentemente direitos iguais para o indivíduo desenvolver-se.

Uma posição liberal não precisa ser tomada como dependente para sempre de uma aceitação dos pressupostos capitalistas, embora tenha sido assim do ponto de vista histórico. O fato de que os valores liberais tenham germinado nas sociedades capitalistas de mercado não é em si mesmo razão pela qual o princípio ético central do liberalismo — a liberdade do indivíduo para concretizar suas capacidades humanas — tenha que se confinar necessariamente a essas sociedades. Pelo contrário, o anseio de liberdade individual transbordou de seu invólucro capitalista de mercado e pode viver sem ele, assim como as forças produtivas do homem, que cresceram consideravelmente no capitalismo concorrencial, não se perdem quando o capitalismo abandona a livre concorrência ou é substituído por alguma forma de socialismo.

A análise lúcida e incisiva da democracia liberal no livro do Prof. Macpherson amplia e torna mais clara sua obra anterior. O autor, um dos nomes de maior prestígio no mundo acadêmico de língua inglesa, rejeita as afirmações comumente feitas de que Jefferson, Rousseau e os puritanos do século XVII eram liberais, sustentando que a teoria liberal-democrática começou (e começou mal) com Bentham e James Mill.

Discutindo Bentham, James Mill, John Stuart Mill, os tradicionalistas do século XX e os teóricos do equilíbrio, o professor Macpherson demonstra como o conceito de democracia afundou-se nas idéias escorregadias da igualdade social e tornou-se cada vez mais dependente dos mecanismos do capitalismo. Na parte final do livro, questiona a inadequação e a injustiça do modelo político do Ocidente, que concebe o homem, antes de tudo, como um consumidor, e aponta o caminho para uma democracia mais participante que permita ao homem comum desempenhar um papel mais efetivo.

ZAHAR

A cultura a serviço do progresso social

EDITORES

AS ORIGENS DO ESTADO MODERNO

Uma história das idéias políticas no século XIX

BIBLIOTECA DE CULTURA HISTÓRICA

A República Imperial, *Raymond Aron*
O Mundo Romano, *J.P.V.D. Baldson*
Origens da Idade Média, *W.C. Bark* (3.ª ed)
Introdução à História Contemporânea, *G. Barraclough* (4.ª ed)
História Resumida da Revolução Russa, *Joel Carmichael*
A História como Ciência Social, *Pierre Chaunu*
A Pré-História, *Grahame Clark* (2.ª ed)
A Evolução Cultural do Homem, *V. Gordon Childe* (4.ª ed)
O Que Aconteceu na História, *V. Gordon Childe* (4.ª ed)
O Futuro como História, *R.L. Heilbroner*
Lênin e a Revolução Russa, *Christopher Hill* (3.ª ed)
Análise Econômica e Materialismo Histórico, *Serge Latouche*
História da Riqueza do Homem, *Leo Huberman* (14.ª ed)
América Latina Contemporânea, *Eulália M.L. Lobo*
O Século Inacabado, *W.E. Leuchtenburg* (2 volumes)
O Mundo Grego, *Hugh Lloyd-Jones* (2.ª ed)
História da Grécia, *M. Rostovtzeff* (2.ª ed)
História de Roma, *M. Rostovtzeff* (4.ª ed)
A Civilização Bizantina, *Steven Runciman* (2.ª ed)
A Teocracia Bizantina, *Steven Runciman*
O Renascimento, *Edith Sichel* (3.ª ed)
A Revolução Francesa, *Albert Soboul* (2.ª ed)
A Decadência do Ocidente, *Oswald Spengler* (2.ª ed)
Pequena História do Mundo Contemporâneo, *David Thomson*
Pequena História do Mundo Contemporâneo, *D. Thomson* (4.ª ed)
O Direito e a Ascensão do Capitalismo, *M.E. Tigar e M.R. Levy*
Helenismo, *Arnold J. Toynbee* (4.ª ed)
A Humanidade e a Mãe Terra, *Arnold J. Toynbee*
A Sociedade do Futuro, *Arnold J. Toynbee* (3.ª ed)
O Desafio de Nosso Tempo, *Arnold J. Toynbee* (2.ª ed)
As Filosofias da História, *Hélène Védrine*

Bertrand de Jouvenel

As origens do Estado Moderno

Uma história das idéias políticas no século XIX

Tradução de

MAMEDE DE SOUZA FREITAS

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

Et cum nascit et cum perit dies
Helenae imago prima et ultima gaudia

Índice

Prefácio da edição de 1976 9

Introdução: o papel das idéias 23
I. Utilidade do estudo 24
O discurso, princípio de classificação funcional das idéias .. 28
Os quatro movimentos do discurso persuasivo; As diferentes categorias de idéias.
II. As controvérsias relativas ao papel das idéias 37
Os filósofos e a Revolução Francesa; A palavra de Marat; A tese do jovem Marx; O exemplo de Keynes.

1. O ponto de partida: 1800 — Modificações posteriores 56
Centralismo político intelectual da França; O contraste econômico; O sifão social; Alteração da substância política.
2. Modificações das idéias ocorridas depois de 1800 68
I. As cabeças pensantes 68
Apresentação da tabela das testemunhas ou intérpretes da Revolução Francesa.
II. As idéias reinantes 73
A visão de Bonaparte; Os princípios do Brumário; As idéias formadas no curso da Revolução.
3. Liberdade norte-americana e liberdade francesa 84
Dois mundos morais diferentes; A liberdade constituída.
4. A garantia social e o executivo 93
O papel das circunstâncias; A fraqueza governamental do Ancien Régime; *O caráter da autoridade soberana.*
5. A nação e o Estado moderno 113
As idéias reinantes no início e no fim de uma grande crise; A fundação do culto da Nação; O modelo militar na organização interna.
6. Liberdade à antiga e liberdade à inglesa 131
Riqueza e complexidade da idéia de liberdade; A liberdade política; A participação nos negócios públicos; Política e tragédia.
7. A propriedade 146
Os adquirentes de bens nacionais; A individualização da propriedade; O problema do proletariado.
8. A igualdade de direito 160
A igualdade ancorada nos sentimentos; Os hábitos e os sentimentos de desigualdade.
9. A desigualdade de fato 172
Os gêneros de desigualdade; Condorcet: contraste entre a igualdade de direito e a desigualdade de fato; "A carreira aberta aos talentos".

10. O liberalismo 183
11. A ascensão do economismo 187
Uma inversão de valores; A justificação de Engels; O papel das classes privilegiadas; A separação do político e do econômico; A classe dos proletários.
12. O advento das máquinas 211
Produção manual e produção mecânica; A era da máquina; O sistema máquina-homem.
13. Progresso e concorrência 223
Modelo antigo e moderno; O darwinismo social; Os socialismos e a concorrência.
14. A idéia de associação 229
A associação como idéia política; O grau de realidade quotidiana da associação; Os socialistas franceses e a associação; O socialismo num projeto de lei.
15. O marxismo 249
A liderança européia de Paris em 1848; A Liga dos Comunistas; Autobiografia intelectual de Karl Marx; Determinismo e voluntarismo; Bernstein de um lado, Lênin do outro.
16. A época fabiana 266
O papel da consciência moral; A liberdade perante a história.
17. A sociedade industrial e seus aspectos militares 278
As simplificações de Comte; Conscientização progressiva do objetivo social; A militarização do trabalho; O socialismo como antimilitarismo industrial; Lênin; O exemplo alemão.
18. As idéias em progresso 299
Recenseamento das idéias atuais; A industrialização; Camada superior e acumulação; O tecnicismo; A qualidade da vida.
19. O nacionalismo 311
A tradição internacionalista; Universalismo contra particularismo; O nacionalismo e o Estado.
20. O crescimento das tarefas públicas 317
Quantificação do lugar do Estado; Conseqüências para a administração, para o poder executivo e para o poder legislativo; A personificação.
21. A idéia de representação e as formas de Governo 327
I. O antigo papel da representação — O diálogo com o poder 328
Vestígios do sistema antigo no congresso norte-americano.
II. A idéia moderna de representação e o domínio sobre os governantes 331
A instabilidade ministerial; Abuso de poder ou atividade inadequada?
III. Como o executivo passou a dominar 338
Um sistema de reserva.
22. As idéias sobre política 343
Poder político e opinião; As classes e a elite do poder; A legitimidade dos dirigentes; O prestígio da violência.

Prefácio da edição de 1976

Alguns dos meus livros resultaram de minhas reflexões sobre determinado tema que me tem fascinado.[1] Já este é totalmente diferente: trata-se de uma visita ao século XIX, durante a qual pretendo desempenhar as funções de guia, assinalando para meus jovens companheiros os marcos que me parecem merecedores de sua atenção.

Entreguei-me à tarefa com entusiasmo, depois que a Faculdade de Direito e Ciências Econômicas me deu a honra de confiar-me o presente curso, ministrado em 1966-67. Tive minhas dúvidas sobre se valeria a pena publicar o trabalho, conforme se depreende da própria demora com que isso foi feito. Quanto à revisão do texto, se me tivesse dedicado, por pouco que fosse, a essa atividade, teria sido levado a reescrevê-lo por completo.

Com isso, ele ganharia em sistematização, mas perderia em interesse. É que, segundo entendo, o interesse que desperta resulta justamente da abundância e da extensão das citações, que permitem ao leitor compreender os pontos de vista mais sugestivos de outras pessoas, e concedem à imaginação do estudioso maior poder de iniciativa do que uma análise abstrata. O leitor pode combinar à vontade as diversas citações e delas extrair suas próprias conclusões.

Veja-se, por exemplo, o texto de Necker sobre os empecilhos com que a ação do poder público se defrontava no fim do *Ancien Régime*[2], e compare-se o mesmo com as palavras de Roederer[3] sobre a organização administrativa criada depois do Brumário, no intuito de possibilitar a execução da vontade dos governantes. Essa comparação ajudará a esclarecer a passagem ao Estado moderno. Além disso, poderá levar a acreditar que, depois de dois séculos, o Governo, nas sociedades liberais, se vê embaraçado por uma variedade tão grande de pedidos quanto a das oposições com que antes se via a braços.

---

[1] É o que acontece, por exemplo, com o livro *Du Pouvoir* (1945) que trata do desenvolvimento do Estado. E ainda com o livro *La Civilisation de puissance* (1976), onde se examina o incremento das forças empregadas pelas sociedades humanas.

[2] Ver a parte final do capítulo IV.

[3] Ver a parte final do capítulo V.

Os limites do programa obrigam-me a iniciar o estudo em 1800, e esses limites têm sido bastante discutidos nos meios universitários. Muitos prefeririam situar o início do estudo em 1789, e essa preferência encontra boas justificativas. Não representa a Revolução Francesa um grande começo? Que acontecimento formidável não constitui essa tempestade que se abate sobre o maior poder político do Ocidente daqueles dias, que é também seu centro de cultura, sobre sua sociedade mais brilhante, no sentido "mundano" do termo! E, sob um ângulo mais positivo, esse acontecimento trouxe consigo a consagração do princípio da soberania popular e a deificação da nação. Por certo a faceta da destruição de um regime tradicional e do advento de novos princípios constitui um marco inicial de importância universal, uma mudança que se repetirá nos mais diversos lugares do mundo, a intervalos mais ou menos longos, até os nossos dias.

Mas o Brumário também representa um grande começo: o do Estado moderno, que se caracteriza por uma poderosa estrutura administrativa que se estende por todo o país e torna onipresente a vontade do poder central. Não há nada que mais se afaste das queixas que se faziam ouvir no período pré-revolucionário contra os intendentes de província, que de um lado dispunham de menores meios de ação e, de outro, mantinham uma dependência menos estreita com o poder central que os prefeitos de departamento. Os protestos contra o despotismo ministerial estavam na moda, mas foi o débil Luís XVI que acabou sendo executado como déspota. Em seu lugar surgiu um poder pessoal ilimitado, vigorosamente exercido e legitimado pelo plebiscito.

Da Revolução saiu um novo regime político, sem precedentes na Europa e sem similar no *Ancien Régime* (sem dúvida Napoleão cometeu um erro tremendo ao manter sua ligação pessoal com uma Habsburgo)[4], e que nem sequer encontra equivalente no sistema inglês, caracterizado pela importância cada vez maior que assumem os órgãos deliberativos do Parlamento.

O regime napoleônico provocou uma oposição intelectual que Napoleão soube enfrentar habilmente, mas foi bem recebido pelo povo que, segundo parece, se sentia feliz por ter diante de si um chefe enérgico a quem pudesse admirar. Tanto isso é verdade que o culto napoleônico prosseguiu após sua queda, no seio das famílias que haviam sofrido a sangria provocada pelas perdas tremendas das tropas transformadas em carne de canhão.

---

[4] Trata-se de um casamento tanto mais estranho porquanto os franceses nunca simpatizaram com Maria Antonieta.

Cabe lembrar ainda que, embora tenha sofrido a oposição dos intelectuais literários, Napoleão obteve a colaboração entusiástica de homens de ação não menos intelectuais que aqueles, mas que se sentiam felizes com a intensa atividade que deles se exigia. Esses homens não poderiam simpatizar com a Restauração, porque ela representava um entorpecimento da atividade.[5]

Nosso estudo examina detidamente o período napoleônico, uma vez que constitui uma grande novidade, e ainda porque trouxe um modelo amplamente representado no mundo dos nossos dias, e isso de forma bastante acentuada. Mais adiante falaremos a esse respeito.

O sistema instaurado por Napoleão foi destruído em virtude da derrota resultante de sua temeridade; poder-se-ia dizer que pereceu na Rússia, tal qual aconteceu em nossos dias com o sistema hitlerista.

A própria coalizão vitoriosa subdivide-se em dois sistemas políticos muito diferentes. De um lado temos as potências coloniais conservadoras ou restauradoras do *Ancien Régime,* que se congregaram na Santa Aliança; e, de outro lado, a Inglaterra, onde já se havia firmado e continuou a desenvolver-se o poder das assembléias legislativas, ou seja, do Parlamento.

A derrocada do Império Napoleônico faz retroceder as idéias políticas manifestadas na França quase até a época em que eclodiu a Revolução Francesa. Não se ousa invocar a Revolução por causa do Terror, nem a Napoleão por causa de suas guerras. Por isso não restava outra alternativa senão recorrer às idéias inglesas, como se fazia antigamente. É esse o meio de enfrentar a reação. Já que não se conseguiu impedir a volta de um rei, tornava-se necessário evitar o restabelecimento das instituições e das práticas que haviam sido eliminadas, especialmente dos poderes da corte, que tão funestos se haviam revelado como fatores que acarretaram o fim do *Ancien Régime* (e, portanto, a derrubada de Turgot). Ao poder das Cortes deveria contrapor-se o das assembléias deliberativas e legislativas, que seriam os órgãos controladores do poder executivo diferenciado da autoridade real. É a isso que se dá o nome de "ordem constitucional", vista como a garantidora das liberdades, especialmente da liberdade de imprensa.

A história dos regimes parlamentares do século XIX é tão conhecida que não julguei necessário examiná-la com mais vagar. Mas, ao reler o presente curso, surpreendi-me e até me choquei

---

[5] Costaz é citado no fim do capítulo XI. Sinto não ter aludido às lamentações que ele tece em torno desse entorpecimento.

por não ter encontrado o nome de um autor que me era familiar desde longa data, e que assume um papel bastante significativo. Refiro-me ao abade de Pradt, diplomata do Império, ao qual na época da Restauração restava somente a pena, que soube manejar vigorosamente como um dos grandes defensores do espírito constitucional. O que o distingue de tantos outros que se empenharam na mesma luta é o fato de ele a ter concebido no cenário internacional. Viu na Europa e na América dois campos de manobras nos quais a ordem constitucional já conquistara certas áreas que o espírito constitucional deveria ampliar progressivamente, por meio de avanços nas áreas ainda não conquistadas. Resumindo, diremos que o tema de seus escritos é a expansão da ordem constitucional. Suas obras, que se sucedem numa seqüência bastante rápida, acompanham, ao menos de semestre em semestre, os progressos dessa expansão... e seus revezes, como por exemplo a normalização levada a efeito pelo exército austríaco no Reino de Nápoles, depois de uma revolução sem sangue à qual o soberano aderira.

O fato de o abade de Pradt ter sido por mim citado justifica que o estudo termine na guerra de 1914 a 1918. Na verdade, foi em virtude dessa guerra que o poder das assembléias experimentou subitamente sua grande expansão para o leste que, segundo acreditava o autor referido, deveria ter ocorrido bem mais cedo. O resultado do conflito representou o triunfo das democracias parlamentares, mas o apogeu destas foi muito breve.

Conforme ressalta Mazaryk[6], a guerra derrubou "quatro impérios absolutistas": o russo, o alemão, o austro-húngaro e o otomano. Todas as constituições da nova Europa foram parlamentaristas, e a de Weimar mais que qualquer outra. Mas o tempo das ilusões será curto. Basta ver o que Austen Chamberlain diz em 1936:

> "Consolidar a democracia no mundo: jamais houve exemplo mais chocante da vaidade das aspirações humanas que o desmentido infligido a essa frase-programa pela história das sociedades do pós-guerra! Das grandes nações, só o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a França mantiveram-se fiéis a suas tradições democráticas. Se a estes acrescentarmos os países escandinavos, a Bélgica, a Suíça e a Holanda, a lista das democracias de nosso tempo estará

[6] Trata-se do filósofo Mazaryk, que foi o primeiro presidente da República tcheco-eslovaca.

completa. O parlamentarismo esfacelou-se em toda a parte. Vivemos na época das ditaduras[7]."

Quarenta anos já se passaram depois dessa constatação. Houve outra guerra mundial, que fez desaparecer os regimes de Mussolini e de Hitler. A área geográfica do parlamentarismo na Europa é mais extensa que em 1936. Mas não é maior do que era em 1821! Notável é sua semelhança com a daquele tempo[8].

Hoje o regime da discussão ocupa uma área que não é maior que a conquistada há século e meio; e, além disso, essa área já não se apresenta como um foco de expansão do modelo pelo mundo afora, mas antes passou a ser uma ilha remanescente.

Nos 30 anos decorridos após a guerra de 1939 a 1945, verificou-se a multiplicação dos atores que aparecem no cenário político mundial, em virtude do despertar de certos Estados históricos e do surgimento de Estados novos, resultantes da dissolução dos impérios coloniais da Europa ocidental[9]. Acontece que esses países estão longe de terem adotado o modelo britânico, conforme Lorde Birkenhead acreditava ainda em 1930[10]: basta ver que a Índia, que o havia acolhido, acaba de abandoná-lo.

Um aspecto bastante significativo é o contraste entre a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas. Ambas se inspiram no mesmo princípio de um *forum* de Estados instaurado sob o entusiasmo provocado pelo triunfo dos Estados parlamentares, reinante após a Primeira Grande Guerra. Mas a evolução das duas organizações foi bem diferente. A Liga das Nações foi, quanto ao espírito, um clube de Estados liberais dirigido pela Inglaterra e pela França (depois da retirada dos Estados Unidos, ocorrida

---

[7] *Sir* Austen Chamberlain foi um dos filhos de Joseph Chamberlain, citado neste estudo. Desempenhou as funções de *Foreign Secretary*, ou seja, ministro do Exterior do Reino Unido. Foi um homem muito mais sagaz que seu irmão Neville, que infelizmente veio a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. A citação de Austen foi extraída do jornal *L'Intransigeant*, número de 14 de outubro de 1936.

[8] Para dizer a verdade, hoje essa área é menor que a descrita pelo abade de Pradt em 1821, no livro *L'Europe et l'Amérique depuis le congrès d' Aix-la-Chapelle.* O entusiasmo fez com que ele se precipitasse ao inscrever certos acréscimos precários, como o da Espanha, ocasionado pela revolução de 1820, que acabou sendo reprimida por um exército francês, e o da Polônia, fundado em certas concessões do tzar que não foram mantidas.

[9] Refiro-me especificamente à colonização "dos Estados ocidentais", pois além desta verificou-se a colonização russa e a colonização norte-americana.

[10] No livro *The World in 1930*, citado por Daniel Bell.

por não ter o Congresso ratificado o ato de Wilson). Na admissão fazia-se questão desse ponto, e os regimes não-liberais eram mal vistos no seio da organização; a Alemanha nazista e o Japão dela se retiraram em 1935. No caso da ONU, no início os Estados Unidos foram o líder inconteste, mas posteriormente os países em que vigorava o regime liberal se viram em minoria cada vez mais acentuada em virtude do aumento do número dos membros. E, o que é mais importante, o modelo norte-americano deixou de servir de exemplo aos olhos dos outros. Um modelo diferente conquistou prestígio.

Esse modelo opõe-se por seus próprios fundamentos ao modelo que nasceu e se desenvolveu na Inglaterra, e cuja essência consiste na submissão do Governo à evolução das opiniões livremente formadas no seio da sociedade.

A característica fundamental do novo modelo consiste, ao menos em minha opinião, na inversão das relações psicológicas entre Governo e Nação. O Governo encontra-se nas mãos de uma vanguarda esclarecida e imbuída de uma visão homogênea, que é transmitida à Nação. Pode-se dizer que essa minoria exerce certa tutela intelectual. E a idéia de tutela, ligada ao Governo, legitima a continuidade deste.

Podemos localizar as fontes desse sistema nas idéias políticas do século XIX? Sem dúvida, e isso a partir de Saint-Simon. Segundo esse pensador, e ainda segundo seu sistematizador, Auguste Comte, a tarefa até então desempenhada pelos intelectuais fora a de destruir os obstáculos que o poder monárquico-feudal e o poder teológico opunham ao progresso material e intelectual. Uma vez cumprida a função contestatória, tornava-se necessário encetar uma função construtiva.

Qual é essa função construtiva? Era necessário organizar a marcha da caravana humana em direção a uma meta positiva de prosperidade e fraternidade[11].

Uma vez estabelecida a meta e conhecido o destino, o povo já não está submetido a chefes, mas é servido por "condutores" que desempenham as funções de "guias": são os que "conhecem o caminho". Saint-Simon oferece-nos a imagem da caravana ao dizer: "Já conheceis o caminho que leva a Meca; conduzi-nos por ele."

Essa idéia de progresso remonta à centralização napoleônica, mas é evocada em benefício de um objetivo justificável. Saint-

---

11 Saint-Simon, *L'Organisateur*, "Dixième Lettre", *in Œuvres*, ed. Enfantin, vol. 4, pp. 196 s., cf. t. II da ed. Anthropos.

Simon enuncia em tom confiante aquilo que muitos repetiram depois dele, ou seja, que a função histórica da manutenção da ordem passa a assumir um papel secundário:

> "Se precisamos de um grande aparelho governamental para manter a ordem, isso acontece porque o sistema político não visa claramente à prosperidade social, motivo por que as massas devem ser consideradas inimigas da ordem estabelecida. Mas, desde que todos percebam claramente o objetivo de melhoria em direção ao qual se marcha e os passos sucessivos através dos quais a sociedade dele se aproxima, a massa da população exercerá uma força passiva que bastará quase que por si para conter qualquer minoria antisocial[12]."

Quanto à forma do Estado, "guia e artífice da ação social", no dizer de Auguste Comte, Saint-Simon não tem a menor dúvida da harmonia que reinará nas três câmaras ocupadas pelos três tipos de capacidade, a científica, a industrial e a artística.

E também não tem a menor dúvida quanto à aceitação dessa forma de condução, já que os membros da caravana se convencerão com as demonstrações que lhes serão apresentadas. Invoca, porém, o concurso das belas-artes:

> "Que as belas-artes, pela força de imaginação que detêm, exerçam sobre a massa comum uma ação suficientemente poderosa para obrigá-la a seguir de forma irrevogável essa direção e apoiar seus chefes naturais nesse grande esforço cooperativo.
>
> *Que os artistas transportem o paraíso terrestre para o futuro, que o apresentem como algo que há de resultar da adoção do novo sistema, e esse sistema se constituirá prontamente*[13]."

Será necessário dizer que Saint-Simon subestima a facilidade de construção de seu sistema político? De qualquer forma, será interessante notar que de forma alguma considera o individualismo um traço carcterístico do artista, por mais individualista que se mostre ele mesmo como, aliás, também o será Marx.

---

[12] *Op. cit.*, "Dixième Lettre", p. 203.
[13] *Op. cit.*, "Neuvième Lettre", p. 166. O grifo é do original.

Na verdade, a prática (cuja função intelectual Mao Tsé-tung tão bem ressaltou) dissipou a ilusão de que o grande número será facilmente mobilizável para a atuação duradoura em prol de um objetivo grandioso e longínquo, e leva à suposição de que, para assegurar a marcha coerente da caravana, haverá necessidade de um enquadramento contínuo realizado por uma minoria militante.

Na verdade, é a partir de uma minoria militante que o novo protótipo político nasce e se desenvolve na Rússia. Uma minoria ínfima e atuante assume o poder em outubro de 1917, no que é favorecida pela obstinação de Kerensky (fortemente estimulado nesse sentido pelas potências ocidentais), que insiste em prosseguir numa guerra externa cuja impopularidade já causara a queda do tzarismo. Na guerra civil que se segue, esse novo poder é legitimado pelo apoio popular que lhe é proporcionado: os sufrágios expressos por meio da participação na luta são os mais incontestáveis e constituem a forma mais antiga de legitimação. A mesma forma de legitimação voltará a ser encontrada após a Segunda Guerra Mundial, nas revoluções coloniais. A vitória alcançada não representa o fim da ação, mas o trampolim para a mesma. O poder que organizou a vitória será o organizador do futuro.

Ouçamos as palavras que Lênin dirigiu, em outubro de 1920, à Federação das Associações da Juventude Comunista da Rússia[14]. Será que essas palavras constituem o pronunciamento de um simples chefe de Governo? Não serão antes a fala de um profeta que conduziu a caravana ao Jordão e prediz o que se erguerá em sua margem, num tempo futuro?

> "A geração cujos representantes têm hoje 50 anos não pode esperar que lhe seja dado ver a sociedade comunista. Mas a geração que tem hoje 15 anos verá a sociedade comunista e trabalhará em sua construção. Por isso mesmo deve compreender que o objetivo de sua vida consiste na construção da sociedade comunista."

Como será construída essa sociedade? Para isso se transformarão "os milhões e centenas de milhões de vontades esparsas e fragmentadas, disseminadas pelas imensidões do país, numa vontade única". E cabe aos jovens ouvintes assumir, à imagem dos decanos do Partido, o papel de artífices dessa união.

---

[14] O discurso encontra-se nas pp. 568 s. da coletânea *V. Lénine*: *Marx, Engels, Marxisme*. Edições em línguas estrangeiras, Moscou, 1954.

A caravana deve ser estimulada e disciplinada. Durante a longa marcha, deve-se incessantemente encorajar, incitar, tranqüilizar os caminhantes; e para isso há necessidade de guias convictos e devotados. Eles mesmos referem-se aos guias neste tópico: "A direção prática e ideológica do movimento deve ser centralizada." São essas as palavras que Lênin proferiu em outra ocasião.

Não podemos deixar de reconhecer que se trata aqui de um clero militante e dono da Verdade, revelada através de seu exemplo, conforme mais uma vez diz Lênin:

> "A Federação deve conduzir-se de modo tal que cada operário possa ver em seus membros pessoas que adotam uma doutrina que talvez lhe seja incompreensível, uma doutrina na qual possivelmente não acreditará desde logo, mas que desenvolve um trabalho vivo e uma atividade que o convencerão de que na verdade são eles que lhe apontam o bom caminho."

Conseguir através da fé e das obras que as massas tenham uma só vontade que se harmonize com a verdade e marche no bom caminho: é um programa de configuração totalmente diversa de um programa político. Os intelectuais do Ocidente que visitaram a Rússia sentiram-se fascinados por um estilo que lhes parecia totalmente novo. Em seu *Préface de Narcisse,* Rousseau já repreendia os filósofos, que antes eram seus amigos, por exaltarem o estreitamento dos laços sociais por meio do vínculo do interesse pessoal e não dos liames afetivos[15]. Talvez eles tivessem boas razões para excluir as paixões morais da direção dos negócios públicos. Não foi sem razão que Agrippa d'Aubigné escreveu: "Nossos reis... Subordinam a seus interesses a devoção. Observam a religião como instrumento de política[16]." Foi precisamente isso que se viu sob o regime de Stalin.

Será que os jovens de 15 anos a quem Lênin se dirigia em 1920, hoje septuagenários, viram a sociedade comunista que era então prometida? Não é a mim que cabe responder a essa pergunta. Mas não há dúvida de que viram o surgimento de uma Rússia muito poderosa sob um Governo todo-poderoso — um grande sucesso nacional.

---

[15] Acrescentou como se fosse uma verdade evidente: "Não se pode afrouxar um dos elos, sem que os outros se soltem na mesma medida." Será que meditou sobre tal objetivo?

[16] A. d'Aubigné, *Les Tragiques*.

O sistema político instaurado na Rússia conheceu a partir da era stalinista o prestígio propiciado pelo êxito. No Ocidente sabe-se muito pouco a respeito do que acontece na Rússia, já que se confundem programas e realizações. Mas sente-se admiração diante do fato de que naquele país existe um poder motor e mobilizador, que representa um contraste flagrante em face da impotência dos Governos ocidentais. Infelizmente é no Estado protótipo do sistema liberal que essa impotência se torna mais flagrante. A Câmara dos Comuns oferece um espetáculo que deleita o espírito, quando o líder da oposição se defronta de igual para igual com o chefe do Governo; e um jovem visitante poderá ficar deslumbrado ao ver que a crítica ao Poder é tão legítima, e por isso mesmo tão responsável, quanto o exercício do Poder. Mas o mesmo observador defrontar-se-ia com um espetáculo chocante nos estaleiros navais, nas fiações, nas minas, diante dos altos-fornos; e um espetáculo que corta o coração é representado pelas filas de desempregados. Ao constatar que a alternância dos Governos em nada concorre para a cura dessas chagas morais e materiais, chega-se à conclusão de que se trata de um sistema respeitado, que não passa de um balé exibido na superfície da realidade. E, o que é pior, o mal assumiu outras dimensões na Alemanha, um país que, depois de adotar o regime parlamentar, só teve Governos ineficientes. Pouco importa que a culpa tenha sido antes das idéias dominantes nos ministérios das Finanças que dos regimes, pois são sempre estes que suportam as conseqüências dos erros cometidos por seus técnicos (como, por exemplo, os dos estados-maiores que perdem as guerras, conforme se viu em 1870 e 1940).

O que se admira, pois, na Rússia? Para falar com franqueza é a atuação do poder central e a condução de grandes massas de povo por uma minoria enérgica e coerente, que sabe o que quer e, assumindo funções condutivas e educativas, empenha-se na realização de seu projeto.

Temos aí evidentemente o oposto do Estado liberal, que se inspira no princípio de dar livre curso aos projetos individuais em todos os ramos de atividade, do econômico ao religioso, cada qual desenvolvido com maior ou menor eficiência, com um maior ou menor recrutamento de forças, encontrando uma audiência maior ou menor, e o conjunto dos motores particulares assegurará o movimento social, no qual o Estado apenas desempenha o papel de ajustador.

A admiração outrora granjeada por esse sistema foi devida principalmente aos êxitos que acompanharam sua devoção. O que

acontecerá, porém, se o sucesso mudar de campo, se passar a ligar-se a um sistema totalmente diverso?

Quando se inicia, após a Segunda Guerra Mundial, uma época sem precedentes na história, pela abundância da formação de novos Estados ou da renovação de Estados antigos, é o sistema russo que se oferece naturalmente à imitação.

Trata-se de um sistema que deve ser chamado antes stalinista que de marxista. A condução permanente do povo por uma minoria ortodoxa, hierarquizada e centralizada, recrutada por cooptação, representa uma estrutura não prevista em qualquer dos trabalhos de Marx, cujos escritos sobre a Comuna de Paris não demonstram a menor inclinação a favor desse sistema. Na verdade, essa estrutura pode apoiar-se em ideologias muito diferentes; o nacionalismo e a modernização têm nele um dos seus componentes essenciais.

Ao que parece, em cada caso torna-se necessária a figura do fundador, do preceptor supremo, do epônimo. Lênin é o protótipo dessa figura. Hoje assistimos a uma verdadeira proliferação de pretendentes a esse papel, fenômeno que tem rendido uma literatura abundante de chefes de Estado, que na verdade constitui a principal literatura de Filosofia Política de nossa época e é de qualidade muito variável. Nesse conglomerado confuso surge a figura gigantesca de Mao Tsé-tung, que atinge dimensões mitológicas ao unir a fama de herói militar ao prestígio de sábio. Ao que parece, Mao reagiu em várias oportunidades contra a cristalização do sistema de comando. A acreditarmos em Trotski, ao fim de sua vida Lênin se dispôs a esboçar igual reação, mas já não tinha forças para tanto[17].

Não estarei cometendo uma imprudência ao aventurar-me em terreno desconhecido?

Voltemos aos nossos regimes liberais, que recusam ao Governo o direito e os meios de fundir todas as ações numa só ação, todas as vontades numa vontade única, inspirada pelo Governo; e nos quais o Governo vê rejeitada pelo Parlamento esta ou aquela lei que deseja, este ou aquele crédito que quer obter, onde a imprensa pode mobilizar a opinião pública a ponto de derrubar um Presidente.

Nesses regimes, caracterizados pela manutenção ou pela restauração dos princípios do século XIX, verificou-se após essa época a modificação mais prodigiosa das funções estatais.

Quais são essas funções? Em essência, o poder externo e a ordem interna (administração, justiça e política). Isso se depre-

---

[17] Leon Trotski, *My Life*, Nova York, Scribner's, 1931.

ende facilmente da leitura dos orçamentos dos tempos em que a maior parte do montante da despesa era destinada às forças militares e navais e ao serviço da dívida pública contraída durante as guerras anteriores; a outra parte, menos vultosa, pode crescer à medida que o peso da dívida pública se alivia, em termos absolutos em virtude da amortização e em termos relativos em virtude do crescimento do produto nacional. Assim, por exemplo, na Inglaterra, que é o país-protótipo, as despesas outras que não as ligadas às forças armadas e ao serviço da dívida pública aumentaram de 3,5% do produto nacional em 1841 para 5% em 1891, enquanto a despesa pública total diminuiu de 11% para 9%[18].

Em 1971, nesse mesmo país, as receitas fiscais atingiram 36% do produto nacional[19]. A que despesas foram destinadas essas receitas? A despesas totalmente diversas das do século XIX. As funções então exercidas pelo Estado não absorviam uma parcela considerável do produto nacional. Mas novas funções, já previstas pelo fabianismo, se desenvolveram. Ao lado do velho edifício do Estado guardião político levantou-se um edifício novo e dominante, o do Estado social.

Será que a imagem do edifício, legitimada embora pela proliferação dos palácios administrativos, é suficientemente sugestiva? Talvez fosse preferível recorrer ao quadro de uma tessitura de liames administrativos e financeiros que se estendem através do corpo social, e que afetam a vida das famílias e a atividade das empresas. Nesse ponto existe certa semelhança com os regimes comunistas. No entanto, há uma diferença que supera todas as analogias.

Por sua própria vocação, o Estado liberal fica sujeito às críticas e às pressões da opinião. Ao ampliar suas funções e atingir um número cada vez maior de interesses que diferem entre si, iça um velame que o expõe a grande número de ventos contrários. Dessa forma a ampliação das funções públicas que, segundo é de supor, aumenta o número dos controles que um Governo autoritário pode exercer sobre a sociedade, causa efeito oposto sobre um Governo liberal, já que tende a multiplicar as pressões a que o mesmo está sujeito.

---

18 Allan T. Peacock e Jack Wiseman, *The Growth of Public Expenditure in the United Kingdom*, National Bureau of Economic Research, Princeton University Press, 1961.

19 Cf. *Statistiques de Recettes publiques des Pays Membres de l'O.C.D.E., 1965-1972*, Paris. O.C.D.E., 1975. Essas percentagens aplicam-se, com pequena diferença, à França e à Alemanha. Para os países escandinavos a percentagem situa-se em torno de 45%.

A Inglaterra, onde se formaram as instituições do Estado liberal, assumiu no século XX o papel de campo de cultura do Estado social. Evidentemente não conseguiu realizar um casamento feliz entre as formas antigas e as novas funções assumidas pelo Governo. As dificuldades em que o país se debate e o debilitamento de seu papel no cenário internacional elucidam de forma notável os graves problemas com que se defrontam os Estados ocidentais.

Trata-se de um assunto que me sinto tentado a estudar, não só em virtude da importância que assume para todos nós, mas também por causa dos laços afetivos que me ligam a esse país. Serei capaz de fazê-lo?

É esta mais uma área que sem a menor dúvida excede em muito minhas forças, e que por seu caráter trágico deveriam mobilizar os espíritos mais capazes. Num mundo em que tanto progrediram os meios materiais de integração, assistimos à ruptura violenta das antigas formas de coexistência, que entraram em decomposição em virtude da intensificação dos particularismos afetivos. Trata-se de um fenômeno extremamente alarmante que, à falta de melhor nome, designei como a "dissociação das etnias". A expressão deve ser entendida num sentido puramente subjetivo. Será que a origem do fenômeno deve ser procurada no culto do nacionalismo surgido durante o período abrangido por nosso estudo?

Meu objetivo é ambicioso. Pretendo percorrer em duas etapas o caminho que vai das idéias atuantes em 1800 às que hoje inspiram as ações. O texto ora oferecido sem modificações apenas cobre, bem ou mal, a primeira etapa.

Primavera de 1976.

Introdução: o papel das idéias

No período abrangido por nosso estudo o mundo sofreu transformações formidáveis; e ainda se encontra num processo de rápida transformação. Parece evidente que as idéias devem merecer uma atenção tanto menor quanto mais fraco tenha sido e seja o papel por elas desempenhado nessa transformação, e uma atenção tanto maior quanto mais importante seja esse papel.

As opiniões mais discrepantes têm sido manifestadas no curso do período em exame sobre a importância e a natureza do papel desempenhado pelas idéias. Parece-me que a controvérsia deve ser mencionada neste ponto, pois em outra parte poderíamos apenas chamar a atenção para a mesma.

Mas esse assunto constituirá objeto da segunda parte desta introdução. É que, no meu entender, essa controvérsia não é isenta de ambigüidade, pois para que não o fosse seria necessário que sempre se atribuísse o mesmo sentido ao termo "idéias".

Por isso mesmo julgamos necessário orientar o leitor, na primeira parte desta introdução, quanto ao que se deve entender por "idéias", e isso por meio do desenvolvimento sucessivo de três proposições triviais, a saber:

1) Nós nos comunicamos por meio de palavras de conteúdo incerto;

2) Vemos as coisas através de idéias, e ainda lhes damos a configuração resultante das idéias que estão dentro de nós;

3) Influenciamos os outros (e somos influenciados) por meio do discurso, que encerra várias espécies de idéias.

I

UTILIDADE DO ESTUDO

Primeira proposição: nós nos comunicamos por meio de palavras de conteúdo incerto

A comunicação com nossos semelhantes estabelece-se por meio de palavras. Quanto maior a incerteza do significado dos termos empregados, maiores as possibilidades de um mal-entendido. A história e a comparação internacional nos previnem, por meio de exemplos extremos, da existência de uma incerteza reinante até mesmo na área do quotidiano.

Se dizemos que a ciência é uma língua bem feita, isso acontece porque os membros de uma mesma disciplina científica costumam ter o maior cuidado em fixar o sentido dos termos empregados, de maneira tal que seu significado seja exatamente delimitado e invariável. Graças a isso, a exposição de um cientista, dirigida a seus colegas, poderá ser objeto de contradita, mas nunca dará lugar ao equívoco. E, justamente porque o equívoco é impossível, a contradita será pertinente.

Para ilustrar essa distinção essencial, suponhamos que alguém afirme: "A estatura de nossos recrutas segue uma lei de distribuição paretiana." Não há dúvida de que essa proposição é falsa, mas ela será muito bem compreendida. E é justamente em virtude da ausência de qualquer equívoco na forma que seu conteúdo pode facilmente ser rejeitado.

Uma vez que a ausência de ambigüidade nos termos é uma qualidade essencial do vocabulário científico, o mestre de qualquer disciplina científica educa incessantemente seus discípulos, especialmente os de nível secundário, para que tenham sempre em mente o conteúdo convencional de cada termo da disciplina ensinada, sem omitir qualquer parcela de seu significado nem permitir que no âmbito do mesmo se insinue algo que a ele não pertence, cuidando sobretudo para que jamais empreguem o termo num sentido não-convencionado, vale dizer, impróprio.

O leitor seria capaz de imaginar que todos os professores de ciência política tivessem chegado a acordo para atribuir um sentido preciso e exclusivo à palavra "liberdade", advertindo de que a mesma jamais deveria ser usada em outra acepção? Suspeito que

esse tipo de disciplina intelectual seria, só por si, considerado um atentado à liberdade.

Mas suponhamos que o inverossímil tivesse acontecido. Admitamos que essa disciplina intelectual tenha sido aceita como razoável e seja observada por todos aqueles que realizaram "estudos políticos". Será que o grande público se sujeitaria a essa disciplina? Não, pois tais palavras "pertencem a todos".

Os mais indóceis seriam os políticos, interessados em usar as palavras, não segundo os ditames do rigor intelectual, mas de forma a provocar associações afetivas.

Na verdade, se, por um lado, os termos da linguagem quotidiana não designam objetos concretos, geralmente são dotados de um valor evocativo antes que de um significado bem preciso. É o que realça Destutt de Tracy, que, segundo já sabemos, inventou o termo ideologia, que para ele significa a ciência da formação das idéias e assume, portanto, um sentido bem diverso daquele que mais tarde lhe seria atribuído por Karl Marx:

> "Se aprendo as palavras *amor* e *mar*, sem ter experimentado um nem visto o outro, adaptarei a cada uma delas um grupo de idéias formadas por conjeturas, que forçosamente há de diferir da realidade. Mas, quando sinto o amor e vejo o mar, associo a tais palavras uma série de percepções realmente experimentadas, mas não tenho a menor certeza de que essas percepções sejam exatamente as mesmas experimentadas por quem me ensinou tais palavras. E, finalmente, nem eu nem a pessoa que me ensinou a usar tais palavras podemos ter certeza de que, depois de certo tempo, elas evoquem em nós as mesmas percepções, com os mesmos acessórios; antes, temos certeza de que foram alteradas pela idade, pelas circunstâncias, pelos acontecimentos. Dessa forma, é realmente inevitável que o mesmo signo nos transmita de início uma idéia muito imperfeita ou até perfeitamente ilusória, posteriormente uma idéia diferente daquela dos outros homens que hoje o empregam, e por fim uma idéia que muitas vezes se distancia bastante daquela que nós mesmos ligamos ao signo em outro tempo." (Destutt de Tracy, *Mémoire sur la faculté de penser,* lida no 24 Floreal ano IV (12 de maio de 1796) no *Institut national des sciences et arts, sciences morales et politiques,* tomo I, pp. 412-413).

O enunciado de Destutt aplica-se especialmente às palavras-chaves da linguagem política. O termo abstrato "atividade", utilizado para designar as comoções, tem seu sentido determinado, neste ponto, pelo significado que se lhe queira atribuir. Usam-se termos bastante gerais para fins relativamente restritos. A declaração de Independência dos Estados Unidos, por exemplo, enuncia como "verdade evidente" que os homens são criados iguais e dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a liberdade. No entender dos colonos, porém, o texto não implicava a emancipação dos escravos.

Pode-se imaginar um objetivo ideal deste estudo, que seria a elaboração de um Dicionário Universal de Palavras-Chaves da política. O trabalho consignaria o prestígio ou peso psicológico ligado a cada termo, e informaria se o mesmo está em declínio ou em ascensão. Ainda se tornaria necessário estabelecer distinção quanto ao tempo, ao país e mesmo ao meio social. Se eu elaborasse o trabalho, indicaria os diversos significados que podem ser atribuídos a cada vocábulo, segundo o país e o ambiente social, e ainda mencionaria as circunstâncias em que surgiu, ou então, em que época caiu em desuso. Naturalmente a elaboração de um dicionário desse tipo ultrapassaria a capacidade de qualquer homem isolado.

Segunda proposição: vemos as coisas através de idéias, e ainda lhes damos a configuração resultante das idéias que estão dentro de nós

Na famosa *Logique de Port-Royal,* também conhecida como *L'Art de penser,* de Arnauld et Nicole, encontramos esta frase:

> "Como não podemos ter qualquer conhecimento do que está fora de nós, a não ser através das idéias que estão dentro de nós..."

Certas afirmativas de autores mais modernos vêm dar no mesmo, sejam quais forem as diferenças de expressão. A diferença é pouco acentuada quando os geógrafos políticos nos dizem que o homem age no e sobre o seu ambiente objetivo em função da representação subjetiva que faz do mesmo, representação esta à qual dão o nome de psicoambiente. (H. e M. Sprout, *The Ecological Perspective in Human Affairs, with Special Reference to International Politics,* Princeton University Press, 1965).

Não é de surpreender que a forma de exprimir o mesmo pensamento seja completamente diversa no caso dos psicólogos que estudam o comportamento, não dos homens, mas dos ratos. Assim, por exemplo, Edward C. Tolman diz:

> "Os estímulos recebidos pelo cérebro não são transmitidos aos centros motores por meio de ligações unívocas. Antes, esses impulsos são habitualmente processados numa câmara central de controle, onde são integrados num mapa cognitivo do ambiente. E é em função desse mapa de conhecimento provisório, que indica as rotas, os caminhos e as ligações, que são determinadas as reações que o animal acabará por exercer." (Citado por G. A. Miller, E. Galanter e K. H. Pribram, *in Plans and the Structure of Behavior,* Nova York, Holt, 1960, p. 8).

Se no cérebro dos ratos existe um mapa cognitivo, o mesmo forçosamente também há de existir no nosso.

A versão moderna opõe-se à de três séculos atrás na parte em que reconhece em nosso cérebro uma complexidade e uma riqueza muito maior do que outrora se suspeitava, além de admitir a existência de grande número de operações que se desenvolvem sem esforço, e portanto, sem que delas tenhamos consciência.

Mas não há dúvida de que as versões se encontram quando se trata de abordar deliberadamente um problema de grande alcance. A resposta à pergunta "de que se trata?" resulta do exame da parte iluminada de nosso mapa cognitivo.

E é neste ponto que as coisas poderão apresentar-se totalmente diferentes ao espírito de pessoas que tenham recebido formação diversa. Imaginemos por um instante que um de nós pudesse, com a formação atual, investir-se na personalidade de um deputado à Assembléia Nacional de 1789. Logo chegaria à conclusão de que a França é "um país subdesenvolvido", que nela se abriga o princípio do mal e que as preocupações que agitam as mentes de seus colegas são, na sua maioria, alheias à questão.

Como não seria diferente a história se outra fosse a maneira de ver as coisas! E é isso que confirma a impressão de que a evolução da maneira de ver as coisas merece ser examinada.

Procurarei ilustrar essa influência recorrendo a um episódio histórico que trouxe conseqüências catastróficas. Em março de

1930, o Dr. Brüning, um homem que gozava de estima universal, assumiu as funções de Chanceler do Reich. Granjeou reputação internacional ao prosseguir, com coragem e determinação, pelo caminho que lhe apontava a opinião dos países estrangeiros, que era o da cura do grande mal alemão, o desequilíbrio orçamentário. No intuito de restabelecer esse equilíbrio, não hesitou em baixar sucessivamente três decretos de emergência (em julho de 1930, dezembro de 1930 e julho de 1931), cada um dos quais reduzia as despesas públicas ou aumentava os impostos, ou fazia ambas as coisas ao mesmo tempo. Tratava-se de um procedimento bastante elogiável. Ao assumir o poder, encontrara três milhões de desempregados; quando deixou o Governo depois de mais de dois anos de esforços em prol do bem público, havia seis milhões! Além disso encontrou 12 deputados nazistas no Reichstag. Depois de seus primeiros atos de força, esse número subiu para 107; e, imediatamente após sua saída do Governo, já eram 230!

O curso da história teria sido muio diferente se esse homem se tivesse guiado por suas idéias e pelas de outras pessoas às quais costumava dar atenção, empenhando-se antes na redução do desemprego que no equilíbrio orçamentário, que naquelas condições constituía uma insensatez.

Como deixar de reconhecer, depois de uma experiência desse tipo, o papel desempenhado pelas idéias?

O DISCURSO, PRINCÍPIO DE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS IDÉIAS.

Mais atrás, ressaltei três pontos:

1) Comunicamo-nos por meio de palavras;
2) Vemos através de idéias;
3) Influenciamos (ou somos influenciados) pelo discurso.

Deixei em suspenso o último ponto. Assim procedi porque o julguei adequado para dissipar em certa medida a ambigüidade que se nota na discussão sobre o papel das idéias, ambigüidade esta que é devida ao fato de que nem sempre se tem em vista a mesma espécie de idéias.

Para trazer um pouco de clareza a essa área, mostrarei de que maneira as idéias intervêm sob várias formas para desempenhar diversas funções no discurso destinado a influenciar.

A sugestão

Conforme já expus, a relação política mais simples é a da *sugestão*. A quer fazer com que B execute a ação H[1]. De que forma lhe falará? Se oferecer qualquer contraprestação, tratar-se-á de uma relação comercial, estranha ao nosso estudo.

Qual será então o discurso do sugestionador A? O mais simples é o imperativo simples, desacompanhado de justificação.

O estudo das diversas relações preexistentes, que garantem a eficácia do imperativo simples, constitui um tema muito importante, não apenas para a ciência política, mas para as ciências sociais em geral. O imperativo simples torna-se adequado principalmente nos casos em que exista uma relação de *fides*, seja de cima para baixo, seja de baixo para cima.

Por mais interessante que seja o assunto, o mesmo não se enquadra no objeto de nosso estudo. De outro lado, torna-se desinteressante quando a eficácia do imperativo só se funda na ameaça.

O que é esclarecedor para o objetivo de nosso estudo é a estrutura do discurso *persuasivo*, ou seja, do discurso dirigido a B, na hipótese em que se suponha que aquele que profere a fala não sabe de antemão que o destinatário se conformará com o imperativo simples. A estrutura persuasiva é aquela que tem por fim preparar B para receber a mensagem final em forma imperativa: "Portanto, B, pratique a ação H!"

Oferecerei um modelo esquemático do discurso persuasivo, que me parece dotado de elevado grau de validade e se revelará apropriado à classificação das idéias segundo a função que desempenham no discurso.

Os quatro movimentos do discurso persuasivo

O modelo proposto comporta quatro movimentos (excluído o quinto movimento, o imperativo, que constitui a conclusão).

Os quatro movimentos são os seguintes:

1) O indicativo;
2) O qualificativo;
3) O prospectivo;
4) O processativo.

---

[1] *De la politique pure*, livro III.

No primeiro movimento — o *indicativo* —, o orador indica, explica uma situação real, para a qual quer chamar a atenção.

No segundo movimento — o *qualificativo* —, o orador formula um julgamento de valor desfavorável sobre a situação que acaba de descrever, mais precisamente, sobre o aspecto da situação por ele enfatizado. É esse julgamento desfavorável que justifica o apelo à ação.

Esses primeiros dois movimentos formam uma fase do discurso, que designei como "a fase moral", para distingui-los da fase de características diversas formada pelo segundo par de movimentos.

Ao terceiro movimento dei o nome de movimento *prospectivo.* Por quê? Porque enuncia um futuro melhor que o presente; e esse futuro é apontado sob a forma de um objetivo. Geralmente esse enunciado de um futuro melhor é combinado com o enunciado de um futuro pior. E esse par contrário de futuros possíveis, um melhor e outro pior que o presente, faz entrar em jogo a esperança e a crença. Os futuros esboçados por essa forma são apresentados sob a forma de futuros condicionais.

As condições e os meios de realização do futuro melhor são enunciados no quarto movimento, por isso mesmo chamado de movimento *processativo.* Qual é o processo de realização do futuro melhor? Qual o caminho que conduz a ele? Qual a estratégia que deve ser adotada para alcançá-lo?

Uma vez indicado o roteiro, que pode ser longo, justifica-se plenamente que o orador diga: "Por enquanto e imediatamente, para começar, dê o primeiro passo, que é a ação H!"

Sempre que o discurso está orientado para a exortação eficaz, sempre que esta é a "primeira na ordem das intenções" (segundo a fórmula de São Tomás de Aquino), a parte do mesmo que constitui a preparação imediata para a recepção do imperativo naturalmente há de comportar a disposição acima indicada.

Contraste entre as duas fases: características da fase pragmática

Acabo de dizer que os primeiros dois movimentos formam a *fase moral* do discurso, e que a fase composta pelos dois movimentos seguintes é de caráter diferente. A ela darei o nome de *fase pragmática.*

Durante a primeira fase, o orador apela para o julgamento normativo do ouvinte; na segunda, apela para seu julgamento prático.

Quando, no terceiro movimento, oferece um par contrastado de futuros possíveis, ele se submete aos critérios de verossimilhança do ouvinte, pouco importando que os mesmos sejam ou não bem fundados. A alternativa apontada como apavorante não poderá causar medo a qualquer pessoa que, bem ou mal, esteja convencida de que isso não poderá ocorrer. E, se o futuro desejável que procura colocar diante dos olhos do ouvinte se afigurar totalmente irrealizável, sua invocação deixará esse ouvinte surdo ao apelo a ser formulado no quarto movimento do discurso.

Assim, a primeira parte da segunda fase do discurso (correspondente ao terceiro movimento do conjunto) está na dependência das nossas concepções do possível.

O prosseguimento dessa fase, ou seja, o quarto movimento, que é o processativo, está na dependência das nossas concepções de eficiência. Posso admitir, por exemplo, que o futuro desejável indicado pelo orador é possível. Posso acreditar, porém, que o caminho traçado no quarto movimento não é apropriado para alcançar esse futuro.

Em outras palavras, reagimos à segunda fase do discurso, que é a fase programática, em função de nossas crenças de *ordem prática*. É com base nessas crenças que apreciamos a *possibilidade* do futuro indicado e a *plausibilidade* do caminho conducente ao futuro que nos é apontado.

Nesse ponto, os nossos conhecimentos práticos podem ser enganosos tanto num sentido como no outro. Como ouvinte, a ignorância pode induzir em mim uma incredulidade injustificada quanto a um futuro desejável que me é apresentado como possível e também uma credulidade injustificada.

O que significa, neste contexto, o termo "injustificado"? Será que existe ao menos uma pessoa, sábia ao extremo, que seja capaz de, em matéria de futuro, traçar com perfeita segurança a linha divisória entre a área das possibilidades e a das impossibilidades? É duvidoso que exista.

Todavia, suponhamos agora que alguém tenha realizado um estudo cuidadoso dos caminhos *atualmente imagináveis*. Se no presente ninguém for capaz de imaginar um só caminho capaz de levar ao estado ômega, que nos é apresentado como o futuro, teremos razão para supor que esse estado ômega constitui uma impossibilidade, no estado atual de nossos conhecimentos; mas, se

pudermos imaginar um caminho que conduza para lá, suporemos que esse estado é possível mesmo que sua probabilidade possa parecer muito reduzida, quer porque as possibilidades de a via concebida levar a ele sejam escassas, quer porque é pouco provável que o mesmo venha a ser escolhido ou percorrido.

Vê-se que existe uma ligação estreita entre o enunciado prospectivo e o processativo. O segundo representa de certa forma a garantia do primeiro. Juntos, formam a fase pragmática, e ambos derivam de um julgamento de caráter *operacional.*

E, porque os dois enunciados envolvem um julgamento de caráter operacional, nessa fase usamos a compreensão dos fenômenos e de suas ligações, que acreditamos ter adquirido. Essa compreensão pode ser analisada sob a forma de idéia. Será que as idéias que nos habilitam a julgar se esta ou aquela política sugerida é apropriada para que se alcance o futuro prometido (ou se evite aquilo que deve ser temido) merecem ser designadas como idéias políticas? Sem dúvida elas o merecem se a política for encarada como ciência, já que toda ciência é um edifício feito de *idéias representativas dos fenômenos,* progressivamente corrigidas para tornar mais exata a representação, a fim de permitir uma melhor previsão e uma orientação mais adequada da série de procedimentos.

Parece, todavia, que a expressão "idéias políticas" é empregada com maior freqüência para designar as idéias que figuram na fase moral do discurso.

Características da fase moral

A fase moral do discurso sempre foi a fase principal. Como se dirige aos sentimentos, é mais eficaz e menos sujeita a refutação.

Conforme já disse, o primeiro movimento, que é o indicativo, atrai a atenção do ouvinte para determinada situação, e o segundo movimento, o qualificativo, envolve um julgamento sobre essa situação. Essa ordem é lógica, mas tal não é a intenção do orador.

É o julgamento que o ouvinte vai proferir sobre a situação que o prepara para receber o imperativo a ser pronunciado pelo orador. Durante a fase pragmática, o autor poderá explicar de forma mais ou menos extensa, clara e plausível, como e de que forma o comportamento por ele solicitado levará a um estado mais

desejável que o estado presente. Isso se torna importante para justificar por que o comportamento solicitado é *este* e não qualquer outro. Mas o fator primordial que me dispõe a praticar *determinado* ato é a pressão do sentimento, e o papel da fase moral consiste em desencadear essa pressão.

O que é indispensável para colocar-me em movimento é que eu condene a situação existente, o estado presente. Se o orador não conseguiu provocar essa condenação, a fase pragmática me encontrará indiferente. Podemos até supor que o futuro indicado no movimento prospectivo me pareça melhor que o presente, embora este não me pareça mau (por hipótese), e certo, quando o futuro indicado não o seja; nesse caso a "esperança moral" provocada pelo futuro indicado poderá ser excessivamente débil para me fazer entrar em movimento. Convém lembrar que a esperança moral é um conceito preciso: representa o produto da multiplicação da cifra representativa do valor atribuído ao advento de certo estado pelo número correspondente ao grau de probabilidade desse advento. O grau de incerteza introduz no cálculo um coeficiente de redução do estado prometido, além do que o estado de incerteza, por si, acarreta uma redução direta do mesmo. Certas experiências realizadas a esse respeito são bastante convincentes, especialmente as de Fellner, levadas a efeito na Universidade de Yale.

Resumindo, o requisito principal e quase indispensável para fazer com que o ouvinte entre em movimento é a condenação do presente, que deve ser conseguida durante a fase moral do discurso. A atração exercida pela promessa constitui um fator menos decisivo que a compulsão exercida pelo repúdio do presente. Por isso torna-se necessário que o orador consiga a condenação do presente.

Conclui-se que, para o orador, a exposição da situação, que constitui o primeiro movimento do discurso, apenas representa uma exposição dos motivos do julgamento que deseja incutir no ouvinte. Na verdade não expõe o estado presente, antes investe contra ele.

Na situação devem ser encontrados certos aspectos que provoquem imediatamente nossa indignação. Mas, para que essa indignação possa propiciar um ponto de apoio eficiente, torna-se necessário generalizar em duas dimensões. De início, o orador deve fazer crer que este ou aquele incidente que nos emociona é apenas um dentre muitos que se encontram no atual estado de coisas, e que não lhe são acidentais, mas imanentes. Ainda, e principal-

mente, para conferir peso à imagem que nos é apresentada, deve recorrer a toda uma série de imagens que já se encontram em nosso espírito.

O emprego de uma série de imagens já armazenadas em nossa mente é meio poderoso e fundamental de acentuar um sentimento atual. Vejamos um exemplo bem simples. Quando, num processo criminal, o advogado pede aos jurados que reflitam bem sobre se não se estarão arriscando a condenar um inocente, ele evoca no espírito dos mesmos o espectro dos inocentes condenados que entraram em sua memória por via dos relatos históricos ou dos trabalhos de ficção. Além disso induz no jurado o temor de enfileirar-se no grupo vagamente delineado dos que já condenaram um inocente.

No meu entender, o que dá força à expressão "condenação de um inocente" é o conteúdo das imagens que evoca, e cuja intervenção acaba por conseguir.

O meio mais eficaz de colocar a mente do ouvinte na atitude de julgamento desejada pelo orador é a evocação de idéias morais. A expressão "invocação" de idéias é bastante correntia. E também é muito expressiva. *Invocare* significa apelar; e só se apela para pessoas. Ora, parece-me que, ao invocar uma idéia moral, apela-se para as pessoas ou personagens cujas atitudes ou cenas representem essa idéia, a fim de que compareçam ao nosso espírito.

Neste ponto, oferece-se ao nosso exame a muito antiga querela dos universais, travada, como se sabe, desde o século XII, por Roscelin e principalmente por Abelardo. As imagens que poderão ser evocadas em virtude da invocação de uma idéia são encarnações que apresentam diversos graus de imperfeição, ou então a idéia é apenas o nome comum sob o qual agrupamos aquelas imagens diversas em virtude de certas semelhanças nelas encontradas. Sem entrar no mérito da disputa filosófica, observarei que em meu entender a tese de Abelardo, o nominalismo, impõe-se fortemente no setor da história das idéias, já que, conforme facilmente se compreende, a criação sucessiva de novas imagens provoca uma modificação progressiva do conteúdo da idéia, o que é o nosso tema.

As diferentes categorias de idéias

As *idéias morais* dominam a fase moral do discurso. E estendem-se para além dessa fase. Na verdade, engendram *idéias*

normativas e assim modelam fortemente os objetivos indicados no movimento prospectivo, que é o primeiro da fase pragmática.

Pode-se dizer que o domínio exercido pelas idéias morais é "legítimo" na fase moral, na medida em que serve para "qualificar" a situação, mas "ilegítimo" na parte em que dá uma conotação passional à "exposição" da situação. Trata-se apenas de uma medida de valor, que corresponde a uma atitude de espírito, a do *perito.*

O *perito* ou *indivíduo ponderado* observará que a estratégia que deverá ser adotada para encaminhar (e esse encaminhamento constitui o processativo concreto) a uma situação futura melhor (o prospectivo concreto) só será eficaz se tiver em conta os *dados concretos* da situação inicial. Ora, se os espíritos tiverem sido induzidos em erro ou, mais precisamente, praticamente enganados sobre os dados concretos, por meio de uma apresentação apaixonada da situação, isso fará com que não estejam preparados para adotar uma estratégia frutuosa.

Animado por essa preocupação, o perito deseja que os oradores aceitem como ponto de partida uma exposição da situação baseada num sistema de *idéias descritivas* (ou cognitivas) que esteja em harmonia preestabelecida com as idéias processativas. É apenas natural, diz o perito, que a vontade de mudar (despertada pelo movimento qualificativo) e o objetivo da mudança (indicado no movimento prospectivo) pertençam ao campo do sentimento; mas, acrescenta, a realização pertence ao âmbito da razão prática, que procede do estado presente para realizar a manobra que permita essa realização. Dessa forma a descrição do ponto de partida pertence, tal qual o delineamento da manobra, ao reino do conhecimento, e não do sentimento.

Mas é só nas ocasiões em que não esteja interessado em apaixonar seu auditório que o político se dispõe a ver a situação com os olhos do perito, para a seguir julgá-la apenas de acordo com suas próprias idéias. Sempre que deseja alcançar uma reação forte, apresenta a situação a partir do julgamento que deseja obter do público.

Neste ponto apresento diversas categorias de idéias, classificadas segundo o papel que em minha opinião desempenham no discurso que leva à ação. Não direi que essas categorias não poderiam ser constituídas de outra forma.

Desde logo, cabe observar que as idéias descritivas são representações de *estruturas,* e as idéias processativas, de *processos.*

Em outras palavras, as primeiras formam *modelos estáticos* ou de configuração e as últimas, *modelos dinâmicos* ou de conseqüência. São idéias do mesmo tipo das que são adotadas nas ciências em geral. Tal qual as idéias de que nos valemos em outras áreas de investigação, elas são inadequadas, mas perfectíveis. E como se realiza seu aperfeiçoamento? Pela observação e pela experiência, pelo confronto com a realidade. Neste ponto, peço licença para apresentar ao leitor um adágio todo meu : "O espírito humano não tende para a verdade: choca-se com ela."

Sabe-se perfeitamente que em todas as ciências da natureza as idéias primitivas eram muito falsas; foram melhoradas aos poucos, nunca por meio de reflexões puramente teóricas, mas pela prova das teorias diante dos fatos. Não há nada que constitua prova mais inequívoca da importância da especulação pura na busca do conhecimento da natureza que o caráter delirante — no dizer de Pareto — da *Filosofia da Natureza* de Hegel.

Temos bons motivos para esperar que o progresso das investigações práticas traga consigo um progresso ininterrupto das idéias pertencentes à área política, que possuem o mesmo caráter das relativas às ciências exatas, muito embora nesse terreno se apresentem dificuldades a que não estão sujeitas as ciências da natureza, que lidam com objetos que permanecem imutáveis, o que não é de presumir em nosso setor. Em outro trabalho meu, essa distinção foi estabelecida com maior minúcia[2].

No entanto, devemos abandonar toda semelhança com as idéias científicas quando tenhamos diante de nós idéias de conteúdo afetivo, que nos atingem através dos sentimentos. Aqui não se trata de representações da realidade, que nunca são exatas, mas tendem a progredir para uma adequação cada vez maior com a realidade, sem que o progresso alcançado jamais seja perdido; trata-se de coisa muito diferente. Aqui lidamos, por assim dizer, com receptáculos de sentimentos, de conteúdo variável conforme o lugar, tempo ou ocasião, e que despertam ecos variáveis e sujeitos a variadas deformações.

Essas idéias nos ocuparão por bastante tempo como elementos atuantes. Convém estudá-las nos pontos em que surgem, se afirmam e atuam no cenário histórico.

---

2 Cf. *L'Art de la conjecture.*

II

AS CONTROVÉRSIAS RELATIVAS AO PAPEL DAS IDÉIAS

Tenho a impressão de que o apólogo do discurso, que serve para distinguir certas categorias de idéias que influem na política, oferece alguma proteção contra a confusão que parece caracterizar a disputa sobre o papel efetivo das idéias, a qual vem sendo sustentada desde a Revolução Francesa.

Seria fácil consagrar este curso exclusivamente à apresentação das opiniões divergentes a respeito do caráter causal das idéias, que têm sido manifestadas e defendidas a partir de 1800. Nesse caso seríamos tentados a distinguir três épocas. Os filósofos do século XVIII acreditavam que o poder das idéias era imenso, Marx, ao que parece, o julgava muito apagado, e Keynes lhe restituiu a primazia de antes.

Mas, de que espécie de idéias se cogitava? Uma vez que Marx diz que as idéias que dominam determinada época gozam dessa primazia por serem as da classe materialmente dominante, conclui-se que as idéias a que se refere esse autor são "valores" ou idéias normativas. Se vê apenas as manifestações, não os princípios motores, estará aludindo às idéias processativas. Na verdade, se é através da modificação dos meios de produção que se verifica a modificação da sociedade (e, através dela, a das idéias normativas), os próprios meios de produção só se modificarão através do progresso das idéias processativas, das idéias sobre o "como fazer?", e essas idéias processativas não dizem respeito somente às maneiras de explorar a natureza, mas também às maneiras de organizar os homens para esse fim.

Quando Keynes nos diz que as idéias guiam o mundo — e a acolhida proporcionada a suas próprias idéias representa uma prova evidente dessa afirmativa — ele não se esquece de mencionar as circunstâncias do momento em que escreve: vê-se diante de uma situação de fato que desprestigia as idéias cognitivas e processativas até então reinantes e propicia o reforço de uma emoção concreta à idéia normativa do "pleno emprego", da qual ele é porta-voz.

Não há como negar que, quanto à aceitação das idéias, existem processos *frios* de adoção gradual por um público ampliado

pouco a pouco, e processos *quentes* de adoção emocional. E não há como negar também que raramente se verifica a aceitação global de um sistema coerente; quase sempre ocorre a de uma idéia específica. E esta pode ter sofrido uma deformação. Será que os pensadores podem ser responsabilizados por tudo que se faz sob a invocação de seus nomes?

O exame minucioso da questão do papel das idéias não se enquadra no âmbito deste trabalho; mas torna-se necessário ressaltar a importância desse papel, pois é justamente a influência que as idéias exercem na história que justifica nosso curso. Algumas citações serão úteis para despertar o interesse do leitor para o assunto, habilitando-o a formar opinião própria sobre o mesmo, por meio das indicações que possam ser extraídas das passagens narrativas.

Os filósofos e a Revolução Francesa

Embora a Revolução Francesa não se inclua na área de estudo que nos foi designada, torna-se necessário fazer referência à mesma, já que é a partir dela que se oferece o problema do papel das idéias. Que papel terão desempenhado as idéias dos filósofos na marcha dos acontecimentos revolucionários?

É perfeitamente natural que a diferença de julgamentos intelectuais a esse respeito seja influenciada pela diferença das situações e dos sentimentos.

O jornalista alemão Gentz escreveu em 1799, em seu *Historischer Journal,* publicado em Berlim:

> "A maior parte dos escritores franceses realistas (*royalistes*) se atém às causas acidentais, já que dessa forma subtrai à Revolução aquilo que ela tem de importante nos anais do mundo e a reduzem à categoria de uma simples cabala. Seus entusiastas procuram, pelo contrário, colocar na sombra as ignomínias que se verificaram depois de sua eclosão, e querem apontá-la como um produto imaculado da razão humana em seu estado de desenvolvimento gradual. Esta última solução tem a vantagem de ser vaga e de oferecer uma idéia imponente.

["Em nota Gentz acrescenta:] Os alemães que admiram a Revolução servem-se de bom grado desta maneira de ver as coisas, mas apesar disso não querem convir em que o progresso das luzes possa causar revoluções. A contradição é palpável. Se o progresso das luzes foi capaz de causar uma subversão na França, não se vê por que não poderia ele produzir o mesmo efeito em outros países[3]."

Não há dúvida de que Gentz está com a razão quando diz que essa maneira de ver as coisas traz a coloração das emoções. No entanto, a dicotomia parece muito mais simples.

Durante a Revolução, surgiram autores que pretendem ver na marcha dos acontecimentos a própria marcha das idéias filosóficas. Acontece, todavia, que essa mesma versão é encontrada tanto entre os revolucionários fanáticos como entre os adversários não menos fanáticos das "idéias filosóficas".

O mesmo nexo causal exclusivo e exaustivo de idéias relativas aos acontecimentos produziu na França duas atitudes intelectuais e políticas, em guerra natural uma contra a outra; entre esses extremos situa-se uma posição que de certa forma pode ser classificada como "centrista" e que, embora atribua um papel importante às idéias, inocenta-as das atrocidades da Revolução. Isso é feito de maneiras muito diferentes. Uns acusam os autores da Revolução de haverem interpretado erroneamente as idéias filosóficas; é a posição de Raynal. Para outros, as resistências às luzes foram responsáveis por todas as convulsões. Ainda outros sustentam, ao que parece de forma mais realista, que os esforços destinados a introduzir de uma hora para outra as reformas inspiradas pelas idéias filosóficas num ambiente social impregnado de alto potencial explosivo desempenharam o papel de detonador. Este último ponto de vista â defendido por Tocqueville[4].

Como aqui nosso objetivo não deve consistir em encetar o exame de um processo tão extenso, limitar-me-ei a citar dois textos que me parecem ser de grande interesse: o primeiro, de Marat, por sua substância; e o último, de Raynal, em virtude do passado do autor.

---

[3] Friedrich von Gentz, citado por Mallet Du Pan no *Mercure britannique*, vol. III, n.° XVII.

[4] Cf. *L'Ancien Régime et la Révolution*, livro III, capítulo V: "Comment on souleva le peuple en voulant le soulager."

A palavra de Marat

Em novembro de 1789, Marat exprime-se da seguinte forma, no seu jornal *L'Ami du peuple*[5].

> "A filosofia preparou, iniciou, favoreceu a Revolução atual: é incontestável. Mas os escritos não bastam, precisa-se de ação. E a quem devemos a ação senão às sublevações populares?
>
> Foi uma sublevação popular começada no Palais-Royal que deu início às defecções no exército e transformou em cidadãos 200.000 homens que a autoridade transformara em satélites e desejava transformar em assassinos.
>
> Foi uma sublevação popular eclodida nos Campos Elísios que desencadeou a insurreição de toda a nação. E a que provocou a queda da Bastilha preservou a Assembléia Nacional, fez abortar a conspiração, evitou o saque de Paris e impediu que o fogo reduzisse a cidade a cinzas e que seus habitantes se afogassem em seu próprio sangue.
>
> Foi uma sublevação popular ocorrida no mercado n.º 9, no pavilhão, que fez abortar a segunda conspiração, impediu a fuga da família real e evitou as guerras civis que constituiriam a sua conseqüência inevitável."

Esse texto de Marat reveste-se de duplo interesse. De início, ressalta o papel preponderante que os movimentos violentos desempenharam na marcha da Revolução. E não há dúvida de que, nesse ponto, Marat tem razão, não somente no que relata, mas também no que faz prever. De outro lado, ao evocar os perigos imensos de que as sublevações teriam salvo o povo, ele nos oferece um testemunho valioso das *imagens* que inspiraram as emoções populares, pouco importando que nos dê a impressão de se ter ele entregue a um delírio da imaginação. Prossigamos na leitura que desenvolve o primeiro ponto, e, na verdade, assume caráter verdadeiramente profético:

> "Foram as sublevações que subjugaram a facção aristocrática dos Estados gerais, contra a qual se esboroavam as armas da filosofia e a autoridade do monarca. Foram elas

[5] Artigos de 10 a 11 de novembro de 1789, citados no livro de Gérard Walter, *La Révolution française vue par ses journaux*, Paris, 1948, pp. 76-79.

que a convocaram ao cumprimento de dever por meio do terror [note-se o aparecimento do termo], que a levaram a unir-se sob a inspiração de um objetivo patriótico, e a cooperar com o povo a bem do Estado. Basta acompanhar os trabalhos da Assembléia Nacional para concluir que a mesma não entrava em atividade a não ser em decorrência de alguma sublevação popular e que, nos tempos de paz e segurança, essa facção odienta jamais deixou de reerguer-se para opor entraves à Constituição ou fazer aprovar decretos funestos.

Portanto, é às sublevações que devemos tudo."

Esse trecho representa algo que foi bem visto e perfeitamente previsto. Não demorará que a iniciativa dos acontecimentos escape à Assembléia Nacional, e ela não será recuperada nem pela Legislativa*, nem pela Convenção. Os passos decisivos da Revolução tiveram início não nas decisões adotadas no seio das assembléias, mas nas pressões externas exercidas sobre elas. A Legislativa será monarquista: não é por ato seu, mas em virtude das "jornadas" de 20 de junho e 10 de agosto de 1972 que a realeza é abolida. A Convenção será girondina: são as jornadas de 30 de maio e 2 de junho de 1793 que conferem o poder à Montanha.

Devemos supor que os sublevados, que executavam essas jornadas, marchavam com a cabeça repleta de leituras filosóficas? Não é muitíssimo mais provável que se sentissem animados por imagens como as que Marat pôs diante de seus olhos? Não se encontram entre eles as pessoas que lêem Voltaire e Rousseau (já que esses dois antagonistas se viram congregados de forma tão crítica numa responsabilidade conjunta); essas pessoas serão encontradas em número muito maior em Coblença. Quem é mais voltairiano que Rivarol? Conforme revelou Jacques Godechat, os livros que os emigrados pediam lhes fossem enviados eram as obras dos filósofos.

É somente por meio do jogo da imagem que a idéia abstrata pode inspirar um movimento popular. O assalto à Bastilha constitui um exemplo curioso. Embora poucos o saibam hoje, a Bastilha não era um alvo natural da fúria popular. Foi envolvida na onda emocional que se seguiu ao medo causado pela aproximação das tropas, que Luís XVI enviara num imprudente gesto de veleidade. Acontece que a reação popular não se orientou por ela,

---

*** Assembléia que sucedeu à Constituinte no dia 1.° de outubro de 1791 e foi substituída pela Convenção a 21 de setembro de 1792. (N. da E.)**

mas pelo simbolismo desenvolvido pelos homens de letras. A Bastilha era temível para eles, não para o povo. Usando as palavras que o defensor de Sébastien Mercier escreveu no *Tableau de Paris,* em 1783, direi:

> "A Bastilha. Prisão de Estado: isso basta para qualificá-la. Trata-se, no dizer de Saint-Foix, de um castelo que, sem ser forte, é o mais temível de toda a Europa.
>
> Quem sabe o que se faz na Bastilha, o que ela encerra, o que nela já se encerrou!
>
> ....
>
> De resto, o Châtelet infunde mais pavor ao povo que a Bastilha. O povo não teme esta última, já que ela praticamente lhe é estranha, pois que o homem do povo não possui nenhuma das faculdades que poderiam abrir-lhe as portas dessa prisão. Por isso quase não chega a lamentar os que ali estão detidos, cujos nomes via de regra ignora[6]."

A palavra de Raynal

Marat nos diz que a marcha da Revolução se faz por meio da sublevação. Admitamos que seja assim. Será que essa marcha se processa de acordo com as idéias dos filósofos?

Ouçamos o que diz a esse respeito o último sobrevivente da grande geração de filósofos, o abade Raynal.

No dia 31 de maio de 1791, o presidente da Assembléia Nacional anuncia durante a sessão:

> "Hoje de manhã o abade Raynal me deu a honra de sua visita [Raynal tinha 24 anos]; entregou-me um pronunciamento seu, pedindo que o apresentasse à Assembléia."

Temos, portanto, a Assembléia colocada em contato com a opinião do único representante então existente da escola em que ela se apoiou. Como foi acolhida essa opinião? Com respeito? De forma alguma. A leitura é entremeada de interrupções violentas e, após ela, verifica-se uma corrida à tribuna, onde 20 oradores disputam a honra de revidar a Raynal (quem consegue tal honra é Robespierre).

---

6 Sébastien Mercier, *Tableau de Paris,* 1783, t. III, pp. 275-278.

Devemos situar essa leitura no ambiente em que ela se realiza. É levada a efeito entre a reunião popular que impediu Luís XVI de recolher-se a Saint Cloud (17 de abril) e a fuga para Varennes (21 de junho).

Qual é a natureza da mensagem de Raynal? Trata-se nada menos que de um repúdio de paternidade, manifestado em nome dos filósofos. Ouçamos:

> "Depois de longa espera ousei falar aos reis sobre seus deveres. Permiti que hoje fale ao povo sobre seus erros, e aos seus representantes sobre os perigos que nos ameaçam. Sinto-me, eu vos confesso, profundamente entristecido com os crimes que cobrem de luto este império. Será que devo dar-me conta com grande assombro de que sou um dos que, ao darem sua aprovação a uma indignação generosa contra o poder arbitrário, talvez tenham fornecido armas para a depravação? A religião, a lei, a autoridade real, a ordem pública, recorrem todos esses valores à filosofia, à razão, para que estas restabeleçam os elos que os ligam à grande sociedade que é a nação francesa, como se, ao repelir o abuso, ao invocar os direitos do povo e os deveres dos príncipes, nossas ações criminosas tivessem rompido esses elos? Não! Jamais as concepções hauridas da filosofia deixaram de ser apresentadas por nós como a medida exata dos atos legislativos.
>
> "Não podeis, sem erro, responsabilizar-nos por algo que só pode ter resultado de uma falsa interpretação dos nossos princípios."

Eis o repúdio. Segue-se uma descrição do estado de coisas reinante, que nos faz compreender perfeitamente o clamor contra o mesmo levantado:

> "O que vejo em torno de mim? distúrbios religiosos, discussões civis, a consternação de uns e a audácia de outros, um Governo que se tornou escravo da tirania popular, o santuário da lei cercado de homens desenfreados que ora querem ditá-la, ora desafiá-la; soldados sem disciplina, chefes sem autoridade, ministros sem recurso, um rei, que é o primeiro amigo de seu povo, lançado à amargura, ultrajado, ameaçado, despojado de toda autoridade, um ambiente em que o poder público existe apenas em clubes de homens

ignorantes e grosseiros, que se atrevem a emitir pronunciamentos sobre todas as questões políticas." (*A ala esquerda prorrompe em exclamações.*)

Os termos da carta não são comedidos. Nota-se que foi escrita sob o domínio da emoção. Mas vejamos o que interessa diretamente ao nosso estudo:

> "Elaborastes uma Declaração de direitos, e essa Declaração é perfeita se a livrardes das abstrações metafísicas que apenas servirão para espalhar pelo Império os germes da desorganização e do desastre. Hesitando sem cessar entre os princípios que não podeis modificar e as circunstâncias que vos obrigam a abrir exceções, *sempre. fazeis muito pouco em prol da utilidade pública e muito em prol da vossa doutrina.*"

"Muito em prol da vossa doutrina!"

E é um filósofo que fala assim! Que erro não comete quem aponta os filósofos do século XVIII como homens imersos em abstrações! Não foram eles que fizeram a *Enciclopédia?* E não representa ela uma grande valorização das artes concretas?

Poder-se-á extrair da intervenção apaixonada de Raynal uma apreciação sobre o papel das idéias? O que ele parece sustentar é que as idéias normativas, benéficas por sua integração gradual nas instituições, tornam-se perigosamente embriagadoras se, condensadas em fórmulas arrebatadoras, são enunciadas de forma vigorosa. Com isso modificam seu caráter e produzem efeitos violentos. Ao que parece, não se preocupou muito em saber se os efeitos violentos não tiveram outra causa. Evidentemente atribui grande força etiológica às idéias e critica a maneira pela qual são usadas.

A veracidade das idéias ou sua concordância com as situações

Talvez a maior diferença entre os séculos XVIII e XIX, no que diz respeito ao papel das idéias, seja a substituição da noção de idéia verdadeira pela de idéia concordante com a situação. Ressalvo e faço questão de enfatizar que o tratamento que aqui dou ao assunto é extremamente superficial, o que me leva a formular declarações que talvez sejam criticáveis em certos pontos.

Diante disso, deve-se sentir que a linguagem usada por Saint-Simon no trecho que irei citar não é a mesma do século XVIII:

> "Não existe sociedade sem idéias comuns, sem idéias gerais: cada um gosta de sentir o laço que o liga aos outros e serve de garantia à união recíproca. Essas idéias gerais, verdadeiras ou falsas, governam enquanto subsistem: exercem a maior influência sobre a conduta nacional[7]."

Desse texto resulta naturalmente que em diferentes situações sociais existem sistemas diferentes de idéias comuns; é uma atitude totalmente diversa da que pretende apresentar, conforme se fazia no século anterior, o quadro de uma luta de idéias verdadeiras contra os preconceitos e as superstições.

Vejamos agora um texto de Victor Considérant, datado de 1834, que dá a entender que a modificação das idéias acompanha a das forças sociais:

> "Se fomos libertados do jugo feudal, não devemos isso às Constituições, pois estas não fizeram mais que constatar a emancipação já consumada do Terceiro Estado e das comunas. E essa emancipação foi devida exclusivamente ao fato de que o Terceiro Estado e as comunas, os homens sujeitos aos tributos e à prestação compulsória de serviços adquiriram, pouco a pouco, por meio das ciências, da indústria e das idéias, um poder superior ao antigo poder feudal dos senhores.
>
> As constituições registram os fatos sociais consumados: é este o papel que desempenham[8]."

A tese do jovem Marx

Dessa forma chegamos a um texto célebre de Marx. Cabe ressaltar que foi escrito durante a juventude do autor[9], numa

---

[7] Saint-Simon, *L'Industrie,* na edição Anthropos de suas obras. Vol. 2, 1817, t. II, p. 203.

[8] Victor Considérant, *Destinée sociale* (edição original, 1834), 4.ª edição, 1851, p. 19.

[9] O texto citado figura em *L'Idéologie allemande,* t. VI das *Œuvres philosophiques,* tradução francesa de J. Molitor, Paris, Costes, 1937, pp. 193-199. Segundo diz o apresentador, "*L'Idéologie allemande* é um trabalho coletivo

reação contra o hegelianismo, já que este se afigurava então a Marx como a doutrina que, dentro da marcha da história, confere primazia à marcha do pensamento, colocado em posição autônoma, segundo lhe parece, desvinculado das ligações práticas do homem com a natureza. Mais uma vez previno o leitor para que não dê o caráter de julgamento às notas rápidas cujo único objetivo consiste em estabelecer ligação entre várias situações.

Nessa conformidade, as observações que daqui por diante intercalarei na citação de Marx têm por fim exclusivo levar o leitor a fixar seu pensamento em cada um dos parágrafos:

> "As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes. Isso significa que a classe que exerce o poder *material* dominante constitui também o poder *espiritual* dominante."

Logo surge uma indagação: Por que será assim? No meu entender, o prosseguimento do texto nos pede que distingamos três razões diferentes. Essa divisão tripartida é de meu agrado, mas quem quiser poderá rejeitá-la. Feita essa ressalva, vejamos o enunciado da primeira razão:

> "A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe ao mesmo tempo e por esse mesmo fato dos meios de produção espiritual, motivo por que lhe são submetidas no meio do percurso as idéias daqueles que estão privados dos meios de produção espiritual."

O que aqui se aponta é um controle ou uma filtragem exercida em virtude do império que a classe dominante exerce sobre os meios de produção espiritual. Será que Marx tinha em mente os meios de divulgação do pensamento? Acontece que foi somente em nossos dias que eles se tornaram muito onerosos: transformaram-se na grande imprensa, nas estações de rádio, nas emissoras de televisão. No tempo de Marx ainda não havia (e até então nunca tinha havido) qualquer meio de difundir a palavra falada que não fosse gratuito, ou qualquer meio de divulgar a palavra escrita que não fosse pouco oneroso. Assim, por exemplo, Gérard Walter informa que, durante a Revolução Francesa, a impressão

---

de Marx, Engels e Moisés Hess, no qual Marx desempenhou indubitavelmente o papel de líder. Foi elaborado de setembro de 1845 a agosto de 1846..."; Na época Marx tinha 27 ou 28 anos.

de 2.000 exemplares do jornal *L'Ami du peuple* não custava mais que uma refeição para duas pessoas num dos restaurantes da moda. Estaria Marx pensando na instrução? Durante o *Ancien Régime,* ela de forma alguma constituía privilégio exclusivo da classe dominante.

Passemos ao que parece ser a segunda razão:

> "As idéias dominantes nada mais são que a expressão idealizada das condições materiais dominantes; apenas representam essas condições convertidas em idéias. As mesmas causas que fazem de uma classe a classe dominante dão origem às idéias de seu domínio."

Tenho a impressão de que essa razão é mais profunda que a anterior. Ela liga o domínio material de determinada classe e o domínio intelectual de certas idéias a uma causa comum, consistente em condições materiais preexistentes. Para traduzir o mesmo pensamento em linguagem mais familiar (sem que eu seja capaz de dizer se esse procedimento envolve ou não uma traição ao pensamento de Marx), direi que realmente parece natural que as mesmas circunstâncias que fazem crescer consideravelmente a autoridade social dos engenheiros fazem crescer na mesma extensão a autoridade intelectual das maneiras de pensar características dos engenheiros. No caso desse exemplo, porém, não se dirá apenas que a promoção social dos engenheiros confere crédito a suas idéias (o que é verdadeiro), mas também (e aqui temos outra verdade) que o crédito conferido a suas idéias faz surgir sua autoridade social.

Acontece que, no meu entender, depois de insinuar fortemente a presença dessa ação recíproca, Marx retorna, ao apresentar aquilo que designarei como a terceira razão, à idéia de que a ligação se estabelece em sentido único da dominação social para a dominação intelectual:

> "Os indivíduos que constituem a classe dominante têm, entre outras coisas, a mesma consciência e pensam segundo a mesma trilha, tanto na qualidade de dominadores como na de membros da mesma classe, determinando assim toda a configuração de um período histórico. Desnecessário dizer que eles o fazem em toda a extensão, regulando por isso mesmo, entre outras coisas, como indivíduos pensantes e produtores de idéias, a produção e a distribuição das idéias

de seu tempo. Por isso mesmo suas idéias são as idéias dominantes de sua época."

Esse parágrafo surpreende. Não há dúvida de que "os indivíduos pensantes, os produtores de idéias" nunca são recrutados exclusivamente entre os ricos e os poderosos. Quem foram os principais introdutores de idéias novas em Roma? Foram os gregos, alguns deles escravos, como Epiteto, outros sofistas que, embora seus cursos pudessem ter grande êxito, não pertenciam à sociedade romana, da mesma forma que os atletas e os comediantes dela não faziam parte. Já mais perto de Marx, na Europa do *Ancien Régime,* a educação da nobreza não era confiada aos eclesiásticos pobres? Haverá qualquer razão para acreditarmos que aquilo que eles diziam era apenas expressão da consciência de uma classe à qual não pertenciam?

Prosseguindo na leitura do texto de Marx, temos a impressão de que ele considera a classe dominante como uma área de divisão do trabalho espiritual e material:

> "...de forma que, no seio dessa classe, uma das partes se apresenta como a dos pensadores dessa mesma classe (são os ideólogos ativos e conceptivos dessa classe, cujo ramo de ocupação principal consiste em fomentar a ilusão da mesma a seu próprio respeito), enquanto os outros membros da classe têm em relação a essas ilusões um papel essencialmente passivo e receptivo, já que na verdade são os membros ativos da classe e não têm tanto tempo para criar ilusões e idéias sobre si mesmos.
>
> No interior dessa classe, uma cisão pode transformar-se numa espécie de oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, todavia, se esfacela por si mesma quando surge qualquer colisão prática que coloque em perigo a própria classe, ou então desaparece diante da impressão de que as idéias dominantes não são as idéias da classe dominante e têm um poder independente do poder dessa classe."

Se quisermos admitir que, como diz Marx, os pensadores de cada época pertencem efetivamente à classe dominante ou então se sentem solidários com a mesma, não compreendemos por que motivo se empenhariam eles em "fomentar a ilusão dessa classe a seu próprio respeito". Uma vez que seu interesse está, por hipótese, ligado ao interesse da classe dominante, a prudência mandaria que a advertissem sobre os erros em que incide e procurasse

orientar sua conduta de forma tal que lhe permitisse manter sua posição.

Na verdade, poderíamos indagar se a ausência de abalos brutais e de mudanças totais, que caracterizou a história da Inglaterra de 1689 aos nossos dias, não é devida em grande parte ao fato de que os produtores de idéias não se empenharam em fomentar a *ilusão* da classe dirigente a seu próprio respeito mas, pelo contrário, se esforçaram para realizar um ajuste progressivo das suas concepções e do seu comportamento.

Devemos então acreditar que Marx atribui às idéias uma dependência tão estreita em face das classes sociais que elas são incapazes de mudar, a não ser em virtude da substituição de uma classe por outra, substituição esta que é concebida como um ato de brutalidade? Antes de o interpretarmos dessa forma, devemos ressaltar que o texto transcrito representa um ataque à concepção hegeliana do movimento das idéias, ou ao menos à concepção hegeliana pela forma como Marx a interpretou.

A concepção contra a qual Marx investe é a da "autonomização das idéias". Vejamos o que diz a esse respeito:

> "Uma vez que as idéias dominantes sejam desvinculadas dos indivíduos dominantes, *e sobretudo das condições que decorrem de certa etapa do modo de produção* (o grifo é nosso), e uma vez que dessa forma se chegue à conclusão de que, no curso da história, as idéias sempre cominam, tornar-se-á difícil apontar, dentre todas essas idéias, a "idéia" como algo que existe na história, concebendo por essa forma as diferentes idéias e concepções como 'determinações auto-subsistentes', *da* concepção que se desenvolve através da história. Dessa forma será perfeitamente natural que todas as condições do homem possam ser derivadas da concepção do homem, do homem representado, da existência do homem, do homem enfim. É o que a filosofia especulativa tem feito. O próprio Hegel reconhece, no fim de sua filosofia da história, que ele considera unicamente o progresso da *noção,* e que introduziu na imagem da história a verdadeira *teodicéia.*"

Esse parágrafo sugere que Marx pretendia rebelar-se contra uma concepção do movimento histórico das idéias que *desvincula esse movimento das realidades sociais;* e neste passo pouco importa que seja ou não justo atribuir essa concepção a Hegel. O

que importa, e muito, é repudiar essa concepção, como faz Marx. Esse repúdio chega mesmo a ser essencial a nossa exposição histórica.

Certamente existem áreas de pensamento em que a entrada em cena de um novo autor se faz por meio de uma reflexão especulativa sobre o texto dos autores precedentes. No entanto, não há dúvida de que não é assim que se produz a modificação das idéias de ordem política, econômica ou social. O pensamento novo pressupõe uma luta contra a realidade, no curso da qual surgem tipos inadequados de instrumentos representados pelos pensamentos herdados, fato que obriga à feitura de novos instrumentos. Uma vez passada a luta, o crítico sempre poderá reconhecer nos novos instrumentos descendentes dos instrumentos antigos. Mas nunca se compreenderá de que forma nascem esses descendentes, a não ser que se considere o esforço realizado no sentido de dar nova configuração à realidade. É evidente que existe um estímulo bem maior para a realização desse esforço quando a realidade já tenha experimentado modificações consideráveis. Diante disso, somos de opinião que, no curso de nossa exposição histórica, devemos dedicar nossa atenção de preferência às épocas em que se verificaram as grandes comoções.

O exemplo de Keynes

Depois de um período em que, de uma forma ou de outra, o papel das idéias tem sido menosprezado, surge o pronunciamento de Keynes, que se reveste de interesse por dois motivos: a afirmação vigorosa do papel desempenhado pelas idéias e a prova concreta que acompanha a mesma.

Cito integralmente as últimas duas páginas do livro tão famoso e tão importante desse autor, *A Teoria Geral do Emprego:*

> "Será que a realização dessas idéias [as que foram expostas por Keynes] constitui apenas a esperança vã de um visionário? Será que elas não têm raízes suficientemente fortes nos elementos motores que governam a evolução da sociedade? Serão os interesses a serem prejudicados por elas mais fortes e evidentes que aqueles que serão beneficiados?
>
> Neste ponto não me abalançarei a dar a resposta. Haveria necessidade de um livro completamente diferente deste para apenas esboçar as medidas práticas que poderiam levar

à concretização das idéias. Se as mesmas são justas — hipótese em que o autor necessariamente há de basear-se — incidiremos em erro, no meu entender, se duvidarmos do bem que elas poderão exercer numa época futura. Hoje em dia os homens mostram-se mais interessados em compreender um diagnóstico fundamental, mais dispostos a aceitá-lo: e até parecem ansiosos por submetê-lo a uma prova, desde que seja plausível.

Mas, independentemente dessa disposição atual, existe nas idéias dos economistas e dos filósofos políticos um poder de que geralmente não se suspeita, quer essas idéias sejam corretas, quer sejam errôneas. Na verdade, o mundo é dirigido quase exclusivamente por elas. Geralmente os homens práticos, que se julgam imunes a toda e qualquer influência intelectual, são escravos de algum economista falecido.

Os homens de gênio exaltado, que ocupam posições importantes e sabem compreender essas vozes, acabam, depois de alguns anos, por destilar seu frenesi por intermédio de algum escriba acadêmico.

Tenho certeza de que se costuma exagerar enormemente o poder dos interesses consolidados em face do avanço progressivo das idéias. Esse avanço não se verifica imediatamente, mas com um certo intervalo. É que no domínio da economia e da filosofia política poucas pessoas são influenciadas por teorias depois dos 25 ou 30 anos. Dessa forma as idéias que os funcionários, os políticos e até mesmo os amadores aplicam aos acontecimentos atuais não representam a última novidade. Mas, mais dia menos dia, são as idéias e não os interesses que se revelam eficazes, para o bem ou para o mal[10]."

Que Keynes tem razão no que diz sobre as idéias, isso parece demonstrado pela eficácia das que ele mesmo concebeu. Mas um escritor posterior, que se tornou célebre por seus trabalhos engenhosos, relativos principalmente à proliferação burocrática, rebaixa o papel das idéias. Esse escritor é Parkinson. Leiamos uma de suas páginas, que representa uma oposição evidente à manifestação de Keynes:

---

10 John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Londres, fevereiro de 1936.

(Observação: neste caso, como em alguns outros, a citação, que é integral, foi arejada por meio de uma paragrafação mais abundante.)

> "Geralmente se sustenta nos manuais que os livros publicados pelos teóricos políticos exerceram grande influência sobre os acontecimentos. O estudante é levado a ver em cada líder político um homem que recorre ao seu autor predileto antes de tomar uma decisão. Mas Robespierre não dormia com o *Contrato Social* sob o travesseiro, nem Luís XIV com o *Leviatã*. Não existe nenhum político militante que seja fortemente influenciado por um livro de teoria política, embora muitos o tenham sido por obras religiosas. Quando se trata de um político dado à leitura, o mesmo terá lido não apenas o texto a que o historiador atribui importância capital, mas 49 outros livros dos quais o historiador nunca ouviu falar. E se o nosso político atribui maior importância a este ou aquele livro, isso acontece porque o autor recomenda algo que o nosso político já decidiu fazer ou já fez. De qualquer maneira, o livro servirá de justificativa, o que não significa necessariamente que tenha sido escrito antes da revolução que parece justificar. Pouco importa sua anterioridade ao acontecimento: é este que lhe dá voga. E, em contraposição, os livros que militam pela causa perdida têm sido esquecidos, negligenciados, destruídos ou talvez nunca tenham sido publicados. Dessa forma realiza-se uma seleção natural dos livros, a qual propicia a alguns a popularidade e a vitalidade que estão de acordo com o gosto da época, enquanto outros são relegados ao oblívio, que deve ser o destino de tudo que não esteja na moda. Na China antiga, tanto quanto na nova, os livros que não se atinham ao tom dominante eram queimados. Na Inglaterra e nos Estados Unidos a única coisa que lhes acontece é que não encontram editor, já que não é de esperar que sejam vendidos. Não são os livros que influenciam os acontecimentos políticos. São os acontecimentos políticos que decidem quais os livros que serão colocados no pelourinho e quais os que serão incluídos nos programas escolares, em caráter obrigatório." (Northcote Parkinson, *The Evolution of Political Thought*, 1958, prefácio).

Qual dos dois autores está com a razão? Não me cabe dizê-lo neste passo. A meu ver uma das justificativas deste curso consiste no fato de permitir a formação de opiniões pessoais sobre a matéria que constitui seu objeto. Mas peço que me seja permitido ao menos acrescentar ao material de estudo o testemunho de um

homem que viveu durante todo o período em que se ambienta o livro de Keynes.

Convém ressaltar desde logo que o desemprego era a preocupação dominante, que assumia ares de verdadeira obsessão. Se esse tema não mereceu tanta atenção antes da Grande Depressão, que pode ser situada em 1931, ele o mereceu desde cedo por parte daqueles que tiveram oportunidade de observar, seja como cidadãos do país, seja como visitantes (o que foi o meu caso), a extensão que o mal assumiu na Inglaterra antes da crise mundial. Era bastante generalizada a atitude dos políticos que exigiam a reabsorção dos desempregados. Para compreender a adesão popular granjeada por Hitler durante os primeiros anos de seu Governo, devemos atribuí-la aos êxitos inegáveis da política de combate ao desemprego por ele posta em prática. Um detalhe histórico que não nos é dado conhecer é a medida em que essa política terá sido inspirada pelo livro notável do socialista alemão Ferdinand Grünig (*Le circuit économique,* publicado em 1933, tradução francesa de Gaël Fain, Paris, Payot, 1937). Bastante evidentes são as razões sentimentais que impediram a pesquisa dessa questão.

Foi ainda em 1933 que outro socialista, Henri de Man, apresentou ao partido trabalhista belga seu "programa de trabalho"; na França, elaborou-se o programa da C.G.T.; nos Estados Unidos, Roosevelt empreendeu uma ação vigorosa nas intenções, mas titubeante nos métodos.

Conclui-se que por certo não é verdade que a *Teoria Geral* de Keynes se encontre na origem das políticas de pleno emprego praticadas na década de 1930. Acontece que, na página transcrita, se fala numa eficácia a prazo, e esta me parece absolutamente incontestável. As ações suscitadas por circunstâncias extraordinárias de desemprego maciço são uma coisa, e coisa diversa é a demonstração, contrária às teorias prevalentes, de que um estado satisfatório de emprego não se mantém automaticamente, mas deve constituir objeto de uma política consciente, e ainda a feitura de uma representação totalmente nova da dinâmica econômica, que permite uma apreciação rápida da conjuntura e a pronta correção das tendências desastrosas. O grande livro de Keynes constitui a fonte das políticas econômicas do pós-guerra, que reduziram a proporções insignificantes as flutuações econômicas antes tão pronunciadas.

Por isso, tenho a impressão de que se torna bastante difícil esposar a posição céptica de Parkinson. Outro exemplo oferece-se ao nosso espírito.

Haveremos de concordar de bom grado com Parkinson em que a circulação das obras de Karl Marx sofreu um forte acréscimo a partir do momento em que o marxismo se transformou na ortodoxia de uma grande potência. Mas nem por isso se pode sustentar que essas obras não tenham produzido o menor efeito na Europa antes do aparecimento de Lênin. A entendermos assim, estaríamos introduzindo uma deformação em todo o movimento socialista.

Por outro lado, acredito ter encontrado uma contradição na exposição de Parkinson. Ele nos apresenta a figura de um novo dirigente que recomenda determinado livro, porque este se torna conveniente à justificação dos seus atos. Mas se o novo dirigente é insensível às idéias, por que haveria ele de contar com a sensibilidade do público?

Se difunde o livro por simples cálculo político, esse cálculo não encontra explicação, a não ser que o dirigente tenha feito em si mesmo a prova da sensibilidade às idéias. Isso ainda se demonstra por meio de um raciocínio *a contrario:* os ditadores verdadeiramente incultos não se preocupam com a divulgação de qualquer livro, antes desconfiam das idéias em geral.

Além do mais, parece-me que dificilmente se poderá sustentar que as obras sejam divulgadas pelos próprios ditadores, unicamente porque seus autores lhes fornecem uma justificação. Assim, por exemplo, as indicações bastante precisas sobre o regime político do socialismo, encontradas na obra de Karl Marx, *A Guerra Civil na França,* e que foram desenvolvidas por Lênin em *O Estado e a Revolução,* estão longe de trazer qualquer justificativa para o enorme aparelho executivo que se formou na União Soviética: antes o condenam. Acontece que não me consta tenham os dirigentes soviéticos dificultado de qualquer forma a divulgação das obras de seus mestres intelectuais.

Esse exemplo, por sua vez, representa uma advertência contra o excesso contrário ao do cepticismo. Da mesma forma que me parece que a negação total do papel motriz das idéias contraria a experiência, também me parece contrária a toda experiência a suposição de que todas as idéias são eficazes: existe boa quantidade delas que não conduz a qualquer ação, e muitas delas não chegam sequer a representar, num estágio anterior, qualquer estímulo à ação.

Conforme disse no início desta introdução, minha intenção consistiu apenas em evocar as opiniões divergentes sobre o papel das idéias. Talvez o leitor cuide que, ao discutir o assunto

em termos tão gerais, não se sabe muito bem no que se está falando. Será que as idéias de honra e de pleno emprego são da mesma natureza? Não caberia distinguir as idéias pelo gênero? Será que a classificação das idéias segundo suas funções não constituiria uma boa maneira de pôr em prática essa distinção?

1.

O ponto de partida: 1800
Modificações posteriores

Os limites do programa fazem-nos tomar como ponto de partida o ano de 1800 ou, em outras palavras, o 18 Brumário do ano VIII (9 de novembro de 1799).

Brevidade do período abrangido pelo estudo

O período coberto por nosso estudo é breve. Para fazer com que o leitor o sinta, usarei como padrão a vida humana. No momento adotado como ponto de partida, Sieyès é uma personagem muito importante, que compartilha com o General Bonaparte os lugares mais destacados do cenário. Foi a ele que se fez o pedido respeitoso de redigir a constituição do ano VIII. Pouco importa que na realidade Bonaparte a tenha ditado a Daunou.

Sieyès nasceu em 1748, ano em que foi publicado o livro *De l'esprit des lois*. E viveu até 1836. Portanto, poderia perfeitamente ter recebido antes de sua morte a visita de Alexis de Tocqueville, nascido em 1805. A obra famosa deste autor, *De la démocratie en Amérique,* foi publicada (as primeiras partes) em 1835, antes da morte de Sieyès portanto. Da mesma forma Sieyès poderia ter recebido a visita de Stuart Mill, nascido em 1806, ou ainda a de Proudhon, nascido em 1809. Teríamos de entreter uma visão fortemente romantizada se quiséssemos imaginar uma visita que lhe fosse feita por Karl Marx, na época em que este era um jovem estudante (Marx nasceu em 1818), mas essa visita não constituiria uma impossibilidade física.

Dessa forma estabelecemos ligação entre um quarteto de pensadores importantes, que se encontravam em plena atividade por ocasião da Revolução de 1848, e um homem que fez soar a fanfarra de abertura da Revolução de 1789, por meio de seu famoso panfleto *Qu'est-ce que le Tiers Etat?*

Nenhum membro do nosso quarteto viveu por muito tempo. Marx, que era o mais jovem, faleceu em 1883. Vê-se que muitos dos atores políticos de nosso tempo nasceram antes da morte de Marx. Cito em ordem cronológica:

Gandhi (1869-1948);
Lênin (1870-1924);
Trotski (1879-1940);
Stalin (1879-1951);
Roosevelt (1882-1945);
Mussolini (1883-1945).

Entre a morte de Marx e a de seu companheiro pouco mais jovem, Engels (1820-1895), nasceram:

Hitler (1889-1945);
De Gaulle (1890-1971);
Mao Tsé-tung (1893)*.

Mas, acima, usamos um critério preferível ao do nascimento, qual seja a idéia de "ter atingido, antes do desaparecimento de um grande homem de época anterior, uma idade suficiente para que se tornasse imaginável um encontro entre ambos".

Uma vez adotado esse critério, torna-se necessário interpor uma geração entre Marx e Mao Tsé-tung. Ao tempo da morte de Marx, Gandhi e Lênin eram tão jovens que um encontro não seria imaginável (13 e 14 anos). Mas Sidney Webb (1859-1947) poderia perfeitamente ter feito uma visita a Marx, visto que, na data da morte deste, já tinha 24 anos. Não queremos de forma alguma usar um nome para simbolizar uma geração, da maneira pela qual o nome de Marx costuma ser associado aos tumultos de 1848 e aos da Comuna, mas não podemos deixar de ressaltar que o nome de Webb está fortemente ligado ao período isento de grandes comoções que permitiu o desenvolvimento da via gradualista do *Welfare State,* que representa o oposto da via revolucionária.

O que me parece notável é que o *Welfare State* se tenha constituído lentamente, de forma um tanto semelhante à que se poderia conceber no início da Sociedade Fabiana (entre 1885 e 1895), enquanto todos os regimes extremistas que o mundo conheceu depois de 1914 devem muito às grandes comoções militares, e pouca semelhança apresentam com a imagem que deles se fazia.

A seguir resumirei meu esboço do período de 1800 a 1966, feito em termos humanos, Marx poderia ter visitado Siyès, Webb

* Mao Tsé-tund faleceu em 1976. (N. da E.)

poderia ter visitado Marx, Mao Tsé-tung poderia perfeitamente ter recebido a visita de Webb. E o leitor pode ver Mao, ao menos na tela. Dessa forma estamos a apenas cinco gerações das pessoas que fizeram eclodir a Revolução Francesa.

No entanto, dentro de um período cuja brevidade mal acabamos de perceber, o mundo sofreu modificações formidáveis. É bem verdade que o objetivo de nosso trabalho é constituído pelas modificações das idéias, mas não poderemos tornar visível o contraste entre as idéias atuais e as que prevaleciam em 1800 sem antes marcar o contraste entre as respectivas situações. Esse contraste é enorme: as diferenças são tamanhas que seu estudo poderia absorver totalmente o nosso curso. Por isso devemos ser breves: torna-se necessário sumarizar. Só nos fixaremos em alguns dos aspectos principais.

Centralismo político da França

O mundo de 1800 acha-se centrado em torno da França. Pouco importa que então a China seja, e já tenha sido há muito tempo, um grande império. Esse império é totalmente estranho ao "mundo" que ocupa os espíritos na Europa.

Não é em virtude da Revolução que esse mundo se acha centrado em torno da França, muito embora esse fato tenha produzido um aumento momentâneo e intenso das atenções do resto do mundo. O mundo já estava centrado em torno deste país antes da Revolução, e foi justamente esse fato que deu tamanha repercussão ao fenômeno.

Se imaginássemos que uma revolução tão dramática como a nossa eclodisse hoje nos Estados Unidos poderíamos ter uma idéia, talvez ainda bastante pálida, da emoção causada pela Revolução Francesa no mundo de então.

O centralismo da França é antes de tudo um fato político. Nos conflitos europeus do século XVIII, tanto militares como diplomáticos, a França ocupou o papel de ator principal, tanto que sua passividade por ocasião da primeira partilha da Polônia, realizada em 1772, surpreendeu e chocou a opinião pública francesa. Naquele século assumiram importância os conflitos extra-europeus das potências européias. Ainda aqui, a França desempenhou papel importante, embora desastroso, ao menos no resultado final, já que contribuiu para fazer das 13 colônias da América inglesa uma potência independente.

Não houve outra potência que no século XVIII tivesse combinado seu poderio militar com um poderio naval equivalente. (Frederico II em certa ocasião atribuiu os desastres que o país sofreu na guerra dos Sete Anos à falta de uma opção entre ambos). Não é de admirar que a França dispusesse de tamanho poder, já que era o país de maior população da Europa (depois da Rússia) e muito mais rico que qualquer outro. Era muito mais rico não em termos de riqueza *per capita* (sob esse aspecto a Inglaterra levava vantagem sobre a França, além de alguns países menores e das Províncias Unidas), mas sim em termos de renda nacional global, como diríamos hoje.

Centralismo intelectual da França

No século XVIII a França usufruiu, num grau ainda mais pronunciado, de um centralismo ainda mais invejável: era o centro intelectual.

Cabe lembrar que Frederico o Grande chamou um francês, Maupertuis, para presidir à Academia de Berlim; que o mesmo Maupertuis pôde com toda razão fazer (*Mercure de France* de 1751) a apologia do francês como língua de comunicação entre "cientistas"; que as cortes alemãs mantinham uma correspondência literária iniciada por Raynal e levada avante por Grimm, a fim de se manterem ao corrente da vida espiritual de Paris; que um suíço alemão, Mérian, fez com que a Academia de Berlim abrisse, em 1782, um concurso de trabalhos sobre o tema: "O que fez da língua francesa a língua universal da Europa? Por que merece esse privilégio? Podemos supor que ela o conservará?"

Quanto a esse concurso, cabe ressaltar que a peça de fôlego de Rivarol apenas conseguiu partilhar o prêmio com outro concorrente, um alemão de nome Schwab. O trabalho de Schwab, bem mais extenso que o de Rivarol, também é muito mais profundo e interessante[1].

O que mais surpreende nesse trabalho é o fato de não explicar a supremacia da língua francesa pelas qualidades do idioma, mas pela importância que a França ocupa na ordem política, na ordem intelectual e na ordem que poderíamos chamar de "mundana". Já aludimos à importância política da França. Quanto a sua importância intelectual, torna-se manifesta pelo número elevado de

[1] Uma excelente análise e discussão da matéria pode ser encontrada na obra de Ferdinand Brunot, *Histoire de la langue française des origines à 1900*, t. VIII, pp. 865-902, Armand Colin, Paris, 1935.

obras científicas e literárias, em comparação com as dos países estrangeiros. Essa abundância notável é favorecida, entre outras circunstâncias, pela extensão não menos notável do público que essas obras encontram na própria França. Nesse ponto, Schwab admite a influência de uma característica do idioma, que favoreceria a extensão do público leitor na própria França: em seu entender a língua francesa presta-se à vulgarização. Ao que parece, Schwab é de opinião que o leitor francês pode, com um menor esforço intelectual que o de outros países, participar da vida intelectual. O que tem como contrapartida, diremos nós, certo grau de superficialidade[2].

Quanto à importância "mundana", Schwab lembra que a "sociedade refinada" de nosso país dita as normas na Europa. É em virtude de um mesmo sentimento, revelado em fases distintas, que as pessoas são levadas a imitar as vestimentas e as maneiras dos franceses e a usar sua língua. São maneiras diferentes de se transformarem em membros de uma sociedade refinada, que tem sede na França.

Se fixarmos a atenção nos últimos dois pontos, os mesmos nos ajudarão a compreender o eco favorável que a eclosão da Revolução Francesa deve ter provocado na Europa, que viu nela a concretização das idéias que as obras dos escritores franceses haviam levado a todo o continente, e a reação contrária que deve ter surgido depois que a Revolução se revelou como um fator de destruição das maneiras pelas quais os estrangeiros se sentiam atraídos.

O mundo circundante

Acabo de afirmar que a França pode ser considerada o centro do mundo na época que serve de ponto de partida ao nosso trabalho. Qual era o limite desse mundo? Corremos o risco de subestimar a extensão do mundo que ocupava o pensamento dos homens de então. Voltaire e, antes dele, Leibniz demonstraram um interesse enorme pelas instituições da China, com as quais travaram conhecimento através das descrições dos missionários jesuítas. O continente americano, a Índia, as ilhas do açúcar e das especiarias constituíram objeto de conflitos europeus, e nem mesmo o Cabo da Boa Esperança esteve alheio a esses conflitos. Mais

2 É interessante notar o que Rousseau diz a respeito dos "vulgarizadores" no *Discours sur les sciences et les arts*.

restrito era o "mundo pensante", entendido como o conjunto dos ambientes intelectualmente ativos que se comunicam entre si, definição esta que exclui qualquer mundo pensante que não se comunicasse com o nosso, como o chinês, o indiano ou o islâmico.

Se pudéssemos formar uma imagem estatística desses ambientes intelectuais, provavelmente chegaríamos à conclusão de que havia dois focos maciços: Paris e Londres. O segundo pesava muito menos na Europa, em virtude da barreira lingüística, mas evidentemente exercia certa influência nas áreas que formavam a América inglesa. A esse respeito Schwab formula, no trabalho a que já nos referimos, uma previsão muio correta. Não duvida de que a população da América inglesa deverá experimentar enorme crescimento, do que resultará um avanço prodigioso da língua inglesa.

Podemos admitir que, se partíssemos de Paris, e prosseguíssemos na direção leste, a importância das camadas intelectuais da população, que em meu entender deve ser medida em termos numéricos, iria decrescendo até que chegássemos à Rússia. O fenômeno se repetiria se seguíssemos a rota sudoeste, em direção à Espanha e à América espanhola. As duas rotas, traçadas sob o *Ancien Régime,* são interessantes, já que serão percorridas pelas idéias da Revolução. Ainda se torna interessante notar que não existe qualquer rota desse tipo que vá de Paris à América inglesa.

Uma pesquisa apaixonante seria a que procurasse averiguar qual a extensão da coincidência, bastante variável de país para país, entre os meios intelectuais e as elites sociais. Certamente em 1789 essa coincidência não era muito restrita, nem na França nem na Inglaterra, países nos quais a língua intelectual era a língua nacional.

Mas em toda a parte os meios intelectuais são numericamente fracos. E, acima de tudo, apresentam uma pobreza de informações concretas que dificilmente poderíamos imaginar. Este último aspecto parece ser uma das características daquilo que hoje em dia se costuma chamar de "subdesenvolvimento".

O contraste econômico

Na ordem econômica e, por via de conseqüência, na ordem social, a França e a Europa de 1800 que conhecemos oferecem um contraste formidável.

Antes de mais nada, a França é um país pouco urbanizado. A grande maioria da população de 1800 é rural e agrícola: cerca de

quatro quintos dela vivem fora das aglomerações, ou aglomerados em comunas de menos de 2.000 habitantes. Ainda hoje a distribuição das igrejas rurais constitui um testemunho dessa situação. Da quinta parte da população do país que pode ser considerada urbana, metade vive em aglomerações de 2.000 a 10.000 habitantes; apenas um décimo habita cidades de 10.000 habitantes e mais: há mais de meio milhão de pessoas em Paris, 100.000 em Lyon e outro tanto em Marselha; 1.100.000 vivem em 31 cidades de 20.000 a 100.000 habitantes e 700.000 nas cidades de 10.000 a 20.000 habitantes.

Ainda acontece que os transportes são de pouca importância, com exceção do transporte marítimo e do que é realizado em alguns canais interiores. Embora existam excelentes estradas, são de circulação pouco intensa, como observa Arthur Young em 1787, depois de uma viagem de Luzarches a Paris: "Nas últimas 10 milhas, esperava ver a confusão de veículos que obstrui os acessos a Londres. Não houve nada disso: a estrada estava deserta até as portas da cidade[3]."

Na verdade, os cavalos constituíam o único meio de transporte. O número dos cavalos das cidades era de 200.000 a 300.000, enquanto o dos cavalos usados no trabalho agrícola chegava a cerca de 1,5 milhão[4]. Os primeiros eram usados no transporte dos viajantes, bastante escassos. Richard-Lenoir afirma em sua memória (Paris, 1837) que "em 1784 uma única diligência fazia a rota de Rouen a Paris, e nesse veículo não cabiam mais de oito viajantes. Além do preço elevado das passagens, tornava-se bastante difícil conseguir uma; o pretendente devia inscrever-se com grande antecedência". Não procurei verificar a veracidade dessa afirmativa, que parece exagerada, especialmente após a adoção das "turgotinas".

Quanto ao transporte de mercadorias, era realizado pelos carreteiros, grande parte dos quais eram camponeses que utilizavam seus cavalos de trabalho fora da estação. É o que se vê na exposição constante de um dossiê administrativo do projeto de instalação de uma agência de transporte de mercadorias por carretas, encontrado nos Arquivos (F^{12} 622).

O homem não tinha a seu serviço outra energia que não fosse a animal ou a dos ventos, pouco utilizada na França, ou ainda a

---

[3] Arthur Young, *Travels in France*, edição de 1794, t. I, p. 8.

[4] Dados extraídos da tabela apresentada por J. C. Toutain *in* "Histoire quantitative de l'économie française" (diretor: J. Marcewski): "Le produit de l'agriculture française de 1700 à 1938", estimativa do produto do século XVIII, *Cahiers de l'I.S.E.A.*, n.° 115, julho de 1961.

dos cursos d'água, junto aos quais se construíam as manufaturas. As formas de produção industrial que hoje nos parecem essenciais eram escassas. Basta ver, por exemplo, que em 1789 a produção de ferro fundido em toda a França chegava a 69.000 toneladas, ou seja, cerca de 2,6kg por habitante[5]. Esta cifra, que parece ínfima, corresponde aos usos artesanais do metal: ferraduras, relhas de arado, foices, enxadas, trolhas etc. O material mais importante dos equipamenos fabris é a madeira.

O sifão social

Os economistas do século XVIII sentiam-se intrigados com o fenômeno do luxo. De um lado, o contraste entre o luxo e a miséria deixava-os chocados; de outro lado, parecia-lhes evidente que as despesas ligadas ao luxo davam trabalho aos homens. Ambas as maneiras de encarar a questão eram corretas, constituindo dois aspectos diferentes daquilo que é conhecido como o "jogo do sifão".

Os camponeses, que formavam a grande massa do povo, e cuja produtividade era baixa (Arthur Young espantava-se constantemente com o caráter "execrável" de suas culturas), sofrem uma poda bastante extensa dos seus recursos, através da renda do solo, quer seja ela de caráter feudal, quer de caráter comercial. Essa renda formava a fonte primordial de recursos das classes superiores. Foi essa arrecadação, realizada junto ao campesinato, que permitiu a manutenção do estilo de vida das classes superiores. E estas classes davam trabalho aos numerosos empregados domésticos, aos artesãos, aos fabricantes de vestimentas, de móveis, de carruagens, em uma palavra, ao mundo dos ofícios. Mas também é verdade que os recursos "sifonados" poderiam ter sido empregados de forma muito mais útil, seja em investimentos produtivos, seja no aumento do poder aquisitivo.

O sistema do sifão transformou Paris numa cidade onde o luxo e a miséria conviviam perigosamente. Se o leitor formou uma imagem brilhante da Paris do século XVIII, recomendo-lhe a leitura da obra *Le Tableau de Paris,* de Sébastien Mercier.

---

[5] Conforme o estudo de Monique Pinson, "La sidérurgie française", *in* "Sidérurgie et croissance économique en France et en Grande-Bretagne" *Cahiers de l'I.S.E.A.*, fevereiro de 1965.

O contraste dos enfoques

O enfoque sob o qual examinamos a França de então é profundamente anacrônico, já que se orienta pelas *idéias cognitivas de hoje*. Essas idéias estão estreitamente ligadas às nossas *idéias prospectivas*, que visam ao aumento do bem-estar material do maior número possível de pessoas. Esse objetivo que encontramos, por assim dizer, em cada página de Saint-Simon não parece ter preocupado muito as mentes das pessoas na época ora em estudo. A quase-ausência dessa idéia dificilmente poderá ser explicada de outra forma que não pela ignorância do "como fazer", ou seja, pela falta de idéias *processativas* adequadas a esse objetivo.

Os excelentes trabalhos históricos apresentados ao I.S.E.A. por François Perroux, sob a direção de J. Marczewski, tornam evidente a extrema mediocridade do progresso da produção nacional sob a Revolução e o Império, tanto na área industrial como na agrícola. Reporto-me a esses trabalhos[6]. Não me parece que a situação relativa dos trabalhadores tenha melhorado nesse período.

Não se pode dizer que, nessa época, os homens se mantivessem indiferentes à política econômica. Acontece apenas que a política inaugurada pelo Diretório e desenvolvida por Napoleão visava à ruína da Inglaterra, não ao enriquecimento da França.

Isso nos leva naturalmente a fazer referência a uma mudança capital ocorrida entre a época que nos serve de ponto de partida e a nossa, mudança esta que designarei como a alteração da substância política.

Alteração da substância política

Consideremos as discussões entre governistas e oposicionistas, nos países em que a oposição é livre. Façamos uma classificação superficial das questões discutidas, segundo o objeto. Sentir-nos-emos chocados ao notar quanto mudou, ao longo do tempo, a repartição das atenções entre os diversos compartimentos assim formados.

Não há dúvida de que o compartimento mais estável é o da *política externa*, ao qual pode ser acrescentado um acessório na-

---

6 Ver *Cahiers de l'I.S.E.A.*

tural, que é a *política militar*. Em todos os tempos e lugares este setor reveste-se de grande importância.

Podemos formar um segundo compartimento com a *política colonial,* cuja importância é nula em alguns países e grande em outros; mesmo nestes últimos é variável de momento a momento.

Sem dúvida devemos formar outro compartimento com o *comércio exterior,* que por algum tempo apresenta um quadro de controvérsias acirradas: livre-cambismo ou protecionismo.

Passando à ordem interna, citaremos em primeiro lugar a *organização política*. Ela constitui um tema que predomina de forma absoluta nas épocas de contestação do regime, seja quanto aos princípios, seja quanto a procedimentos relevantes. Na primeira classe podemos enquadrar os problemas de secessão (rejeição de uma soberania que passou a ser considerada estrangeira: foi o que se verificou nas revoluções da América inglesa, posteriormente nas da América espanhola e, em casos totalmente diferentes, em locais bem próximos de nós), a derrubada de uma dinastia, a abolição da monarquia, o estabelecimento de outra, em poucas palavras, a substituição da constituição ou uma alteração profunda da mesma. Na segunda classe incluiremos os conflitos entre autoridades locais e centrais ou entre dois poderes constituídos, a extensão do sufrágio etc. Em resumo, ali pode ser incluído tudo o que afeta a história das instituições políticas.

O peso das atenções que esse compartimento tem merecido apresenta uma variação muito acentuada. Esse peso é enorme, esmagador, nos momentos de crise e muito fraco nos tempos de calmaria.

Devemos mencionar um compartimento cujo conteúdo apresenta uma redução constante durante o período ora em exame: *a política religiosa*. Para sentirmos a baixa, basta considerarmos a importância que a matéria assumia nos séculos XVI e XVII.

De outro lado, vemos um progresso enorme nos compartimentos relativos à *organização* e à *gestão econômica e social*. Esse compartimento assumiu dimensões tão extensas que hoje se torna necessário subdividi-lo em áreas distintas: *política conjectural, política expansionista, política de investimentos, política de bens públicos, política de instrução, política de seguros sociais, política fiscal, política habitacional, política do lazer, política dos transportes e do urbanismo* — a enumeração poderia ser muito prolongada.

O que causa o crescimento desmedido desse compartimento é a preocupação com as *necessidades concretas dos indivíduos*. A intensão consiste, antes de mais nada, em colocar os habitantes do

país numa situação que lhes permita satisfazer na mais larga extensão possível as necessidades de que têm consciência. Para isso aumentam-se os meios que lhes permitem realizar despesas. Em complemento a essa intenção, ainda encontramos a de corrigir as preferências dos indivíduos, cuidando para supri-los, através da orientação das despesas, daqueles que não se mostram muito interessados em obter, mas que se julga lhes seja salutar.

Esse compartimento pertence inteiramente ao âmbito das idéias que mais atrás chamei de *prospectivas e processativas*. Vários homens imbuídos da mesma boa vontade poderão ter uma visão muito diferente da situação de bem-estar à qual devem visar nossos esforços. Mesmo que não haja divergência quanto ao objetivo, poderá haver discordância quanto às idéias processativas. Neste ponto, porém, não se poderá dizer que as opiniões sejam igualmente corretas, visto que existem estratégias eficazes e outras que não o são.

Neste contexto, parece-me necessário fazer das *instituições sociais* um compartimento totalmente distinto do anterior. Não haveria necessidade desse compartimento distinto se as instituições sociais fossem encaradas e julgadas apenas como entidades destinadas a cumprir o objetivo do bem-estar concreto. Nesse caso, só caberia discuti-los quanto à eficiência dos serviços que prestam, e essa discussão diria respeito ao compartimento precedente. Acontece que a história evidencia que as instituições sociais não têm sido atacadas ou defendidas principalmente sob o aspecto pragmático: têm constituído objeto de oposição por questões de princípio, têm sido exaltadas ou censuradas com base em idéias normativas.

Sob esse aspecto as instituições sociais ocasionam crises ainda mais graves que aquelas ligadas ao compartimento das instituições políticas, ao passo que, quando reintroduzidas no compartimento anterior, dão causa tão-somente a ajustamentos progressivos.

Os acontecimentos mais dramáticos da história são aqueles que causam o desmoronamento simultâneo das instituições políticas e das instituições sociais. A título de exemplo citaremos a Revolução Francesa e a Revolução Russa. O que surpreende neste passo é que esses acontecimentos tenham causado tão pouca diferença, conforme se percebe numa visão a distância da natureza dos problemas existentes nos países que enfrentaram crises e nos que procederam por meio de ajustamentos sucessivos.

Por maiores que sejam as diferenças existentes entre os Estados de hoje, elas me parecem bem menores que o contraste que todos eles oferecem em relação aos do ano de 1800, no que diz respeito ao lugar ocupado no interior da substância política pelo

compartimento voltado para a busca do bem-estar das populações. É esse o contraste mais marcante e, a meu ver mais feliz.

Diante disso, de todos os movimentos de idéias ocorridos depois de 1800, o que merecerá maior atenção neste estudo é o que levou ao aumento das dimensões desse compartimento ou a ele se liga.

2.

Modificações das idéias ocorridas depois de 1800

I

AS CABEÇAS PENSANTES

O ano de 1800 representa nosso ponto de partida. Nossa tarefa consiste em apreciar as modificações das idéias ocorridas dali em diante. Não podemos encarar o processo sob a forma de uma mudança, a não ser que de início realizemos um exame atento do período-base. Como afirmar que esta ou aquela idéia surgiu depois, como dizer quais as que foram modificadas, e de que forma, se não tivermos realizado um inventário intelectual do ano de 1800?

Acontece que esse inventário pode ser concebido de duas maneiras, que aliás se complementam. Seria inútil inventariar as idéias reinantes sem dar a devida atenção às cabeças pensantes em cada uma das quais se formam idéias.

Idéias reinantes e cabeças pensantes

Peço licença para estabelecer comparação com um setor totalmente diverso. Em cada momento existem numa sociedade certas técnicas largamente difundidas. Já outras não são aplicadas em parte alguma e não são sequer consideradas; encontram-se, numa expressão dos nossos dias, em diversos estádios do processo chamado "de pesquisa e desenvolvimento". O desenvolvimento, no sentido atual do termo, tem seu remate num protótipo. O protótipo

dará lugar a uma primeira aplicação de âmbito restrito que, conforme o caso, será ou não pronta e largamente imitada.

Usando o modelo tomado de empréstimo à tecnologia, podemos dizer que, em matéria de idéias, o início da fabricação corresponde à primeira publicação lançada no campo social com um grau de adoção muito diferente por parte de outras pessoas, conforme o caso. Após a publicação o manuscrito corresponderá, para continuarmos fiéis à imagem, ao protótipo; e a fase anterior ao manuscrito é o estádio pré-natal correspondente à Pesquisa e ao Desenvolvimento.

Uma vez aceita essa imagem, chegaremos à conclusão de que cometeríamos um engano grave se incluíssemos entre as idéias ativas na data contemplada as que ainda não haviam visto a luz da publicidade ou as que, embora publicadas, não foram aceitas. Vejamos o caso de Saint-Simon. Não se pode duvidar de que em 1800 a maior parte de suas idéias ainda não se havia formado; portanto, não nos será possível incluí-las entre as idéias então reinantes.

Mas, da mesma forma que me parece necessário, para oferecer uma descrição fiel de nosso ponto de partida de 1800, nos limitarmos às idéias então aceitas, também me parece interessante e bastante elucidativo elaborar uma espécie de tabela das "cabeças pensantes". Elucidativo, porque nessas cabeças se encontram em estado latente muitas das idéias da atualidade. E interessante, porque essas cabeças são numerosas e tiveram seguidores muito diferentes.

Na verdade, trata-se de uma época em que vemos em ação simultaneamente vários espíritos de elevada categoria. Sem dúvida podemos atribuir o fato em grande parte à comoção trazida pela Revolução Francesa, que pôs os espíritos em movimento. O abade de Saint-Pierre mandou colocar em sua sala uma espécie de cadeirinha que oscilava automaticamente, e costumava sentar-se nela para, segundo dizia, estimular a inteligência. Foi precisamente este o efeito produzido pela Revolução Francesa.

Diante do que foi dito, apresento, antes de entrar no exame das idéias reinantes em 1800, uma tabela de cabeças pensantes, que evidentemente não pode deixar de ser incompleta.

Apresentação da tabela das testemunhas ou intérpretes da Revolução Francesa

Sempre tive a impressão de que não se costuma estabelecer a necessária distinção entre os autores que se manifestam no mesmo

momento, segundo a idade que tinham então e segundo o maior ou menor número de épocas históricas que atravessaram em sua vida. E essa distinção parece revestir-se de uma importância toda especial quando exista um forte contraste entre as épocas históricas.

Foi por isso que elaborei um quadro em que são apresentados, em ordem de idade, muitos dos grandes espíritos que estiveram em atividade intelectual em 1800.

Cometi ligeira distorção no princípio que rege o quadro ao fazer constar do mesmo alguns homens que haviam falecido pouco antes. Essa distorção parecerá perfeitamente justificável quando se trata de homens como Burke ou Condorcet, cujas obras mais recentes tiveram, na época, uma repercussão considerável. Em outros casos a distorção parece menos justificável. No entanto, julguei que havia certo interesse em ressaltar que Robespierre era pouco mais jovem que Maistre e Bonald, e que Saint-Just foi o contemporâneo exato de Benjamim Constant.

Testemunhas ou intérpretes da Revolução Francesa

	Nascimento	*Morte*	*Idade em 1789*	*Idade em 1800*
Raynal	1711	1796	78	M
Kant	1724	1804	65	76
Burke	1729	1797	60	M
Necker	1732	1804	57	68
Priestley	1733	1804	56	67
Adams	1735	1826	54	65
Paine	1737	1809	52	63
Lebrun	1739	1824	50	61
Condorcet	1743	1794	46	M
Jefferson	1743	1826	46	57
Portalis	1746	1807	43	54
Bentham	1748	1832	41	52
Sieyès	1748	1836	41	52
Mirabeau	1749	1791	40	M
Goethe	1749	1832	40	51
Madison	1751	1836	38	49
Rivarol	1753	1802	36	47
Roederer	1754	1835	35	46
Destutt de Tracy	1754	1836	35	46
Maistre	1754	1821	35	46
Bonald	1754	1840	35	46

Testemunhas ou intérpretes da Revolução Francesa (cont.)

	Nascimento	*Morte*	*Idade em 1789*	*Idade em 1800*
Cabanis	1757	1808	32	43
La Fayette	1757	1834	32	43
Hamilton	1757	1804	32	43
Robespierre	1758	1794	31	M
Mounier	1758	1806	31	42
Schiller	1759	1805	30	41
Pradt	1759	1837	30	41
Dumont	1759	1829	30	41
Babeuf	1760	1797	29	M
Saint-Simon	1760	1825	29	40
Daunou	1761	1840	28	39
Buonarroti	1761	1839	28	39
Fichte	1762	1814	27	38
Royer--Collard	1763	1845	26	37
Gentz	1764	1832	25	36
Maine de Biran	1766	1824	23	34
M.me de Staël	1766	1817	23	34
Benjamin Constant	1767	1830	22	33
Fievée	1767	1839	22	33
Humboldt	1767	1830	22	33
Saint-Just	1767	1794	22	M
Say	1767	1832	22	33
Chateaubriand	1768	1848	21	32
Bonaparte	1769	1821	20	31
Beethoven	1770	1827	19	30
Hegel	1770	1831	19	30
Owen	1771	1858	18	29
Fourier	1772	1835	17	28
Ricardo	1772	1823	17	28
Sismondi	1773	1842	16	27
Mill (James)	1773	1836	16	27

Alguém poderá dizer que a escolha das pessoas mortas foi arbitrária, e que arbitrária também foi a escolha das pessoas vivas. No entanto, cada pessoa constante da lista ali figura por uma razão que me pareceu válida. Não citarei cada pessoa em particular, mas farei referência a algumas que tornarão evidente o propósito de ligar a atividade intelectual de 1800 aos acontecimentos importantes da época anterior, de um lado e, de outra parte, aos acontecimentos que se seguiram.

Assim, Raynal abre a lista como o único membro da grande geração de filósofos que viu a Revolução Francesa; cabe lembrar que ele chegou a atuar na Constituinte.

Na mesma ordem de idéias da ligação com o passado, o nome de Lebrun, que em 1800 era um dos cônsules associados a Bonaparte, evoca a grande reforma dos parlamentos levada a efeito por Maupeou 20 anos antes da Revolução, reforma esta que se baseou nas idéias fornecidas por Lebrun.

A presença de um homem do porte de Jefferson não precisa ser explicada: era, na época, Vice-Presidente dos Estados Unidos; no ano seguinte seria o 13.º Presidente do país, sucedendo a Adams. Além do mais, essa presença evoca a declaração de Independência dos Estados Unidos, que então já contava cerca de um quarto de século de idade.

A presença de Madison e Hamilton, principais autores dos *Federalist Papers,* não nos permitirá esquecer que a obra de elaboração constitucional, ausente na França, já fora reencetada nos Estados Unidos. Paine, Dupont de Nemours e La Fayette constituem um testemunho das variadas ligações entre os acontecimentos da América e os da França.

Quanto aos precursores do futuro, a lista contém nomes brilhantes. De início citaremos dois gigantes, um dos quais era tão meticuloso quanto o outro era desorganizado, ambos maus escritores: Bentham e Saint-Simon. Quem não reconheceria em Saint-Simon o grande arauto da era industrial, o primeiro que sentiu as modificações que dela haveriam de resultar na ordem social e política? Na França a figura de Bentham é menos apreciada; é ele o mentor de um tratamento dos problemas sociais que se inspira antes no desejo de eficiência que no comando dos princípios abstratos.

Mais adiante aparecem na mesma lista os socialistas Owen e Fourier; e bem antes deles o espantoso Buonarroti, que participou da conspiração babovista e se fez arauto da independência italiana; trata-se de um temperamento apaixonado e de uma figura cativante.

Na mesma lista encontramos os nomes de Ricardo e Fourier, que nos proporcionam oportunidade de lembrar que durante grande parte do século XIX os termos economistas e socialistas serão conflitantes.

Ainda encontramos Fichte e Hegel, com o que se abre oportunidade de ressaltar que a penetração das idéias francesas nas universidades alemães dará lugar a uma metamorfose extraordiná-

ria. Do cadinho da filosofia alemã sairá coisa totalmente diversa da que nele entrou; e essa coisa diversa irá dar no marxismo e no nacional-socialismo.

Dessa maneira, com base no nosso conhecimento do que veio depois, podemos lançar sobre a cena de 1800 os germes do nosso tempo.

Mas esses germes devem ter sido imperceptíveis na cena daquele tempo, perdidos em meio às idéias reinantes.

É a essas idéias que deve dirigir-se nossa atenção.

II

AS IDÉIAS REINANTES

Passemos a inventariar as idéias reinantes em 1800. Como realizar esse inventário? Não dispomos para a época de uma coleção das publicações feitas nos jornais como a relativa à Revolução, devida a Gérard Walter, nem podemos recorrer a um *Vocabulário* igual ao que nos foi deixado por Jean Dubois, relativo aos anos de 1869 e 1872[1].

A quem poderemos então recorrer para obter uma exposição dessas idéias? Por que não nos valemos do General Bonaparte?

A visão de Bonaparte

Para apreciar uma situação e as possibilidades que encerra, nada melhor que a visão segura desse homem. Dela deu provas nas campanhas da Itália, nas negociações que realizou com a Áustria, na maneira, odiosa diga-se de passagem, de enganar a República de Veneza, no regresso precipitado do Egito, deprimente em virtude do abandono de suas tropas.

---

[1] **Gérard Walter, *La Révolution françaises vue par ses journaux,* Tardy Paris, 1948. Jean Dubois, *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872,* Larousse, Paris, 1962.**

Não é apenas um bom juiz das forças e de sua disposição na ordem militar, mas também na ordem política. É o que irá demonstrar após seu golpe do Brumário.

Desde a infância, aprendemos nos livros sobre a consolidação e a expansão do regime bonapartista, realizada a partir do Brumário. Estamos bastante bem informados sobre a matéria para nos espantarmos com qualquer coisa.

Existe, porém, algo com que deveríamos espantar-nos, pois geralmente um golpe de força só proporciona uma possibilidade transitória: vemo-lo envolvido em grande número de golpes de força anteriores, todos eles dramáticos para os vencidos, mas nenhum capaz de garantir a posição dos vencedores.

Como se encontrasse em Paris na época, Bonaparte assistiu ao preparo das operações de 20 de junho e 10 de agosto de 1792: os girondinos delas não se beneficiaram por muito tempo. E Robespierre não dispôs de muito tempo para colher os frutos da operação de 30 de maio a 2 de junho de 1793, por meio da qual se livrou dos girondinos.

Bonaparte era perito em golpes de Estado. Talvez fosse como testemunha da mobilização das sessões, realizada em 1792, que aprendeu como deveria fazer para três anos mais tarde frustrar uma mobilização análoga (Vendemiário: 5 de outubro de 1795). Foi ele que enviou Augereau para Barras, a fim de dirigir a operação do 18 Frutidor (4 de setembro de 1797), operação que pode perfeitamente ser considerada uma repetição geral do 18 Brumário. Mas só dali a dois anos o infortúnio de Barras iria provar de forma suficientemente clara que o golpe de força não basta.

Se examinarmos a seqüência dos golpes de força ocorridos dentro de dez anos, descobriremos o desaparecimento sucessivo de dois escrúpulos. Numa fase inicial, o golpe de força teria sido insuportável se realizado "pela tropa": o que lhe conferia ares de legitimidade era o fato de ter sido levado a efeito "pelo povo". Numa segunda fase, esse escrúpulo desaparece: passa-se a operar por meio "da tropa". De outro lado, porém, a aparência da continuidade legal assume maior importância. Bonaparte a despreza; sua maneira de constituir os poderes representa uma ruptura indisfarçada, e são os poderosos do dia que constroem tudo à sua maneira. Gohier, um dos diretores decaídos, o assinala com certo espírito[2].

---

[2] **"Dessa forma uma minoria lastimável cria, no 19 Brumário, três comissões provisórias; tais comissões, que não eram um corpo constituinte, criam uma Constituição; essa Constituição cria um grande Cônsul; o grande Cônsul cria mais dois cônsules e vários conselheiros de Estado; os**

Se Bonaparte demonstrou na formação do novo regime uma indiferença total por todas as medidas formais, ele o fez por ter julgado corretamente que a opinião pública via na forma uma simples farsa. A revolução iniciada contra "o arbítrio" fez dele um hábito. E em sua opinião seria inútil aguardar o resultado do plebiscito que iria sacramentar cada operação.

No entanto, pareceu-lhe essencial adaptar o regime ao estado de espírito do público. É por isso que a proclamação consular do 24 Frimário merece uma leitura atenta.

Deixemos de lado os primeiros três parágrafos:

> "Franceses, uma constituição vos é apresentada.
>
> Ela põe fim às incertezas que o Governo provisório introduziu nas relações externas e na situação interna e militar da República.
>
> Coloca nas instituições por ela criadas os primeiros magistrados cuja dedicação pareceu necessária ao preenchimento de suas funções."

O que nos interessa são os trechos subseqüentes, citados com toda a razão pelo brumariano Roederer como a formulação dos princípios do Brumário.

Os princípios do Brumário

> "A Constituição baseia-se nos verdadeiros princípios do Governo representativo, nos direitos sagrados da propriedade, da igualdade e da liberdade.
>
> Os poderes por ela instituídos serão fortes e estáveis, como convém à garantia dos direitos dos cidadãos e dos interesses do Estado.

---

dois novos pequenos cônsules, unidos a dois pequenos cônsules provisórios, metamorfoseados em senadores, criam metade do grande órgão do qual estes últimos são membros; essa metade cria a outra metade: e esse grande corpo político, que numa antífrase costuma ser chamado de *senado conservador*, cria por sua vez um corpo legislativo e um tribunato. Durante três dias e três noites prosseguem esses partos alegres, e todas as autoridades que deveriam governar a França, ilegitimamente geradas, não se dão conta de que estão legitimadas por adoção nacional para assenhorear-se das funções das autoridades por elas substituídas." (*Mémoires de Gohier*, citado por Buchez e Roux, *Histoire parlementaire de la Révolution française*, t. XXXVII, p. 312.)

> Cidadãos, a revolução fixou-se nos princípios sob os quais foi iniciada. A Revolução terminou."

Um fato significativo talvez seja o de que na citação feita por Roederer, cerca de três anos depois da proclamação original, o texto é condensado e atribuído exclusivamente a Napoleão. Vejamos o que diz Roederer (as palavras grifadas o foram por ele):

> "Eis o que nos diz o chefe de Estado, em 24 Frimário do ano VIII, numa proclamação franca, breve, enérgica, como tudo que sai de sua pena.
>
> A Constituição baseia-se nos verdadeiros princípios do Governo representativo, nos direitos sagrados *da propriedade, da igualdade, da liberdade.* Os poderes por ela instituídos são fortes e estáveis. A Revolução fixou-se *nos princípios sob os quais foi iniciada:* a Revolução terminou.
>
> *Assinado:* Bonaparte."

O texto é tão vigoroso e rico em conteúdo que enseja reflexões mais extensas.

De início, façamos uma análise rápida do mesmo. Antes de mais nada, analisemos a frase final, que é de brevidade cesariana: "A Revolução terminou."

"A Revolução terminou."

Essa frase prometia o fim das tormentas. E a promessa deveria ser muito bem recebida por aqueles que se assustaram com essas tormentas, por aqueles que foram açoitados pelas mesmas, por aqueles que por elas foram iludidos: os proletários.

Essas palavras representavam a garantia de que o Terror não voltaria. O mesmo Terror cuja apologia se fizera com tamanho entusiasmo. *"Dulce bellum inexpertis."* A exaltação das épocas de terror representa um deleite intelectual gratuito quando nos encontramos sob o abrigo de instituições protetoras, numa época de costumes suaves. Muito diferente é a linguagem dos que atravessaram essas épocas.

Ouçamos por exemplo a palavra de Roederer[3]:

---

[3] No apêndice (pp. 197 s.) da obra de P.-L. Roederer, *L'Esprit de la Révolution de 1789,* Paris. 1831.

"Foi um temor profundo e sempre presente de morte, suplícios, ignomínia. Foi uma verdadeira doença no curso da qual o moral e o físico agem constantemente um sobre o outro: um estado extremo, que suspendeu o uso da razão e quase chegou ao desvario total. O terror faz com que cada homem se concentre sobre si mesmo, desliga-o de qualquer interesse que não seja o da autoconservação, desvincula-o dos trabalhos mais importantes, das afeições mais íntimas, das tarefas mais sagradas, paralisa totalmente os braços e as almas. Faz desaparecer todo auto-respeito, rebaixa todas as crenças, afeta todas as dignidades, tanto as obtidas pela sorte como aquelas angariadas pelo mérito pessoal, humilha todas as formas de deferência e as prostra no lodo, aos pés de vis fascínoras. Leva certos caracteres débeis a abandonarem, às vezes mesmo a traírem os parentes, os amigos, por verem nisso um meio de salvação, e faz incidir sobre outros as desconfianças de todo o mundo. Até parece que esse tormento constitui um meio de alcançar a segurança."

Quem fala assim? Um inimigo da Revolução? De forma alguma. É um homem que lhe vota, sob a Restauração, uma fidelidade poucas vezes encontrada. Será um homem medroso? Não; é um homem que se conduziu com uma firmeza heróica durante as jornadas de 1792.

Incidiríamos em grave engano se acreditássemos que esse Terror que é assim colocado diante dos nossos olhos nasceu com a subida ao poder de Robespierre e desapareceu com sua queda. Relegado ao abandono, ainda continua presente: atribula os dirigentes que temiam sua punição como regicidas e como matadores de Robespierre. Como sentissem medo, feriam os outros, não apenas para o bem público, conforme acreditava Robespierre, mas também para seu bem pessoal. O Frutidor foi atroz: para compreendê-lo, devemos ler o relato de uma das pessoas deportadas para a Güiana, e que veio ter a Synnamary[4]. Cabe lembrar que na época sofrem a pena de deportação os "proprietários, diretores, autores e colaboradores" de 46 jornais! Os decretos do 19 Frutidor ordenam a caça aos sacerdotes que se presumem não-juramentados e aos indivíduos que se presume sejam emigrados. Mas o ato mais inacreditável é o decreto do 9 Frimário do ano VI, pelo qual

[4] *Journal de l'adjudant général Ramel, commandant de la garde du corps législatif de la République française, l'un des déportés à la Guyane après le 18 fructidor,* Londres, 1799.

todos os nobres e as pessoas nobilitadas são despojados da qualidade de franceses, que só lhes pode ser restituída mediante um pedido de naturalização.

Se os homens que estavam na mira da Revolução se sentiam visados mais uma vez, seus beneficiários não estavam mais protegidos. Muitos dos triúnviros do Frutidor tomavam posições extremadas, sem apoio na opinião do povo, que sabia distinguir perfeitamente entre esses homens e Robespierre, à medida que a reação se apresentava mais temível. Benjamim Constant agita-lhe o espantalho, sob a máscara de um estudo histórico: *Des suites de la contre-révolution de 1660 em Angleterre* (Paris, ano VII).

Todos aqueles que haviam adquirido bens nacionais queriam estar garantidos contra qualquer impugnação aos seus títulos de propriedade. É por causa dessas pessoas que, entre "os direitos sagrados" de que se ocupa a declaração de Bonaparte, a propriedade figura em primeiro lugar. Além disso desejava-se conservar as conquistas sociais da Revolução. Num trabalho publicado pouco depois do 18 Brumário, Fonvielle observa:

> "A Revolução destruiu a nobreza antiga e instituiu outra.
>
> O homem que vocifera num clube de 1789 e passa da tribuna para qualquer posição administrativa; o que é elevado, pelo jogo das facções, a este ou aquele posto, cujas atribuições desempenha desta ou daquela maneira; aquele que senta nos bancos legislativos e deles se ergue, por uma só vez que seja, num movimento rápido; todos esses elementos são considerados a fina flor da nação. Constituem, em conjunto, a nova nobreza, em meio à qual brilham, como outrora nossos duques e pares, os membros da Convenção.
>
> Esta assembléia, mais que qualquer outra, deixou em seu rastro as recordações mais duráveis. Foi ela que dispensou o máximo de consideração ou atribuiu o máximo de descrédito a seus membros, conforme fossem eles classificados em um dos cinco ou seis grupos nos quais se distribuiriam os integrantes daquele corpo, no intuito de medir seu valor ou sua nulidade política.
>
> Não é exclusivamente por livre decisão dos membros do Governo que todos os postos circulam periodicamente entre os numerosos favoritos da Revolução: numerosas leis, elaboradas em circunstâncias variáveis, nas quais foi anulada a escolha popular, circunscreveram a substituição ao círculo daqueles que já haviam exercido funções públicas. O

> que acabo de apontar não é um privilégio resultante de uma predileção arbitrária, mas um privilégio legal ao qual não se quis dar o nome de direito da nobreza, mas que, com pequena diferença, produz os mesmos efeitos[5].

A Revolução criou uma nova classe dirigente, o que é um fenômeno natural; e essa classe quer manter-se, o que também é um fenômeno natural. E, o que é mais, a manutenção de sua posição garante a manutenção das modificações realizadas no curso da Revolução.

Sieyès dá-se conta disso abertamente em seu projeto de Constituição. O que restou do sistema de Sieyès foi a redução do papel dos eleitores à escolha de listas de *confiança,* das quais as autoridades tiram os funcionários públicos (a lista de primeiro grau, da qual devem sair os funcionários distritais, é formada pelos eleitores, que escolhem um décimo de seu número; esse décimo escolhido continua o processo, elegendo um décimo de seu número para compor a lista de segundo grau, da qual devem sair os funcionários públicos dos departamentos; e os membros da lista de segundo grau por sua vez escolhem o décimo de seu número, que compõe as pessoas entre as quais devem ser escolhidos os funcionários nacionais). Mas, segundo Thibaudeau:

> "Por um excesso de precaução, durante dez anos suas (*sic*) listas devem ser compostas de todos os indivíduos republícolas que tenham sido nomeados pelo povo para o desempenho de funções públicas, ou que tenham exercido qualquer emprego por nomeação do Governo, e que em conseqüência disso estão interessados na manutenção dos princípios e dos resultados da Revolução[6]."

Essa disposição não foi mantida por Bonaparte. Entretanto, ele aplicou o espírito dela.

Em sua obra fundamental sobre Sieyès, Paul Bastid discute o espírito dos dispositivos que são de autoria de Sieyès:

> "Segundo se diz, seu objetivo principal e talvez exclusivo consistiu em manter no poder as pessoas cujos apetites

---

[5] *Résultats possibles de la journée du 18 brumaire an VIII,* pelo cidadão Fonvielle primogênito, Toulouse, Paris, ano VIII, pp. 67 s.

[6] Thibaudeau, *Histoire du Consulat,* t. I, pp. 94 e 110; citado por Buchez et Roux, *Histoire parlementaire,* t. XXXVIII, p. 280.

desregrados foram por ele simbolizados. Não temos tanta certeza de que realmente tenha sido assim: que todos os mecanismos imaginados por Sieyès se ligam através de sua pessoa às idéias antigas... É possível, e mesmo provável, que Sieyès tenha sonhado com a consolidação do pessoal revolucionário: as idéias só se afirmam e transmitem através dos indivíduos; como alguém já disse, Sieyès foi um político muito esperto para esquecer uma verdade como esta[7]."

"A Revolução fixou-se"

Quando comentamos a frase "A Revolução terminou", também iniciamos o comentário da frase "A Revolução fixou-se". E ela se fixou em relação às mudanças ocorridas nas propriedades e nas pessoas.

A esse respeito, ouçamos mais uma vez a palavra de Roederer, em seu artigo do ano XII:

> "Os princípios enunciados na proclamação do 24 Frimário do ano VIII voltaram a ser consagrados em fins do ano X, na lei que criou a Legião de Honra. O juramento prestado pelos cidadãos nomeados para essa Legião representa um compromisso solene de defender esses princípios. Eis o texto do juramento; quem ora o transcreve possui o autógrafo do mesmo, datado pelo chefe do Governo e corrigido de seu próprio punho, juntamente com o texto da lei."
>
> Segue-se um texto cujos grifos são de Roederer:
>
> "Juro por minha honra dedicar-me ao serviço *da República,* à conservação da integridade de seu território, à defesa *de seu Governo, de suas leis* e das propriedades por elas consagradas. Juro ainda *combater por todos os meios autorizados pela justiça, pela razão e pelas leis, toda e qualquer tentativa de restabelecer o regime feudal* ou reproduzir os títulos e as qualidades que constituíam atributo dele. Por fim, juro *colaborar com todas as minhas forças para a manutenção da liberdade e da igualdade.*"

---

7 **Paul Bastid, *Sieyès et sa pensée.* Paris. 1939, p. 251.**

Na verdade, foi o próprio Roederer quem, como conselheiro de Estado, apresentou ao corpo legislativo a exposição de motivos do projeto de lei que instituiu a Legião de Honra. Entre esses motivos relembraremos, abandonando os mais elevados, que são bastante conhecidos, aqueles que revelam uma intenção política:

> "Legisladores: A Legião de Honra que ora vos é proposta deverá ser uma instituição auxiliar de todas as nossas leis e servirá à causa da consolidação da Revolução.
>
> ....
>
> Ela unirá por uma distinção comum homens já unidos por recordações honrosas; incute doces afeições nesses homens que, em virtude de uma estima recíproca, estão predestinados a se amarem.
>
> Coloco sob o abrigo do seu prestígio e do seu juramento nossas leis preservadoras da igualdade, da liberdade e da propriedade.
>
> ....
>
> É uma instituição política que introduz na sociedade um corpo de intermediários através dos quais os atos do Poder são transmitidos à opinião pública num espírito de fidelidade e benevolência, e por intermédio dos quais a opinião pública pode fazer-se ouvir pelo Poder[8]."

Dessa forma a Legião de Honra é apresentada como uma legião de apoio às instituições revolucionárias.

Mas a declaração do Frimário diz que a Revolução se fixou "nos princípios sob os quais foi iniciada". Temos ali outro assunto que merece nossa atenção.

"...nos princípios sob os quais foi iniciada"

Que princípios são esses? É de supor que se trate dos princípios colocados em plano mais elevado: "Os verdadeiros princípios do Governo representativo... os direitos sagrados da propriedade, da igualdade e da liberdade."

Existe nessa frase uma referência inequívoca à declaração de direitos, e é só. Podemos admitir que os direitos agora chamados de "sagrados" são os mesmos que no início da Revolução costu-

[8] Buchez et Roux, *Histoire parlementaire*, t. XXXVIII, pp. 408-409.

mavam ser chamados de "naturais". Mas serão os "verdadeiros princípios do Governo representativo", aplicados na Constituição do ano VIII, exatamente os mesmos que foram preconizados em 1789? Não terá havido uma mudança?

Existe uma frase que chama nossa atenção para a mudança: "Os poderes por ela instituídos serão fortes e estáveis." Em 1789 não se falava na "força" dos poderes públicos.

Ademais, a frase relativa aos "poderes fortes e estáveis" é seguida de outra: "Conforme convém à garantia dos direitos do cidadão." Não há dúvida de que essa idéia de garantia já prevalecia em 1789, mas a frase ainda prossegue: "...e dos interesses do Estado". É uma coisa de que ninguém cogitava em 1789.

Acontece que muitas coisas se haviam passado nesse meio tempo.

As idéias formadas no curso da Revolução

Os espíritos não saíram de dez anos de revolução com o mesmo *corpus* de idéia com que nela haviam entrado. Sem dúvida, vamos encontrar no ano VIII as mesmas idéias sobre os direitos individuais que reinavam no começo do movimento. Mas a elas se acrescenta uma idéia pragmática, a de um poder executivo forte e estável, destinado a garantir esses direitos. Não que no início não houvesse o desejo de garanti-los; apenas, não se pensava que para isso fosse necessário um poder forte.

Mas há uma idéia muito mais importante do que essa idéia pragmática, uma idéia nova, ou ao menos uma idéia que adquiriu um vigor extraordinário durante a Revolução: a idéia de nação.

Trata-se de uma inovação política que se apresenta gigantesca em sua manifestação visível, o exército nacional ou a nação armada. E essa manifestação visível traz consigo uma conseqüência capital: o modelo militar tenderá a refletir-se na estrutura do poder.

Indicações sobre a evolução da primeira parte

As observações que acabam de ser feitas apresentam-nos duas tarefas a serem cumpridas. A primeira consiste no exame de três temas, a Propriedade, a Igualdade e a Liberdade, que representam os enunciados em matéria de direito individual contidos na declaração do Frimário. A outra está ligada ao exame da novida-

de surgida com a idéia moral de nação e a prática da nação armada. Essa novidade traz consigo uma verdadeira mutação do Estado: o Estado napoleônico será mais "moderno" que qualquer outro. No meu entender os Estados de nossos dias guardam com ele uma semelhança muito maior que a que os liga ao modelo inglês e americano de 1800.

Uma vez que teremos de acompanhar a evolução das idéias de propriedade e de igualdade para muito além do ano de 1800, deixo para examiná-las mais adiante, pois tenho a impressão de que há um interesse imediato em dizer alguma coisa sobre a liberdade, com o que se tornará mais fácil compreender a formação do Estado napoleônico. Importa compreender especialmente a diferença entre os dados com que o problema se apresentava durante a Revolução Francesa e durante a Revolução Americana.

3.

Liberdade norte-americana e liberdade francesa

A meu ver importa ressaltar a diferença fundamental das tradições e da disposição de espírito que imprimiu à Revolução Francesa um rumo totalmente diferente daquele seguido pela revolução da América inglesa. Por quê? Porque de uma revolução e de outra saíram tipos de Estado bem diferentes, e isso apesar do fato de as mesmas *palavras* terem sido empregadas no início dos dois movimentos.

Para apreciarmos a diferença dos *dados* iniciais, começaremos por servir-nos da orientação propiciada por Claude-Henri de Saint-Simon, que travara conhecimento com a América inglesa como combatente na guerra de Independência norte-americana.

Saint-Simon escreveu no segundo volume da obra *L'Industrie* (publicada em 1817[1]):

> "Durante minha permanência na América, ocupei-me muito mais de ciência política do que de tática militar.
>
> ....
>
> Desde o primeiro momento ouvi que a revolução da América haveria de assinalar o começo de uma nova era política, que dessa revolução resultaria necessariamente um importante progresso na civilização geral, e que dentro de pouco tempo ela causaria grandes modificações na ordem social então existente na Europa. Estudei atentamente as circunstâncias em que os habitantes da América se viam colocados comparei-as com as que prevaleciam no Velho Mundo. Vejo que entre umas e outras existe uma *diferença fundamental* (o grifo é meu), e concluo que a marcha da civilização não foi idêntica nos dois hemisférios.
>
> ....

[1] Citação extraída da excelente edição Anthropos, t. II, pp. 149 s.

Diante isso, observo:

1.º Que nesse país a tolerância é levada ao grau mais elevado, que é absolutamente ilimitado, já que nenhuma religião ocupa lugar dominante e nenhuma goza de proteção especial, visto que nenhum dogma religioso é considerado dogma do Estado; visto que nessas terras existe uma grande variedade de religiões distintas; visto que todas que se apresentam são admitidas em igualdade de condições, uma vez que qualquer indivíduo é livre de criar novas religiões e fazer proselitismo; visto que entre estas religiões, sejam quais forem, permite-se toda e qualquer espécie de controvérsia.

2.º Que não existe nenhum corpo privilegiado, nenhuma nobreza, nenhum resquício de feudalismo, visto que nestas terras o feudalismo jamais existiu; que a nação não está dividida em castas; que ela forma um corpo político composto de partes homogêneas.

3.º Que no país não existe nenhuma família que se encontre na posse, por várias gerações, dos principais cargos públicos; que em conseqüência disso ninguém consideraria a tarefa de governar como patrimônio seu, e que enfim a opinião pública estaria disposta a se declarar abertamente contrária a qualquer cidadão, fosse ele quem fosse, que se atrevesse a pretender um direito exclusivo, de preencher os cargos do Estado.

4.º Que o caráter de um dos primeiros fundadores das colônias inglesas do Novo Mundo, o célebre Penn, é o caráter dominante da nação americana; que essa nação geralmente se mostra essencialmente pacífica, operosa e econômica.

Com base nessas observações concluí que os americanos estabeleceram em seu país um regime infinitamente mais liberal e democrático que aquele sob o qual vivem os povos europeus; que de forma alguma seu espírito nacional é um espírito militarista; que na constituição que se deram a si mesmo, em todas as leis, todos os regulamentos que fizeram, apenas se empenham em proteger a agricultura, o comércio e todos os gêneros de indústria; que o objetivo constante de sua legislação será o de garantir indistintamente a todos os cidadãos, e mesmo a todos os estrangeiros, a liberdade individual e o pleno desfrute de sua propriedade, seja qual for sua natureza; que tanto a opinião pública como as leis considerarão as funções militares apenas uma ocupa-

ção passageira, acidental, à qual todos os cidadãos são obrigados a dedicar-se quando as circunstâncias o exigirem, mas que não são de natureza tal que possam transformar-se na profissão regular e única de uma parte da população, e que muito menos serão consideradas como algo que confira aos que as exercem o direito às primeiras magistraturas.

Concluí que sob outros aspectos não menos importantes os americanos se afastarão em sua marcha da direção seguida na Europa.

Na Europa o maior homem de Estado, aquele que ao menos é considerado o mais hábil, que é estimado, exaltado e elevado ao máximo, é sempre o que encontra um meio de aumentar as rendas dos impostos sem provocar uma grita muito forte dos contribuintes. Senti que na América o maior estadista será aquele que encontrar um meio de reduzir o mais possível as cargas que pesam sobre o povo sem que o serviço público seja prejudicado com isso. O povo ou os governados do *Velho Mundo* conformam-se com a opinião de que se torna necessário ao bem geral que os funcionários sejam pagos generosamente, já que os salários polpudos são julgados necessários a sua representação; senti que os americanos pensam de forma totalmente diversa, e que os funcionários tanto mais farão jus a sua estima quanto menos se entregarem ao luxo, quanto mais acessíveis se mostrem, e quanto mais simples sejam seus costumes.

Cuidei que existe certa diferença na organização social do antigo e do novo continente, que na América a ocupação de um emprego público é considerada um ônus que a pessoa aceita por dever e em virtude de sua submissão à vontade geral, enquanto na Europa, ao contrário, a participação no Governo constitui um direito, e um direito que se transmite por herança, um direio de caráter patrimonial, já que traz a riqueza.

Que o povo francês, em 1789, nem de longe era capaz de votar uma ordem social como esta!"

Passo a dedicar-me ao segundo dos pontos enumerados por Saint-Simon, já que o mesmo se liga, pela ordem cronológica, à primeira das crises que marcaram a Revolução Francesa. A abolição da distinção das ordens nobiliárquicas não apagaria sua existência no passado. Se ela ficasse restrita ao terreno das idéias, significaria apenas que uma pessoa até então nobre se transformaria num cidadão igual a qualquer outro; mas, como o assunto

falasse aos sentimentos, havia uma revanche psicológica a ser exercida. Para quem estudou o que se passa no subconsciente não haverá nenhuma surpresa em que a classe privilegiada de ontem se tenha transformado na classe perseguida de hoje. Pode-se perfeitamente provar que há muito a nobreza perdera sua força social, e foi justamente esse fato que tornou possível sua derrubada; e, à medida que sua distinção se restringia ao terreno do amor-próprio — um elemento tão importante na sociedade, no dizer de Rousseau — mais se adensava o ressentimento que iria explodir contra ela. Dessa forma a Revolução Francesa não reduziu os cidadãos a uma única classe, mas inverteu a posição que a classe até então privilegiada ocupava no seio da sociedade. Nada disso aconteceu na América, onde não existia a distinção de classes.

Bem mais grave é a crise ligada ao primeiro dos pontos enumerados por Saint-Simon. Em 1789 a Igreja exercia na França um monopólio religioso, que provocou irritação em três áreas distintas. De início, temos a simples irritação galicana, que teve início com a bula *Unigenitus,* que Luís XIV solicitara ao Papa. Nesse ponto, como em tantos outros, o Rei rompeu com as tradições da monarquia francesa. O retorno puro e simples ao galicanismo constitui um dos primeiros elementos de inspiração da Constituição civil do clero. Outra área de irritação é representada pelo fausto dos dignitários eclesiásticos. Basta ver o caso do "Cardeal Collier"! E os sacerdotes não se sentem menos irritados com o fausto que o resto do povo. Por fim, uma terceira área de irritação é constituída pelo controle exercido sobre as consciências, cruel para os fiéis jansenistas e odioso para os deístas, como Rousseau e Voltaire, e que leva à expansão do ateísmo. A Revolução é marcada por algo que hoje em dia seria designado como uma "escalada", antiultramontana, anti-hierárquica, anticlerical, anticristã e, por fim, antideísta. Como sabemos, foi nesse ponto que Luís XVI se mostrou intransigente, e é aqui que se encontra, se não a causa, pelo menos o ensejo da derrubada da monarquia. Ora, nenhuma luta anti-religiosa desse tipo poderia ter ocorrido nos Estados Unidos, onde não houve qualquer igreja monopolizadora que engendrasse inimizades e se oferecesse como alvo de tais movimentos. Depois da Revolução, o povo francês viu-se dividido em católicos e incréus, dos quais uns experimentavam o ressentimento causado pelas perseguições sofridas em virtude de suas crenças, enquanto outros experimentavam certo ressentimento por não terem erradicado a Igreja.

Mas temos algo mais a dizer sobre esse ponto. A existência de uma só comunhão constituía um hábito tão enraizado na Fran-

ça que não poderia deixar de surgir uma tendência política para o restabelecimento da comunhão única. Foi dali que surgiu o novo culto da nação. Quando meu pai propôs que o soldado desconhecido fosse colocado sob o Arco do Triunfo, ele o fez na consciência de entreter esse culto e de dirigi-lo ao humilde e ao anônimo, para que não fosse usurpado pelos poderosos.

Enfim, quanto ao terceiro ponto de Saint-Simon, no caso da América inglesa a ruptura com o monarca pôde — que me perdoem a expressão — "ser feita por correspondência". Não havia a menor ligação sentimental a essa personagem longínqua e aliás estranha não só aos americanos, mas até mesmo aos ingleses. A coisa foi bem diferente com o descendente de Henrique IV, com o segundo sobrinho de Hugo Capeto. O mesmo estava tão fortemente ligado ao sentimento dos franceses que não seria possível desatar o laço que os unia; só se poderia rompê-lo.

André Gide contou a história de um casal a quem o divórcio era a tal ponto inconcebível, que um dos cônjuges "teve de" assassinar o outro. Não estará ali a explicação psicológica do martírio de Luís XVI?

Dois mundos morais diferentes

Indo da América inglesa à França, no fim do século XVIII, transportamo-nos de um mundo moral a outro.

Burke nos faz sentir isso no discurso pronunciado na Câmara dos Comuns, em 22 de março de 1775, para encaminhar uma moção que visa à busca de uma reconciliação com a América. Desse discurso, que sem dúvida representa o topo da eloqüência política inglesa, apenas extrairei aquilo que diz respeito ao objeto de nosso trabalho, e isso mesmo numa tradução por mim improvisada, que não reproduz a beleza do texto.

> "O amor à liberdade constitui o traço dominante do caráter dos americanos, e esse traço imprime sua marca ao resto. Como uma afeição ardente sempre é ciumenta, nossas colônias tornaram-se desconfiadas, turbulentas e intratáveis, já que vêem na menor tentativa de lhes arrancar alguma coisa pela força, ou de subtraí-la pela chicana, um atentado contra um princípio fundamental. Nas colônias inglesas, esse espírito de liberdade é mais impetuoso que em qualquer outro país do mundo. Isso é devido a causas diversas,

que convém expor, a fim de que possamos compreender o estado de ânimo dos colonos e os atos aos quais são levados em virtude do mesmo.

Antes de mais nada, o povo das colônias *são* (sic) de descendência inglesa. A Inglaterra é uma nação que, segundo espero, ainda respeita a liberdade, e outrora a adorava. Os colonos emigraram do vosso meio numa época em que essa adoração se encontrava no auge e, tomando o estandarte de vossas mãos, levaram-no consigo. Por isso não estão afeiçoados apenas à liberdade, mas a uma liberdade que se conforme com as idéias inglesas, com os princípios ingleses.

A liberdade abstrata, como todas as abstrações puras, é impossível de encontrar. A liberdade refere-se a algum objeto sensível; e cada nação forma uma área preferida, que passa a ser a chave de seu contentamento. Acontece que, conforme sabeis, em nosso país os maiores conflitos sobre a liberdade giraram em torno do direito de tributar. Nas cidades antigas a maior parte dos conflitos girava em torno do direito de eleição dos magistrados ou do equilíbrio entre as diversas classes que existiam dentro do Estado. Naquele ambiente a questão monetária não era muito importante. Mas, na Inglaterra, as coisas eram diferentes. Foi na questão dos impostos que se empenharam as penas mais hábeis, as bocas mais eloqüentes; e foi por essa mesma questão que os caracteres mais altivos agiram e padeceram.

O consentimento para a contribuição é um ponto ao qual se atribui tanta importância que os apologistas da constituição inglesa não se contentaram em estabelecer o fato consumado de que nós outros gozamos do privilégio de outorgar subsídios, e em provar por meio de velhos pergaminhos e costumes imemoriais que esse direito se acha investido em certo corpo, denominado Câmara dos Comuns. Foram muito mais longe: esforçaram-se para provar — e nisto foram bem sucedidos — que mesmo em teoria deve ser assim, em face da própria natureza da Câmara dos Comuns, que é o órgão de representação imediata do povo; de maneira que assim deveria ser, mesmo que os pergaminhos não nos tivessem servido de oráculo, o que todavia fizeram.

Realizou-se um esforço infinito para inculcar nas mentes, como um princípio fundamental, o de que em todas as monarquias o povo deve *eles mesmos* (*sic*), seja de forma

mediata, seja de forma imediata, possuir o poder de conceder direitos sobre seu dinheiro; sem o que não existe nem sombra de liberdade.

As colônias haurem de vós, como se fosse seu sangue essas idéias e princípios. Seu amor à liberdade, como o vosso, cristaliza-se na área específica do consentimento para o imposto. Em vinte outros pontos a liberdade poderá ser ferida ou resguardada, sem que por isso eles experimentem um alarma considerável ou grande satisfação. Mas é nesse ponto que tomaram o pulso à liberdade e, conforme o encontrarem, julgá-la-ão sadia ou enferma. Não digo nem que fazem bem nem que fazem mal ao aplicar vossas teses gerais ao seu caso específico: não é fácil instituir um monopólio de teoremas e corolários. Mas o fato de terem eles aplicado vossas teses dessa forma e, na verdade, a própria maneira pela qual vós os tendes governado, seja por brandura ou por negligência, por sabedoria ou por erro, confirmou-os na suposição de que, da mesma maneira que vós, eram governados por esses princípios comuns.

Além disso, viram confirmada esta ilusão agradável na constituição de suas assembléias legislativas provinciais. Seus Governos são populares num grau avançado, alguns deles o são inteiramente; em todos eles o corpo representativo do povo exerce grande autoridade; e a parte do povo que se encontra no seu Governo ordinário nunca deixa de lhes inspirar sentimentos elevados e uma forte afeição por tudo aquilo que os privaria de sua importância primordial.

Se faltou alguma coisa ao funcionamento desse sistema de Governo, a religião lhe forneceu o complemento. A religião sempre é um princípio de energia: nesse povo jovem, esse recurso não vem sendo usado; a maneira pela qual professam a religião constitui outra causa essencial de seu espírito de liberdade. Esse povo *são* (*sic*) protestante; e o são de uma forma que é a que mais se opõe a toda submissão implícita da inteligência e da opinião. Trata-se de uma confissão que, além de favorecer a liberdade, nela está bem alicerçada.

No meu entender, a razão da aversão das Igrejas dissidentes por tudo que assuma as feições de Governo absoluto deve ser procurada não tanto em suas convicções religiosas, mas antes em sua história. Todos sabem que a religião católica romana mantém ao menos uma condição de paridade com os Governos dos países em que reina; que geralmente

ela tem marchado de mãos dadas com esses Governos e recebido da autoridade toda sorte de favores e de apoio. A própria Igreja inglesa é tutelada, desde a infância, pelo Governo [trata-se no caso da Igreja fundada por Henrique VIII].

Mas os interesses não-conformistas têm medrado em oposição direta a todos os poderes constituídos do mundo; e não poderão justificar essa oposição senão com base num direito à liberdade natural. Sua própria essência dependia de uma afirmação vigorosa e persistente desse direito. Todo protestantismo, mesmo o mais tíbio e passivo, é uma forma de dissidência. Acontece que a religião mais disseminada em nossas colônias do Norte representa um requinte do princípio de resistência e constitui uma dissidência em face da dissidência, um protestantismo em face do próprio protestantismo. Essa religião, praticada sob várias denominações, que não coincidem em nada, a não ser na comunhão em torno do princípio de liberdade, predomina na maior parte das províncias do Norte. Naquelas terras a Igreja da Inglaterra, sejam quais forem os seus direitos legais, na verdade não passa de uma seita que não chega a congregar a décima parte da população.

Quando os colonos abandonaram a Inglaterra, esse espírito [o de dissidência] encontrava-se no auge, e atingiu o ponto máximo entre os emigrantes; quanto ao fluxo de estrangeiros que tem alimentado ininterruptamente essas colônias, o mesmo, na sua imensa maioria, é formado por dissidentes das instituições religiosas de seus países de origem, motivo por que esses estrangeiros têm trazido consigo um caráter e uma disposição de espírito muito semelhante ao do povo *aos quais* (*sic*) se misturaram."

O singular e o plural

Ao longo de minha tradução tenho cometido o solecismo "o povo *são*". É que o termo inglês "*The people*" pede o verbo no plural, e esta forma traz consigo conseqüências importantes. A colocação do povo no singular ou no plural envolve idéias cognitivas bem diferentes, uma das quais nos mostra uma profusão de indivíduos, enquanto a outra se presta à personalização do conjunto.

A forma francesa é menos propícia à personalização distributiva da liberdade, baseada na idéia de que a liberdade do povo

é a liberdade das pessoas que o compõem. Veremos a influência dessa concepção sobre a forma do Estado bonapartista.

A liberdade constituída

Mas o que por ora deve ocupar nossa atenção no texto de Burke é que a liberdade dos americanos surge como algo "constituído" há muito tempo. Na América inglesa a liberdade de consciência e a de opinião constituem hábitos. Se existem constrições sociais — e num ambiente puritano estas não faltam —, elas vêm do ambiente circundante e não do alto. De outro lado, a liberdade política tem seu instrumental próprio, que é a discussão do orçamento.

A revolução americana não trouxe a liberdade, pois já a encontrou. Essa revolução não é uma verdadeira revolução, mas uma secessão.

É compreensível que essa revolução não seja acompanhada de desastres graves. E nem seria de esperar que uma ruptura fundamental com o passado como a realizada de chofre pela Assembléia Nacional produzisse o mesmo resultado.

O poder executivo

Cabe observar que tanto na América como na França deparamos no início da nova construção com o mesmo declínio do poder executivo. Mas na América seu rebaixamento produzirá efeitos muito menos profundos que na França, já que lá as modificações sociais são insignificantes, enquanto na França são enormes.

4.

A garantia social e o executivo

É evidente, é mesmo incontestável, que o Código civil promulgado por Bonaparte corresponde fielmente às idéias que prevaleciam na opinião pública, na véspera da Revolução, no que concerne à reforma da ordem social.

E não é menos evidente nem menos incontestável que a Constituição do ano VIII e mais ainda a organização política construída por Bonaparte se opõem idéias que prevaleciam na opinião pública, na véspera da Revolução, no que diz respeito à reconstrução do sistema político.

A opinião foi unânime em condenar o excesso de autoridade governamental: o "despotismo ministerial" constituía uma expressão consagrada. Ocorre, no entanto, que o Governo que será construído por Bonaparte, muito mais forte que o de Luís XVI, terá uma base durável. Da mesma forma, a opinião condenava como uma intromissão indiscreta da autoridade central o papel desempenhado pelos intendentes nas províncias, e antes mesmo da Revolução os excessos são reprimidos por Necker, em 1787. Mas Bonaparte colocou seus prefeitos nos departamentos, isso pela lei do 28 Pluvioso do ano VIII, ou seja, apenas algumas semanas depois do Brumário.

No que tange às intenções expressas antes de 1789, manifestadas durante a reunião dos Estados Gerais encontramos, quanto à ordem civil, uma constante das idéias prevalentes no curso da Revolução e uma encarnação das idéias e instituições que seriam duráveis. Mas, quanto à organização política, encontramos exatamente o contrário: a experiência da Revolução abala as idéias trazidas a ela, e o movimento revolucionário produz um regime que representa o aposto dessas idéias.

Ocupar-nos-emos da realização das intenções na ordem civil quando tratarmos, um após o outro, os "direitos sagrados" enunciados na declaração do Frimário. No momento, o objeto de nosso estudo consiste no contraste entre o sistema político construído por Bonaparte e aquele desejado no início da Revolução,

O executivo desprezado, o executivo exaltado

Durante a Revolução e em virtude dela houve uma grande inversão da opinião pública a respeito do poder governamental, designado pelo nome de poder executivo: em 1789 desejava-se que o mesmo fosse muito fraco; em 1800 concordava-se em que fosse muito forte.

Essa inversão pode ser ilustrada por meio de duas citações. A primeira foi extraída de uma "proclamação aos franceses" publicada pela Assembléia Constituinte em 11 de fevereiro de 1790. Nela, a Assembléia faz a apologia de sua obra e responde a certas críticas. Destaco a parte que diz respeito ao poder executivo:

> "Destruímos o poder executivo... Não: digamos antes o poder ministerial, pois era ele que destruía e muitas vezes degradava o poder executivo. O poder executivo, nós o esclarecemos ao lhe mostrar os seus verdadeiros direitos, e sobretudo nós o enobrecemos, fazendo-o remontar à verdadeira fonte do poder: o poder do povo.
>
> Hoje está sem força... Na verdade está sem força, contra a Constituição e contra a lei; mas a favor delas será mais poderoso do que jamais o foi.
>
> O povo está armado... Realmente, ele o está, para sua defesa, e isso se torna necessário.
>
> Mas em muitos setores o resultado foi um verdadeiro desastre... Poderá a Assembléia Nacional ser culpada disso? Como responsabilizá-la pelos desastres que a fizeram gemer, que procurou evitar, que se esforçou por impedir com toda a força dos seus decretos, e que sem dúvida fizeram cessar a união doravante indissolúvel dos dois poderes e a ação irresistível de todas as forças nacionais?"

No primeiro parágrafo desse texto, a Assembléia glorifica a si mesma por ter destruído o poder ministerial; resta saber como o poder executivo pode funcionar sem o concurso do poder ministerial. E que esse poder já não funciona de forma eficiente é um fato que resulta do último parágrafo, onde se lê que a Assembléia "gemeu" com certos "desastres" que "procurou" evitar, impedir "com toda a força" de seus decretos. Será que essa força não se revelou suficiente?

Neste passo acode-nos à lembrança o que mais tarde diria M.^{me} de Staël:

> "A Assembléia Constituinte sempre acreditou, sem a menor razão, que havia algo de mágico em seus decretos, e que o povo se deteria, em todas as suas ações, junto à linha por ela traçada. Mas nesse ponto sua autoridade se parece com a faixa estendida no jardim das Tulherias para evitar que o povo se aproximasse do palácio[1]."

A subestimação do papel que deve caber ao poder executivo trará, no curso da Revolução, certas conseqüências práticas, entre elas um estado psicológico de que os homens do Brumário se aproveitaram para chegar ao excesso contrário.

Assim, no dia seguinte ao 18 Brumário, o filósofo Cabanis dirá ao Conselho dos Quinhentos:

> "Tem o povo francês, em sua situação presente, uma verdadeira República? Goza ele de uma liberdade real? Desfruta, enfim, a felicidade que uma e outra devem garantir? Cada um de vós se antecipa a mim: respondereis unanimemente com um *não*.
>
> Não, não podemos dizer que seja uma verdadeira República aquela em que o interesse nacional e o clamor da opinião pública são constantemente pisados aos pés pelas facções dominantes; aquela em que as intrigas podem agitar o povo, em todos os sentidos, e fazer com que ele volte todas as forças contra si mesmo; aquela em que todas as extravagâncias e todos os crimes, que qualquer Governo deveria estar empenhado em reprimir, se acham organizados de alguma forma natural em temíveis excessos, e sempre estão prestes a recuperar o poder.
>
> Não, o povo não é livre e feliz quando milhares de leis resultantes da turbulência dos acontecimentos são verdadeiras espadas de Dâmocles suspensas continuamente sobre todas as cabeças, que abalam ou ameaçam todas as propriedades; quando mais dia menos dia o talento, a virtude, a riqueza acabam por transformar-se em títulos de proscrição; quando a indústria já não encontra o necessário

[1] M.^{me} Staël, *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française*, 3 vols., Paris, 1818, t. I, p. 416.

alimento diante da fuga dos capitais, nem obtém estímulo em virtude do pavor dos consumidores; quando, por fim, as próprias leis e o Governo se encontram num estado contínuo de instabilidade, que não oferece qualquer garantia sólida aos cidadãos e fomenta a inquietude e o alarma na imaginação de todos."

A garantia social

Detenhamo-nos na palavra "garantia", empregada por Cabanis. Voltaremos a encontrá-la na proclamação do corpo legislativo, dirigida ao povo francês, que o mesmo orador fez adotar no 18 Brumário:

> "Está na hora de pôr fim às tormentas; está na hora de dar garantias sólidas à liberdade dos cidadãos, à soberania do povo, à independência dos poderes constitucionais, à República, enfim, cujo nome tantas vezes tem sido usado para consagrar a violação de todos os princípios."

O mesmo termo "garantia" figura na proclamação dos cônsules provisórios (um dos quais foi Sieyès), datada do 21 Brumário, proclamação que se inicia com esta frase:

> "Cidadãos, a constituição do ano III morreu; ela não soube garantir vosso direitos, nem garantir-se a si mesma."

A expressão não era nova. Ocupava lugar de destaque no projeto da declaração de direitos, elaborado por Sieyès nos primeiros dias de julho de 1789, projeto ao qual cumpre sempre recorrer; dele saiu a redação mais eloqüente e menos precisa, que veio a prevalecer. Nesse projeto de Sieyès lemos:

> "ARTIGO 11. — A liberdade, a propriedade e a segurança dos cidadãos devem repousar sobre uma garantia social, que esteja à prova de todos os ataques."

Esta idéia de "garantia" veio a ser acolhida pela Declaração adotada pela Constituinte:

> "ARTIGO 15. — Qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem a separação dos poderes não tem Constituição."

A idéia de garantia inspira todo o título primeiro da Constituição de 1791, título este encimado pelas palavras "disposições fundamentais garantidas pela Constituição". Cada um de seus parágrafos principais inicia com a expressão: "A Constituição garante..."

Os meios de garantia

Uma vez que no início da Revolução se colocou tanta ênfase na "garantia", somos levados a perguntar se os constituintes se empenharam na busca dos meios de torná-la efetiva. O elemento que colocam em primeiro lugar é "a força repressiva", o que pode parecer estranho. De início, vejamos o que diz Sieyès em seu projeto de Declaração:

> "ARTIGO 12. — A lei deve ter ao seu dispor uma força capaz de reprimir aqueles dentre os simples cidadãos que tentem desrespeitar os direitos de quem quer que seja."

Na Declaração adotada pela Constituinte lemos:

> "ARTIGO 13. — Para a garantia dos direitos do homem e do cidadão torna-se necessária uma força pública. Essa força é instituída em benefício de todos, e não para a vantagem particular daqueles aos quais é confiada."

Se a ênfase colocada na força repressiva me parece estranha, isso acontece por uma razão de princípio e por uma razão de fato. Quanto à razão de princípio, é sem dúvida preferível que os agentes do executivo alcancem a obediência dos indivíduos em virtude do prestígio de que goza o poder do qual são comissários, antes que pela força repressiva. Basta citar os policiais ingleses, que não têm o direito de usar armas. Quanto à razão de fato, basta lembrar que a força repressiva de ordem civil de que se dispunha sob o *Ancien Régime* era insignificante. Pelo que li, na véspera da Revolução o total da despesa policial era de 400.000 francos. Dali se originou o hábito desastroso de usar as tropas em caso de necessidade. A esse respeito Sieyès diz muito bem:

> "ARTIGO 14. — Assim, a ordem interna deve ser estabelecida e resguardada por uma força interna, de tal forma que nunca haja necessidade de lançar mão do auxílio perigoso do poder militar."

Acontece que é exatamente isso que ele mesmo será levado a fazer no 18 Frutidor e no 18 Brumário, o que representa uma confissão inequívoca de que na prática a "garantia" fracassou.

Qual é o motivo do fracasso? Durante todo o tempo da Revolução, essa "garantia" não obteve o apoio nem o prestígio do executivo, acabrunhado desde os primeiros dias, nem de uma força legal, de que as assembléias sucessivas nunca puderam dispor.

Necker e o poder executivo

Necker, que foi Ministro de Luís XVI de setembro de 1788 a setembro de 1790, é uma testemunha muito bem credenciada do desmoronamento do poder executivo, assunto ao qual dedicou dois volumes publicados em 1792: *Du pouvoir exécutif dans les grandes États*. Mais tarde, voltou a estudar demoradamente o tema, numa obra em quatro volumes, publicada em 1797 e intitulada *De la Révolution française*. No meu entender, essas obras acham-se relegadas a um abandono imerecido, pois seu valor não se restringe ao de um testemunho. M.me de Staël, filha de Necker, fará reinar a sombra do pai, ao qual dedica uma admiração apaixonada, no salão em que se há de formar o pensamento liberal da Restauração.

M.me de Staël teve de repetir muitas vezes aquilo que escrevera nas *Considérations sur les principaux événements de la Révolution française*[2]:

> "A primeira máxima de Necker em matéria de Governo consistia em evitar o arbítrio e limitar a ação ministerial em tudo que não fosse necessário à manutenção da ordem."

Essa *limitação* da ação ministerial é o elemento geralmente lembrado como a característica essencial da doutrina política liberal. Mas essa ação *limitada* quanto à extensão deve ser *eficaz* dentro de sua área de aplicação. Trata-se de outro elemento, que Necker colocou em primeiro lugar em sua obra de 1792.

Disse Napoleão: "A arte da guerra é simples, restringe-se à execução." Necker está longe de possuir essa felicidade de estilo. Mas em seu livro procura convencer de que nada vale decidir se

---

[2] *Op. cit.*, ed. de 1918, t. II, p. 319.

não se sabe fazer executar as decisões. A designação da pessoa que tem *o direito* de decidir constitui um problema constitucional. A maneira de fazer executar o que foi decidido constitui um problema *prático*. Para isso precisa-se de meios, e Necker realça com toda a razão os elementos *morais* desses meios:

> "Esse poder [o executivo] só existe pela reunião de todas as propriedades morais que formam sua essência; extrai sua força tanto dos meios reais que lhe são fornecidos como *do auxílio ininterrupto que lhe é proporcionado pelo hábito e pela imaginação;* deve ter uma autoridade racional e uma influência mágica; deve agir em conformidade com a natureza, valendo-se dentro dos meios visíveis de uma ascendência desconhecida.
>
> A necessidade desse concurso de meios não deve causar espanto, pois *na ordem moral não existe nada que seja tão extraordinário como a obediência* de uma nação a uma só lei, pouco importando que essa lei seja a expressão das vontades de um homem ou a resultante das opiniões congregadas numa Assembléia representativa."

Grifei as passagens que me parecem mais importantes[3]: na verdade, há algo de extraordinário na obediência de um número muito grande — ou, mais precisamente, de *cada um dos indivíduos* que compõem o número muito grande — às ordens emanadas de um número muito pequeno.

O fato de que essa obediência possa *ex ante* ser tida como certa pelas pessoas que decidem em lugar do grande número constitui uma presunção baseada numa situação política estável, onde a autoridade instituída goza daquilo que Necker designa como "o auxílio ininterrupto do hábito e da imaginação" e a força repressiva ("os meios reais") apenas desempenha um papel *marginal.*

Acontece que o concurso do hábito e da imaginação se acha roto desde os primeiros dias da Revolução. Em três semanas, de 23 de junho a 14 de julho de 1789, a autoridade real fica completamente desacreditada em virtude das faltas tremendas que a corte faz Luís XVI cometer. No mesmo período os "meios reais" baixam para zero. Assiste-se a um aniquilamento do poder executivo, sem que haja qualquer transferência desse poder para

[3] *Op. cit.*, t. I, pp. 20-21.

a autoridade rival, que é a Assembléia. É no que consiste o papel das circunstâncias.

O papel das circunstâncias

Luís XVI perdeu o "auxílio da imaginação" com a atitude insensata tomada no assento real de 23 de junho de 1789. As coisas haviam chegado a tal ponto, quanto à união das classes, que se poderia prever com certeza a ineficácia da ordem de dispersar, que lhes foi dirigida pelo Rei. E o malogro sofrido nesse ponto minou seu prestígio. Luís XVI perdeu "os meios reais" em virtude de outro gesto insensato, que consistiu em reunir as tropas às portas de Paris: a revolta dos guardas franceses fez com que lhe escapasse das mãos o instrumento militar.

Necker o diz muito bem:

> "O equilíbrio das forças rompeu-se por completo de 11 a 14 de julho: foi uma batalha perdida, uma derrota completa com armas e bagagens... O poder real não existia mais[4]."

Num período de crise, os erros são irreparáveis. Luís XVI desprezou os conselhos de Necker e despediu seu Ministro. Ao reconvocá-lo no dia que se seguiu ao 14 de julho, não recolocou as coisas no estado anterior. Em vão os jornais chamaram Necker de "anjo tutelar": as instruções que promulgou em nome do Rei permaneceram ineficazes em sua maioria, uma vez que a magia do respeito se desvanecera e os "satélites" — nome que hoje se costuma dar aos agentes do poder — estavam desmoralizados.

A perda da ascendência mágica torna-se evidente no momento do retorno de Necker. No interior da carruagem que o leva a Versalhes, tomou conhecimento do perigo que ameaçava seu compatriota Bésenval, que teve a desventura de comandar as tropas reais reunidas em torno de Paris, e que viria a refugiar-se na Suíça. Bésenval fora preso pelos agentes municipais de Villenaux. Num gesto humanitário que muito o honra, Necker escreve precipitadamente aos oficiais municipais:

> "Tenho conhecimento seguro, cavalheiros, de que o Barão de Bésenval, preso pela milícia de Villenaux, obteve

[4] *De la Révolution française*, t. II, p. 48.

permissão do Rei para regressar a sua pátria, a Suíça. Peço-lhes encarecidamente que acatem essa permissão, da qual me faço garante, e por isso ficar-lhes-ei especialmente obrigado. Todos os motivos que podem afetar uma alma sensível levam-me a fazer este pedido..."

Acontece que esse pedido não produziu o menor efeito. Ao saber que os oficiais municipais haviam transferido a decisão para a assembléia dos eleitores de Paris — um corpo sem estatuto legal — Necker aproveita um discurso de agradecimento que dirige a essa assembléia no paço da prefeitura para suplicar-lhe que interceda a favor de Bésenval. Esse episódio bem demonstra a que ponto se vira rebaixado o poder executivo, na própria pessoa do Ministro popular.

Ainda encontramos um testemunho chocante da desmoralização dos agentes do poder numa página dos cadernos de viagem do inglês Arthur Young. Naquela página, datada de 21 de julho, encontra-se uma descrição, do saque do paço da prefeitura de Metz, realizado em presença de um destacamento de cavalaria que nada fez para impedir a invasão do edifício:

> "Quando passava pela praça do paço da prefeitura, vi uma multidão que quebrava a pedradas os ladrilhos do prédio, apesar da presença de um pequeno destacamento de cavalaria com seu oficial. Vendo que a multidão crescia e se exaltava cada vez mais, achei que seria interessante presenciar os acontecimentos que se seguissem e subi ao telhado das estrebarias que ficam defronte ao paço, onde fiquei comodamente instalado para observar o espetáculo. Vendo que a tropa não esboçava a menor reação, a multidão tornou-se mais violenta e procurou arrombar as portas com barras de ferro, enquanto escadas eram trazidas para escalar as janelas. Depois de uns 15 minutos, tempo que foi suficiente para que os magistrados escapassem por uma porta dos fundos, a multidão conseguiu arrombar as portas; entrou no edifício que nem uma torrente, acompanhada de um clamor generalizado. Dali em diante via-se chover das janelas do edifício uma confusão de persianas, cadeiras, mesas, livros, papéis, objetos esses aos quais se juntou tudo que pudesse ser desprendido do solo, como ardósias, corrimões de escada, janelas, forros das paredes. A tropa mantinha-se passiva. A mesma era muito fraca para intervir nos acontecimentos, e, quando o tumulto assumiu proporções maiores,

limitou-se a guardar os arredores para que a multidão não crescesse ainda mais, mas nada fez para impedir que os saqueadores se retirassem com o produto da pilhagem. Guardas foram postados à frente das igrejas e de outros monumentos públicos. Durante duas horas assisti ao espetáculo. No lugar onde me encontrava, estava protegido contra a queda dos móveis, mas vi um belo jovem ser machucado em virtude de uma dessas quedas, no momento em que entregava alguma coisa a uma mulher que parecia ser sua mãe, tal foi a expressão de horror que se estampou em sua face. Vi muitos soldados que usavam cocardas brancas incentivarem a pilhagem e dela participarem. Entre a multidão havia gente bem vestida, cuja participação me surpreendeu. Os arquivos públicos foram destruídos e as ruas próximas ficaram semeadas de papéis. Trata-se de uma destruição maldosa e prejudicial às famílias, que não tem a menor relação com os magistrados[5]."

É muito natural que a Assembléia nacional, que se sentiu ameaçada por Luís XVI e acreditava ter sido salva pela sublevação de 14 de julho, não se mostrasse muito interessada em manter a ordem. Como além do mais sua política essencialmente "burguesa" não proporcionasse a menor satisfação às massas populares, e ainda porque a cidadania é reservada às pessoas de fortuna, não é de surpreender que as outras pessoas manifestassem sua atividade de outra forma. Praticamente, conforme constatou e previu Marat, a Revolução avança a golpes de sublevação; são as sublevações que, por obra dos girondinos, derrubam a monarquia, nas jornadas de 20 de junho e 10 de agosto de 1792; e ainda são elas que, por obra da Montanha, eliminam os girondinos da Convenção, em 30 de abril e 2 de maio de 1793. Mas as sublevações não podem proporcionar os produtos concretos de que o povo carece: Este cansa-se das mesmas. Apesar disso o hábito dos golpes de força se mantém; o exército passa a ser seu instrumento. O ciclo está fechado.

Esses fatos, evocados de forma tão breve que não se pode deixar de ter a impressão de estarem desfigurados, explica a acolhida proporcionada a Bonaparte. A esse respeito, vale citar um testemunho imparcial, o do agente secreto que mantinha correspondência com um dos principais ministros prussianos:

---

[5] Arthur Young, *Travels in France,* 2.ª ed., 1794, t. I, pp. 155-156.

"Por aqui tudo está mudado, como que por um golpe de magia; a chegada de um só homem produziu esse efeito espantoso. Não precisamos acreditar no relatório oficial da jornada de Saint-Cloud, nem na eloqüência, nem no sangue-frio de que deu mostras na ocasião, nem no seu arrojo pessoal, nem na punhalada que um granadeiro recebeu ao defendê-lo dos assassinos: trata-se de mentiras engendradas por ele e pelas pessoas que o cercam, no intuito de embair o público e atrair as atenções sobre sua pessoa.

Mas o que corresponde integralmente à verdade é que a importância daquele estado se desfez diante de sua administração e que a mesma trouxe benefícios sem precedentes[6]."

Foi apenas para explicar por que a opinião pública aceitou, em 1800, a força extraordinária que Bonaparte garantiu ao poder executivo, que invoquei neste passo o aniquilamento desse poder durante a Revolução. Mas, por enquanto só ressaltei, em relação a esse aniquilamento, o papel das circunstâncias. E esse papel não poderia deixar de ser mencionado, pois foi importante. Em relação à reconstrução em bases excessivamente amplas desse poder, vale citar uma previsão notável de Rousseau:

"Não se pode dizer que não haja muitos Governos estabelecidos nas épocas de tormenta; apenas acontece que são esses mesmos Governos que destroem o Estado. Os usurpadores sempre preparam os tempos de perturbação, ou deles se aproveitam para, atendendo ao pavor do público, fazer aprovar as leis destrutivas [leis destrutivas da liberdade, entenda-se] que o povo nunca adotaria de sangue-frio." (*Du contrat social,* livro II, capítulo X).

Mas o papel desempenhado pelas circunstâncias no aniquilamento do executivo e em seu subseqüente fortalecimento excessivo interessa menos ao nosso objetivo que o papel das idéias.

---

[6] Cf. Allonville, Beauchamp e Schubert, *Mémoires tirés des papiers d'un homme d'Etat.* Paris, Michaud, 1834, t. VII, pp. 364 s.

A antipatia em relação ao poder executivo

Durante o século XVIII, reina certa antipatia ao poder executivo, antipatia esta que chega a um ponto que dificilmente seríamos capazes de imaginar em nossos dias.

Hoje em dia os espíritos em todos os países são levados ao "bonapartismo", e isso numa extensão cada vez mais extensa, à medida que os países se tornam mais desenvolvidos. Um Governo investido da confiança do povo deve contar com uma maioria fiel, que vote as leis e os impostos desejados por esse Governo, e seja seu representante geral em matéria legislativa.

É justamente porque foi Bonaparte que estabeleceu um regime como este, ou seja, o primeiro regime político moderno, que a formação do sistema bonapartista merece boa parte das nossas atenções.

Essa formação é tanto mais notável quanto entraria em choque, no devido tempo, com as idéias sobre organização política que prevaleciam antes da Revolução e, na verdade, com as idéias que reinaram muito tempo depois dela em outros países e na própria França, idéias estas que são hostis ao poder executivo.

A hostilidade na América.

Tratava-se, no caso, de uma hostilidade generalizada. Seria um anacronismo acreditarmos que no século XVIII ela provinha da fonte não-popular do poder executivo. Realmente, quando as colônias inglesas da América se constituem em Estados, tornam o poder executivo extremamente débil, muito embora sejam mestras na arte de confiá-lo à sua vontade.

Essa conduta é altamente elucidativa. Lancemos um olhar nos "Artigos de Confederação" de 1.º de março de 1781. Vemos que todos os poderes concedidos aos Estados em conjunto são atribuídos aos "estados unidos reunidos em congresso", em que a expressão "estados unidos" não precisa de maiúscula. O que encontramos a respeito do poder executivo restringe-se a um "comitê dos estados" (no qual tem assento um membro por estado), que se reúne no intervalo das sessões do Congresso; é o comitê dos estados que nomeia os funcionários dos "estados unidos", entre eles um presidente que não pode exercer o cargo por mais de um ano em cada período de três anos, em outras palavras, o presidente é eleito por um ano e só pode ser eleito novamente depois dum intervalo de dois anos.

Dessa forma, o órgão que enfeixa a autoridade da confederação é o congresso dos estados. Sem dúvida podemos dizer que essa supremacia corresponde ao caráter confederacional do laço que une os estados.

Mas se considerarmos uma por uma as Constituições dos diversos Estados, chegaremos à conclusão de que em todas elas, com exceção da de Nova York, a Assembléia é o poder soberano; o executivo é muito fraco e suas funções são constantemente usurpadas pela Assembléia.

Vê-se, portanto, que a desconfiança para com o executivo é completamente independente do caráter hereditário da monarquia.

Como se sabe, na convenção de Filadélfia os Estados adotaram uma Constituição federal que difere muito dos Artigos de Confederação, especialmente pela importância atribuída à função presidencial; é menos sabido que a grande modificação levada a efeito nas instituições comuns resulta de uma mudança na disposição de espírito ligada à forma de Governo nos Estados. O Estado de Nova York, que tinha um só governador, Clinto, e onde as coisas corriam muito melhor que nos outros Estados, serve de modelo a estes. As Constituições dos Estados são modificadas uma após a outra, no sentido de um reforço do executivo.

É uma história muito interessante. Mas o que importa é determinar os motivos por que, de início, a opinião americana era hostil ao executivo, embora o mesmo tivesse sua origem na escolha dos cidadãos.

A hostilidade de Robespierre

A mesma hostilidade se faz sentir no célebre discurso de Robespierre sobre a Constituição, proferido em 10 de maio de 1793. Cabe ressaltar que naquela data já fora estabelecida a República (21-26 de setembro de 1792) e Luís XVI tinha sido decapitado (21 de janeiro de 1793):

> "Se percorrerdes a história, vereis que em toda a parte os magistrados oprimiram os cidadãos, e o Governo devorou a soberania.
>
> ....
>
> O primeiro objetivo de qualquer Constituição deve consistir em defender as liberdades públicas e privadas contra o próprio Governo.
>
> ....

> Começai por moderar os poderes dos magistrados.
>
> ....
>
> A primeira regra para atingir esse objetivo é que a duração do poder deve ser pequena, e esse princípio deve ser aplicado principalmente aos homens cuja autoridade é mais ampla;
>
> 2.º Ninguém poderá ocupar mais de uma magistratura ao mesmo tempo;
>
> 3.º O poder deverá ser dividido; antes multiplicar o número dos funcionários públicos que confiar a alguns deles uma autoridade que envolva um risco muito grande;
>
> 4.º A legislação e a execução deverão ser cuidadosamente separadas;
>
> 5.º Os diversos setores da execução deverão eles mesmos ser distintos na medida do possível, segundo a natureza das respectivas tarefas, e confiados a pessoas diferentes."

Aos seus olhos a ausência de unidade do executivo constitui um ponto muito importante.

> "Ainda, nunca podereis impedir que as pessoas em cujas mãos esteja depositado o poder executivo sejam magistrados muito poderosos; por isso deveis despir essas pessoas de toda autoridade e influência estranhas às suas funções.
>
> Não permitais que participem das assembléias do povo e nelas votem durante o tempo de sua investidura."

Está tudo bem claro: o poder executivo deve ser dividido, e os magistrados que o exercem, não solidários entre si, receberão todas as iniciativas da Assembléia (ou daqueles que a dominam).

Deverá haver uma fiscalização financeira.

> "Deixai que fique nos departamentos, em mãos do povo, a parcela dos tributos que não precise ser recolhida à caixa geral; e que as despesas sejam satisfeitas no próprio lugar, na medida do possível."

Mas será que essa fraqueza do executivo lhe permitirá exercer uma atividade intensa em prol do bem público? Robespierre responde:

"Fugi da mania antiga dos Governos, de quererem governar muito; deixai aos indivíduos, deixai às famílias o direito de fazerem tudo aquilo que não prejudique a outrem; deixai às comunas o poder de resolverem elas mesmas os seus problemas, em tudo aquilo que não diga respeito necessariamente à administração geral da República. Em uma palavra, deixai entregue à liberdade individual tudo aquilo que não pertença por sua própria natureza à autoridade pública, e tereis deixado presas correspondentemente menores à ambição e ao arbítrio[7]."

Existe pouca semelhança entre Robespierre e os colonos ingleses da América: tanto mais importante é a coincidência das opiniões desfavoráveis ao poder executivo.

A fraqueza governamental do Ancien Régime

Vê-se, portanto, que existia uma hostilidade generalizada ao poder executivo, hostilidade que, ao contrário do que se poderia ser levado a pensar, não ficava restrita à França, onde poderia ter tido sua origem nas fraquezas a que os Ministros se viam jungidos, já que operavam num ambiente repleto de aves ruidosas e gananciosas, que era o da Corte, essa indesculpável criação de Luís XVI.

Sem dúvida essa hostilidade foi devida em parte à ignorância em que permanecia a "opinião esclarecida" a respeito das funções efetivamente desempenhadas pelo Governo. Quanto menos experiência se tenha dos negócios públicos, mais se é levado a encarar a função governamental exclusivamente como uma forma de decisões de princípio, que podem ser atribuídas a uma assembléia.

Os homens que participavam dos Estados Gerais estavam convencidos de que os Ministros dispunham de um poder excessivo. Não percebiam aquilo que hoje nos parece perfeitamente claro: que o Governo de Luís XVI era excessivamente débil para realizar as reformas necessárias.

É verdade que os Ministros congregavam em torno do poder executivo a iniciativa em matéria de legislação — o que então parecia chocante, mas hoje é considerado inevitável. No entanto, os recursos de que dispunham num e noutro setor eram escassos.

No que diz respeito à iniciativa em matéria de legislação, o

---

7 Citação extraída do t. IX das *Œuvres*, P.U.F., pp. 495 s.

ponto de estrangulamento dos parlamentos representava um obstáculo formidável às reformas profundas do mundo social que todos julgavam necessárias, como, por exemplo, o estabelecimento da igualdade diante do imposto.

O registro por parte dos parlamentos sempre foi necessário para que uma lei ou um edito fiscal entrasse em vigor, e os parlamentos souberam transformar aquilo que antes não passava de uma formalidade num ato de sanção que podia ser recusado.

Se houve da parte dos parlamentos certas recusas plenamente justificáveis, outras foram escandalosas, como, por exemplo, a resistência oposta a Turgot, que pretendia transformar as requisições de trabalho para a construção e manutenção de estradas num imposto territorial devido por todos os proprietários, fosse qual fosse sua qualidade.

Toda resistência parlamentar tornava necessário um ato judicial destinado a forçar o registro, vale dizer, dava lugar a uma demonstração lamentável do "poder absoluto".

O poder só se mostrava absoluto em virtude das resistências excessivas que lhe eram opostas. Uma multidão de direitos adquiridos opunha-se a qualquer projeto de reforma. Ouçamos o que Necker diz a esse respeito:

> "O imposto sobre a terra não obedecia a qualquer princípio regular de repartição, do que resultaram privilégios fundamentalmente injustos, ligados ainda às idéias antigas, em virtude dos quais o fardo principal do imposto era lançado sobre a parte da nação que, em virtude de suas condições de fortuna, faria jus a maior benevolência.
>
> Os impostos de consumo apresentavam sob todos os aspectos uma série de desigualdades de outra espécie; esses impostos foram diversificados ao infinito; foram elevados gradualmente ao nível mais alto e, enquanto várias províncias estavam sujeitas a uma sobrecarga dos mesmos, outras provocavam sua inveja, gabando-se das franquias de que gozavam. A gabela, as contribuições diversas e outros tributos não menos conhecidos fazem evocar até hoje, apenas pelo nome, tudo o que acabo de dizer; no entanto, essa mixórdia e essas oposições notáveis excitavam a cobiça e engendravam uma disposição para a fraude. Com isso a guerra teve início, e foi ininterrupta: era a guerra entre os aventureiros ligados ao contrabando e a milícia do fisco.
>
> Diante de tamanha confusão e desordem introduzidas no sistema, a distribuição dos impostos sem dúvida estava

a exigir uma modificação, talvez mesmo uma reformulação completa; mas, para conseguir efetuá-la em meio a um número tão elevado de interesses rivais, seria necessário reunir em torno de uma mesma opinião os parlamentos, os países que compõem o Estado, e talvez mesmo as câmaras de contas e as cortes; é que *não havia autoridade que não tivesse poder de suspender e de impedir;* e, poucas semanas antes da Assembléia dos Estados Gerais, vi uma simples dissidência da corte da Normandia suspender nessa província a coleta e o lançamento da finta. Muitas vezes esse tipo de dissidência era causado tão-somente por um capricho mesquinho ou por um sentimento de despeito contra as administrações provinciais recém-empossadas.

Só por meio da experiência foi possível travar conhecimento com a contextura complicada e o entrevamento, se assim podemos exprimir-nos, que se estabelecera nas relações entre o Governo francês e a administração interna do reino. As pessoas se comunicavam e caminhavam em conformidade com o hábito, ao longo das trilhas previamente estabelecidas; *mas para introduzir qualquer inovação, por mais razoável que fosse, havia necessidade de travar milhares de pequenas batalhas."* (*De la Révolution française*, t. I, pp. 61 e 63).

Foi por causa dessa obstrução que os Ministros — e Necker mais que qualquer outro — se viram obrigados a multiplicar os empréstimos em condições muito onerosas. A França não estava sendo esmagada pelos impostos: a receita fiscal atingia 8% da renda nacional, enquanto a despesa chegava a 10%[8]. Metade dessa despesa destinava-se ao serviço da dívida pública. Calonne viu-se na contingência de recorrer a certos expedientes destinados a obter os fundos necessários antes de prestar auxílio para a fundação de Creusot[9].

Era um Governo bem pobre, que precisava muito do auxílio dos Estados Gerais para poder realizar as reformas necessárias. E esse auxílio deixou de ser prestado por razões que hoje nos pareceriam incompreensíveis.

---

[8] Ver a respeito os trabalhos do I.S.E.A., dirigidos por M. Marcsewski.

[9] Seria um erro subestimar as iniciativas públicas a favor daquilo que hoje em dia costuma ser chamado de desenvolvimento econômico. Cf. Charles Ballot, *L'Introduction du machinisme em France*, Lião, 1926.

O caráter da autoridade soberana

Devemos esforçar-nos para destacar um aspecto que evidencia a grande mutação causada pela Revolução Francesa na concepção da autoridade soberana.

Ao abrir a Assembléia dos notáveis, em 5 de novembro de 1788, Luís XVI declarou:

> "Depois de Nossa subida ao trono, sempre estivemos empenhados em manter cada um de Nossos súditos investidos em todos os direitos que pudesse exigir."

A promessa de "manter cada um investido em seus direitos" figurava nos discursos de coroação dos Reis da terceira linhagem. Tomada ao pé da letra, significa que qualquer direito que tenha sido reconhecido em qualquer tempo, ou possa vir a sê-lo por alguma razão legítima, sobrevive indefinidamente.

Não há necessidade de grande esforço de reflexão para evidenciar que o respeito perpétuo conferido aos direitos que tenham sido reconhecidos em determinadas circunstâncias e sob certa justificativa não pode deixar de sobrecarregar o sistema social, com o passar do tempo, de uma série de direitos que não têm nenhuma contrapartida válida e representam uma carga e um entrave ao funcionamento desse sistema.

No intuito de recompensar certos serviços ou de proporcionar os meios necessários ao exercício de determinadas funções, a autoridade real foi reconhecendo sucessivamente vários direitos a favor deste ou daquele indivíduo (e de seus descendentes) e a favor deste ou daquele grupo. Por mais que os serviços estivessem distantes no tempo e as funções já não viessem sendo executadas, os direitos perduravam. Tornava-se necessário purgar essas hipotecas que oneravam o corpo social.

Além de não ter poder para isso, o rei não se sentia no direito de revogar os direitos que, na linguagem de hoje, se tornaram "disfuncionais". Segundo as idéias prevalentes no *Ancien Régime,* os direitos adquiridos pelos grupos ou pelos indivíduos eram tão legítimos quanto a própria autoridade real.

O ato que o Rei não podia praticar sozinho exigia o concurso de outrem. Foi por isso que se resolveu convocar os Estados Gerais. Restava ver de que forma Luís XVI iria entender esse congresso, segundo sua formação.

Em sua opinião não podia tratar-se de uma autoridade superior à sua, capaz de revogar os direitos individuais *por ato de autoridade*.

O Rei deveria ter a impressão de que as pessoas habilitadas para abolir cada direito que se tornara abusivo ou caíra em desuso eram as mesmas que dele eram titulares, e que todas as renúncias deveriam ser *voluntárias*.

A não ser assim, torna-se difícil explicar por que se deixou arrastar à desastrosa sessão real de 23 de junho. O argumento que o deve ter sensibilizado é o de que as modificações que se faziam necessárias não se realizariam por meio de revogações de direitos, mas por meio de renúncias, e que o consentimento para as renúncias que atingissem cada classe deveria ser prestado separadamente pelos interessados, antes de seu encontro numa reunião destinada a tratar de matérias ligadas ao bem público.

A idéia de deixar a cargo das classes privilegiadas todo o mérito dos seus sacrifícios devia ter sido muito forte, pois a encontramos expressa pelo próprio Necker. E o mesmo Necker reconheceu que essa idéia representava um obstáculo a que o Rei e seus Ministros exercessem qualquer tipo de liderança nos Estados Gerais:

> "As palavras que dirigi aos Estados Gerais são o resultado de minhas reflexões. Nelas não se encontra expressa nenhuma disposição de mando. Tudo não passa de convite, e nenhuma decisão antecipada foi adotada sobre o tributo de opinião que deveria ser cobrado pelas primeiras duas classes em resposta ao voto da nação." (*De la Révolution,* t. I, pp. 219-220).

Hoje em dia parece estranho que, ao convocar uma reunião de importância tão extraordinária, que provocou tamanha excitação no ânimo do público, o Governo não tenha elaborado nenhum programa de trabalho para as sessões, nem tenha indicado as reformas que propunha, e para as quais solicitava a colaboração dos Estados Gerais.

Aqui essa discrição inoportuna do executivo não nos interessa por suas conseqüências no terreno dos fatos, mas apenas pela luz que lança sobre a ligação então existente entre o comportamento e os princípios.

A Assembléia partirá de um princípio totalmente diverso: agindo em nome da nação, tem poderes para questionar tudo. É

aqui que realmente assistimos à substituição das idéias do *Ancien Régime* pelas idéias modernas.

Não há dúvida de que, em termos de interesse real e de interesse nacional, o Rei e a Assembléia deveriam estar aliados para livrar a sociedade francesa de certos anacronismos que se haviam tornado inorgânicos: Mirabeau o diz muitas vezes em sua correspondência secreta com a corte. No entanto, a diferença básica de linguagem constituía um obstáculo a essa aliança: a linguagem do Rei era a da soberania antiga, enquanto a Assembléia falava a da soberania moderna.

Campo de aplicação da garantia social

No sistema de pensamento antigo, a garantia real aplicava-se aos direitos positivos em que seus titulares se achassem investidos; no sistema de pensamento moderno, a garantia social aplica-se aos direitos que os representantes da nação consideram "naturais" ou "sagrados".

Se refletirmos sobre as modificações extensas que a Revolução realizou na área dos direitos, não nos surpreenderemos mais com o fato de que no fim da mesma a atitude dos diversos segmentos sociais em relação ao poder executivo era bem diferente daquela que prevalecia no início do movimento.

5.

A Nação e o Estado moderno

Na proclamação do Frimário lemos o seguinte trecho:

> "Os poderes por ela instituídos serão fortes e estáveis, como convém à garantia dos direitos dos cidadãos e dos interesses do Estado."

Vemos que os "poderes fortes e estáveis" são apresentados como condição necessária à consecução de dois objetivos. Convém ressaltar que esses objetivos são distintos. É nisso que consiste a diferença entre esse texto e o oferecido por Sieyès, em junho de 1789, que lembraremos a título de comparação:

> "A liberdade, a propriedade e a segurança dos cidadãos devem fundar-se numa garantia social que esteja a salvo de todos os ataques."

Essa garantia social corresponde ao primeiro objetivo enunciado na proclamação do Frimário; mas ela acrescenta outro objetivo: "Os interesses do Estado."

Trata-se de uma novidade em relação às idéias reinantes nas vésperas da Revolução. Segundo a disposição de espírito então dominante, não havia outros interesses que não fossem os das pessoas reais. Neste ponto, a Revolução trouxe consigo uma reviravolta de grandes proporções.

As idéias reinantes no início e no fim de uma grande crise

Suponhamos que nos seja possível traçar um quadro completo das idéias reinantes em determinada sociedade nas vésperas de uma grande crise, e outro das idéias que prevalecem imediata-

mente após a mesma. O conteúdo dos dois quadros seria em grande parte idêntico ou, em outras palavras, esta ou aquela idéia figuraria no quadro da véspera da crise e no que correspondesse ao período imediatamente posterior. Mas haveria, sem dúvida, um ponto de diferença. Acredito que depois da crise a idéia estaria presente num número de pessoas mais ou menos elevado, e de forma mais ou menos intensa que antes dela: o império da idéia terá sofrido uma expansão ou uma retração, um fortalecimento ou um debilitamento.

Além do mais, o cortejo de imagens provocado pela idéia sofrerá uma modificação.

Passando sucessivamente das mudanças menores às maiores, encontraremos idéias que sofreram verdadeira mutação. Conforme veremos, foi o que ocorreu durante a Revolução com a idéia de exército.

Por fim, encontraremos no quadro da época imediatamente posterior idéias verdadeiramente novas, surgidas no curso da crise, que propiciou seu nascimento. Ao dizermos que se trata de idéias novas, não queremos afirmar que não tenham tido antecedentes, que sejam um *nihil ex nihilo,* mas sim que são uma coisa totalmente diversa do que eram antes.

Nesse sentido, uma idéia nova é a de nação.

Nascimento de uma pessoa moral

Não ignoro a existência de uma literatura volumosa, posterior à Revolução — e, em boa parte, à guerra de 1870 — que tem por objeto o "sentimento nacional da França". E não é o caso de negar a preexistência muito antiga de um sentimento cujo "precipitado", no sentido em que o termo é empregado na química, irá nutrir a idéia de nação.

Foi o próprio estudo dessa literatura que fez nascer em minha mente a convicção de que antes da Revolução não existia nos espíritos a representação da nação como *pessoa.* Antes da Revolução os franceses amavam sua terra, sua língua, eram xenófobos convencidos de sua superioridade e imbuídos da própria glória. Mas não trazem dentro de si a representação da nação como pessoa super-humana que possa constituir objeto de um culto.

Seria interessante estabelecer a história figurativa da pessoa chamada França, a história, ousaria dizer, da "imagem bondosa" ligada antes à imagem da Santa Virgem que à do Rei.

A fides

Em todas as sociedades tradicionais, a ligação, o compromisso, a obrigação *de pessoa para pessoa* desempenham um papel incomparavelmente mais amplo e mais intenso que na sociedade do nosso tempo. Um ponto característico pode ser visto no fato de que hoje em dia a palavra "traição" só assume seu sentido pleno e intenso quando se trata de traição à pátria; conforme o ambiente, poderá parecer melodramática se aplicada à violação da "fé conjugal". Acontece que antigamente qualquer falta para com o companheiro, para com o senhor ao qual a pessoa resolvera submeter-se ou para com o vassalo que alguém aceitara provocava o mesmo horror que hoje é despertado pela traição à pátria.

Ninguém dirá que o livro *Os Três Mosqueteiros* é um documento histórico, mas o fato é que nele Alexandre Dumas oferece um retrato vivo do sentimento de aliança existente entre seus heróis, de sua devoção ao chefe do grupo, e do empenho deste em tirá-los dos apuros, pouco importando o que tivessem feito. O laço de *fides* obriga a corresponder sem a menor hesitação, sem pesar o risco ou mesmo os fundamentos do pedido, ao apelo da pessoa com a qual se mantenha esse tipo de ligação, quer se trate de um apelo "horizontal", quer de um apelo que venha de cima para baixo ou de baixo para cima. Na ordem temporal, esse compromisso chega ao auge diante do Rei "nosso Senhor". E atinge proporções bem diferentes na ordem religiosa, onde se transforma na devoção à Santa Virgem.

Se a Revolução Francesa causou um abalo profundo nos sentimentos morais, esse abalo se revela no ataque a duas atitudes fundamentais, que indicamos em ordem cronológica: a devoção ao Rei e a adoração da Santa Virgem.

Os iconoclastas e a nova imagem

A literatura anterior à Revolução era "iconômaca": procurou abalar o quadro que tinha por objeto as imagens que acabamos de citar; já a Revolução foi iconoclasta, pois procurou quebrar essas imagens. Um fato significativo é que os túmulos reais da abadia de Saint-Denis tenham sido destruídos e que em muitas igrejas tenham sido quebradas as imagens da Santa Virgem. A vontade de humilhar o Rei e a paixão da profanação são facilmente expli-

cadas pela psicologia moderna como tentativas de extirpar certos sentimentos.

Da mesma forma se explica que a luta contra certas imagens tenha levado à criação de uma nova imagem. O resultado mais impressionante da Revolução é a substituição da pessoa do Rei, que assumia caráter mitológico, por outra pessoa de caráter mitológico, que é a nação.

Essa substituição pode ensejar duas interpretações diferentes. Pode-se sustentar que, para possibilitar a devoção à nação, tornava-se necessário suprimir o Rei. De outro lado, podemos dizer que, uma vez afastado o Rei, a unidade se dissolveria conforme parecia acontecer entre a morte de Luís XVI e o massacre dos girondinos, a não ser que outra imagem fossem criada para substituir a do Rei, para o que a guerra forneceu ensejo propício.

Mas muito mais que a devoção ao rei foi "recuperado" a favor da nação. No apogeu da crise revolucionária houve quem pretendesse criar o culto da razão, ao qual Robespierre contrapôs o do ser supremo; ambas as atitudes representaram reveses lastimáveis. Bem mais tarde os saint-simonianos tentaram fundar a religião saint-simoniana, o que os fez cair no ridículo, e Auguste Comte viria juntar-se a eles num propósito análogo. O que surpreende em tudo isso é que inteligências poderosas como essas não tivessem percebido que, se havia lugar para uma nova forma de sentimento religioso, esse lugar já encontrara um ocupante: a Nação.

A fundação do culto da Nação

Se olharmos de relance o movimento revolucionário, temos a impressão de que o mesmo teve por objetivo a fundação do culto da Nação. Como essa marcha não se enquadra no objeto deste trabalho, limitar-me-ei a ressaltar que, à falta da união das classes, a Nação não foi vista desde logo como algo que existisse acima do Rei; que a facção esquerdista da Assembléia não demorou em designar-se pelo nome de "patriotas"; que a festa da Federação simboliza a constituição de um todo no qual o Rei não representa o topo da pirâmide; que a correspondência de Luís XVI com o exterior e sua fuga para Varennes são os primeiros atos que podem ser interpretados como uma separação entre sua pessoa e a Nação; que, por fim, o processo contra Luís XVI assume o caráter de um processo de rebelião contra a nação e de entendimentos com o exterior.

O culto à Nação traz consigo uma inovação fundamental na política. Num povo habituado durante tanto tempo a ver o princípio de sua unidade corporificado numa só pessoa, a pessoa Nação vai ocupar toda a extensão, todo o espaço necessário para encher o vazio e fazer muito mais que isso. A Nação francesa terá exércitos muito mais numerosos e menos dispendiosos que o Rei. A marcha destes exércitos pela Europa será a sementeira da idéia nacional. O primeiro revés de grandes proporções sofrido pelos exércitos franceses ocorreu na Espanha, onde os mesmos excitam o sentimento nacional. Na Prússia, Fichte, antes tão entusiasmado pela Revolução Francesa, abandona Berlim para não ver nossas tropas: trata-se de uma atitude inédita; basta compará-la com a carta que Voltaire dirigiu a Frederico o Grande, relativa à batalha de Rossbach, ou com o procedimento de Goethe logo depois de Iena.

Um texto de Guizot

Neste passo citarei um texto bastante longo de Guizot, que corresponde ao que acabo de dizer, mas, no meu entender, não leva muito longe, Guizot era um homem razoável mas não sabia compreender muito bem os sentimentos, conforme se viu em 1848. A meu ver, comete um engano grave na passagem do texto em que diz que a "pátria" é uma "idéia sem corpo". Uma idéia moral de grande importância poderia ser uma idéia sem corpo em Genebra, onde Guizot, tal qual Necker, receberam sua formação, mas nunca na França da época revolucionária, entre um povo cujo espírito estava sobrecarregado de imagens. Mas passemos à citação:

> "Por certo o devotamento à pátria, o dever para com a pátria não são sentimentos novos, que nossos pais não tivessem conhecido; no entanto, existe uma diferença profunda entre suas idéias e as nossas, entre seu estado de ânimo e o nosso em relação a esse objeto. A fidelidade entre as pessoas, dirigida tanto para os superiores como para os iguais era, na antiga sociedade francesa, o princípio e o sentimento dominante; está nas suas origens e na base de suas principais instituições; os laços pessoais eram os laços sociais. No longo curso de nossa história a civilização expandiu-se; as diversas classes passaram por um processo de aproximação e de assimilação; o número de pessoas inde-

> pendentes e influentes sofreu um crescimento enorme; os indivíduos retiraram-se dos grupos particulares aos quais antes pertenciam para ingressar e viver numa esfera geral; a unidade nacional elevou-se acima da organização hierárquica. O Estado, a nação, a pátria, esses seres coletivos e abstratos tornaram-se, tal qual os seres vivos e reais, objeto de respeito e de afeição. O dever para com a pátria, o devotamento à pátria assumiram, no espírito da maior parte das pessoas, força superior à dos antigos devotamentos, à do antigo dever de fidelidade para com as pessoas. Também foram sentimentos nobres e desinteressados que animaram o exército republicano e o exército de Condé durante os combates deploráveis que travaram nas margens do Reno; mas diferente era sua fé moral e política, tanto na natureza como no objeto: uns sofriam e morriam para conservar-se fiéis a seu Rei, a sua classe, a seu nome, outros para defender e servir a pátria, uma idéia sem corpo, um nome comum a todos, pátria esta da qual nada haviam recebido além da honra de nascer em seu seio e à qual acreditavam dever entregar-se totalmente, tão-só por ser ela a França. A mesma transformação realizou-se na vida civil; a preocupação do interesse público, dos votos dados em público, dos perigos públicos, tornou-se mais generalizada e mais forte que a das relações e dos afetos individuais. Foi em virtude de causas profundas e sob o império dos grandes fatos sociais que, sem qualquer premeditação, por puro instinto, os dois partidos em luta se designaram, em 1789, como partido realista e partido patriota: num estava vivo o dever para com o Rei e o devotamento ao mesmo, como chefe e representante da pátria; noutro, o dever e a dedicação votada diretamente à própria pátria constituíam o princípio, o laço de união, o sentimento dominante." (Guizot, *Mémoires,* 1859, t. II, p. 14).

No texto que acaba de ser transcrito, Guizot diz: "O Estado, a nação, a pátria, esses seres coletivos e abstratos tornaram-se, tal qual os seres vivos e reais, objeto de respeito e de afeição." Cabe indagar por que enumera essas entidades e parece estabelecer distinção entre as mesmas: o que se constituiu nas mentes foi *um* ser considerado vivo e real. Um ser transcendente, a Nação, passou a ocupar o lugar de um ser imanente, o Rei. A diferença é enorme. Uma pessoa humana pede dedicação, uma pessoa sobre-

humana pede devoção. O Rei era uma pessoa sobre-humana predominante na mente de um grupo de pessoas, mas sem dúvida não era *a própria pessoa* do grupo. O soberano era um superior no seio do grupo, enquanto a soberania representa a superioridade *do* grupo.

Segundo a sistemática do *Ancien Régime,* o Rei adquiria a sua legitimidade em meio a grande número de legitimidades, que eram de menor extensão, mas não de menor validade. Uma das conseqüências disso consistia no fato de que era julgado e sobretudo se julgava a si mesmo incompetente para revogar os direitos que se haviam tornado "disfuncionais". Com a Nação as coisas são muito diferentes: ela é a fonte de todas as legitimidades.

A entrada em cena da personagem Nação constitui um fenômeno de importância capital na história. Assume importância na ordem internacional, já que, da Revolução aos nossos dias, as modificações das entidades geográficas se processam no sentido da congruência com as nacionalidades; e também na ordem interna, já que o Estado moderno apóia sua ação sobre o direito do conjunto em face dos seus membros.

A palavra "nacionalismo"

Devemos dedicar grande interesse ao aparecimento de palavras novas, que representam a cristalização de um sentimento numa "idéia". É por isso que realçamos o aparecimento da palavra "nacionalismo", seguindo os passos do grande erudito Charles Schmidt, o qual assinala (em nota publicada na revista *La Révolution française,* t. XLVI, pp. 244-245) que em dezembro de 1812 Napoleão fez prender em Gotha o jornalista e livreiro Rodolphe Zacharie Becker, acusado de ter organizado uma lista secreta alemã (*deutscher Bund*). Em sua defesa, Becker, alega que o nacionalismo é perfeitamente compatível com a lealdade para com o Estado ao qual se pertence. Evidentemente, essa alegação não passa de um expediente de defesa: resolvi empregá-lo nos anos 30, em benefício dos agitadores sudetos da Tcheco-Eslováquia, antes que sua situação amadurecesse a ponto de poderem largar a máscara imposta pelas circunstâncias. Mas, o que importa no texto de Becker é o valor atribuído ao nacionalismo. Passemos à citação:

"Todos sabem que a nação germânica não forma um Estado único, como acontece com a nação francesa, espanhola, inglesa e outras mais. Divide-se em numerosos Estados diferentes, e parte desses Estados acha-se incorporada a outros Estados, como o Império Francês, a Hungria, a Rússia, a Suíça, a Dinamarca, os Estados Unidos da América do Norte. Ao exortar, portanto, os alemães em geral a cultivarem as virtudes nacionais e a soterrarem os ressentimentos provinciais, não se lança qualquer apelo político. É como se exortássemos os gascões, os normandos, os habitantes da Champanha, os borguinhões, os naturais de Beaune, a desistirem do rancor que os habitantes das diversas regiões da França manifestam uns contra os outros, por meio de epítetos ultrajantes. Os membros de minha sociedade ideal devem cumprir as leis do lugar em que se encontrem: cada um deve exercer a velha lealdade e fidelidade germânica para com o Governo do qual é súdito. É o que os alemães realmente fizeram no curso dos séculos, e é o que fazem hoje na Hungria, na Transilvânia, na Livônia, no Holstein e principalmente na Alsácia; e é o que não deixarão de fazer de sua vez os habitantes das províncias recém-incorporadas ao Império Francês, da mesma forma que os refugiados franceses que se encontram em Berlim, Leipzig, Hanôver ou Cassel contam-se entre os melhores cidadãos dos Estados alemães, sem que tenham deixado de ser franceses e de se sentirem honrados com isso. Essa ligação com a nação, que poderíamos chamar de *nacionalismo,* harmoniza-se perfeitamente com o patriotismo voltado para o Estado do qual se é súdito..."

O termo "Exército"

Outra modificação da linguagem, que se reveste de caráter mais sutil, foi assinalada pelo jornalista Fievée. Ele censura Bonaparte por ter introduzido no linguajar dos povos da Europa uma novidade que lhe parece periogosa. Que novidade é esta?

"Antigamente dizíamos as forças militares da França, da Rússia, da Espanha, da Áustria, da Prússia, para designar as tropas de linha que cada nação mantém em armas em tempo de paz; a palavra *exército* jamais era empregada a não ser em tempo de guerra, e em relação à parte das for-

ças militares que participava dos combates; ainda, cada exército adotava um nome peculiar, que poderia ser o do país em prol do qual se desenvolviam principalmente as suas operações ou o do chefe que o comandava. Não há dúvida de que foi só depois de Bonaparte que se passou a dar às forças militares da França, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, a designação coletiva de *exército;* e, ao que parece, toda a Europa seguiu o exemplo. Hoje em dia pede-se pelo *exército,* fala-se no *exército,* faz-se falar o *exército.*" (Fievée, *Correspondance politique et administrative, commencée au mois de mai 1814...,* Paris, 1816, t. I, p. 99).

Aqui, como em muitas outras ocasiões, a substituição do plural pelo singular exprime a *personificação* e a valorização que acompanha a mesma. Luís XVI ainda costumava dizer "meus povos". Quem diz "o Povo" está exprimindo algo muito diverso, e a mesma coisa acontece em relação ao "Exército". Na verdade, para obter uma visão panorâmica do conjunto de "Povo" ou "Nação", não há nada melhor que lançar um olhar sobre o "Exército" (em francês *Armée*), já que, a partir de então, ele se transformou no "Povo em armas", na "Nação armada". A valorização moral do "Exército" ressalta no fato de que sua intervenção em matéria civil, realizada em 13 Vendimário, 18 Frutidor e 18 Brumário, já não provoca choque, ao contrário do que aconteceu com a operação militar de 11 de julho de 1789. O exército passou a encarnar, de certa forma, a idéia de "nação". O mesmo fenômeno de valorização pode ser observado na última década, na grande quantidade de "novos Estados", como costumam ser chamados.

Para Fievée, o fenômeno é grave. E pode sê-lo sob dois aspectos diferentes. De um lado, uma vez reconhecida a nação em sua expressão militar, seremos levados, por um natural raciocínio em sentido inverso, a ver na forma de organização da nação um decalque da organização militar. Além disso, a nacionalização do exército tende a nacionalizar a guerra, vale dizer, concorre para torná-la mais calamitosa.

Sobre o recrutamento Fievée escreveu o seguinte:

"Os Reis, que tiveram sua atenção distraída pelos interesses mais frívolos, viram a Convenção chamar às armas toda a França, sem se darem conta de que a civilização européia se baseava principalmente no fato de as nações

> nunca lançarem toda a população nos combates que travavam umas contra as outras, mas apenas seus excedentes." (*Correspondance,* 10.ª parte, fevereiro de 1818, p. 22).

Uma palavra de conotação tão pejorativa como o termo "excedentes" corresponde perfeitametne aos sentimentos que prevaleciam durante o século XVIII em relação aos soldados, já que a tropa era formada por homens que não tinham encontrado outro lugar na sociedade. Se a pessoa tivesse um quinhão de terra para cultivar, se os pais pudessem pagar as despesas de aprendizagem para que o jovem pudesse tornar-se oficial e, um dia, mestre de um ofício, se o menino tivesse possibilidade de distinguir-se numa escola a ponto de poder ser preparado para a Igreja, ou mesmo se fosse possível colocá-lo no serviço doméstico de um senhor rico, nunca se tornaria soldado. Assumia-se essa condição por não ter encontrado outra, por estar colocado fora da sociedade. Os soldados eram mal vistos pela população, que os julgava capazes de qualquer coisa assim que escapassem a uma disciplina rígida. (Ver na revista *La Révolution française* o esforço empreendido para limpar os guardas franceses de uma triste reputação: dizia-se que costumavam tirar dinheiro das raparigas do Palais-Royal.)

Antes da Revolução, o adjetivo "militar" tinha um sentido pejorativo. Mas, tão logo a "Grande Nation" se encontre em guerra com as monarquias da Europa, as coisas serão diferentes.

Na segunda de suas grandes diatribes contra a Revolução Francesa (*Letters on a Regicide Peace*), Burke chamou a atenção para a militarização da França:

> "Aquilo que hoje em dia governa a França é forjado a quente... O Estado é tudo: tudo se dirige à produção de força, tudo é exigido quando se trate de seu emprego. É militar no princípio, nas máximas, no espírito, em todas as suas ações." (*Works,* Londres, 1808, t. VIII, pp. 253-254).

O autor ainda assinala o seguinte:

> "Quando a França tiver apenas metade dos recursos de que dispõe hoje, ainda assim será, na sua constituição atual, mais forte que os outros Estados da Europa, enquanto estiverem constituídos como hoje estão e continuarem a proceder pela forma atual."

Na verdade, a dominação francesa sobre a Europa só retrocedeu quando esbarrou na imitação de seu processo de militarização.

Essa militarização da França, que não teria sido possível sem o concurso de um elemento psicológico, teve conseqüências fundamentais na evolução das idéias. Em nossos dias, até mesmo nos países chamados de "subdesenvolvidos", o processo de "modernização" é concebido como algo análogo a um processo de "militarização".

Deveremos voltar a esse ponto na segunda parte de nosso trabalho. Por enquanto, convém enfatizar a maneira pela qual a idéia geral da "carreira aberta aos talentos" lançou seus exemplos nas promoções militares abertas a todos os soldados, que traziam "o bastão de marechal na cartucheira".

A ligação entre a militarização e a igualdade foi posta em relevo por Luís Napoleão, num livro que não deve ser menosprezado (*Des idées napoléoniennes,* Paris, 1839):

> "Costuma-se ouvir a queixa de que o uniforme e a disciplina militares foram introduzidos nos liceus. Mas será que há algo de mal em propagar na nação o espírito militar, que desperta as paixões mais nobres, a honra, o desinteresse, o amor à pátria, e que incute nos homens os hábitos da ordem, da regularidade e da obediência? O espírito militar só se torna perigoso quando se transforma no apanágio exclusivo de uma casta.
>
> "Quanto ao uniforme militar, o imperador o fez adotar nos liceus e nas escolas especializadas *em prol de um objetivo de igualdade.* Certo dia, ao visitar o pritaneu de Saint-Cyr, sentiu-se chocado com a diferença nas vestimentas dos alunos; uns usavam trajes finos, enquanto as roupas de outros caíam aos farrapos. O Imperador declarou que não queria que houveses qualquer distinção entre os alunos; que a igualdade devia constituir o primeiro ingrediente da educação; e fez com que a todos fosse dado o mesmo uniforme."

O sistema militar moderno é um sistema de base igualitária, onde todas as distinções correspondem aos serviços prestados, todas as promoções à capacidade demonstrada.

Mais uma vez recorremos a Luís Napoleão, para dar expressão à convertibilidade da nação em exército:

> "O recrutamento, que infelizmente representa um peso tão grande para a França, em virtude do prolongamento da

guerra, foi uma das maiores instituições do século. Ele não só consagra o princípio da igualdade, mas, como diz o General Foy, 'deve ser o palácio de nossa independência, já que, colocando a nação dentro do exército e o exército dentro da nação, fornece recursos inesgotáveis à defesa'. O princípio que inspirou a lei do recrutamento deverá receber o desenvolvimento mais amplo; podemos dizer que as idéias do Imperador foram postas em prática por outros Governos, especialmente pelo da Prússia. Realmente, não bastava que o exército fosse recrutado em toda a nação; tornava-se necessário que, em caso de emergência, toda a nação pudesse servir de reserva ao exército. O Imperador diz que 'jamais uma nação, no momento em que repele uma invasão, deixa de sentir falta de homens e, ainda mais, de soldados'. O sistema militar da Prússia apresenta vantagens imensas: faz desaparecer as barreiras que separam o cidadão do soldado; confere a mesma motivação e o mesmo objetivo a todos os homens armados: a defesa do solo pátrio; possibilita a manutenção de uma grande força militar com o menor dispêndio possível; torna todo um povo capaz de oferecer resistência eficaz a uma invasão. O exército prussiano é uma grande escola, onde toda a juventude vai instruir-se na arte da guerra; a *landwehr,* dividida em três corpos, constitui a reserva do exército."

De passagem, vale assinalar um fato curioso. Depois que se tornou Imperador, Luís Napoleão não chegou a aclimatar na França o sistema que tanto exaltou. Terá sido por causa de uma diferença entre atitudes e idéias?

Depois que, em virtude da Revolução Francesa, o exército se transformou na forma visível da nação, a estrutura militar assume feições de modelo.

A França e a Alemanha, nações às quais se tornou familiar o sistema da nação armada, também são países que se sentiram mais inclinados a ver na democracia um sistema igualitário, hierarquizado e disciplinado que os países nos quais ainda não foi aceito o sistema de nação armada, como a Inglaterra e os Estados Unidos.

O desaparecimento dos limites da guerra

Um fato ligado à nacionalização da guerra pela Revolução Francesa é o desaparecimento dos limites dentro dos quais se con-

seguira encerrar o fenômeno. Esse desaparecimento é bem descrito, com louvores, por Colmar von der Goltz, na obra *La Nation armée* (tradução francesa de Ernest Jaeglé, Paris, 1889):

> "O princípio tão simples que rege a guerra em nossos dias, segundo o qual em caso de necessidade todos os direitos que prevalecem em tempo de paz são ignorados, não era admitido nas épocas anteriores, durante as quais o emprego de força só era realizado dentro de normas bem definidas, dificilmente abandonadas, mesmo em caso de necessidade absoluta [p. 7].
>
> O direito de guerra, que autoriza os exércitos a viverem à custa do país, é velho como o mundo. Moisés já preconiza o sistema de requisição, quando dirige estas palavras aos emissários por ele enviados à terra prometida: 'Sede confiantes e apoderai-vos dos frutos do país.' Durante a Guerra dos Trinta Anos o sistema viria a florescer de uma forma que se tornou fatal à Alemanha. Mais tarde desapareceu, em conseqüência da influência extraordinária exercida pelo desenvolvimento dos Estados e dos exércitos."

Von der Goltz não perde tempo em explicar o desaparecimento desse abuso; apenas deseja ressaltar o retorno a esse sistema tão antigo:

> "Ao subverter todas as idéias do direito das gentes e do direito político, a grande Revolução Francesa o recoloca no domínio da honra. Em face da guerra, coloca à disposição de seus governantes todos os recursos dos países sobre os quais estendeu seu domínio [p. 416]."

Existe um contraste bem marcado com os costumes geralmente observados no século XVIII. Por ocasião da campanha de Iena, o exército francês e o exército prusiano adotaram condutas bem diferentes.

> "Segundo relata Höppner, em 1806 as tropas do grande exército prussiano acamparam, na noite de 11 para 12 de outubro, junto a enormes pilhas de lenha. Estavam geladas de frio, e passaram todo o dia seguinte sem lenha para fazer a sopa. Decidiu-se requisitar essa lenha, mas logo se viu que os soldados haviam resolvido agir por conta pró-

pria: derrubavam árvores nas proximidades do acampamento.

Nesses mesmos dias de desolação, relata ele, houve uma falta completa de aveia para os cavalos, embora quantidades consideráveis estivessem armazenadas no prédio da prefeitura de Iena. Mas, embora o exército francês estivesse nas proximidades, os chefes prussianos se julgaram obrigados a escrever previamente a Weimar a fim de indagar da administração ducal se havia possibilidade de comprar a aveia de que precisava o exército. Não sabemos qual foi a resposta, mas sabemos que no entretempo o inimigo apoderou-se da aveia, de forma que os cavalos franceses deram solução prática a um caso tão complicado.

Contudo, o primeiro a chegar não foi o comissário dos víveres do Duque de Weimar, menos ainda algum espírito pedante; não foi outro senão o Conselheiro privado e Ministro de Estado Goethe, um grande gentil-homem, segundo nos diz uma testemunha ocular, que fez questão de aparecer nos trajes palacianos bordados, com os cabelos e a rabicha empoados, um Ministro dos pés à cabeça, cheio de dignidade, conforme exigia sua posição." (*Op. cit.*, pp. 7-8).

Ao expor de um lado o respeito às formas que embaraçava a marcha dos exércitos com a carga pesada das provisões (foi por meio da captura das provisões do inimigo em Denain que Villars obrigou o Príncipe Eugênio a bater em retirada durante a campanha de 1712), e de outro lado o espírito de economia de vidas humanas que determinou a adoção da ordem linear, Von ner Goltz saúda a Revolução Francesa como o único acontecimento desse tipo que assume maior importância para

"destruir todo esse amor das minúcias, todos esses preconceitos, todos esses hábitos pedantes que constituem remanescentes do século passado, e promover uma subversão total.

Esse acontecimento foi a Revolução Francesa. É com ela que tem início a época moderna na arte militar, época que durará até que outras modificações sociais forneçam uma base nova para a vida militar e política.

A Revolução Francesa fez calar de chofre todas as objeções que se faziam ouvir quando se tratava de sustentar a guerra pela guerra, de suspender os efeitos das leis enquan-

to troavam os canhões, de fazer com que o exército vivesse à custa do país em que se travava a luta.

O recrutamento fornecia as massas de homens que se tornavam necessárias para que, em caso de emergência, se pudesse prodigalizar a vida humana. O sistema moderno de negócios e bancos facilita os empréstimos e coloca no lugar dos minúsculos tesouros de guerra todo o crédito do Estado, que passa a ser empenhado nas empresas guerreiras [p. 13].

Durante muito tempo os exércitos da Revolução e os da coalizão não lutaram com armas iguais. Os Generais da primeira dispunham de tropas mais numerosas que os adversários, em virtude do recrutamento, e não se sentiam embaraçados pelos trens de provisões, já que viviam à custa do país. É somente no fim das guerras napoleônicas que vamos encontrar uma concepção de guerra inspirada nos métodos franceses."

O modelo militar na organização interna

Abandonemos os domínios da guerra e examinemos os da política interna. Neles encontraremos uma diferença notável, já que a política interna de Napoleão se mostra muito respeitosa para com a propriedade, salvo em tudo aquilo que se relaciona com as operações ligadas ao bloqueio continental, destinado a "pôr a Inglaterra de joelhos". Deixemos este ponto de lado, já que não constitui objeto de nosso estudo (o leitor poderá consultar meu trabalho *Napoléon et l'Economie dirigée. Le Blocus continental*).

O que está a merecer nossa atenção é o fato de que o modelo de organização militar exerce uma influência considerável sobre a organização administrativa da nação. Estamos bem longe do repúdio votado aos intendentes e da gestão autônoma das províncias, de que tanto se falava nas vésperas da Revolução.

Será preferível, porém, deixarmos que fale por nós um texto do dia 18 Pluvioso do ano VIII (11 de fevereiro de 1800), de autoria de Roederer, por meio do qual se apresenta ao órgão legislativo a nova divisão territorial do país e a criação das prefeituras:

> "O sistema administrativo apresentado no projeto de lei é bem simples; baseia-se em princípios que há muito são familiares aos espíritos sadios.

Na administração local, que deve ser distinguida da administração geral da mesma forma que se estabelece distinção entre os administradores e os ministros, o projeto reconhece a existência de três serviços distintos:

1. A administração propriamente dita;

2. Os julgamentos proferidos de ofício em matéria de contribuições e que dizem respeito às diversas formas de repartição realizada entre as massas e os indivíduos;

3. O julgamento contencioso em todos os setores da administração.

O projeto de lei separa essas três funções.

Atribui a primeira função a um só magistrado em cada degrau do poder administrativo; a saber, ao prefeito, ao subprefeito e ao alcaide.

"Atribui a segunda função aos conselhos de departamento, aos conselhos dos distritos comunais e aos repartidores municipais, cuja existência é conservada.

Atribui a terceira função a um conselho de prefeitura.

Essas disposições baseiam-se nos dois princípios que seguem:

A administração deve ser tarefa de um só homem, e o julgamento deve caber a vários homens.

Qualquer desenvolvimento futuro confirmará o respeito granjeado num longo tempo de experiência.

A administração propriamente dita consiste em três coisas:

1. O *canal de transmissão* das leis aos administrados, e das queixas dos administrados ao Governo; em outras palavras, o canal das comunicações recíprocas entre a vontade pública e os interesses privados;

2. A ação direta sobre as coisas e sobre as pessoas privadas, em todas as matérias submetidas à autoridade imediata dos administradores;

3. Por fim, o *diligenciamento da ação* dentro dos setores da administração deixados a cargo de subordinados.

Diligenciar a ação é a principal função do administrador de departamento; tal qual acontece com os ministros, a ele mesmo cabe menos fazer que submeter o subadministrador à obrigação de fazer e este, por sua vez, não está tanto obrigado à ação, cabendo-lhe antes garantir que as municipalidades executem as que lhes cabem, e estas terão quase tanto a ordenar quanto a fazer.

Portanto, o *diligenciamento da ação* constitui parte importante dos deveres do administrador e da arte da administração, em todos os degraus da escala administrativa.

Eis aqui uma análise resumida das funções muito diferentes que estão englobadas nesta palavra, funções estas que até hoje infelizmente só têm sido distinguidas por meio de duas palavras bastante vagas: *ordenar* e *supervisionar*.

A primeira função consiste em explicar aos magistrados inferiores o sentido das leis, regulamentos e ordens que lhes cabe fazer executar. Trata-se da função de *instrução*.

A segunda função consiste em expedir ordens especiais cuja execução possa ser necessária em virtude das circunstâncias de tempo e de lugar. Trata-se da função de *direção*.

A terceira função consiste em pressionar, em determinar essa execução. Trata-se da função de *impulsionamento*.

A quarta função consiste em verificar a execução. É a função de *inspeção*.

A quinta função consiste em exigir que sejam prestadas contas dessa execução e em receber as reclamações das pessoas interessadas ou as observações dos prepostos. É a função de *supervisão*.

A sexta função consiste em autorizar ou rejeitar as propostas de interesse público às quais possa estender-se o poder da administração. É a função de *avaliação*, de *apreciação*.

A sétima função consiste em aprovar e validar, ou manter privados de qualquer valor os atos que precisem de verificação. É a função de *controle*.

A oitava função consiste em chamar ao cumprimento do dever as autoridades inferiores ou os agentes imediatos que o desconhecem ou dele se esquecem. É a função de *censura*.

A nona função consiste em anular os atos contrários às leis ou às ordens superiores. É a função de *reforma*.

A décima função consiste em reparar as omissões ou as injustiças. É a função de *correição*.

Por fim, a décima primeira função consiste em suspender os funcionários incapazes, demitir ou fazer demitir os negligentes e chamar à justiça os prevaricadores. É a função de *correção*, de *punição*.

Assim, a instrução, o impulsionamento, a direção, a inspeção, a supervisão, a sanção das proposições úteis, o controle dos atos suspeitos, a censura, a reforma, a correição e

a punição são funções que podem ser esperadas do setor da administração que poderíamos chamar de *diligenciamento da ação.*

O fato de termos separado essas funções para fins de análise basta para demonstrar que se torna necessário sejam elas exercidas por uma única pessoa, a fim de que se mantenham coerentes entre si, e através da coerência adquiram força suficiente para atingir seus objetivos. É dali, portanto, que se origina a necessidade das prefeituras e subprefeituras, cuja criação é proposta pelo Governo."

O texto torna clara uma circunstância notável: todas as iniciativas pertencem ao agente do Estado, que ocupa a posição de "chefe de destacamento".

6.

Liberdade à antiga e liberdade à inglesa

Conforme já vimos (no capítulo III), nas vésperas das revoluções da América e da França havia no primeiro país fundamentos de liberdade política sem equivalente na França. Veremos que, uma vez proclamada a liberdade política na França, a aspiração dominante será a liberdade à antiga e não a liberdade à inglesa, para a qual os espíritos se voltarão após a Revolução, e principalmente após a Restauração.

Riqueza e complexidade da idéia de liberdade

A idéia de liberdade é a maior e a mais apaixonante das idéias políticas; é também a mais controvertida ou, em outras palavras, a mais rica em conteúdo.

Para ressaltar a multiplicidade das acepções do termo, partiremos de uma célebre exclamação de Rousseau, que forma o ponto de partida do *Contrato Social.* Trata-se da primeira frase do primeiro capítulo do primeiro livro:

> "O homem nasceu livre, mas está sujeito a grilhões."

Não façamos a exegese da primeira oração, não procuremos saber em que sentido se pode afirmar que o homem *nasceu* livre; limitemo-nos apenas à segunda oração: "mas está sujeito a grilhões."

"Sujeito a grilhões." Trata-se de uma imagem que evoca em nosso espírito dois sentimentos distintos: primeiro, o sentimento da dignidade ferida; segundo, o sentimento de embaraço aos movimentos.

Vemos que tanto a indignidade como o embaraço aos movimentos são apresentados como elementos contrários à liberdade;

e, como esses elementos diferem entre si, a idéia de liberdade necessariamente há de ser complexa.

A idéia de liberdade vista sob o ângulo da dignidade e a idéia de liberdade vista sob o ângulo do embaraço diferem pela própria natureza. O oficial que diz "não posso fugir" exprime coisa diferente do prisioneiro que constata "não consigo escapar". A impossibilidade encontrada pelo último constitui uma privação de liberdade, mas não chega a ser idêntica à impossibilidade sentida pelo primeiro.

Os embaraços

Estudemos antes de mais nada a noção de embaraço. A liberdade vista como ausência de embaraços foi objeto de uma definição de Hobbes (*Leviatã,* capítulo XXI). De início, diz, Hobbes que a liberdade significa propriamente a ausência de oposição, e por oposição devemos entender todo embaraço ao movimento, e, ainda que essa noção se aplica às criaturas irracionais, e mesmo aos seres inanimados, tanto quanto às criaturas racionais. Pouco importa qual seja a coisa ou a criatura que esteja presa ou cercada, pouco importa ainda que sua área de deslocamento seja limitada por um laço ou outro obstáculo, de uma forma ou de outra sua liberdade estará limitada. É o que acontece, segundo Hobbes, com as criaturas vivas guardadas no interior de muros ou presas por correntes.

Mas quando a impossibilidade do movimento diz respeito à própria constituição da coisa, que se diz que ela não dispõe de liberdade; falta-lhe a capacidade de movimento. É o que acontece quando um homem está preso ao leito em virtude de doença:

> "Ao usarmos a palavra nesse sentido próprio e geralmente aceito, diremos que um homem livre é aquele que, dentro daquilo que sua força e sua inteligência o tornem capaz de fazer, não seja impedido de fazer o que quer."

A vida do homem em sociedade traz obstáculos a sua real capacidade de fazer, obstáculos estes que na maior parte das vezes não são de caráter puramente físico. Não se trata de impedimentos materiais que se opõem ao movimento do sujeito ativo, mas de impedimentos concebidos em seu espírito.

Determinada ação que se encontra nos meandros do ego e que o indivíduo se sente tentado a praticar será contrária aos usos

sociais e culpável segundo a opinião que prevalece no meio ambiente; ou então será contrária aos compromissos assumidos pelo indivíduo, ou ainda às ordens da autoridade superior.

A minimização dos obstáculos

Uma das idéias mais importantes do século XVIII — e que constituirá a própria essência do liberalismo que se seguirá — é a de que o homem, na sua condição "particular", deve sofrer no seio da sociedade o menor volume possível de embaraços.

Não existe estado social que não envolva para o indivíduo certos impedimentos àquilo que ele poderia sentir-se tentado a fazer. E isso por causa das conseqüências que seus atos produzirão para outras pessoas.

Na maior parte das vezes, esses impedimentos produzidos pela condição social não são barreiras físicas: são obstáculos representados pela imaginação. Haverá um conflito interior do ego sempre que aquilo que o indivíduo se sente tentado a fazer lhe parece um mal, um ato contrário aos ditames da consciência. E surgirá um conflito com o exterior se aquilo que o indivíduo se sente tentado a fazer parece envolver o risco de provocar reações exteriores que lhe poderão ser prejudiciais.

Que reações são essas? Serão reações de opinião, se a ação à qual se sente tentado atrai sobre ele a censura, a condenação do ambiente social em que opera; reações jurídicas, se deixa de cumprir uma obrigação formal ou um compromisso resultante de contrato; reações de autoridade, se deixa de obedecer a uma ordem dos poderes estabelecidos.

Os espíritos do século XVIII ansiavam por libertar o indivíduo, na medida do possível, dos obstáculos de intimidação que acabamos de enumerar, aumentando assim sua liberdade de movimento. Desejavam libertá-lo, na medida do possível, da pressão exercida sobre sua conduta pelas exigências do conformismo social; pretendiam reduzir suas obrigações jurídicas às que ele mesmo assumisse voluntariamente por via de contrato; desejavam, por fim, subtraí-lo às ordens de outrem, reduzindo-as ao âmbito do objetivamento indispensável (a lei da razão) e do subjetivamente concedido (a lei é a expressão da vontade geral): são duas coisas diferentes, mas não o eram aos olhos daqueles homens.

O ardor com que tais pensadores postularam a liberdade do indivíduo faz com que corramos o risco de subestimar as dimensões dessa liberdade sob o *Ancien Régime*. A liberdade era gran-

de, e foi justamente porque o ambiente era de liberdade que os opositores faziam escândalo. Havia a pressão exercida pela Igreja (através dos bilhetes de confissão) por ocasião da luta contra o jansenismo, além do uso que o Rei fazia das "cartas régias", muito embora isso fosse muito raro. Cabe lembrar que as cartas régias eram apenas cartas pessoais do Rei que faziam tábula rasa do processo judicial.

Se a preocupação dos deputados aos Estados Gerais tivesse consistido apenas em afastar as restrições à liberdade do particular, sua tarefa certamente teria sido levada a efeito sem maiores dificuldades. Acontece que uma coisa muito diversa estava em jogo.

A liberdade política

A expressão "liberdade ou morte" parece exagerada diante da tarefa a ser cumprida em relação à liberdade na vida privada. No entanto, ela assume um sentido muito intenso se emprestarmos à palavra liberdade o sentido de liberdade de ação política.

Realmente, sob o *Ancien Régime,* toda a atividade política se concentrava em Versalhes. Os 13 parlamentos tinham uma participação puramente negativa: julgavam um por um os atos que lhes eram apresentados para registro, avaliando-os apenas com base nos direitos existentes ou nos princípios que então prevaleciam, sem considerar o interesse público, que não lhes cabia julgar

Sem dúvida havia salões em Paris e na província, além de certos cafés, onde se travavam discussões apaixonadas, mas faltavam os respectivos dados de fato e não havia meios mais amplos de se fazer ouvir.

Quanto às grandes massas, eram alheias à vida política. A esse respeito diz Sébastien Mercier:

> "Mas também a liberdade política, que será ainda mais preciosa em Paris, é nula. Suponho que entre nós se quisesse ressuscitar o nome plebeus; na verdade, isso seria impossível, já que em nosso meio não havia nenhum sentido ligado a tal palavra. Não se poderia falar nos plebeus franceses da mesma forma que se aludia aos plebeus ingleses. Em Paris o plebeu não existe: é o povo, o populacho ou o burguês; possui seus títulos, suas casas, seus privilégios ou seus encargos; mas não tem nenhuma existência política; não tem nem o hábito nem a possibilidade de exprimir sem

> constrangimento seu ódio ou descontentamento. O plebeu inglês julga por assim dizer em grupo os seus interesses e a atuação de seus dirigentes: possui um caráter de razão e de retidão. O povo de Paris, considerado em massa, não possui o instinto que lhe permite discernir o que lhe será conveniente, visto que lhe falta a instrução, e não é livre como o plebeu inglês.
>
> Como não desfruta as vantagens da liberdade de imprensa, ficará privado por muito tempo de capacidade, está votado à ignorância. Seu patriotismo, que não é esclarecido, necessariamente há de ser débil; só se manifesta em arroubos, que acabam por arrefecê-lo. Não tem sequer a liberdade de entregar-se às suas afeições: portanto, pode-se duvidar tanto dos seus aplausos como dos seus resmungos.
>
> Paris, enfim, não possui nenhuma boca através da qual o público possa manifestar-se, por onde se escape o grito forte e direto da verdade: esse grito não ressoará jamais nos ouvidos do soberano." (Sébastien Mercier, t. III, pp. 91 e 93.)

Vejamos ainda uma citação de Arthur Young, que assistiu a algumas sessões da Assembléia nacional e se sente pesaroso quando, assim que chega a Château-Thierry, em 4 de julho de 1789, sabe o que aconteceu:

> "Cheguei aqui às cinco horas e, numa época que se reveste de vivo interesse para a França e para toda a Europa, desejei ver um jornal. Por isso perguntei num café onde poderia encontrar um; não havia nenhum em toda a cidade! São duas paróquias com muitos milhares de habitantes sem um único jornal acessível ao viajante! Que estupidez, pobreza e falta de circulação. Esse povo dificilmente merece ser livre..." (Arthur Young, *Travels in France,* ed. de 1794, t. I, p. 145).

A liberdade de que nos fala Young é evidentemente a liberdade política.

A convocação dos Estados Gerais é considerada uma proclamação da liberdade política.

Os franceses não tiveram qualquer experiência anterior que os preparasse para uma discussão política conduzida em ordem e com senso de responsabilidade. Mais uma vez é Young quem faz essa observação, ao notar em 15 de junho, data em que assistiu a

uma das sessões da Assembléia, aquilo a que chama "a grosseira indecência" dos espectadores (ainda se estava na época do *beau monde*), que não deixavam de manifestar-se ruidosamente nas tribunas, e os desastres que foram as sessões:

> "Hoje, por mais de uma vez, uma centena de membros pedia a palavra ao mesmo tempo, e o Sr. Bailly viu-se impotente para manter a ordem."

De que forma haviam os franceses sido preparados para o exercício da liberdade política? Por meio de seu humanitarismo, através das imagens das Repúblicas gregas e da República romana.

A participação nos negócios públicos

Em todos os tempos e lugares a participação nos negócios públicos tem sido considerada uma honra. É o que se acha expresso na fórmula romana do *cursus honorum*, que denota o exercício sucessivo de várias magistraturas públicas.

Como corolário, o fato de ser excluído de toda participação na vida pública sempre tem sido considerado uma indignidade. E é nesse sentido que a "liberdade política", ou o direito de participar, se liga à área de "dignidade" que está contida na idéia de liberdade.

Acontece que na prática a participação nos negócios públicos que se desenvolvem no centro de um conjunto social (ou, em outras palavras, nos negócios públicos centralizados) apresenta dificuldades cada vez maiores, à medida que o conjunto se torna mais numeroso.

Esse problema prático obteve um tratamento em profundidade no *Contrato Social.* Rousseau conclui da seguinte forma:

> "Bem examinadas as coisas, não creio que dali em diante seja possível ao soberano [o povo] conservar em nossas mãos o exercício desses direitos, a não ser que a cidade seja muito pequena." (*Du contrat social,* livro III, capítulo XV. Ver meu trabalho "Théorie des formes de gouvernement chez Rousseau", na revista *Le Contrat social*, n.º 6, vol. VI[1].)

---

[1] **Publicação atual. Ver *Du Principat*, Hachette Littérature.**

Como sabemos, Rousseau repudiava o sistema representativo, que se formara progressivamente na Inglaterra. Esse sistema surgiu em virtude de um compromisso construtivo entre o interesse do Rei, que consistia em levantar contribuições, e o interesse dos particulares, que queriam ver reconhecido o direito de fiscalizar a política real.

Em sua obra notável *La Constitution de l'Angleterre* (1771), o genebrino Jean-Baptiste Delolme ressaltou que o sistema inglês garante os cidadãos contra todos os excessos do poder, já que o povo concede sua confiança não às pessoas que o governam, mas às que controlam os governantes. Por mais interessante que seja a idéia, ela representa uma racionalização de práticas que não foram adotadas em virtude de uma idéia geral preconcebida.

Na França, a liberdade política estoura de repente. E as idéias a ela ligadas são extraídas da Antigüidade clássica ou, em outras palavras, de pequenas repúblicas que toleravam o regime social da escravidão.

A liberdade dos Antigos

Rousseau atribuía grande importância ao contraste social:

> "Entre os gregos, tudo que o povo tinha de fazer, ele mesmo o fazia: vivia constantemente reunido em praça pública. O clima era suave e o povo não era ganancioso; *os escravos faziam seu trabalho: sua tarefa era sua liberdade.* Como, se não temos as mesmas vantagens, poderemos conservar os mesmos direitos? Vosso clima mais áspero vos causa maiores privações; durante seis meses do ano a praça pública é inaproveitável, vossa línguas surdas não poderão fazer-se ouvir ao ar livre; atribuís mais valor ao vosso ganho que à vossa liberdade, e a escravidão vos infunde menos temor que a miséria.
>
> Ora! Será que a liberdade só pode ser mantida à custa da servidão? Talvez seja assim. Os dois extremos se tocam. Tudo que não está na natureza tem seus inconvenientes, e a sociedade humana os tem maiores que qualquer outra coisa. Existem situações lamentáveis em que só se pode conservar a liberdade à custa de outrem e o cidadão só pode ser perfeitamente livre se o escravo estiver reduzido a um estado de extrema escravidão. Foi essa a situação de Esparta." (*Du contrat social,* livro III, cap. XV).

O texto surpreende. Entra em contradição com outros textos de Rousseau. Apenas prova até que ponto a idéia de liberdade política está ligada, na mente do autor, à idéia de liberdade que prevalecia entre os antigos. Mas será que essa idéia de liberdade dos antigos não é chocante? Trata-se de uma liberdade *privilegiada,* tanto mais apreciada e acalentada quanto representa um privilégio. É o que faz ver Burke que, depois de ter exaltado o espírito de liberdade das colônias inglesas da América situadas na parte setentrional, onde não existem escravos, passa às colônias da parte meridional, e sobre elas nos diz:

> "...Existe uma circunstância peculiar a essas colônias que, a meu ver compensa inteiramente essa diferença (relativa à Igreja estabelecida), e que torna o espírito de liberdade ainda mais soberbo que nas colônias do Norte. É que, na Virgínia e nas Carolinas, os colonos possuem uma multidão de escravos. Sempre que o caso seja esse, em qualquer parte do mundo, as pessoas que são livres costumam sentir-se ainda mais orgulhosas e zelosas de sua liberdade. Para tais pessoas a liberdade não é apenas uma coisa para ser desfrutada, mas um elemento garantidor de *status* social e um privilégio. Nesses meios a liberdade não é vista como em outros países, onde representa um bem comum de todos e está tão disseminado como o ar que se respira, pelo que realmente é compatível com muitos trabalhos abjetos e muita miséria, vale dizer, com certos aspectos exteriores da servidão. Entre essas pessoas, a liberdade assume uma aparência mais nobre. De forma alguma pretendo fazer o elogio desse sentimento, no qual entra tanto de vaidade quanto de virtude, mas não me cabe modificar a natureza humana." ("Speech on Conciliation with America", in *Works,* edição de 1792, vol. II, p. 42.)

Procuremos entender Burke. Ele não indaga de forma alguma se a liberdade só se pode sustentar à custa da servidão, mas apenas nos apresenta sucessivamente duas formas do espírito de liberdade. Um deles prevalece nas colônias setentrionais, onde a liberdade é comum; o outro, nas colônias meridionais, onde constitui um privilégio e por isso mesmo assume tonalidade diferente.

São as colônias meridionais que apresentam certa semelhança com as cidades da Antigüidade. E é nas cidades da Antigüidade

que iremos buscar, muito infelizmente, nossos exemplos de conduta de homens livres.

Política e tragédia

Acabo de dizer "muito infelizmente", pois os exemplos da Antigüidade clássica que se mostraram aos homens dos fins do século XVIII induzem a atitudes teatrais.

Nos séculos XVII e XVIII as personagens da Antigüidade foram adotadas pelos autores das tragédias. Estavam preparadas para esse papel graças ao tratamento que lhes fora dispensado por Plutarco, mas elas próprias a isso se destinaram porque viveram como personagens de teatro.

Basta examinar as ruínas de uma cidade grega para sentir a insignificância da vida doméstica e a primazia da vida pública. Como a função do escravo consiste em servir, e como seu lugar é o campo, o interior da casa ou da oficina, ou mesmo a mina, o papel do homem livre é realizar-se a si mesmo e seu local de trabalho é a praça pública. Ali entra em competição com seus pares, e essa competição tem a aparência exata de uma competição de atores: a exibição de virtudes é uma arma da vaidade.

Essas personagens agitadas, que reqüestavam a admiração alheia e procuravam colher aplausos, não mereciam toda a admiração que a educação clássica procurou incutir em nós. Durante a Revolução, na época dos jacobinos, o busto de Luís XVI foi substituído pelo de Bruto. Ao que parece, não havia por ali ninguém que lembrasse que Bruto era um usurário. Isso ressalta claramente de uma carta de Cícero (*ad Atticum,* livro VI, capítulo I), onde o orador exprime seu espanto pelo fato de que Bruto, que o incumbira de cobrar uma dívida da cidade de Salamina, não o informara de que os credores eram simples prestanomes de Bruto. Cícero sentiu-se chocado com a dissimulação, e ficou escandalizado com a taxa de juro exigida por Bruto, que foi de quatro por cento ao mês. Era esse o tratamento que Bruto dispensava a uma ilha da qual se fizera protetor, juntamente com Catão, em benefício de uma missão pública confiada a este?

O caso que acabo de relatar basta para evidenciar o processo de transfiguração favorável que beneficiou essas grandes figuras do Mundo Antigo, em virtude do quadro de imagens propiciado pela Antigüidade clássica.

O estilo duro

Em virtude da transfiguração favorável, as pessoas passaram a pensar em alçar-se à virtude por meio da imitação da dureza, que constitui uma das características dos heróis antigos. Essa tendência representou uma reviravolta abrupta em relação ao estilo da "sensibilidade" que constituiu uma das características do século XVIII. Um tema várias vezes encontrado em Necker (*Du pouvoir exécutif*) é "o desprezo votado a todas as idéias de bondade e de clemência". A França viu-se impregnada de Catão e de Bruto e foi tão longe no repúdio à "sensibilidade" que, em virtude do efeito intimidativo, o costume de acompanhar os mortos ao cemitério é abandonado por completo.

Cabe examinar nesse ponto o relatório de Baudin des Ardennes dirigido ao Institut de France, no qual glorifica essa entidade por ter ousado, no dia 13 do Brumário do ano VII, formar um cortejo fúnebre que acompanhou à última morada um dos seus membros, o arquiteto Dewailly. Baudin descreveu longamente o espanto provocado pelo espetáculo, que já não correspondia aos hábitos do povo (*Mémoires de l'Institut,* ciências morais e políticas, t. II, pp. 681 s.).

Henri de Saint-Simon descreveu muito bem o papel que a imitação da Antigüidade desempenhou nas brutalidades da Revolução. O texto é de 1818, e os grifos são de Saint-Simon:

> "*A França* e, depois do impulso por ela provocado, o resto da *Europa* deploraram o violento caráter guerreiro manifestado numa época em que todas as idéias prevalentes deveriam, de qualquer forma, tornar a guerra impossível, numa época em que o interesse de todos, em concordância com a razão comum, parecia dever transformar a *filantropia* numa doutrina universal e no princípio da vida nacional da *Europa.* Acontece que nossa juventude se formara na escola da *barbárie antiga.* Dessa forma os *gregos* e os *romanos,* que eram nossos mestres de literatura, tornaram-se, sem que se saiba por quê, nossos mestres na *política.* É dali que provém em grande parte a contradição singular entre as luzes e os costumes, entre as idéias e o comportamento." (*L'Industrie,* t. II, no 2.º volume da edição Anthropos, p. 78.)

Seria bem chocante falar na barbárie antiga se a imitação das personagens tivesse ficado restrita a figuras como a de Cícero.

Duvido, porém, que se encontrem muitos Cíceros entre os prenomes republicanos tomados de empréstimo à Antigüidade. A admiração e a imitação procuravam seus afetos entre as personagens mais rudes e, sobretudo, em meio àquele povo áspero que eram os espartanos. Uma simpatia toda especial é dedicada a esse povo tão estéril em matéria de artes e ciências. Com igual razão, essa simpatia poderia ter sido dedicada aos índios iroqueses, cujos costumes, segundo ressaltou o P.e Lafitau, apresentavam grande semelhança com os dos lacedemônios (*Mœurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps,* do P.e Lafitau, da Companhia de Jesus, Paris, 1724).

Estas questões de imagens de comportamento assumem uma importância extraordinária. Todavia, deixemos de lado a onda de rudeza para nos fixarmos no caráter mais substancial conferido à liberdade política durante a Revolução.

A liberdade política vista como um ativismo imperioso

Sob a Revolução, o exercício da liberdade política foi concebido com um ativismo imperioso. Para usarmos as imagens tão ao gosto da época, diremos que o lugar do escudo que garante a liberdade dos indivíduos contra as arbitrariedades do poder passou a ser ocupado por um gládio que passava de mão em mão para ameaçar a liberdade e até mesmo a vida dos indivíduos.

Diante disso, compreende-se perfeitamente que, após a Revolução, todos os esforços dos liberais se tenham concentrado no objetivo de conferir à liberdade política o caráter de um meio de defesa da liberdade individual, à moda inglesa.

É o que Benjamim Constant expõe em seu discurso proferido no Ateneu de Paris, em 1819, sob o título "De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes".

> "O objetivo dos antigos consistia na partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era a isso que davam o nome de liberdade. O objetivo dos modernos consiste na segurança da fruição dos direitos privados; e dão o nome de liberdade às garantias que as instituições proporcionam a essa fruição."

O orador procura estabelecer o contraste, existente na cidade antiga, entre a participação ativa e ininterrupta dos cidadãos no Governo e a ausência da independência individual:

> "Entre os antigos, o indivíduo, que de forma quase habitual goza de soberania nos negócios públicos, passa a ser um escravo em todos os assuntos particulares. Como cidadão, decide sobre a paz e a guerra; como particular, é convocado, observado e reprimido em todos os seus movimentos; como parcela do corpo coletivo, interroga, destitui, condena, espolia, exila, condena à morte os seus magistrados ou superiores; como indivíduo submetido ao corpo coletivo, pode por sua vez ser privado de seus bens, despojado de sua dignidade, banido, executado, pela vontade discricionária de um grupo de que faz parte."

Não é, pensa ele, o que desejam os homens de hoje.

> "A independência constitui a maior preocupação dos nossos tempos. Em conseqüência, jamais se precisa pedir o sacrifício da mesma para estabelecer a liberdade política."

O mesmo tema fora tratado pouco antes por Sismondi (no último tomo da obra *Histoire des Républiques italiennes du Moyen Age,* cap. VIII: "De la liberté des Italiens pendant la durée de leurs républiques").

Segundo expõe, tanto a liberdade dos antigos gregos e romanos como a da Europa medieval e, depois dela, a liberdade dos suíços, dos alemães, dos italianos "de forma alguma foram a mesma coisa que a liberdade dos ingleses; que até o século XVIII a liberdade do cidadão sempre foi considerada uma forma de participação na soberania do país, e que foi somente o exemplo da Constituição britânica que nos ensinou a considerar a liberdade como proteção do sossego, da felicidade e da independência doméstica".

Os termos empregados no trecho transcrito lembram a fórmula americana: "A vida, a liberdade e a busca da felicidade".

Tal qual Constant, Sismondi realça que, nas repúblicas antigas, "todos os direitos que hoje nos parecem os mais preciosos" não eram reconhecidos nem garantidos. Salienta especialmente que os Governos das repúblicas italianas não se abstinham de julgar os sentimentos e os pensamentos, em relação aos quais uma palavra ou um gesto poderia servir de indício.

> "Dessa forma, mesmo em tempos normais a sociedade estava longe de garantir, por meio de seus magistrados, juízes ou leis, a honra, a vida ou os bens dos indivíduos. E durante as revoluções, que ocorriam com certa freqüência,

os abusos de uma pretensa justiça ainda se tornavam mais clamorosos. Na oportunidade os chefes de partido, que se faziam investir numa autoridade ilimitada, denominada *balie*, aplicavam punições em massa, sem informações, sem processo e sem julgamento, contra todos os membros do partido contrário. Tais punições podiam consistir em exílios, confiscos de bens ou no próprio suplício capital."

Como historiador consciencioso, Sismondi está mais bem documentado que Constant. Assim mesmo, porém, indaga, o que não fez Constant, sobre qual era a magia capaz de fazer com que os homens amassem uma liberdade compatível com os atos mais tirânicos:

> "Cabe lembrar, porém, que nas repúblicas os mesmos homens se apresentam sob um duplo aspecto e com um caráter duplo, ora como governados, ora como governantes. Se hoje em dia queremos avaliar a liberdade, procuraremos verificar no que consiste ela para os governados. Até o alvorecer de nosso século procurava-se, pelo contrário, descobrir no que consistia para os governantes. E essa liberdade altiva, essa liberdade composta toda ela de prerrogativas soberanas, que ao primeiro relance de olhos parece contribuir muito menos para a felicidade dos indivíduos que para a sua segurança, aos seus olhos parece ter um encanto sem igual. Produz nos homens o efeito que os poetas atribuem ao néctar dos deuses: o mortal que o tenha experimentado desprezará todos os alimentos humanos; além disso, encontrará dentro de si novas forças e uma nova vida; sua naturêza modificou-se e, ao tomar assento em sua mesa, sente que se iguala aos imortais."

Temos ali bem destacado um fato importante para a ciência política: o de que existem certos deleites ligados ao exercício da atividade política. Certamente o sabor desses deleites difere muito de indivíduo para indivíduo. E é perfeitamente crível que difira de povo para povo. É ao menos o que diz Stuart Mill:

> "Existem duas inclinações que diferem bastante em sua natureza, mas têm um ponto comum: muitas vezes se manifestam na direção que os indivíduos e as nações imprimem aos seus esforços. Uma dessas inclinações é o desejo de mandar; a outra, a repugnância de assumir o mando. A pre-

dominância de uma ou outra dessas tendências em determinado povo constitui um dos elementos mais importantes de sua história, *Existem povos nos quais a paixão de governar os outros excede de tal forma o desejo de independência pessoal que os homens sacrificarão de boa vontade a substância da liberdade em favor da simples aparência do poder.* Cada um desses homens, tal qual o soldado raso de um exército, abdica de bom grado de sua liberdade pessoal de ação em favor de seu General, contanto que o exército seja vitorioso e triunfante e ele possa gabar-se de pertencer a uma força conquistadora, muito embora a idéia da parte que lhe toca na dominação exercida sobre o povo conquistado seja uma ilusão. A um povo como esse não pode agradar um Governo cujos poderes e atribuições estejam sujeitos a limitações estreitas e do qual se exija que não se intrometa em tudo, e que normalmente deixe que as coisas caminhem por si, sem desempenhar as funções de tutor ou diretor." (Stuart Mill, *Du gouvernement représentatif,* edição original inglesa de 1862, tradução francesa de Dupont-White, 1862, cap. IV, pp. 98-99).

Se, neste ponto, quiséssemos fazer ciência política, poderíamos perguntar se não existem em todos os lugares, em maior ou menor número, certos temperamentos voltados para a atividade política, aos quais as circunstâncias sociais, segundo a época, concedem ou negam a oportunidade de degustar o néctar de Sismondi.

De qualquer maneira, são as idéias políticas que constituem objeto de nosso estudo. Os três autores por nós citados estão de acordo em distinguir dois aspectos ou duas faces da liberdade política. Atrevo-me a invocar uma imagem: a liberdade dos antigos é como a toga do cidadão que participa das decisões; a liberdade dos modernos é o manto protetor da independência individual. Constant e Sismondi estão de acordo em censurar os homens da Revolução que vestiram a toga, por terem calcado aos pés o manto protetor: atribuíam grande importância a este. Mas dali não se pode depreender que esses autores menosprezassem o aspecto representado pela toga. Sob esse prisma, Sismondi é muito mais incisivo que Constant:

"A cada dia que passa, mais nos haveremos de convencer de que os antigos tinham uma compreensão infinitamente mais perfeita que nós outros da liberdade e das condi-

ções dos Governo livres... Ensinavam a todos os cidadãos que fizessem do amor à pátria uma religião, em vez de ver na pátria tão-somente uma associação na qual se calculam os lucros e as perdas, e da qual o participante procura retirar-se assim que o balanço seja desfavorável." (*Etudes sur les Constitutions des peuples libres,* Paris, 1836, escrito muito mais cedo.)

Se esclarecermos essa frase por meio dos importantes trabalhos sobre economia política escritos pelo mesmo autor, temos a impressão de que o mesmo percebeu perfeitamente os inconvenientes de uma liberdade política que visa exclusivamente à proteção dos interesses individuais. Sismondi merece uma atenção toda especial porque, embora tivesse sido adepto incontestável do liberalismo político, não foi partidário do *laisser faire* em matéria econômica.

7.

A propriedade

Neste passo quero lembrar que a declaração do Frimário do ano VIII diz:

> "A Constituição funda-se nos verdadeiros princípios do Governo representativo, e *nos direitos sagrados da propriedade, da igualdade e da liberdade.*"

O direito de propriedade figurou em todas as declarações anteriores, mas é esta a primeira vez em que ocupa o primeiro lugar. Torna-se fácil apontar as razões de oportunidade que levaram a isso.

Os adquirentes de bens nacionais

Tornava-se necessário ligar ao regime nascente o grupo importante dos adquirentes de bens nacionais. Qual é a extensão desse grupo? Um quarto de século depois da declarção que acaba de ser citada, Villèle, então presidente do Conselho, falará perante a Câmara dos pares (2 de abril de 1826) em "1.222.000 novos proprietários" produzidos pela Revolução; primeiro, em virtude da venda dos bens do clero e das antigas corporações, que passaram às mãos de 666.000 adquirentes; em segundo lugar, pela venda dos bens de 27.000 famílias de emigrados, que passaram às mãos de 440.000 particulares; em terceiro lugar, pela venda dos bens das comunas, que constituíram objeto de 110.000 atos de aquisição. É de supor que o total indicado por Villèle seja exagerado, já que a administração só pôde fornecer-lhe o número dos atos de compra, não o dos compradores, e há muitos exemplos que revelam que a mesma pessoa podia realizar várias aquisições; foi o que aconteceu com Benjamin Constant, conforme relata a admi-

rável biografia escrita por Paul Bastid (*Benjamin Constant et sa doctrine*, 2 vols., Paris, 1966).

Mas pouco importa que o número indicado por Villèle sofra uma redução; sempre restará um número de compradores da ordem de um milhão, o que representa um grande contingente populacional ávido de garantias contra qualquer reação realista que pudesse contestar a legitimidade da aquisição. Talvez esse contingente se sentisse mesmo assustado diante da ameaça quimérica de uma lei agrária (o que explica o rigor contra os babovistas). Esse segmento social representa um importante elemento de apoio ao novo regime. Não se omite nada que possa convencer o mesmo da segurança que desfrutará na república consular, e que chega ao ponto de incluir "a defesa da propriedade consagrada pelas leis da República", no juramento da Legião de Honra (ver cap. II, p. 78).

Foi uma atitude hábil, conforme se nota por contraste com o sentimento de inquietação, assinalado por Benjamin Constant, que se apoderou dos adquirentes de bens nacionais, quando do descontentamento causado pela primeira Restauração. No momento em que esta foi proclamada, disse Constant: "Surgiu no exército um ambiente de incerteza e mesmo de ansiedade, *entre os adquirentes de bens nacionais...*" (*Mémoires sur les Cent-Jours*, p. 13). Essa inquietude teve novo alento, mesmo após as declarações tranqüilizadoras do Rei, em virtude da linguagem usada pela imprensa realista. (*Id.*, p. 33.)

Os brumarianos realmente se mostraram hábeis ao tranqüilizarem em primeiro lugar os adquirentes de bens nacionais. Não havia nada mais natural que afirmar a solidariedade entre os homens "promovidos" pela Revolução, que se haviam instalado no poder, e os "enriquecidos" pela mesma Revolução[1].

No entanto, não nos deteremos nesse aspecto oportunista. É que, ao colocar maior ênfase no direito de propriedade, os brumarianos exprimiram uma convicção muito sincera. Aos seus olhos esse direito era "o direito fundamental sobre o qual repousam todas as instituições sociais (Portalis, *infra*), "a pedra angular da sociedade" (Cambacérès, *infra*).

É o que ressaltaremos através da citação de dois autores, que será realizada em ordem inversa à cronológica, visto que um deles — Portalis — realça principalmente o papel social da propriedade,

[1] Neste ponto vale lembrar que Harrington, em sua obra *Oceana* (1656), expôs a teoria geral da garantia política de um regime político novo contra o retorno do regime precedente, garantia esta que seria propiciada por meio de uma transferência em grande escala de propriedades.

enquanto o outro — Cambacérès — põe em foco o que a mesma deve ao Governo.

Portalis

Como orador do Governo, Portalis apresenta ao corpo legislativo (no 26 Nevoso do ano XII — 17 de janeiro de 1804) o projeto de lei sobre a propriedade, que deveria ser incorporada ao Código Civil. Conclui da seguinte forma:

> "É este, legisladores, no conjunto e nos detalhes, o projeto de lei *sobre a propriedade* [o grifo é do texto].
>
> Não haveis de surprender-vos com o fato de que o projeto se resume a algumas definições, a umas poucas regras gerais: é que todo o corpo do Código Civil está consagrado a tudo aquilo que possa relacionar-se com o exercício do direito de propriedade; trata-se de um direito fundamental sobre o qual repousam todas as instituições sociais, e que para cada indivíduo é tão precioso quanto a própria vida, já que lhe assegura os meios de conservá-la."

Ao que parece, Portalis não se dava conta do grande número de pessoas que não dispunham desse meio de conservação. Quanto mais salienta a importância da propriedade, mais patente se torna a desigualdade entre proprietários e não-proprietários.

Prossigamos no exame da exposição:

> "Foi graças ao respeito à propriedade que as nações modernas se tornaram portadoras do espírito de justiça e de liberdade que, até mesmo nos tempos de barbárie, soube defendê-las das violências e das investidas do mais forte. É a propriedade que lançará, nas florestas da Germânia, as primeiras bases do Governo representativo."

Aqui Portalis inspirou-se em Montesquieu:

> "Quem quiser ler a admirável obra de Tácito sobre os costumes dos germanos verá que foi deles que os *ingleses* tiraram a idéia que inspirou seu regime político. Esse belo sistema foi encontrado nos bosques." (*De l'esprit des lois*, livro XI, cap. VI).

Em Tácito não encontrei nenhuma referência a representantes, mas apenas às assembléias populares, e a guerreiros, não a proprietários. Mas prossigamos.

> "É ela [a propriedade] que fez nascer a constituição política dos antigos países constituídos em Estado, e foi ela que nos tempos mais recentes nos ministrou a coragem necessária para sacudir o jugo e livrar-nos dos entraves do feudalismo."

Nesse ponto afirma-se que a Revolução foi feita a favor da propriedade, que teve por fim desembaraçar o direito de propriedade das restrições a que o sujeitavam os restos do sistema feudal. Sem dúvida foi esse um dos resultados concretos da Revolução. Mas terá sido seu motivo principal? Torna-se difícil acreditar nisso.

Prossigamos:

> "Legisladores: A lei reconhece que a propriedade é o direito de fruir seus bens e deles dispor da maneira mais absoluta, e que esse direito está consagrado na pessoa do mais insignificante dos particulares. Que princípio poderia ser mais fecundo em conseqüências benéficas!?
>
> Esse princípio é como que a alma universal de toda legislação; lembra aos cidadãos o que devem uns aos outros, e ao Estado o que deve aos cidadãos; modera os impostos e fixa o reinado feliz da justiça; retém nas mãos do poder público as graças que seriam prejudiciais a terceiros; alumia a vida e a beneficência; transforma-se na regra e na medida da sábia composição de todos os interesses particulares com o interesse comum; e dessa forma confere um caráter de majestade e grandeza aos menores detalhes da administração pública.
>
> "Dessa forma, o gênio que governa a França fez lançar sobre a propriedade os alicerces inabaláveis da república."

Na passagem seguinte Portalis passa a ocupar-se das ligações da ordem política com a ordem social:

> "Os homens cujas posses garantem a fidelidade serão chamados daqui por diante para escolher aqueles cujas luzes, sabedoria e dedicação deverão servir de garantia às deliberações."

Não se poderia dizer de forma mais clara que é aos proprietários que caberá escolher os representantes da nação. Ou serão as pessoas assim escolhidas representantes dos proprietários? Mas é o espírito dos proprietários que constitui a base do espírito público. É Portalis quem diz:

> "Ao sancionardes o novo Código Civil tereis consolidado, legisladores, todas as nossas instituições nacionais.
>
> Já provestes a tudo que concerne ao estado das pessoas: hoje começais a regular o que diz respeito aos bens. Trata-se, por assim dizer, de ligar a estabilidade da pátria à própria estabilidade do território. Ninguém pode amar sua propriedade sem amar as leis que a protegem. Ao consagrar certas máximas favoráveis à propriedade, tereis inspirado o amor às leis. Não tereis trabalhado unicamente pela felicidade dos indivíduos e das famílias particulares, tereis criado um espírito público, tereis aberto os verdadeiros mananciais da prosperidade geral, tereis preparado a felicidade de todos."

O que espanta e choca nessa exposição — cujo estilo, diga-se de passagem, é um precursor característico do estilo burguês do século XIX — é o esquecimento completo a que ficam relegados todos aqueles que não são proprietários. E em que país se verifica esse esquecimento? Num país em que o acesso à propriedade não é nada fácil.

Neste ponto, parece-me necessário assinalar um contraste de importância extraordinária entre a França e os Estados Unidos do início do século XIX. Se a Revolução permitiu que grande número de pessoas se tornassem proprietários (ou aumentassem suas propriedades), desde que tivessem com que pagar, nos Estados Unidos, em todo o curso do século XIX, as terras são entregues gratuitamente (ou quase gratuitamente) aos que delas quisessem apoderar-se, e essas pessoas encontrarão banqueiros dispostos a conceder-lhes os necessários adiantamentos para o início da exploração. Da mesma forma o homem operoso que queira dedicar-se a uma empresa não-agrícola encontrará um banqueiro ou capitalista que deposite confiança nele.

É coisa muito diferente exaltar a propriedade num lugar em que é relativamente fácil tornar-se proprietário, como nos Estados Unidos, do que fazê-lo na França do século XIX.

Neste último país os proprietários poderiam dar-se por muito felizes, em meio a tantas pessoas que não o eram. E deviam sentir-se gratos aos poderes que lhes garantiam a propriedade, "tão preciosa quanto a própria vida".

Cambacérès

Vejamos o que Cambacérès fez questão de ressaltar vigorosamente num "discurso sobre a ciência social", lido no dia 7 Ventoso do ano VI na aula de Ciências Morais e Políticas do Instituto; não será fora de propósito assinalar que isso se deu menos de um ano após a execução de Babeuf.

> "Qual é, depois da agricultura, a pedra angular da sociedade? Qual é a garantia mais poderosa de sua estabilidade?... A propriedade. E qual é a salvaguarda da propriedade? O Governo." (*Mémoires de L'Institut,* Ciências Morais e Políticas, t. III).

A propriedade é socialmente salutar: é por isso que o Governo deve protegê-la; mas — não se esqueçam disso, proprietários — ela não subsiste sem a proteção do Governo! E não acreditai que essa proteção é devida à propriedade como um direito natural. É que aqui na verdade não se trata de um direito natural (a declaração do Frimário não fala em direitos *naturais,* mas em direitos *sagrados*):

> "Na verdade, a terra e todos os bens nela existentes são comuns aos homens como o ar e a luz; e no direito primitivo não há direitos particulares sobre o que quer que seja; tudo serve de presa a todos: dessa forma vemos povos vagabundos errarem como um rebanho dispersado; e é onde tantos filósofos se enganaram, ao confundirem o homem social com o homem selvagem.
>
> Sob a autoridade do Governo, ninguém tem direito de ocupar o que quer que seja a não ser em decorrência de lei; daí se deve concluir que a propriedade é uma verdadeira criação social, visto que todo direito há de emanar da autoridade pública, sem que seja permitido investir contra quem quer que seja ou invadir qualquer coisa pela força."

"A propriedade é uma criação social": será que dessa proposição Cambacérès irá extrair conseqüências inquietantes para os proprietários? De forma alguma! Em prosseguimento, diz:

> "Dessa forma, todas as instituições deverão estar empenhadas exclusivamente em defender a propriedade; todos os Governos devem dedicar-se a esse objetivo especial, a essa finalidade única; e o melhor Governo será aquele que melhor resguardar essa garantia."

O orador explica, num trecho que merece nossa atenção, que a função desempenhada pela lei constitucional consiste unicamente em *manter* a ordem social *estabelecida* pela lei.

Vejamos ainda a seguinte passagem:

> "É a ordem que constitui o estado social, e é a lei que estabelece e mantém a ordem.
>
> A lei regula as relações resultantes da sociedade. As relações da sociedade são de três espécies: relações entre os membros da sociedade; relações entre a sociedade e seus membros; relações entre a sociedade e outras sociedades.
>
> A lei que regula as primeiras duas séries de relações forma a legislação interna e constitui fundamento do estado social. A lei que regula a última série de relações forma uma espécie de legislação externa e constitui o estado político.
>
> A lei que regula as relações entre os membros da sociedade é a lei civil. A lei que regula as relações entre a sociedade e seus membros é a lei constitucional.
>
> Portanto, a ordem no interior da sociedade é estabelecida pela lei civil e mantida pela lei constitucional. Daí se conclui que, embora uma e outra exerçam grande influência sobre a felicidade pública, a arte de promover o avanço da civilização por meio das leis reside menos no aperfeiçoamento da lei constitucional que no da lei civil.
>
> Uma vez que a civilização não se insere nas relações entre os poderes e os indivíduos, o aperfeiçoamento da lei constitucional poderá constituir sinal de progresso da ordem social, mas não do estado social."

Essa declaração anuncia de uma forma que não poderia ser mais clara que as instituições políticas mais desejáveis são as que se mostram mais aptas a manter aquilo que fora estabelecido na ordem civil, vale dizer, o tipo de liberação da propriedade de que

fala Portalis e, o que não é de esquecer, a individualização da propriedade.

A individualização da propriedade

As grandes transferências da Revolução não foram as feitas de indivíduos (emigrados ou reputados como tais) a indivíduos, mas as de coletividades a indivíduos. Os bens das coletividades eclesiásticas, profissionais e comunais foram liquidados. Esse procedimento correspondia a uma idéia bem anterior à Revolução — idéia muito rigorosa — que é a de que os bens devem ser possuídos individualmente e não coletivamente. A única diferença entre a linguagem que o Chanceler d'Aguesseau usou em 1749 e a empregada pelos homens da Revolução consiste no fato de que sob o *Ancien Régime* se preferia falar em "famílias", enquanto sob a Revolução se usava a palavra "indivíduos".

A convicção que se traduziu de forma tão violenta ao tempo da Revolução, sob a forma de espoliação das entidades coletivas, já fora expressa no edito de 1749, por meio de medidas mais moderadas, que tinham por fim impedir o aumento de suas propriedades. A seguir citaremos o preâmbulo do edito do mês de agosto de 1749, relativo ao "estabelecimento e aquisição das entidades de mão morta". Convém lembrar que se costuma dar o nome de "entidade de mão morta" às igrejas, aos capítulos, aos conventos, aos colégios e às comunidades; "são chamados assim porque nunca morrem". (*Dictionaire* de Richelet).

> "Luís, pela graça de Deus, rei de França e de Navarra: a todos os presentes e aos que estão por vir, saúde. Nosso desejo de tirar proveito da volta da paz para manter em grau cada vez maior a ordem no interior de nosso reino faz com que vejamos um dos principais objetos de nossa atenção na inconveniência da multiplicação dos estabelecimentos de mão morta, e nas facilidades que encontram em adquirir terras que naturalmente deveriam ser destinadas à subsistência e à conservação das famílias. Estas muitas vezes têm o desprazer de se verem privadas dessas terras, seja pela disposição que mostram os homens para formar estabelecimentos novos que lhes sejam próprios, no intuito de que seu nome passe à posteridade com o título de fundador, seja em virtude de uma afeição muito grande pelos estabelecimentos já autorizados, cujos interesses são preferidos por muitos tes-

tadores aos de seus herdeiros legítimos; independentemente desses motivos, acontece muitas vezes que, com as vendas que se fazem aos estabelecimentos de mão morta, os bens imóveis que passam às suas mãos ficam para sempre fora do comércio; e assim uma parte muito grande dos bens de raiz de nosso reino se encontra atualmente na posse de entidades cujos bens não podem ser diminuídos por meio de alienações, mas pelo contrário aumentam continuamente em virtude de novas aquisições."

Dessa linguagem depreende-se que o incremento desmedido dos patrimônios coletivos faz com que as famílias não possam estar providas de bens próprios. Portanto, o desmembramento realizado através das liquidações revolucionárias inspira-se numa finalidade que antes já fora julgada desejável. Desnecessário ressaltar que os preceitos do Código Civil relativos à partilha forçada das herdades representavam uma tendência para a dispersão ainda maior da propriedade. Não existe a menor dúvida de que os homens da Revolução pretendiam por essa forma remediar a situação do proletariado e reduzir o número dos não-proprietários.

Torna-se oportuno ressaltar que essa política de pulverização visava à conjunção da liberdade individual com a propriedade privada, que na época era considerada indispensável para que o indivíduo se investisse plenamente na qualidade de cidadão. Num texto de Condorcet, que mais adiante teremos oportunidade de citar, torna-se evidente que ele acreditava num estado social em que seria normal que cada um dispusesse dos seus meios de produção.

Sabemos que a evolução econômica iria contrariar esse sonho.

Mas, mesmo que não houvesse essa evolução, será que poderíamos confiar em que o curso natural dos acontecimentos levasse a um estado social desejável?

Fichte

Fichte não acreditava nessa possibilidade. Partindo da mesma idéia de Cambacérès — a de que a propriedade é uma criação social — chegou a conclusão totalmente diversa. Rejeitou a idéia de que "a única coisa que o Estado tem de fazer é resguardar e proteger os direitos pessoais e os bens de cada indivíduo". Sustenta, ao contrário, que "cabe ao Estado, antes de mais nada, *dar* a cada um aquilo que lhe cabe, *colocá-lo* na situação que lhe pa-

reça adequada, para só depois disso protegê-lo nessa situação." (*L'Etat commercial fermé,* 1800, trad. francesa de Gibelin, Paris, 1940).

A Fichte coube o grande mérito de enunciar o problema da propriedade em termos mais concretos. Explica por que desejamos **ser proprietários:**

> "É para que eu possa servir-me de uma coisa quando e pela forma que me convenha; mas, para que ela esteja à minha disposição para esse fim, torna-se indispensável que todas as outras pessoas sejam impedidas de usá-la. Se não o forem, descobrirei, no momento em que quiser usar a coisa, que a mesma foi, conforme sua natureza, consumida, usada ou ocupada por outrem. Portanto, se minha propriedade sobre um objeto tiver qualquer conseqüência efetiva na vida real, esta só poderá consistir no fato de que todos os homens devem abster-se totalmente de qualquer ação dirigida a esse objeto, devem estar obrigados a não modificá-lo no que quer que seja, a deixá-lo tal qual está, a fim de que toda ação sobre ele fique reservada exclusivamente a mim.
>
> De tudo isso se depreende que não haverá qualquer direito de propriedade sobre as coisas se não houver o direito de impedir todos os homens [com exceção do proprietário] de exercer uma ação sobre essas coisas; só a abstenção ou a não-abstenção dessa atividade alheia revela se meu direito de propriedade é ou não respeitado. É, portanto, neste direito de excluir a ação de outrem que reside, na verdade, o direito de propriedade sobre as coisas." (*Op. cit.,* pp. 104-105.)

A meu ver, essa exposição reveste-se de enorme fecundidade. Ela nos convida a refletir sobre os diversos direitos de uso que nos pareça necessário exercer, a distinguir aqueles que não poderiam ser exercidos sem a garantia do direito de exclusividade, e a considerar as modificações introduzidas no conjunto e no subconjunto considerado em virtude das mudanças ocorridas na sociedade, nos gêneros de vida e nas formas de atividade.

No momento, porém, esforçar-nos-emos para acompanhar Fichte numa conclusão por ele extraída de sua definição da propriedade como um direito de impedimento em face dos outros:

> "Um indivíduo só renuncia à parte que deverá caber aos outros para obter sua parte e conservá-la sem contratem-

> pos. Aquele que nada obteve em termos de propriedade exclusiva a nada renunciou. Como não participou do debate, encontra-se isolado no que diz respeito ao direito, e conserva em face dos outros indivíduos o direito de fazer tudo que lhe aprouver. *Por que* [o grifo é do texto] se poderia razoavelmente esperar que renunciasse? O que poderia levá-lo a desejar que cada um conserve o que lhe pertence, quando ele mesmo nada tem? Sei perfeitamente que a multidão coligada dos proprietários poderá, pela força, impedir o indivíduo isolado e mais fraco de proclamar seu direito em voz alta e fazê-lo valer. No entanto, não estou aqui interessado na força, mas no direito. E sou de opinião que essa multidão [de proprietários] não tem nenhum direito, visto que ela só o poderia ter adquirido em virtude de um contrato que esse indivíduo isolado não foi chamado a celebrar com os outros, e que por isso mesmo não o obriga.
>
> Torna-se evidente, portanto, que não só o agricultor, mas todo habitante do Estado deve ter nele uma propriedade exclusiva, pois do contrário não poderá ser obrigado a reconhecer o direito de propriedade do agricultor, nem haverá como legitimamente impedi-lo de expulsar o mesmo de suas terras, de apoderar-se de seus frutos."

Vê-se, portanto, que Fichte estabelece um contraste entre proprietários e não-proprietários. Em virtude de uma característica do estado da economia alemã de seu tempo, ou da idéia que formou sobre ela, Fichte vê a propriedade apenas sob o aspecto da propriedade territorial.

Ainda se vê que está longe de, nos não-agricultores, estabelecer distinção entre empregadores e assalariados, ou de atribuir importância capital a essa distinção.

Sua posição intelectual é, por outro lado, o extremo oposto da conjunção das propriedades, e isso por uma razão essencialmente prática: em sua opinião a individualização dos meios de produção é a condição essencial de seu emprego racional pelo possuidor individual.

O que pretende é a generalização da propriedade individual. De que forma?

> "Qual será então a propriedade exclusiva de quem não é agricultor, a propriedade do fabricante, do negociante, aquilo em troca do que estes cedem ao agricultor o direito exclusivo à propriedade do solo?

É à própria natureza, e não ao Estado, que esses elementos devem sua indústria, ou o conhecimento do seu comércio. Sob esse aspecto não estão ligados ao Estado, da forma pela qual o agricultor o está ao seu pedaço de terra. Atirado em qualquer praia, um homem como esse pode dizer: "Trago comigo tudo o que possuo." O que poderá dar-lhe o Estado? Evidentemente apenas a garantia de que sempre terá trabalho, de que sua mercadoria encontrará escoamento e de que em troca dela obterá a parte dos bens do país que lhe toca.

Ora, o Estado só pode dar essa garantia se fixar de forma definitiva o número dos que trabalham no mesmo ramo e se cuidar de prover o necessário à subsistência de todos. É só por meio da *clausura* definitiva que cada "ramo de atividade se transforma na *propriedade* da classe que a ele se dedica..." (*Op. cit.*, pp. 107-109. O grifo é do texto.)

A propriedade do ofício

Vê-se que a população trabalhadora será distribuída em *ramos* (devemos dar as boas-vindas a este termo, empregado até hoje nas estatísticas) de forma tal que a repartição corresponda ao peso relativo dos tipos de necessidade do mercado nacional, que será reservado exclusivamente aos produtores nacionais por meio de uma rigorosa barreira à entrada de mercadorias estrangeiras.

Não é sem razão que o fechamento do mercado nacional fornece o título à obra: esse fechamento parece essencial a Fichte, para assegurar a harmonia perfeita entre a produção e o consumo. É essa harmonia que garante ao artesão obter uma renda adequada com o exercício de sua profissão: e é exatamente no que consiste a equiparação da profissão à propriedade.

Já que para Fichte o direito de propriedade é um direito de exclusão, o exercício de uma profissão assume as feições de um direito de propriedade. Na verdade, ele comporta uma dupla exclusão; exclui do mercado de um produto: 1.º) os fornecedores estrangeiros; 2.º) os nacionais que queiram ingressar no ramo além do número de profissionais previamente fixado.

Para nos convencermos de que do procedimento preconizado por Fichte pode resultar uma verdadeira propriedade, basta considerarmos o ramo dos motoristas de táxi, que representa uma prova concreta. Uma vez que há um limite para o número de

táxis que operam nas grandes aglomerações — como Nova York e Paris — a respectiva licença representa um ativo comerciável.

Há alguns anos uma comissão Rueff denunciou a existência na economia francesa de pequeno número de ilhas ocupacionais caracterizadas pelo caráter fechado da profissão ou ocupação. Essas ilhas foram condenadas por serem contrárias ao princípio da livre concorrência. Sem dúvida o são, mas a idéia de Fichte consistia precisamente em organizar toda a economia segundo esse princípio, a fim de que cada indivíduo tivesse sua garantia.

O sistema de Fichte é um sistema de contingenciamento das ocupações. Cabe assinalar, porém, que nele as proporções entre os contingentes deveriam evoluir segundo aquilo que hoje chamamos de progresso da produtividade por ramo e ainda segundo a elasticidade dos consumos específicos. Tem em vista as necessidades mais vitais, que seriam as primeiras a serem atendidas, e serão satisfeitas sob a forma de frações decrescentes do campo de necessidades pessoais, permitindo o incremento progressivo dos setores correspondentes às necessidades mais rebuscadas. O processo seria conduzido de forma tal que em momento algum a admissão de novos membros "estragasse a qualidade da profissão", como se diria na época, ou deteriorasse a situação dos que a ela se dedicam.

A ucronia de Fichte

Não há interesse em ressaltar o interesse que apresentam os pontos de vista de Fichte, nem o contraste que oferecem em face dos homens da Revolução. Aos olhos destes, um dos aspectos essenciais da liberdade em geral consistia na liberdade de exercer qualquer atividade ou profissão, de dedicar-se a qualquer gênero de indústria ou de comércio. Sem dúvida Marat é o único dos nossos revolucionários que apresenta pontos de vista que têm certa semelhança com os de Fichte. Cabe ressalvar que não se pode estabelecer qualquer paralelo com Babeuf, já que Fichte nunca teve em mente a comunhão dos bens.

Seria interessante imaginarmos como poderia ter sido o século XIX se os homens quisessem — e pudessem, o que já é outro assunto — colocar em prática o sistema de Fichte.

Quem se dedicar a esse jogo estará praticando a *Ucronia*. Quero lembrar que este termo corresponde ao título de uma obra de Charles Renouvier: *Uchronie (l'utopie dans l'histoire). Esquisse historique du développement de la civilisation européenne, tel qu'il n'a pas été, tel qu'il aurait pu être,* Paris, 1876.

Suponhamos que se tivesse conseguido repartir toda a população trabalhadora entre várias ocupações perfeitamente ajustadas à demanda do mercado. Essa repartição, uma vez completada, não teria deixado o saldo da mão-de-obra flutuante e utilizável a preço vil que forneceu os primeiros trabalhadores à máquina. Pois, em sua infância, a função da máquina era justamente um meio de utilizar a força de trabalho à qual não pudesse ser dado outro emprego.

Portanto, se tivesse sido possível realizar essa repartição, ter-se-ia construído um sistema muito mais satisfatório sob o ponto de vista social e muito menos progressivo sob o ponto de vista industrial, ponto de vista este que Fichte não concebera.

Acontece que as dificuldades práticas que se opunham à realização do projeto eram quase insuperáveis: o mais que se conseguiu foi garantir o *status* de parte da população trabalhadora, deixando que permanecesse fora do sistema uma parcela não-desprezível que não pôde ser ocupada nas oficinas nacionais.

Prefiro que cada um prossiga à sua maneira nesses sonhos que tão bem se adaptam ao estilo de Fichte, já que nesse ponto temos apenas uma experiência ucrônica (vale dizer política, e não econômica).

O *problema do proletariado*

Deixemos de lado o que Fichte propôs e fixemo-nos naquilo que nos apontou. O que foi dito por ele pode ser expresso da seguinte maneira:

O fundamento da sociedade é a propriedade individual; de acordo. Mas *o que* será feito dos que não são proprietários? Tereis de escolher: ou adotais o procedimento que eu, Fichte, vos proponho, constituindo e garantindo certas propriedades para essas pessoas, propriedades estas que poderão ser de natureza diversa, ou então deixais que as mesmas permaneçam de certa forma fora de vossa construção social, já que não estão vinculadas pelo contrato social, que é um contrato de proprietários.

Eis o que Fichte parece dizer, e essas palavras revestem-se de uma força tremenda. Para sentir-lhes toda a robustez, basta repetir uma frase de Portalis: "Ao consagrardes as máximas favoráveis à propriedade, tereis inspirado o amor às leis." A quem? Por certo não terá sido aos que não possuem nenhuma propriedade e não têm esperança de adquiri-la.

O problema do proletariado está colocado.

8.

A igualdade de direito

O maior livro político do século XIX, que é a obra de Tocqueville *De la démocratie en Amérique,* principia com esta frase:

> "Entre as novidades que atraíram minha atenção durante minha permanência nos Estados Unidos, não houve nenhuma que me impressionasse tanto como a igualdade de condições."

Numa carta contemporânea à publicação da obra[1] o autor explica:

> "Toda a sociedade [norte-americana] funda-se, por assim dizer, num só fato; tudo dimana de um único princípio. Poderíamos comparar a América a uma grande floresta cortada por grande número de estradas retas que terminam no mesmo lugar. Basta encontrar esse ponto de confluência das estradas, e tudo se descobre num relance de olhos."

Para esse escritor, o ponto de confluência é a igualdade de condições, conforme explica em outra passagem da introdução:

> "...À medida que estudo a sociedade norte-americana vejo, com uma clareza cada vez maior, na igualdade de condições o fato gerador do qual se originam todos os outros

[1] Trata-se de uma carta datada de agosto de 1835, dirigida ao Conde Molé. Nela Tocqueville, que acaba de regressar da Inglaterra, aponta o contraste que oferece aquele país, sobre o qual dificilmente se podem formar idéias claras ou adquirir noções precisas, em face da unidade e da simplicidade do sistema norte-americano.

> fatos, e volto a encontrá-la constantemente à minha frente, como se fosse um ponto central para o qual convergem todas as minhas observações."

Se a igualdade de condições gera os diversos aspectos da sociedade norte-americana, ela não só lhes fornece a chave, mas também se constiui na chave de uma previsão válida para a Europa.

Na verdade, trasladando suas observações para a Europa, diz Tocqueville:

> "...Tenho a impressão de que aqui distingo algo de análogo ao espetáculo que se me oferece no Novo Mundo. Vejo a igualdade das condições que, sem ter atingido seus limites extremos, como aconteceu nos Estados Unidos, deles vai-se aproximando a cada dia que passa."

Por que uma novidade? Em que consiste ela?

Voltemos, porém, à primeira frase de Tocqueville e não nos furtemos a admirá-la, o que constitui condição necessária a qualquer reflexão.

A igualdade norte-americana causou uma impressão forte em nosso viajante, que viu nela uma novidade. Acontece que ele vinha da França, o país em que esse princípio fora vigorosamente proclamado, e isso 42 anos antes de sua viagem[2]. A igualdade era uma preocupação dominante entre os revolucionários; além disso, na ocasião em que Bonaparte declara que "a Revolução fixou-se nos princípios sob os quais foi iniciada", a igualdade é citada como um dos "direitos sagrados".

Nessas condições, como pôde Tocqueville ver uma "novidade" na igualdade norte-americana? Por quê?

Duas explicações acodem inicialmente ao espírito: talvez não se trate da mesma idéia de igualdade; ou então, a igualdade estabelecida pela Revolução teria sido perdida depois dela. Veremos que essas explicações são totalmente inadequadas.

---

2 Cabe lembrar que a permanência de Tocqueville na América se prolongou de 9 de maio de 1831 a 20 fevereiro de 1832. Em outras palavras, situa-se nos primeiros tempos de nossa monarquia de julho.

A idéia de igualdade é a mesma

A idéia de igualdade que prevalecia na América era a mesma que foi enunciada na Declaração de direitos adotada por nossa Assembléia Nacional. Essa idéia é expressa no artigo 6.º dessa Declaração:

> "Artigo 6.º — [A lei] deve ser igual para todos, quer quando protege, quer quando pune. A seus olhos todos os cidadãos são iguais e têm acesso em igualdade de condições a todas as dignidades, cargos e empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outra distinção que não a de suas virtudes e talentos."

Torna-se evidente que se trata de uma igualdade jurídica, e não de uma igualdade de fato. A distinção é feita expressamente no projeto de Declaração de direitos de Sieyès, projeto este que deve ser lembrado constantemente na interpretação do texto que veio a ser adotado. Realmente, se o projeto de Sieyès não foi adotado na íntegra, isso aconteceu por ser ele muito minucioso nas expressões que usava, com o que perdeu a necessária retumbância.

No projeto de Sieyès lemos:

> "Artigo 19. — Se os homens não são iguais nos *meios*, ou seja, em riqueza, espírito, força etc., daí não resulta que também não o sejam em *direitos*. Perante a lei cada homem vale tanto quanto qualquer outro. A lei protege a todos, sem distinção. (As palavras "meios" e "direitos" estão grifadas no texto de Sieyès.)

A idéia de igualdade que prevalece na América não abrange mais que a nossa: constitui uma vontade de reduzir a desigualdade de fato, ou a desigualdade de meios no dizer de Sieyès. Se, durante sua permanência nos Estados Unidos, Tocqueville tivesse entrado em contato com o homem que então desempenhava as funções de vice-presidente, John C. Calhoun, poderia ter ouvido dele as seguintes palavras:

> "Como os indivíduos diferem grandemente entre si, no que diz respeito à inteligência, à energia, à perseverança, à habilidade, aos hábitos de trabalho e de poupança, às qualidades físicas, à situação e às oportunidades [*opportunity*]; dali se segue necessariamente, em virtude da liberdade con-

cedida a cada um de empregar seus esforços para melhorar sua situação, que os resultados hão de ser desiguais em razão da desigualdade das dotações individuais em qualidades e vantagens... É a mesma desigualdade de condições que se verifica entre o pelotão de vanguarda e o de retaguarda numa marcha progressiva, desigualdade esta que impulsiona os que se encontram na frente a se manterem nessa posição e pressiona os que vêm atrás para alcançar os outros. É dali que vem o grande impulso para o progresso. Se procurássemos, por meio da intervenção governamental, colocar para trás a primeira fila ou pôr a última fila na frente, amorteceríamos o impulso e atrasaríamos a marcha do progresso[3]."

Não sei se o Presidente Andrew Jackson — com o qual Tocqueville esteve em contato — teria usado exatamente a mesma linguagem[4], mas o fato é que durante o século que se seguiu à visita de Tocqueville a doutrina enunciada por Calhoun continuou a ser a maneira de ver característica dos norte-americanos. Cabe salientar que na verdade essa visão foi temperada por um desejo muito atuante de redução da desigualdade de oportunidades, mas também cabe salientar que esse desejo se traduziu em inúmeras atividades privadas desenvolvidas nesse sentido, mas durante muito tempo não deu origem a qualquer atuação do poder público.

Acrescente-se ainda que na América, tal qual na França, a desigualdade de meios exerce certa influência sobre os direitos políticos. Nem todos são eleitores; para isso torna-se necessário o preenchimento de certas condições de ordem fiscal, variáveis de Estado para Estado.

O recuo na França

Sem dúvida poder-se-ia alegar que a criação da nobreza imperial, levada a efeito por Napoleão, e posteriormente o restabe-

[3] Sem dúvida alguém poderia acusar-me de citar neste passo um pensador norte-americano classificado entre os "conservadores". Acontece que na época de Tocqueville as declarações de princípios são pouco freqüentes, e os escritos de Calhoun revestem-se de uma clareza extraordinária. Se outros princípios por ele expostos podem ser rejeitados por não serem representativos da atitude norte-americana, dificilmente haverá quem conteste a representatividade do trecho que acaba de ser transcrito.

[4] Talvez não seja fora de propósito salientar que Tocqueville visitou os Estados Unidos na época em que o Presidente do país era de longe o mais "esquerdista" de todo o século XIX.

lecimento da antiga nobreza, ocorrida na época da Restauração, representaram recuos em relação ao princípio de igualdade postulado no início da Revolução e, principalmente em relação ao decreto de 19 de junho de 1790, que aboliu a nobreza hereditária.

Mas se Tocqueville fosse de opinião que a grande diferença entre a América e a França, que tanto o impressionou, estava ligada a esse recuo verificado em nosso país, ele o teria dito. Afinal, a França já não vivia sob a monarquia de julho, que se ligava ao ano de 1789? Na mesma época, outros escritores se queixavam desses retrocessos.

Se pensasse assim, por certo não teria escrito que a igualdade de condições na América o impressionara como uma novidade! Tocqueville era um excelente escritor, que escolhia as palavras com o maior cuidado. Designar como "novidade" um estado do qual se lembrava como a condição reinante na França uma geração atrás constituiria, aos seus olhos, um erro de linguagem.

Poder-se-ia perguntar por que não se mostrou preocupado com o recuo verificado na França. Talvez fosse porque o mesmo não lhe parecia substancial.

Na verdade, por mais importantes que tenham sido sob o ponto de vista psicológico, os recuos realizados por meio da criação da nobreza imperial e, posteriormente, por meio do restabelecimento da nobreza do *Ancien Régime* não afetaram a igualdade jurídica instituída pela Revolução. Isso é posto em relevo por um contemporâneo de Tocqueville, que deve merecer crédito, já que investe apaixonadamente contra esses retrocessos. Trata-se de Aimé-Félix-Julien Berriat, autor de uma obra notável, o *Commentaire de la charte constitutionelle,* publicado em Paris, em 1836.

A carta diz no artigo 1.º:

> "Os franceses são iguais perante a lei, sejam quais forem seus títulos e posições."

Berriat observa que a oração acessória na verdade se reporta ao artigo 62, no qual lemos:

> "A nobreza antiga é reinvestida em seus títulos. A nobreza nova conserva os que lhe foram outorgados. O rei poderá, a sua vontade, conferir a qualidade de nobre a qualquer pessoa. Mas essa qualidade só concede a respectiva po-

sição e honras, não representando qualquer isenção dos encargos e deveres para com a sociedade."

Berriat, que pede a revogação desse artigo, observa em outra passagem:

> "Além disso a opinião pública reprovava de tal forma a nobreza que o artigo 62 tem permanecido constantemente sem aplicação, já que não foi promulgada qualquer lei que especificasse as *honras* que são devidas aos nobres, as posições que devem ocupar com exclusividade, ou sequer os *títulos* que terão o privilégio de usar."

Vê-se, portanto, que o recuo verificado depois de 1800 é mais simbólico que substancial. Nem de longe pretendo negar a importância do fator simbólico, mas o fato é que esse recuo não alterou o princípio da igualdade perante a lei. Aliás, pouco importa que não se queira ver as coisas por essa forma. A linguagem usada por Tocqueville deixa claro que não foi esse recuo que esteve presente em seu espírito quando teve diante de si a situação de contraste entre a igualdade existente na América e sua ausência na Europa. Tanto essa ausência não lhe parecia resultante do recuo verificado após a Revolução que, ao aludir à situação francesa, diz que a mesma "se aproxima a cada dia que passa" da igualdade alcançada nos Estados Unidos.

A igualdade ancorada nos sentimentos

Ainda não encontramos explicação satisfatória para a impressão profunda que a igualdade norte-americana produziu em Tocqueville. Sem dúvida isso aconteceu porque nossa pesquisa foi realizada ao nível das leis, quando haveria necessidade de que descesse às profundezas dos sentimentos.

Acredito que o que impressionou Tocqueville durante sua permanência de 1831 a 1832 foi o fato de ter percebido que os norte-americanos *se sentiam iguais,* isso depois de ter deixado um país como a França, cujos cidadãos não se sentem iguais. Os norte-americanos sentem-se iguais, e suas leis correspondem naturalmente a esse sentimento; na França, pelo contrário, as leis destinadas a estabelecer a igualdade ainda não haviam conseguido criar o sentimento de igualdade.

Por que os norte-americanos se sentiam iguais, quando a mesma coisa não acontecia com os franceses? Para responder a tal pergunta teríamos de realizar uma ampla pesquisa psicossociológica. Não é o que me cabe fazer aqui, mas posso sugerir alguns temas.

De início, vejamos a ordem material. A principal causa de subordinação encontrada à época na Europa está ausente nos Estados Unidos: refiro-me ao regime de propriedade das terras. Na Europa, certas pessoas possuem as terras e outras as cultivam. Já em 1789 esse contraste ao qual Marx, com razão, atribuiu tamanha importância[5], era muito mais importante, que aquele que separava o nobre do plebeu. Na França ele sobreviveu à Revolução, conforme veremos mais adiante. Na América esse contraste não existe, e isso por razões evidentes. Como poderia o proprietário fazer com que outros trabalhassem as terras para ele, se lhes eram oferecidas terras livres? Só se podiam reter na terra os trabalhadores em regime de escravidão. Acontece que, na época, não se contavam escravos entre os norte-americanos.

Por outro lado, a subordinação no âmbito da grande indústria ainda não havia entrado em cena. Nos lugares em que ela já começara a germinar, a escassez de mão-de-obra reinante na América obrigava o empresário a dar ao trabalhador um tratamento muito diferente daquele que lhe era dispensado na Europa, onde ela é superabundante.

Os Estados Unidos ainda são o país de agricultores e artífices independentes que fora concebido por Jefferson.

Franklin pôde dizer, antes de nossa Revolução — e isso continuava a ser verdade no tempo em que Tocqueville chegou ao país que se a carreira do homem do povo da América começava no salariado, o mesmo por sua vez se transformava num empresário independente.

É o que temos a dizer quanto à ordem material. Essa situação, que reinou nos primórdios das colônias inglesas da América, prestou uma contribuição importante para a formação de certas atitudes que lhe sobrevivem.

E elas sobreviverão. Peço licença para citar um testemunho pessoal. Quando estive nos Estados Unidos pela primeira vez, em 1931-1932, um século depois de Tocqueville, também me senti impressionado com o sentimento de igualdade ali reinante; e então o regime do salariado já se havia generalizado, e a ele se unia

---

[5] E, antes dele, Adam Smith.

a desgraça do desemprego. Sem dúvida os norte-americanos estavam longe de ser iguais; mas na época ainda se sentiam iguais[6].

Esse sentimento tinha outras raízes, além das condições econômicas originais, e entre elas assume lugar de destaque a estrutura social da população que formou os Estados Unidos. Os elementos que se estabeleceram na América durante a fase inicial pertenciam à classe média da Inglaterra (ou da Escócia)[7].

Eram pessoas que sabiam ler — tratava-se de leitores assíduos da Bíblia — e além disso eram operosas. Teriam mesmo de ser operosas e decididas a realizar um trabalho persistente para construir uma nova existência, já que as colônias do continente setentrional não ofereciam qualquer perspectiva de fortuna rápida, perspectiva esta que se deparava a quem se atirasse para as terras auríferas do sul ou se estabelecesse nas ilhas do açúcar, onde duas safras representavam uma fortuna.

Se contarmos as cabeças, sem dúvida concluiremos que a importância das colônias puritanas da baía de Massachusetts é bastante reduzida em meio à população da América inglesa; mas se pesarmos as influências, parece que lhes deveremos atribuir uma que é imensa.

Sem dúvida é por causa dessas colônias que o tema da "tirania da maioria" surge com tamanha freqüência na literatura norte-americana. Pois se, por um lado, essas "comunas" puritanas tinham o sentimento da igualdade, por outro, eram intolerantes. E tudo o que ainda hoje se diz, com ou sem razão, sobre as exigências do conformismo, tem alguma ligação com os tipos de comportamento que se desenvolveram naqueles tempos longínquos.

Uma bela tese poderia ser escrita sobre as razões pelas quais o sentimento de igualdade, que assumiu tamanha força na parte inglesa do Novo Mundo, revelou-se muito menos forte na parte espanhola. Talvez se chegasse à conclusão de que isso foi devido em grande parte à maior solicitude do Governo espanhol, que se mostrou muito preocupado em transportar para a América espanhola as instituições da mãe-pátria, quando na América inglesa isso não aconteceu, já que as instituições inglesas que ali se re-

---

[6] Tenho a impressão de que depois disso os sentimentos sofreram uma grande modificação.

[7] De passagem, cumpre assinalar que sem dúvida o segmento que costuma ser chamado de "classe média" na época não se situava em torno da mediana da distribuição estatística, mas principalmente no décimo percentil superior.

produziram foram as de caráter costumeiro[8], não as que se revestiam de características autoritárias e hierárquicas.

Dessa forma o fenômeno que costuma ser chamado de "revolução americana" na verdade não passou de uma "secessão", da ruptura do laço político com a metrópole, que não exigiu a destruição de quaisquer constituições que tivessem sido transportadas da Europa.

Os hábitos e os sentimentos de desigualdade

Ao contrário do que aconteceu na América inglesa, na França a revolução encontrou sentimentos e hábitos de desigualdade bastante enraizados; e não os destruiu.

Na ordem material era imensa a distância entre o salário de um trabalhador (uma libra por dia representava salário elevado) e as rendas dos ricos que, segundo Sébastien Mercier, às vezes chegavam a centenas de milhares de libras por ano. Provavelmente não foi muito menor a distância que existia entre os conhecimentos de um "homem de condição elevada", como se costumava dizer, e os de um analfabeto.

Acima de tudo, porém, os sentimentos de desigualdade eram entretidos em todos os estratos sociais pelo modo de promoção. As subidas rápidas não eram nada raras sob o *Ancien Régime*[9]; mas a maneira pela qual se realizavam reforçava o sentimento de desigualdade. Realmente, tratava-se de subidas levadas a efeito dentro das estruturas hierárquicas existentes, devidas à escolha dos superiores inseridos nessas estruturas. Essas escolhas poderiam ser merecidas pelas qualidades mais sólidas, ou conquistadas por meio da assiduidade, ou então devidas ao favoritismo. Pouco importa, porém, que a escolha fosse justificada ou não; como se processasse de cima para baixo, implicava uma relação de patrão e cliente. Essa relação é propícia ao sentimento de desigualdade: leva o cliente a tomar atitudes bajulatórias, que andam associadas ao ressentimento resultante não só da decepção que lhe é infligida, mas também da vergonha que lhe causa o próprio comportamento. Balzac mostra-nos de forma inesquecível que essa situação não se modificou com a Revolução, ao fazer surgir pa-

[8] Ver o estudo notável de Samuel P. Huntington, "Political Modernization: America vs. Europe", *in World Politics*, abril de 1966.

[9] Basta um instante de reflexão para tornar patente que as posições elevadas são raras por definição, e que seria um absurdo contar as elevações relativamente ao número dos que estão embaixo, pois devem ser contadas com base nos que se encontram em cima.

péis de clientelismo de todos os tipos na carreira de Lucien de Rubempré.

Depois que uma pessoa se viu obrigada a "fazer sua bajulação" par obter um lugar, é apenas natural que, depois de consegui-lo, ela julgue que por sua vez deve ser bajulada. Não há nada mais propício a inspirar uma tranqüilizadora certeza de igualdade.

A sociedade francesa do *Ancien Règime* era estruturada de forma complexa, através de diversas hierarquias constituídas em cartas diferentes e fundadas em princípios diversos. Como um dos princípios fundamentais do Governo monárquico fosse o de que "o rei deve conservar cada um em seu direito", nenhuma hierarquia, uma vez estabelecida, era abolida. Apenas podia ser esvaziada de sua substância concreta; as desvalorizações monetárias eram uma das formas de esvaziamento.

A nobreza

A hierarquia mais antiga é aquela que hoje em dia costuma ser chamado de feudal, e que teve seu valor orgânico ao tempo dos senhores, grandes e pequenos, espalhados pela área do país, que formavam os quadros permanentes da administração e da milícia territorial. Os foros a que faziam jus tinham por fim permitir-lhes que se mantivessem preparados para o serviço do rei e, à convocação deste, lhe fornecessem tropas, sob o estandarte do senhor feudal. De Carlos VII a Luís XI a monarquia esforçou-se para despir a nobreza dessas funções, e por isso a mesma transformou-se num órgão que já não preenchia qualquer finalidade.

Sem dúvida "as pessoas bem nascidas" recebiam uma boa educação, mas felizmente já não estavam sós. Taine concedeu aos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário, nas vésperas da Revolução, a soma espantosa de 72.000, dos quais 40.000 eram concedidos para que, segundo diz, a educação fosse gratuita ou quase gratuita[10]. Essa quantia pode parecer reduzida aos nossos olhos, mas para Taine era elevada; tanto é assim que depois do desaparecimento quase completo desse tipo de ensino durante a Revolução, só após várias gerações a dotação voltará a atingir esse nível. De qualquer maneira, a importância era elevada em face das dimensões da nobreza.

---

[10] Taine, *Origines de la France contemporaine: le régime moderne*, t. I, pp. 213 s.

Dessa forma compreende-se perfeitamente a impressão manifestada por Sébastien Mercier:

> "Depois que a educação deu aos homens quase a mesma instrução, eles passaram a ser igualmente capazes para o serviço da pátria. A instrução tornou os homens praticamente iguais pois que, sendo todos capazes de fazer a mesma coisa, já não há motivo para uma distinção ultrajante, visto que hoje em dia há um número maior de homens que de empregos; é uma situação contrária à que se vinha verificando há três séculos.
>
> A fraqueza e a ignorância produziram os nobres dos séculos anteriores, porque tinham à sua disposição exclusiva toda a educação da época: a equitação, o preparo para os torneios, o estilo dos galanteios em uso, e uma série de conhecimentos bem superiores aos do vulgo.
>
> Hoje em dia, quando a nobreza já não possui um grau de verdadeira coragem e de verdadeiro gênio que seja superior ao da parcela esclarecida e patriótica da nação, a igualdade surge insensivelmente e de pleno direito. Os serviços prestados ao trono, à nação, às artes, já não devem distinguir-se por sílabas mais ou menos longas: mais do que nunca, o homem é o filho dileto de suas obras. As estirpes que por elas só demonstram um orgulho estéril devem recair no seio da multidão, onde permanecerão até que dêem prova de virtudes vivas e atuantes.
>
> Deverá o povo que paga o imposto ao soberano e lhe dispensa as homenagens, que lhe presta obediência e lhe dedica respeito, suportar ainda o peso da nobreza que se lhe tornou estranha, e que deseja impor uma separação perpétua, injuriosa e constante entre os súditos do mesmo príncipe; que o choca com seu orgulho quando não pode oprimi-lo de outra forma; que lhe fala de suas prerrogativas antigas, as quais já não lhe pertencem; que diz ao homem que cultiva o solo: tu és um camponês, não és nada; e que exibe a forma abusiva de um Governo velho em meio a um novo Governo, Governo este que, em face dos ditames do interesse geral, consiste apenas num monarca e em seus cidadãos[11]?"

---

[11] Sébastien Mercier, *Tableau de Paris,* Amsterdã, 1783, t. VIII, pp. 233-234.

O que torna interessante o texto de Mercier é a própria confusão que nele se revela. Percebe-se perfeitamente que aquilo que a seus olhos põe fora de moda a desigualdade de "qualidades" (segundo o vocabulário daqueles tempos) é a igualdade das "qualificações" (segundo o vocabulário atual). Mas também se percebe o que está implícito nisso: não é tanto a supressão da fronteira que separa o nobre e o plebeu, mas antes o deslocamento dessa fronteira; é o que se verificará no século XIX. Os sentimentos e os costumes de desigualdade apenas serão transferidos.

9.

A desigualdade de fato

A desigualdade de fato constituiu o principal tema dos séculos XIX e XX.

Sem dúvida não se trata de um tema novo; a novidade consiste no fato de se ter ele transformado progressivamente no tema dominante. Não estaríamos cometendo um grande exagero se disséssemos que a maior parte dos trabalhos importantes desses dois séculos poderia trazer um título comum: "Das Causas das Desigualdades de Fato e dos Remédios Próprios para Aboli-las ou Atenuá-las."

Essa literatura poderia ser classificada segundo as diversas causas ou segundo o peso relativo que se lhes atribui; segundo a natureza dos remédios propostos; e, por fim, segundo o grau de atenuação que o autor julgue realizável.

Os gêneros de desigualdade

Antes de passarmos ao exame do que tem sido dito sobre as causas e os remédios, convém fazer um ligeiro estudo do que se entende por desigualdade de fato.

O estudo não poderia consistir, mesmo que se quisesse, num exame exaustivo das diversas espécies de desigualdade de fato. Seja qual for o número das desigualdades de fato que tenham sido catalogadas e possam constituir objeto de um exame objetivo, sempre se haverá de encontrar outras, das quais a percepção subjetiva tomará conhecimento sucessivamente.

Gêneros de desigualdade de fato

Vê-se que a classificação que ora proponho, para fins de comodidade, necessariamente há de ser incompleta. Ela inclui quatro gêneros de desigualdade:

a) A desigualdade de estado, que provém do fato de o estado de Secundus ser menos estimado que o de Primus;

b) A desigualdade de patrimônio ou, na linguagem antiga, de propriedade; na linguagem atual falaríamos em desigualdade de capital;

c) A desigualdade de aquisições ou, como diríamos hoje, de renda;

d) A desigualdade de subordinação, pela qual Secundus estará submetido às ordens de Primus.

No sonho social de Rousseau não há lugar para nenhuma dessas desigualdades, a não ser, numa medida restrita, para a desigualdade de aquisições. Na verdade, Rousseau deseja uma sociedade de famílias, cada uma das quais é proprietária de suas terras e vive essencialmente dos frutos dessas terras obtidos por meio de seu trabalho — frutos entre os quais haverá uma diferença moderada, que não poderá ser considerada injusta, já que resultará da força e dedicação de cada família. Assim, todos pertencerão ao mesmo estado, e não haverá lugar para a desigualdade de consideração segundo o estado, mas apenas, o que é justo, segundo os méritos e as virtudes de cada um. Finalmente, não haverá lugar para a subordinação, visto que ninguém é obrigado, por falta de terras próprias, a submeter-se às ordens de outrem. E como homens tão iguais no seu patrimônio e tão semelhantes nos seus gêneros de atividade forçosamente têm interesses comuns, a disciplina imposta a cada indivíduo em particular é razoavelmente desejada pela totalidade; de forma que os membros desse corpo político homogêneo apenas terão de obedecer às leis promulgadas para todos, e os magistrados executivos serão simples comissários cujo papel não será menos impessoal que o dos juízes.

O ideal político de Rousseau mantém uma ligação perfeitamente racional com o sistema econômico e social por ele preferido: este ideal só parecerá quimérico aos leitores que não o ligaram ao sistema político e social ao qual ele mesmo o vinculou expressamente. Rousseau deixou perfeitamente claro que seu ideal político teria de ser necessariamente afastado na medida em que a sociedade se afastasse do sistema econômico e social por ele preconizado; além disso percebeu com uma lucidez perfeita que a humanidade marcha em sentido contrário ao do referido sistema econômico e social.

Poderíamos acrescentar que o sistema de Rousseau é o mesmo que foi anunciado com grande empenho num dos livros do Velho. Testamento: o Levítico. Nele menciona-se que a ordem dos patrimônios instituídos no ponto de partida torna-se desordenada à

medida que o caminho vai sendo percorrido. E para isso prevê-se um remédio periódico: o grande sabá.

Condorcet: contraste entre a igualdade de direito e a desigualdade de fato

No momento da Revolução, a desigualdade de fato é enorme sob qualquer dos quatro aspectos mencionados. Na época certas pessoas ressaltaram que as leis que estabelecem a igualdade de direitos não corrigem as desigualdades de fato. Entre essas pessoas podemos citar Condorcet:

> "Se examinarmos a história das sociedades, teremos ocasião de ver que muitas vezes existe um grande hiato entre os direitos que a lei reconhece aos cidadãos e os direitos que eles realmente usufruem, *entre a igualdade estabelecida pelas instituições políticas e aquela que existe entre os indivíduos*[1].

Acrescento uma previsão das crises advindas das desigualdades de fato, previsão esta que se revelou bastante correta e que se funda na experiência histórica daquilo que mais tarde será chamado de "luta de classes":

> "...Tivemos oportunidade de observar que essa diferença tem sido uma das causas principais da destruição da liberdade nas repúblicas antigas, das tormentas que as açoitaram e da fraqueza que as fez cair nas mãos de tiranos estrangeiros."

Entre todas as desigualdades de fato que reinavam em 1789, só houve uma que foi seriamente encetada pela Revolução: a desigualdade de estado. A Revolução encetou-a a começar do alto, abolindo a distinção entre a nobreza e o povo. Mas essa abolição deixou intocada a diferença de consideração que se prende à diversidade de situações no seio do Terceiro Estado.

Após isso o esforço foi dirigido para as formas de tratamento. A substituição das maneiras tão diversas de tratar as pessoas

---

[1] Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. "Dixième époque. Des progrès futurs de l'esprit humain", escrito em 1793.

colocadas em posição diferente pelo tratamento uniforme "cidadão" representou uma mudança cuja importância dificilmente pode ser avaliada hoje em dia.

Essa forma contrariava tanto os sentimentos da época que não poderia subsistir depois de finda a Revolução. Hoje em dia costumamos usar o tratamento de "senhor", que corresponde ao "cidadão" daquela época. Mas entre o tratamento uniforme de "cidadão" imposto na época revolucionária, e o uso indistinto da forma "senhor", que se impôs gradualmente em nossos dias, houve um longo caminho a percorrer, durante o qual havia uma distinção bem nítida entre os diversos "senhores".

Quanto aos outros gêneros de desigualdade de fato, a Revolução não trouxe qualquer modificação.

No que diz respeito aos camponeses, a Revolução melhorou o patrimônio dos mais abastados, que foram os únicos capazes de participar da compra dos bens nacionais.

Quanto aos proletários, ouçamos um relatório de Lepelletier de Saint-Fargeau, que apresentou um projeto de educação, relatório este que foi lido da tribuna da Convenção, por Robespierre, em 15 de julho de 1793:

> "As revoluções a que assistimos nos últimos três anos fizeram tudo pelas outras classes de cidadãos, mas quase nada pela classe que talvez seja a mais necessitada, pela dos cidadãos proletários, cuja única propriedade consiste em seu trabalho.
>
> O feudalismo foi destruído, mas não o foi em benefício daqueles que nada possuem nos campos libertados.
>
> As contribuições são repartidas de forma justa; mas, em virtude da sua própria pobreza, esses homens estão praticamente fora do alcance da obrigação; portanto, quase não sentem o alívio que isso representa.
>
> A igualdade civil foi restabelecida, mas falta-lhes a instrução e a educação: suportam todo o peso do título de cidadão, mas terão realmente aptidões para usufruir as honras que o cidadão pode pretender?
>
> Até aqui a abolição da gabela é o único benefício que pode atingi-los, já que a corvéia há muito deixou de existir, e por algum tempo sofreram com a carestia dos gêneros, causada pelo estado de torpor que se verifica no trabalho e pela agitação que constitui um acessório inseparável das tempestades políticas."

Assim, a Revolução nada fez pela redução da desigualdade na ordem das aquisições; na ordem do patrimônio apenas beneficiou uma minoria; e, após ela, assistir-se-ia à generalização de uma forma de desigualdade por subordinação: o salariado. São esses os problemas que ocuparão as gerações seguintes. E exaltarão os ânimos, ainda mais que a linguagem da igualdade, mais aperfeiçoada, tornou o fato mais chocante.

Babeuf

Para melhor sentirmos as dificuldades do problema, deveremos examinar os remédios propostos por dois homens bem diferentes que dele se ocuparam ainda ao tempo da Revolução.

Violando a ordem cronológica, falaremos de Babeuf antes de Condorcet. Por quê? Porque o pensamento de Babeuf é muito mais simples.

Reunir as propriedades em uma só mão, colocar os produtos num depósito único, distribuir os meios de consumo em conformidade com uma só regra, são estes os princípios do "fragmento de um projeto de decreto econômico" do qual podemos ter conhecimento graças a Buonarroti (*Conspiration pour l'égalité, dite de Babeuf,* 2 vols., Bruxelas, 1828, t. II, pp. 305 s.).

O documento é interessante sob diversos aspectos. De início, uma vez que se trata de construir a "grande comunidade nacional", todos os dispositivos práticos deixam a gestão a cargo da "administração municipal"; assim, o poder ilimitado sobre os indivíduos, resultante do sistema da comunhão de bens e da direção dos trabalhos, cabe somente aos magistrados imediatos, que se encontram mais próximos dos interessados e mais facilmente podem ser controlados por estes. Temos aí um ponto de grande importância.

Por outro lado, é a "administração pública" que "aplicará nos trabalhos da comunidade nacional o uso de máquinas e de procedimentos destinados a diminuir a fadiga dos homens" (artigo 8.º), e é ela que ordenará "o deslocamento dos trabalhadores de uma comuna para outra, depois de conhecer os recursos e as necessidades de cada uma" (artigo 10).

Tal qual no sistema de Thomas More, os indivíduos não poderão deslocar-se sem autorização: "Os membros da comunidade só poderão receber a ração comum no distrito em que sejam domiciliados, salvo nos casos de deslocamento autorizados pela administração" (artigo 6.º do título "Distribuição"). Esse título ainda contém o seguinte dispositivo: "Em cada comuna haverá um ma-

gistrado incumbido de distribuir a domicílio, aos membros da comunidade nacional, os produtos da agricultura e das artes" (artigo 8.º). De passagem queremos mencionar que Cabet prevê em seu *Icarie* que cada casa seja provida de um nicho onde a administração fará depositar todas as manhãs um cesto com os alimentos do dia, desde que um outro cesto vazio seja entregue para voltar cheio no dia seguinte.

Vemos que se trata de um sistema de disciplina e de uniformidade calcado, no conjunto, sobre as comunidades monásticas da Idade Média, mas especialmente sobre o sistema cluniacense. Babeuf foi um homem de coração grande que inspira simpatia, mas é difícil encontrar em seus projetos qualquer estímulo intelectual. Existe um contraste vivo com Fourier, que formula o problema psicológico: "O que se deve fazer para que o clima de uma associação de produtores não seja sufocante?"

Na minha opinião não se pode afirmar que Babeuf seja um precursor de Marx, pois o que mais distingue este último dos outros pensadores socialistas é o fato de que expõe claramente o movimento de transformação econômica de seu tempo, enquanto o sistema de Babeuf se inspira no passado monástico.

Condorcet

Ao contrário do pensamento de Babeuf, o de Condorcet situa-se dentro do movimento da época. Trata-se de um cientista, que começa por expor o problema que pretende abordar. De início, enumera as causas das desigualdades de fato:

> "Essas diferenças são devidas a três causas principais: a desigualdade das riquezas; a desigualdade de estado entre aqueles cujos meios de subsistência, garantidos por si mesmos, se transmitem à sua família, e aqueles cujos meios de subsistência dependem da duração de sua vida, ou melhor, da parte da vida em que o indivíduo é capaz para o trabalho; e, por fim, a desigualdade de instrução.
>
> Torna-se necessário mostrar, portanto, que essas três espécies de desigualdade real deverão diminuir continuamente, sem contudo se aniquilarem, pois representam causas naturais e necessárias que seria absurdo e perigoso tentar destruir; e, na verdade, não se pode tentar fazer desaparecer inteiramente os seus efeitos sem abrir as fontes mais pode-

rosas de desigualdades, sem cometer os atentados mais diretos e mais funestos aos direitos dos homens."

É provável que, nesta última frase, Condorcet tivesse em vista o grau de autoridade política que se tornaria necessário para estabelecer e manter uma igualdade estrita.

Vejamos agora quais os meios de atenuação gradual que Condorcet tinha em mente. Ao que parece, revela-se bastante otimista em relação ao primeiro ponto, que diz respeito à atenuação das desigualdades de fortuna:

> "É fácil provar que as fortunas tendem naturalmente para a igualdade, e que a desproporção excessiva entre elas não pode existir, ou deverá cessar prontamente se as leis civis não a criarem através de meios artificiais de perpetuá-las e reuni-las; se a liberdade do comércio e da indústria faz desaparecer a vantagem que toda lei proibitiva, todo direito fiscal representa para a riqueza já adquirida; se os impostos sobre as convenções, as restrições opostas à sua liberdade, a sua submissão a formalidades embaraçosas, enfim a incerteza e as despesas necessárias para conseguir a sua execução não estorvassem a atividade do pobre e devorassem os seus escassos capitais..."

Ao que parece, neste passo Condorcet confia na livre concorrência para manter uma economia de pequenas empresas. Hoje em dia já não mereceria crédito neste ponto. Completemos o parágrafo, já que a oração seguinte não é destituída de interesse:

> "Se a administração pública deixar de abrir a certos homens os mananciais abundantes da opulência, que permanecem fechados para o resto dos cidadãos."

Sem dúvida nesta passagem estava pensando nos favores tributários antes que nas encomendas do poder público ou nos promotores de empreendimentos.

Um parágrafo distinto, encontrado em outro trecho, prefigura as idéias dos saint-simonianos sobre o crédito:

> "Apresentaremos outros meios de assegurar essa igualdade; podemos impedir que o crédito continue a ser um privilégio ligado exclusivamente às grandes fortunas, ou então podemos tornar o progresso da indústria e da atividade co-

mercial menos dependente das grandes fortunas, e será mais uma vez a aplicação do cálculo (das probabilidades) que proporcionará esses meios."

Passemos ao segundo ponto, que é a atenuação da diferença ou, mais precisamente, do contraste existente entre aquele que vive de uma renda do capital e aquele que vive de seu trabalho atual.

Os seguros sociais

Condorcet mostra que, no caso do trabalhador, os recursos da família dependem "da vida, e mesmo da saúde do chefe de família":

> "Trata-se, de certa maneira, de uma riqueza vitalícia, ou até mais dependente do acaso; disso resulta uma diferença muito real entre esta classe de homem e aquela cujos recursos não estão sujeitos aos mesmos riscos, isso porque a renda de uma terra ou o juro de um capital quase independente da capacidade que possuem atende a suas necessidades."

É a diferença entre a segurança do que vive dos frutos quotidianos de seu trabalho e o que vive da renda de um capital:

> "Existe, portanto, uma causa necessária de desigualdade, de dependência e mesmo de miséria, que constitui uma ameaça permanente à classe mais numerosa e mais ativa de nossa sociedade."

Como remediar a situação? Condorcet é, pelo que sei, a primeira pessoa que expõe o princípio da previdência social:

> "Mostraremos que para destruir a mesma [essa causa] devemos opor o acaso ao acaso, garantindo à pessoa que chega à velhice um seguro resultante do produto de suas poupanças, aumentado dos recursos propiciados pelos indivíduos que, tendo feito o mesmo sacrifício, morreram antes que chegasse o momento em que se torna necessário recolher os respectivos frutos; devemos ainda proporcionar, por meio de uma compensação semelhante, às mulheres e às

crianças, no momento em que perdem o marido ou o pai, uma fonte de recursos igual e adquirida ao mesmo preço, fonte esta que se destina tanto às famílias atingidas por uma morte prematura como àquelas que conservam seu chefe por muito tempo; por fim, devemos *proporcionar aos filhos* que atingem a idade de trabalhar por conta própria e fundar uma família *a vantagem de um capital necessário ao desenvolvimento de sua capacidade,* capital este que será acrescido à custa daqueles que a morte prematura impediu de chegar a esse ponto.

Será à aplicação do cálculo das probabilidades da vida, à colocação do dinheiro, que devemos a idéia do emprego desses meios, já aplicados com êxito, sem que todavia essa aplicação jamais tenha assumido a extensão e a variedade de formas que a tornariam verdadeiramente útil, não apenas a alguns indivíduos, mas a toda a massa da sociedade, que ficaria livre da ruína periódica de grande número de famílias, ruína esta que representa uma fonte perene de corrupção e miséria.

Mostraremos que esses estabelecimentos, que poderiam ser formados em nome do poder público e transformar-se num dos seus maiores benefícios, também poderiam ser criados por associações particulares que se constituiriam sem o menor risco, já que os princípios segundo os quais esses estabelecimentos deveriam ser organizados se terão tornado muito populares, e os erros que destruíram muitas dessas associações deixarão de representar uma ameaça para elas."

A instrução

Por maior que seja a função igualizadora que Condorcet atribui à instrução, não me demorarei nesse ponto, já que nessa área suas idéias não se revestem da originalidade surpreendente que encontramos no ponto precedente. Por isso limitar-me-ei a citar o que esse autor entende pela igualdade da *instrução:*

"Dali em diante os habitantes de um mesmo país, que já não estarão separados pelo uso de uma linguagem mais grosseira ou mais depurada, também se poderão governar por seus próprios conhecimentos, e já não ficarão restritos ao conhecimento automático dos procedimentos de uma arte

ou da rotina de uma profissão; já não dependerão, seja para os menores trabalhos, seja para adquirir um mínimo de instrução, de homens capazes que os governem em virtude de uma ascendência necessária. Dali deverá resultar uma igualdade real, já que a diferença dos conhecimentos ou dos talentos não mais poderá erguer uma barreira entre os homens cujos sentimentos, cujas idéias e cuja linguagem permitem um entendimento mútuo. Diante disso, alguns deles poderão ter o desejo de ser instruídos pelos outros, mas já não terão necessidade de ser conduzidos por eles; poderão incumbir os mais esclarecidos da tarefa de governá-los, mas não estarão a abandonar-se em suas mãos com uma confiança cega."

Limitar-me-ei a uma observação. Nessa área, tal como já vimos em relação à evolução econômica, Condorcet manifesta um extremo otimismo, que faz crescer nosso respeito por seu caráter, em face das circunstâncias em que escreveu.

Tinha certeza de que "a instrução bem orientada corrige a desigualdade natural das faculdades em vez de fortalecê-la". Se realmente é assim, então ainda não teremos descoberto em lugar algum do mundo o segredo de uma 'instrução bem orientada". Na verdade, se o mérito de uma instrução igualitária consiste em remediar as outras causas sociais de desigualdade, ela faz surgir grandes diferenças entre os que dela se beneficiam, diferenças estas sobre as quais acaba de se fundar a nova estratificação iniqualitária dos nossos tempos, que Michael Young batizou com o nome de "meritocracia". (M. Young, *The Rise of the Meritocracy*, Londres, 1958. Edição francesa Sedeis, posteriormente Hachette Littérature).

"A carreira aberta aos talentos"

Nas preocupações relativas à igualdade de fato, dois temas misturam-se constantemente: uma revolta do coração contra a desigualdade constatada e uma revolta do espírito contra a desigualdade injustificada. É revoltante para o espírito que Primus esteja bem colocado dentro da sociedade à qual serve mal, enquanto Secundus, que talvez a sirva muito melhor, está mal colocado. No fundo, essa revolta do espírito, que assume a linguagem da igualdade, inspira-se no anseio de uma proporcionalidade justa e útil. Essa revolta está bem viva no século XVIII; é traduzida em lin-

guagem vigorosa por Saint-Simon e ilustrada por Julien Sorel: "A carreira aberta aos talentos, a classificação segundo as capacidades, a cada um segundo seu trabalho" são frases que constituem suas máximas naturais.

Stalin deu o nome de "igualitarismo sentimental" e "igualitarismo pequeno-burguês" à revolta do coração contra a diferença de situações, independentemente da capacidade e do trabalho. É digno de nota que num mesmo país, no correr do tempo, essa revolta do coração parece relativamente fraca quando os indivíduos mal colocados são muito miseráveis, e parece ganhar força à medida que sua situação melhora. Se isso é verdade — e não atribuo à proposição o caráter de uma lei cuidadosamente verificada, mas o de uma simples impressão —, não teríamos aí um paradoxo? Este não é tão grande como poderia parecer, já que, à medida que cresce a riqueza social, mais fácil se torna realizar na prática a aproximação dessas condições de fato.

10.

O liberalismo

A Revolução Francesa necessariamente haveria de dar origem a um poder mais forte que aquele que ela havia destruído. É a lei geral das revoluções[1].

No caso que ora nos ocupa torna-se evidente que a destruição das instituições sociais preexistentes, que correspondia à intenção quase universal da época pré-revolucionária, exigia o exercício de um poder mais forte e mais brutal que o poder monárquico da época. Por isso precisava-se, *dentro* da Revolução, de um pulso forte, capaz de liquidar os poderes sociais do clero, da nobreza, das corporações, dos parlamentos etc. Mas, mesmo *após ela,* o fato de terem sido aniquilados esses poderes sociais fez desaparecer a influência limitadora que eles exerciam sobre o poder governamental. Este encontrou o campo livre para expandir-se. E, de certa forma, a falta de organização não governamental representou um apelo para a expansão. Para sermos mais precisos, podemos dizer que o campo livre *permitiu* o advento do poder bonapartista e que a falta de organizações não estatais representou um *apelo* para a ação dos prefeitos.

Naquela situação estavam realizadas não só as condições objetivas para o exercício de um poder muito grande, mas também as condições psicológicas. Quando temos a representação concreta de que um só homem é o Soberano, não podemos admitir que a soberania seja ilimitada, já que sabemos que todo homem pode errar. No entanto, não se pode conceber quaisquer limites a uma soberania que pertence a todos. Seria injusto dizermos que a idéia da soberania popular representa um *apelo* por um poder governamental muito grande, mas é justo que se diga que ela o *autoriza.* Cabe observar que essa idéia nunca foi aceita nos países de língua inglesa.

---

[1] Essa idéia geral foi desenvolvida em meu livro *Du pouvoir,* livro V, cap. XII, sob a fórmula "as revoluções liquidam a fraqueza e geram a força".

Esse contraste entre o pensamento francês e o pensamento inglês sem dúvida está ligado ao contraste bem conhecido entre o empirismo e a lógica formal. Segundo o pensamento inglês, um corpo muito numeroso só pode agir como pessoa por delegação a certas pessoas físicas (*trustees*), ao poder dos quais devem por isso mesmo ser impostos certos limites; já no pensamento francês o corpo *como tal* age como se fosse uma pessoa. Também aqui se chega à conclusão prática de que o corpo coletivo só pode agir por intermédio de pessoas físicas, mas no caso não se julgam necessárias as mesmas precauções para com essas pessoas.

Voltemos, porém, a examinar a faculdade *permissiva* advinda da idéia abstrata da soberania popular[2] e a faculdade *prática* resultante do vácuo de poderes sociais.

O que restava nesse vácuo? O poder de fato dos *proprietários*. É por isso que a doutrina liberal, quando procura limitar o poder governamental, recorre ao sustentáculo que encontra: os proprietários.

Sem dúvida não houve nada que tanto contribuísse para pôr fora de moda o pensamento liberal como a aliança com os proprietários, estabelecida sob a Restauração. Em virtude de tal aliança, esse pensamento foi atingido pela impopularidade cada vez maior da propriedade. Seria interessante investigar em que extensão se tratava de uma aliança *oportunista*, de um *casamento de conveniência.*

É apenas natural que qualquer corrente de pensamento empenhada em limitar o poder governamental procure no campo social os elementos de apoio já existentes. Acontece que no campo social desbastado pela Revolução não havia outro elemento de apoio que não fosse o poder de fato dos proprietários.

Tenho a impressão de que se poderia falar numa cisão interna do liberalismo, já que de um lado o mesmo sente uma repugnância profunda por toda e qualquer discriminação entre os cidadãos, e em conseqüência por qualquer privilégio político da classe dos proprietários, enquanto de outro lado fica ansioso por encontrar elementos de apoio efetivo em sua ação contra o poder governamental, e não consegue encontrar outros a não ser precisamente o poder dos proprietários. Por isso sente-se constantemen-

---

2 Ver a esse respeito o texto famoso de Benjamin Constant, "De la souveraineté du peuple", e as explicações dadas por Paul Bastid na obra *Benjamin Constant et sa doctrine.*

te dividido entre uma aliança de princípio ou de sentimento com os radicais ou democratas, que pretendem dar aplicação integral ao princípio da igualdade dos direitos políticos, e uma aliança prática, ditada pela prudência, com os interesses conservadores ligados à propriedade.

A Restauração é a bela época do liberalismo, já que ele vai lutar pelas liberdades, conforme lhe convém, e nessa luta pode procurar aliados "à sua esquerda", sem que na época essa esquerda represente para ele um perigo iminente de choque com um poder forte e extenso.

Sob a Restauração o estado do poder governamental representa um paradoxo.

Napoleão constituiu um poder muito forte. O aparelho por ele montado mantém-se inalterado sob os Bourbons, mas sofre uma espécie de paralisia. Pela ordem natural das coisas, a Restauração teria de trazer de volta os elementos nostálgicos da ordem social passada (ordem esta que, nesse meio-tempo, havia sofrido uma modificação bastante forte nos espíritos, em virtude de um trabalho de imaginação realizado durante o longo período de emigração, motivo por que assume uma configuração diferente, conforme se vê de uma reconstituição de Viollet-le-Duc). O uso do aparelho napoleônico para trazer de volta qualquer coisa (por mais insignificante que seja) da ordem social passada desacredita esse aparelho aos olhos de todos os herdeiros da Revolução. Em virtude disso, tornou-se fácil reunir uma maioria da opinião pública para bloquear o funcionamento do aparelho. Vale acrescentar que esse bloqueio encontra espíritos coniventes dentro do aparelho, entre os funcionários aos quais repugna a direção que são obrigados a seguir.

Dali resulta um clima geral que causa disparidade enorme entre o potencial do aparelho e sua ação efetiva.

Dessa forma o liberalismo acha-se revestido de grande força. Mas essa força tem origem na presença, à sua direita, de inimigos velhos e fracos. Perderá muito de sua força com o desaparecimento desses inimigos em virtude da revolução de 1830. Dali em diante já não haverá inimigos comuns que lhe assegurem a colaboração dos aliados da esquerda. Passará a assistir ao livre desenvolvimento da campanha por uma verdadeira democracia política, para a qual se inclina seu coração, mas que teme pelo reforço do poder que dela possivelmente há de resultar (e esse temor tem sua razão de ser, conforme revelará a eleição de Luís Napoleão); assistirá ainda ao desenvolvimento da campanha por uma república *social,* para a qual também tende seu coração, mas que também teme em

virtude da enormidade dos poderes que promete objetivamente (e não na consciência dos revolucionários sociais) ao Estado.

Em que pese a importância do assunto, este capítulo é muito breve, já que o tema é bem conhecido.

Foi justamente por causa de sua grande importância que ele estimulou nossos espíritos mais penetrantes, a cujos trabalhos posso tranqüilamente remeter o leitor.

11.

A ascensão do economismo

O século e meio decorrido depois da queda de Napoleão foi assinalado, em certos países, por uma metamorfose dos aspectos materiais da vida. Assim, na França a população exerce ocupações totalmente diferentes das de 1815, e vive de maneira completamente diversa. Na verdade, já não é mais o mesmo povo.

Uma metamorfose dessa amplitude não poderia ter ocorrido em todos os países. Conforme ela se tenha produzido ou não, ou conforme a maior ou menor extensão em que isso ocorreu, os povos costumam ser classificados em "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos". É bastante significativo que essa classificação, de caráter econômico, tenha superado a classificação de caráter político usada ao tempo da Restauração, quando se costumava estabelecer distinção entre países que dispunham ou não de uma Constituição.

A classificação que vem sendo aplicada hoje em dia reflete diferenças objetivas muito pronunciadas entre as condições econômicas de vários povos; além disso, porém, exprime o valor preponderante que atribuímos à vida econômica.

Atualmente não existe nenhum país, seja qual for sua posição na escala das situações econômicas nacionais, em que o progresso da produção não constitua o tema predominante das discussões públicas. Mas não faz muito tempo que isso acontece, a não ser em certos países que hoje são os mais desenvolvidos, e que sem dúvida ocupam tal posição justamente porque neles essa preocupação é muito antiga. Além disso, mesmo nos países em que a atenção que o público dedica aos aspectos materiais da vida é "antiga", ela só data de algumas gerações. Se designarmos essa orientação da atenção pública para os aspetos materiais da existência pelo nome de *economismo,* seremos levados a dizer que o economismo teve seu primeiro impulso no século XVIII, expandiu-se no século XIX e passou a dominar no século XX.

Objeto do estudo

O estudo que iremos empreender neste passo terá por objeto a ligação entre as idéias políticas e as mudanças econômicas. Essas mudanças, que sofreram uma aceleração progressiva e são tão ricas em conseqüências sociais geradoras de problemas políticos, apresentam-se, em seus próprios princípios, sob dois aspectos, um material e outro psicológico.

O aspecto material consiste na sucessão das inovações em matéria de produção, que se oferecem mais facilmente a nossa apreciação sob a forma do crescimento em número e em variedade de uma *nova fauna* terrestre: a fauna das máquinas.

Realmente, as máquinas formam uma população nova, cuja diversidade em nossos dias não é menor que a da população animal do globo. Depois de o homem se ter inserido, com um êxito maior ou menor, dentro de diversas sociedades, no complexo ecológico baseado nos ciclos da natureza, formando populações vegetais e animais, ele acrescentou a esse complexo ecológico uma nova população, a das máquinas, e essa população trouxe uma profunda subversão ao meio ambiente.

Deveríamos dizer algo sobre esse aspecto material, mas nossa exposição só poderia ser bastante resumida, já que a história da economia e da tecnologia não se enquadra no objeto de nosso estudo.

O que se torna essencial é o aspecto psicológico das mudanças econômicas. E, neste ponto, não me refiro às conseqüências psicológicas dessas mudanças. Sem dúvida essas conseqüências pertencem ao objeto de nosso estudo, mas ainda não chegou o momento de nos dedicarmos às mesmas. O que nos importa antes de mais nada é a faceta psicológica das mudanças econômicas; não o clima que *será* criado por elas, mas o clima *dentro* do qual se produzem, o que permite ou favorece sua ocorrência.

Sem dúvida havia necessidade de um clima psicológico propício para que as modificações no sistema produtivo tivessem seu primeiro impulso em dado momento e num certo país, e não alhures e numa data anterior. A industrialização, que tão rapidamente se expandiu e produziu uma transformação fundamental na sociedade, não é um fenômeno que "caminha por si", conforme se depreende do exemplo da China, onde esse fenômeno ainda não ocorreu, muito embora esse país tivesse uma vantagem de vários séculos sobre a Europa, tanto em matéria de civilização como no

campo das invenções práticas, cuja aplicação todavia ainda se mantém dentro de limites muito restritos[1].

Uma inversão de valores

Nietzsche preconizou uma"transmutação de valores". Seja lá o que o filósofo tinha em mente, o fato é que a expressão se aplica perfeitamente a um fenômeno já ocorrido no mundo ocidental antes que ele se pusesse a escrever.

Se hoje em dia lemos o panfleto em que Henri de Saint-Simon aborda o contraste entre as *abelhas* e os *zangões*[2] e exige que a sociedade seja organizada *para* e dirigida *pelas* abelhas, e ainda que os zangões sejam transformados em abelhas, ele fala uma linguagem que nos soa natural e nos parece corriqueira.

Todavia, neste ponto o autor se fez de arauto de uma inversão dos valores tradicionais da sociedade européia, valores estes herdados da sociedade greco-romana, e que seriam encontrados de forma análoga nas outras grandes civilizações.

No âmbito da psicologia, todos concordaram com o delineamento das tarefas que têm por fim a satisfação das necessidades materiais e, no âmbito social, com a cessação do domínio de uma minoria privilegiada, levada a efeito para esse mesmo fim.

A justificação de Engels

Talvez o leitor se espante ao descobrir que na obra de Friedrich Engels se encontra uma justificação racional da situação dos privilegiados:

> "Só a escravidão tornou possível a divisão do trabalho entre a agricultura e a indústria, em escala ampla, e por via dela o desabrochar do mundo antigo no helenismo. Sem a escravidão não teria havido o Estado grego, não teriam havido a arte e a ciência grega; sem a escravidão não teria nascido

---

1 Sobre esse assunto, veja-se a obra magistral de Joseph Needham, *Science and Civilization in China*, 5 vols., publicada depois de 1954 pela Cambridge University Press.

2 *Sur la querelle des abeilles et des frelons, ou sur la situation respective des producteurs et des consommateurs non-producteurs*, extrato do fascículo 11 de *Politique*, brochura de 23 páginas *in*-8.°, publicada em abril de 1819; *in* edição Anthropos das *Œuvres*, t. II, vol. 3, pp. 211 s.

o Império Romano. E sem a base representada pelo helenismo e pelo Império Romano não teria surgido a Europa moderna. Nunca nos devemos esquecer de que todo o nosso desenvolvimento econômico, político e intelectual teve como condição indispensável um Estado em que a escravidão tanto era necessária como geralmente admitida. Nesse sentido, podemos com razão dizer: sem a escravidão antiga não haveria o socialismo moderno.

É fácil deblaterar contra a escravidão e outras coisas do mesmo gênero por meio de fórmulas gerais e derramar uma sublime indignação moral contra tamanha ignomínia. Mas é pena que não se diga com a mesma paixão aquilo que todos sabem perfeitamente: que essas instituições antigas não correspondem à situação presente e aos nossos sentimentos determinados por essa situação. Mas com isso não se diz uma palavra que nos esclareça sobre a origem das instituições, os motivos pelos quais foram mantidas e as funções que desempenharam no curso da história. Se estudarmos a questão mais de perto, seremos obrigados a dizer, por mais contraditória e herética que possa parecer a afirmação, que, nas circunstâncias em que foi levada a efeito, a introdução da escravidão representou um grande progresso. É bom que se saiba de uma vez por todas que a humanidade é obrigada a lançar mão de meios bárbaros e mesmo animalescos para sair da barbárie. As comunidades antigas, nos lugares em que subsistiram, constituíram depois de milhares de anos a base do sistema político mais rude, do despotismo oriental, do regime da Índia e da Rússia. Foi só nos lugares em que elas se dissolveram que os povos realizaram eles mesmos o progresso. E seu primeiro progresso econômico consistiu no aumento e no aperfeiçoamento da produção por meio do trabalho servil.

É evidente: enquanto o trabalho do homem era pouco produtivo e proporcionava muito pouco além dos objetos necessários à existência, o aumento das forças produtivas, a expansão do comércio, o desenvolvimento do Estado e do direito, a criação das artes e das ciências só se tornavam possível por meio de uma divisão muito ampla do trabalho. Essa divisão deveria ter por base a grande divisão do trabalho entre as massas ocupadas nos simples trabalhos manuais e o pequeno número de pessoas privilegiadas que se dedicavam à direção do trabalho, ao comércio, aos negócios públicos, e que mais tarde passariam a ocupar-se com as

> artes e as ciências. A forma primitiva e mais simples de divisão do trabalho foi precisamente a escravidão[3]."

Talvez haja quem acredite — é o meu caso — que neste passo Engels se mostra bastante inspirado no tema hegeliano da necessidade racional de tudo o que já foi. Mas esse texto comporta um estudo mais amplo de nossa parte.

O papel das classes privilegiadas

Esse ponto é mais claramente evidenciado pelo trecho que dá seguimento ao texto:

> "Nesta oportunidade, cabe acrescentar que até a época atual os antagonismos históricos entre as classes exploradoras e as classes exploradas, entre as classes dominantes e as classes oprimidas explicam-se todos eles pela mesma falta de desenvolvimento relativo da produtividade do trabalho humano. Sempre que a população que exerce um trabalho material fica tão ocupada em obter o indispensável que não lhe resta nenhum tempo para dedicar-se aos negócios comuns da sociedade (direção do trabalho, negócios públicos, assuntos jurídicos, artes, ciências etc.), torna-se necessário que exista uma classe especial, libertada do trabalho material, que se ocupe com esses assuntos; e, ao proceder assim, essa classe nunca deixou de impor às classes trabalhadoras, em seu próprio benefício, uma carga de trabalho cada vez mais pesada.
>
> É só com o aumento tremendo das forças produtivas, alcançado graças à grande indústria, que se torna possível repartir o trabalho entre todos os membros da sociedade, sem exceção, e dessa forma restringir o tempo de trabalho de cada um de forma tal que todos tenham bastante tempo livre para participar dos assuntos gerais — tanto teóricos como práticos — da sociedade. Portanto, foi só em nossos dias que toda a classe dominante e exploradora se tornou supérflua, chegando mesmo a transformar-se num obstáculo à evolução da sociedade."

A produtividade do trabalho constitui o conceito central desses textos. Quando pequena, torna-se necessário, para que possa haver

[3] F. Engels, *Anti-Dühring, in* edição francesa Molitor. t. II, pp. 66 e 68.

civilização, que uma fração grande de uma soma pequena de produtos seja destinada a uma minoria libertada do trabalho material. É só com o progresso da produtividade que se torna possível libertar das preocupações materias, não mais *um pequeno número de homens por todo o tempo, mas o grande número por boa parte do tempo.*

Pois bem. Parece que, segundo esse raciocínio, a elite libertada do trabalho contribui ou não para a evolução social, conforme contribua ou deixe de contribuir para o aumento da produtividade. Será que essa contribuição é prestada em virtude de uma propensão natural? Engels insinua que sim, já que em duas oportunidades afirma que a classe privilegiada exerce a *direção do trabalho;* de outro lado o nega, já que para ele o aumento das forças produtivas só teve início com a aparição da grande indústria.

Parece que há um erro histórico em atribuir a *direção do trabalho* a todas as elites do passado, que por certo não a exerceram: é só no mundo moderno que uma elite própria assume essa direção.

O grande contraste entre as civilizações antigas e a civilização moderna consiste no fato de que nas primeiras as elites estavam *libertadas* do trabalho, não só *material,* mas também *intelectual,* enquanto as elites modernas estão engajadas no trabalho, pelo espírito e pela ação.

A moral das classes dirigentes

Ao falar na moral das classes dirigentes, não pretendo discutir seus costumes efetivos, mas a idéia que as mesmas fazem do dever, a imagem ideal da conduta por elas criada. Permanecer muito aquém do modelo ideal é nosso destino comum, mas o conhecimento do modelo sempre é esclarecedor.

As elites do passado não "faltaram ao dever" de organizar o trabalho do maior número possível de pessoas a bem do progresso geral: nem sequer tinham a noção de tal dever. Providas do que precisavam para satisfazer suas necessidades materiais e, portanto, libertadas dos trabalhos materiais, sentiam-se livres para o desempenho de atividades *totalmente diversas,* como a guerra, a administração, a justiça, as orações, o ensino moral ou intelectual. Se pusessem os olhos nos trabalhos materiais dos quais suas mãos estavam libertas, elas se voltariam de certa forma, como fez a esposa de Lot, para o quadro do qual deviam afastar-se.

Talvez possamos ver algo de significativo na epístola XC de Sêneca, onde o filósofo recusa com grande indignação a homenagem que um sábio sírio, Possidônio, pretendia prestar à filosofia através de certas invenções que representavam um progresso na arte da vida quotidiana. Aludindo à calefação central, à estenografia e a outros inventos, Sêneca exclamou: "Trata-se de invenções dos mais vis dos escravos! A sabedoria pertence a outro nível: guia a alma, não a mão."

Só mesmo a caridade cristã fez com que a sabedoria fosse empregada para guiar a mão (Cluny, o Paraguai etc.), mas a atitude da classe dominante na ordem temporal continuou a inspirar-se no modelo antigo. Ora, parece que, de acordo com o modelo antigo o homem livre deve mostrar-se desligado de tudo que diga respeito à área das preocupações materiais: não se deve mostrar *nem materialmente ocupado, nem psicologicamente preocupado.*

A separação do político e do econômico

Um dos principais filósofos políticos vivos em nossos dias, Hannah Arendt (*The Human Condition*, Chicago, 1958) assevera que uma das maiores indecências que alguém podia cometer na cidade grega consistia em levar para a praça pública as preocupações ligadas às necessidades materiais e às atividades necessárias para satisfazê-las.

Hannah Arendt lembra que o termo que designa o interior da casa (*mégaron*) está associado à obscuridade zelosamente guardada em todas as habitações mediterrâneas, que contrasta com a luz ofuscante da praça pública. O contraste é usado de forma feliz para deixar claro que tudo o que se liga à área das necessidades pessoais deve permanecer na penumbra doméstica, a fim de que o cidadão compareça à ágora com o espírito livre de preocupações materiais.

Ele se conduz como um homem livre justamente porque deixa para trás todas as preocupações, e por isso na praça pública não importa que o cidadão seja de uma casa rica ou pobre, visto que ali não se trata desses aspectos.

A imagem de Hannah Arendt é oferecida para que possamos sentir o contraste que representa a discussão pública moderna, alimentada por todas as preocupações materiais que, segundo assevera essa escritora, costumavam permanecer na obscuridade familiar, mas hoje são espalhadas pela praça.

Evidentemente, Hannah Arendt aprecia e propõe à nossa admiração esse tipo de purificação por via do qual, da casa habitada por um *homem*, sai um *cidadão*. E sai para a única forma de "vida boa", que é a vida pública, para a qual a vida doméstica representa apenas o apoio necessário. Não existe outra distinção que não seja o desempenho público; infeliz é o escravo, mesmo que possa enriquecer, porque a vida pública lhe é interditada. Ela não o é para o cidadão pobre, mas a pobreza, no dizer de Demóstenes, pode obrigar o homem a fazer coisas baixas e servis. Por isso precisa-se de maior soma de virtudes para ser cidadão, sendo pobre, do que para sê-lo quando se está apoiado na riqueza. O ascetismo ou a fortuna, que constituem dois meios de elevar-se acima das necessidades, representam as marcas características do homem livre.

Bonald

Hannah Arendt apontou-nos como distintas a atitude política e a atitude econômica, e marcou sua separação por meio de uma divisão no espaço: o econômico situa-se dentro da casa, o político na praça pública. Bonald atém-se ao mesmo contraste, embora o licalize no tempo: uma família passa do *estado privado,* onde se dedica à aquisição de riquezas, ao *estado público,* onde esse objetivo lhe é proibido. E essa passagem honrosa, diz ele, confere à aquisição das riquezas uma finalidade mais elevada que a própria riqueza.

> "Certos escritores acreditaram dar mostras de seu espírito filosófico ao investirem contra a concessão dos títulos nobiliárquicos à custa do dinheiro. Todavia, não há nada que seja mais natural ou mais razoável. No estado privado, a família deve enriquecer-se pelo trabalho, que constitui a primeira condição do homem. Uma vez alcançado o serviço do Estado, vale dizer, atingida a condição de nobre, ela não deve fazer outra coisa a não ser *servir.* Toda profissão estranha aos deveres do serviço público, que lhe faz perder o espírito de sua profissão ou o tempo de que dispõe para seus misteres, deve ser proibida a essa família. A família nobre pode não servir em dado momento, mas deve permanecer constantemente à disposição da sociedade..." ("Considérations sur la noblesse", 1815, *Œuvres,* ed. Migne, t. II, col. 673).

Citemos ainda as reflexões que Bonald dedicaria ao mesmo assunto dali a três anos (1818), na obra *Observations sur l'ouvrage de M.me de Staël:*

"A tendência natural de todos os homens e de todas as famílias, que constiui o princípio de toda emulação e de toda indústria, é elevar-se, ou seja, sair de seu estado para passar a um estado que lhe pareça melhor, e trocar um *ofício* que ocupa o corpo por uma *profissão* que exercita a inteligência. No linguajar das paixões, elevar-se significa adquirir riquezas e meios de dominar os outros. Elevar-se, na linguagem moral da política, significa *servir* — servir o público nas profissões públicas da justiça e da força. E essa acepção sublime da palavra *servir,* que se tornou usual em todas línguas da Europa cristã, teve sua origem nesta passagem do Evangelho: *"Que aquele que deseja estar colocado acima dos outros seja apenas o seu servo."* (Mateus, XXIII, 2).

Assim a Constituição diz a todas as famílias privadas: Quando tiverdes cumprido vosso destino no interior da sociedade doméstica, destino este que consiste em adquirir a independência da propriedade por meio de um trabalho legítimo e por meio da ordem e da economia; quando dessa forma tiverdes adquirido o bastante para não precisardes dos outros, e para que possais servir o Estado à vossa custa e à custa dos vossos rendimentos e, se preciso for, à custa do vosso capital, então a maior honra a que podereis aspirar consistirá em passar à classe dos homens especialmente dedicados ao serviço do Estado; e dali em diante sereis capazes de desempenhar todas as funções políticas.

Assim, uma família que reuniu fortuna suficiente compra um cargo, geralmente de judicatura, às vezes de administração; e dessa forma o exercício das profissões mais graves e mais sérias representa um prelúdio da carreira pública."

Um pouco adiante Bonald diz:

"A família que se tornou nobre — e muitas vezes isso acontece um pouco cedo, antes que ela tenha amealhado uma fortuna que lhe garanta a necessária independência — renuncia, tal qual faziam os antigos, a toda profissão lucrativa. Não sei se esse procedimento é muito liberal, mas posso ga-

rantir que é muito filosófico, muito moral e, sobretudo, muito político.

Sem dúvida não há nada mais moral que uma instituição que, sem constrangimento e por motivos dos mais honrosos, oferece um exemplo, que pode ser chamado de moral e público, de desinteresse aos homens devorados pela sede do dinheiro, e isso no seio de uma sociedade em que essa paixão é uma causa fecunda de injustiças e prevaricações. E não há nada mais político que deter, por um meio ao mesmo tempo poderoso e voluntário, inspirado na honra, o crescimento imoderado das riquezas nas mesmas mãos." (*Œuvres*, ed. Migne, t. II).

Esses textos são interessantes sob vários aspectos[4]; mas neles nos fixaremos exclusivamente na oposição entre as atividades econômicas e políticas, sua incompatibilidade e a inferioridade acentuada das primeiras. Mais uma vez temos diante de nós o sistema antigo de valores, e Bonald não vê nenhum inconveniente em selecionar aqueles que demonstraram suas qualidades de líderes econômicos, para retirá-los dessa função e empregá-los em objetivos totalmente diversos. Todavia, já em 1754 o abade Coyer causou alvoroço com um artigo publicado no *Mercure*, intitulado "La noblesse commerçante", onde alinha razões pelas quais a seu ver o comércio não mais deveria ser proibido à nobreza.

[4] No que diz respeito à abertura da classe, à transmutação da riqueza em nobreza, Bonald prova ser excelente sociólogo. Quanto ao comportamento efetivo da classe, idealizava-a tanto quanto Saint-Simon dela nos traça a caricatura; e os dois freqüentaram ambientes muito diferentes: o de Saint-Simon era formado por uma nobreza de ociosos, o de Bonald por uma nobreza de funcionários.

É interessante notar que, ao enfeitar o quadro do passado, Bonald de certa forma prefigura o futuro. É o que se pode observar, com alguma dose de imaginação, num artigo de sua autoria publicado no *Rénovateur* (6 de outubro de 1832), intitulado "Considérations sur l'aristocracie et la noblesse", onde o vemos repelir a aristocracia, que é "participação hereditária no poder legislativo", para exaltar a nobreza, que é "serviço hereditário do poder executivo". Segundo diz, a aristocracia participa do poder e a nobreza o serve... Por isso, o par ou o aristocrata podem dizer *minha dignidade;* o magistrado e o militar dizem *meu serviço.* Falando em termos sociológicos, sem nos atermos aos princípios abstratos, podemos perfeitamente dizer que hoje mesmo existem famílias dedicadas ao serviço público.

O contraste com a América

A nítida inferioridade dos trabalhos ligados às necessidades materiais constitui um sentimento profundamente enraizado em todas as civilizações antigas. Trata-se de um sentimento que mereceria um exame mais detido.

Ainda hoje esse sentimento é bastante forte. Desde o momento em que, nos países que costumam ser chamados de "subdesenvolvidos", não só os economistas, mas também os sociólogos se ocuparam com o "problema do desenvolvimento", esse sentimento passou a atuar como uma força obstrutiva muito vigorosa.

Notou-se que nesses países os estabelecimentos de ensino econômico ou técnico não supriram, através de seus diplomados, os quadros da vida econômica na medida em que seria desejável. Como nesses países o diploma é considerado um meio de alcançar prestígio social, seu portador prefere aplicar o prestígio dele resultante para conquistar uma posição política, e por isso na maioria das vezes não usa sua qualificação para exercer uma função econômica. Dessa forma, a qualificação econômica sofre um desvio a favor da qualificação política.

Os Estados Unidos oferecem um contraste singular em relação a essa atitude generalizada. Ao que parece, nesse país as funções puramente econômicas mereceram a maior consideração, desde a época em que ali se fixaram os primeiros imigrantes. Terá sido assim em virtude de circunstâncias peculiares, de natureza geográfica, histórica ou religiosa (o tema da ética protestante de Max Weber)? Nosso problema não é esse. Mas o fato deve ser assinalado, ainda mais que existe certa analogia entre o que se encontra nos Estados Unidos e aquilo que é preconizado por Saint-Simon.

O início da política econômica

Mas voltemos primeiro à Europa antiga. Sem dúvida há muito tempo pelo menos alguns monarcas se preocuparam com a política econômica. Cabe ressaltar que tal preocupação se dirigia a objetivos políticos.

As repúblicas italianas utilizaram nas guerras exércitos desproporcionais em relação à população. Como puderam fazê-lo? Suas atividades industriais e comerciais fizeram afluir para seus territórios metais preciosos que lhes permitiram ter a seu soldo

exércitos numerosos. Basta lembrar que na época cada exército costumava marchar com um carregamento de dinheiro destinado ao pagamento do soldo para que se conclua que o acúmulo de recursos monetários constituía requisito de toda empresa militar; e podemos evocar o exemplo de Carlos VIII, que, antes de sua marcha para a Itália, esperou que lhe chegassem às mãos as quantias de que precisavam seus aliados italianos.

Os reis compreenderam, então que, para dispor de uma massa de manobra militar, precisavam de uma massa de manobra monetária. Aquilo que costumava ser chamado de "tesouro de poupança" constituía uma preocupação constante. Qual era o meio de atrair a moeda metálica ao país? O saldo favorável da balança comercial. O que se deveria fazer para conseguir esse saldo? Prover o país de indústrias cujos produtos, em primeiro lugar, serviriam de substitutos às importações onerosas e, em segundo lugar, constituiriam objetos de exportações.

Assim, a implantação da indústria da seda concorreria para as metas de poder em escala não menor que a da artilharia. O "parque monetário" fazia parte do arsenal militar.

Dessa forma não é de espantar que o motivo político tenha desempenhado um papel tão importante na atenção que em outros tempos se dedicava ao desenvolvimento industrial, visto que hoje em dia esse papel ainda é importante, conforme se vê na distribuição dos subsídios destinados à pesquisa e ao desenvolvimento. A diferença entre o passado e o presente consiste no fato de que antigamente o poder político representava o objetivo principal, enquanto hoje constitui um objetivo acessório.

Roma e Cartago

Na verdade, pelo menos na Europa continental a valorização social da indústria é devida em grande parte à experiência da guerra de 23 anos travada pela França revolucionária e imperial.

Na França essa guerra foi concebida desde logo — e continuou a sê-lo — com a luta de Roma contra Cartago. Os exércitos francesses combateram em diversos momentos, em vários teatros de operações, contra diferentes exércitos estrangeiros. O que é que todos esses inimigos tinham em comum? Pelo que se viu, a instigação e o apoio financeiro da Inglaterra.

Os inimigos renasceriam sem cessar enquanto a Inglaterra não fosse arruinada. Foi esse o objetivo do "sistema repulsivo" que deveria proibir as mercadorias inglesas em toda a Europa e dessa

forma secar as fontes de suprimento do tesouro de guerra inglês. E foi para afastar cada vez mais as barreiras alfandegárias que se tornou necessário avançar ininterruptamente na Europa, com o que se excitaram contra nós os sentimentos nacionais.

No fim, foi a França que sucumbiu: Cartago derrubou Roma, para continuarmos fiéis à imagem que povoou a mente dos franceses. Disso resultou, não só na França, mas em toda a Europa, um aumento considerável do prestígio político da indústria.

Esse tema empolgou continuamente os funcionários. Encontramo-lo na seguinte exposição de Anthelme Costaz, que ocupava o cargo de chefe da divisão de artes e manufaturas do Ministério do Comércio ao tempo do Império:

> "Seria desnecessário procurar demonstrar as vantagens de uma indústria manufatureira florescente: ela sempre tem sido, para os povos que a possuem, uma fonte inesgotável de riquezas. Basta que vejamos o exemplo da república de Florença na Idade Média e o da Inglaterra nos tempos modernos.
>
> O primeiro desses Estados, que não dominava mais que a metade da Toscana, transformou-se numa potência formidável graças às riquezas propiciadas por suas indústrias, especialmente as da lã e da seda, que eram as mais importantes. Realmente, em várias ocasiões ele manteve exércitos poderosos e empenhou-se em guerras de longa duração. A usurpação da autoridade soberana pelos Médicis destruiu sua prosperidade.
>
> Pela sua posição e pelo número de habitantes, a Inglaterra parece destinada a desempenhar apenas um papel secundário na Europa. No entanto, não há dúvida de que ocupa uma das primeiras posições. Se é verdade que sua grandeza não se explica por uma causa única, é inegável, todavia, que suas indústrias contribuíram bastante para criar seu poder. Depois de terem mantido por longo tempo uma parte do universo como tributária de seus produtos, elas lhe propiciaram imensas riquezas, que lhe permitiram formar uma marinha formidável e ter a seu soldo exércitos estrangeiros para acossar os seus inimigos. A França é uma prova dos males que suas riquezas lhe permitiram derramar sobre os povos contra os quais acredita ter motivos de queixa, pois foram menos suas próprias forças, mas antes as da Rússia da Áustria e da Prússia, às quais pagava subsídios, que lhe

permitiram, em 1814 e 1815, forçar nosso país a submeter-se a condições extremamente duras...

"...Depois da revolução, a indústria manufatureira do Reino [da França] experimentou um aumento prodigioso, que causou espanto na Europa, depois do tratado de paz concluído em Paris, em 1814...

Numa dissertação publicada em Paris, em março de 1815, procuramos expor as causas do grande impulso que teve nossa indústria. Isso nos foi fácil, já que por muito tempo fomos um dos principais instrumentos das melhorias nela introduzidas. Não foi sem surpresa que o público tomou conhecimento de que essas melhorias não foram fruto de circunstâncias fortuitas e imprevistas, mas constituíram o resultado de um PLANO [as maiúsculas são minhas] combinado com a habilidade de algumas pessoas de confiança do Governo.

Tirá-la do estado de torpor ao qual havia sido reduzida com as requisições e os contingenciamentos, durante os tempos desastrosos da Revolução; naturalizar no interior do Reino as fábricas que lhe faltavam, e aperfeiçoar as que já possuía; introduzir nas manufaturas as máquinas, os métodos e os processos de trabalho mais simples e econômicos [grifo do autor]: nisso consistiu o problema que esses homens se propuseram a resolver. Para que se sinta a utilidade do plano, que foi executado em todas as partes, basta dizer que muitas pessoas instruídas pensam que hoje a França produz um bilhão de mercadorias a mais que em 1789[5]." Se pudermos tomar algumas exceções como ponto de partida para um julgamento generalizado, diremos que as manufaturas de algodão, de casimiras e de produtos químicos são os ramos de indústria recém-instalados. As primeiras, ou seja, as indústrias de algodão e de casimiras, fabricam mercadorias no valor de cerca de 300 milhões por ano. O consumo das mercadorias lançadas no mercado pelas fábricas de produtos químicos assume proporções gigantescas. Diante disso, devem ser considerados verdadeiros benfeitores de nosso país os homens que alcançaram um resultado que contribuiu para a sua prosperidade." (Cl.-Anthelme Costaz, ex-chefe da Divisão de Artes e Manufaturas do Ministério do Comércio, *Histoire de l'administration en France,* Paris, Huzard, 1832, t. II, pp. 280 e 285.)

---

[5] Cabe lembrar que a renda nacional francesa, em 1790, era estimada em seis bilhões.

Destaquei no texto que acaba de ser transcrito a palavra "plano". Realmente, nas fichas de nosso Arquivo encontramos idéias e práticas relativas às ligações do Governo com a indústria que só muito tempo depois voltaram a surgir. Parte das idéias será exposta por Friedrich List; o Zollverein será apenas a retomada (com exclusão da França) de um projeto mais amplo (centrado sobre a França), que havia sido elaborado por Coquebert de Montbret[6].

A Revolução e o Império fizeram germinar na Alemanha certas idéias que na França foram abandonadas pela Restauração, com a qual se iniciou um período de inatividade governamental.

De outro lado, é perfeitamente normal que com a derrota entrem em voga as idéias do vencedor; afinal, a derrota representa um malogro. E quais serão precisamente as idéias que entrarão em voga? As que causaram o êxito da outra parte. Dessa forma, existe uma tendência, até mesmo por patriotismo, a imitar o vencedor, como se verá em relação à Prússia, depois de 1870. Acontece que as idéias inglesas da época valorizavam a indústria, mas não a intervenção. E é nesse clima que Henri de Saint-Simon se manifesta.

O papel social da indústria

A originalidade de Saint-Simon por certo não consistiu em atribuir certa importância à indústria, o que correspondia ao tom predominante na época, mas numa concepção apaixonada do papel social que ela desempenhava. De forma alguma vê nela um elemento do poder nacional, mas sim um meio de promover "a melhoria mais rápida possível da classe mais numerosa e mais pobre".

Ao passar dos atores da Revolução para Saint-Simon (que aliás foi seu contemporâneo), deslocamo-nos de uma referência à cidade antiga para o advento da sociedade dos nossos dias. A primeira preocupou-se em reunir os cidadãos no foro, a outra em melhorar a situação concreta dos homens.

Saint-Simon dirá no leito de morte: "Toda a minha vida se resume num pensamento: assegurar a todos os homens o livre desenvolvimento de suas faculdades."

Essa fórmula comporta as seguintes observações: 1.º) pela própria natureza do objetivo postulado, nunca se pode afirmar que o mesmo tenha sido atingido: apenas se pode calcular que se te-

---

6 Arquivos Nacionais (F^{12}643).

nha realizado um avanço maior ou menor nesse sentido. Por isso, esse objetivo torna-se conveniente para uma sociedade progressista; 2.º) o enunciado do objetivo não encerra em si mesmo os meios que podem ser empregados em sua realização. Portanto, trata-se da formulação de um problema, suscetível de várias abordagens diferentes, e a escolha entre elas não é uma questão de princípio, mas antes de esperança de sucesso e, portanto, de avaliação das provas desse sucesso.

Dessa maneira, a divisa de Saint-Simon objetiva uma civilização mercantilista e pragmática. Mas além disso indica, de uma forma que não poderia ser mais clara, que se trata de uma sociedade individualista (ou, se preferirmos, personalista) nos objetivos e socialista nos meios. É o que ressalta claramente da citação que se segue [o grifo foi acrescentado por mim]:

> "A sociedade deve ser *organizada* segundo o princípio da moral cristã: todas as classes devem *contribuir* com todas as suas forças para a melhoria do nível moral e físico da *vida* dos *indivíduos* que compõem a *classe mais numerosa;* todas as *instituições sociais* devem contribuir da forma mais enérgica e direta para esse grande objetivo religioso." (*Nouveau Christianisme,* ed. Anthropos, t. III, vol. 6, p. 177.)

Desde logo cabe assinalar que a melhoria que se tem em vista deverá beneficiar os *indivíduos,* e ainda, que sentimos que o autor tem em vista criaturas de carne e osso, já que fala em sua *vida.* Portanto, não se visa ao seu estatuto legal, à sua condição jurídica, mas sim à sua realidade quotidiana.

Esse ponto é muito importante. Realmente, pode-se a qualquer momento, por um decreto do soberano, conferir a determinada categoria de pessoas certos direitos que não tinham (e fica-se tanto mais à vontade para fazer isso quanto menos preocupado se esteja com o conteúdo efetivo dos direitos conferidos). No entanto, mudar a realidade concreta da vida das pessoas já é coisa muito diferente. É um problema que envolve certas indagações, como: Por que meios? De que forma? Em que condições? Essas indagações, por sua vez, requerem um exame dos dados de fato e uma compreensão das relações entre os fenômenos, que nos possa levar às portas de entrada do grande complexo social, a fim de injetar as intervenções nos lugares em que possam produzir efeitos mais felizes.

O que está em jogo são vidas concretas ou, em outras palavras, o desenvolvimento de indivíduos. Que indivíduos? Os da *classe mais numerosa.* Isso representa a afirmação de um princípio de solidariedade a favor dos que se encontram colocados em posição mais desfavorável. Todas as classes sociais devem *contribuir* para essa melhoria específica.

É segundo esse princípio que a sociedade deve ser *organizada,* e é para esse objetivo que devem tender as *instituições sociais.* Portanto, não basta que os homens se acomodem entre si, de qualquer forma que seja, em conformidade com o exercício da liberdade contratual. Existe uma *intenção social,* e há necessidade de uma *estrutura* que lhe corresponda.

Acontece que essa estrutura não pode ser descoberta por meio de uma simples consulta às nossas idéias gerais que sejam preferidas em decorrência de um raciocínio *a priori;* ela há de ser julgada pelos seus frutos, e por isso mesmo a forma de organização deverá ser escolhida com base exclusivamente na esperança dos resultados concretos — em termos de vidas individuais — que ela comporta em nosso espírito, e revista à medida que o caminho é percorrido, em conformidade com os ensinamentos da experiência.

Por mais resumido que tenha sido o comentário do texto de Saint-Simon, sente-se que ele contém em germe os problemas da política social moderna.

O iceberg

Ao chamar nossa atenção para a classe mais numerosa e, em termos mais concretos, para a vida dos indivíduos pertencentes a essa classe, Saint-Simon pede às elites que penetrem as massas profundas da população para conhecê-las, não como um conjunto confuso ou uma noção abstrata, mas como uma multidão de indivíduos.

Ora, temos aí uma grande novidade. Todas as civilizações surgidas até o século XVIII parecem um *iceberg,* que oferece à nossa atenção somente a parte "não submersa", parte esta que constitui uma minúscula fração da realidade social, da massa humana.

Um tema a que os escritores latinos se dedicaram bastante é o da mudança dos costumes. Dos costumes de quem? De uma minúscula camada superior.

Ao que parece, a curiosidade do homem dirige-se naturalmente a seus iguais, e mais ainda a seus superiores. É essa, pelo

menos, a impressão que nos é transmitida pelos escritores do passado, quer sejam historiadores, moralistas ou viajantes. Só nos dão informações sobre a cúpula da sociedade, só nos proporcionam a visão de pequena parte do *iceberg*. É só de forma muito incidente, e de maneira fortuita, que nos dizem algo sobre as camadas profundas.

A submersão da enorme maioria abaixo do nível visual me parece ter sido um fenômeno muito generalizado, em face do qual a emergência dessa massa no curso do século XIX representa um forte contraste. Uma das grandes descobertas do século XIX é a do povo: do povo sem maiúscula, visto não como uma entidade abstrata, mas como uma multidão concreta.

Essa descoberta não foi feita durante a Revolução Francesa; Saint-Simon formula um convite para a mesma, e é no que consiste seu grande mérito.

Não diremos — pois isso representaria um erro tremendo — que é em virtude de um apelo de Saint-Simon que somos levados a observar o povo em concreto. Na verdade, o que provocou a emersão do *iceberg* foi a grande agitação que a revolução industrial causou nos trabalhos e nas circunstâncias da vida das classes populares. Cabe assinalar que essa agitação criou ou favoreceu o grande conjunto de situações desfavoráveis sob outros pontos de vista, que Saint-Simon não seria capaz de imaginar.

Uma sociedade de abelhas

Saint-Simon substituiu a classificação social de 1789 (privilegiados e Terceiro Estado) por outra classificação (produtores e consumidores que não são produtores, abelhas e zangões).

Conforme já vimos, o interesse desse autor dirige-se à classe mais numerosa. Como veremos mais adiante, não deixou de perceber o conflito que poderia surgir no seio daquilo que ele mesmo denominou "a classe industrial", entre "os proletários" e os dirigentes. Mas a consciência disso representa uma faceta acessória ao objetivo principal.

Salta aos olhos que seu objetivo guarda certa simetria com o do Duque de Saint-Simon. Durante a Regência o Duque teve a idéia de reagir contra "um longo reinado da desprezível burguesia", e para isso propôs que à alta nobreza[7] fossem entregues todas

[7] No caso não se trata da mesma nobreza que aquela para a qual Bonald chamou nossa atenção. Trata-se de uma nobreza muito antiga e ainda bastante poderosa para querer participar da partilha do poder.

as funções do Estado: desejava *retroceder* no curso da história. Henri de Saint-Simon, pelo contrário, desejava *acelerar* a marcha da história; a nobreza fora afastada das altas funções políticas, mas seu lugar ainda não havia sido ocupado por aqueles que logicamente deveriam ser seus sucessores. As funções elevadas são ocupadas por uma elite de transição, e a transição já durara demais.

Vejamos como Saint-Simon apresenta sua idéia de substituição das elites:

> "O sistema industrial e científico nasceu e se desenvolveu sob o domínio do sistema feudal e teológico... A mudança era tão grande e, de outro lado, o sistema feudal e teológico, por sua natureza, tinha tamanha repugnância por quaisquer modificações que, para que estas se realizassem, houve necessidade de uma atuação específica levada a efeito, durante vários séculos, por certas classes especiais derivadas do antigo sistema, mas distintas... que tiveram... de constituir no seio da sociedade... um sistema intermediário e transitório. Essas classes especiais foram, na ordem temporal, a dos legistas, e, na ordem espiritual, a dos metafísicos. Elas formaram uma união estreita em sua ação política, da mesma forma que a feudalidade e a teologia, a indústria e as ciências da observação.
>
> ....
>
> Quando a Revolução Francesa se manifestou, já não se tratava de modificar o sistema feudal e teológico, pois este já havia perdido quase todas as forças reais. O que estava em jogo era a organização do sistema industrial e científico que, em face do estágio da civilização, deveria substituir o sistema antigo. *Eram, portanto, os industriais e os cientistas que deveriam ocupar o cenário político,* cada qual em sua função natural. Em vez disso, os legistas puseram-se à frente da Revolução. Seria supérfluo lembrar as singulares divagações que resultaram disso, e as conseqüências desastrosas produzidas por essas divagações. E não se pode deixar de ressaltar que, apesar desse manancial enorme de experiências, os legistas e os metafísicos continuam ininterruptamente à frente dos negócios públicos, e dirigem sozinhos todas as discussões políticas.
>
> ...Torna-se fácil provar que hoje em dia as doutrinas dos legistas e dos metafísicos são, por sua natureza, totalmente inadequadas à boa direção da ação política, seja dos

> governantes, seja dos governados." (*Du système industriel*, 1821, 5.º vol. das *Œuvres*, t. III da edição Anthropos, pp. 6 a 11.)

O que se torna necessário, na opinião de Saint-Simon, é abrir lugar na ordem política para aqueles que na ordem social já são os verdadeiros condutores da sociedade:

> "As forças temporais e espirituais mudaram de mão. A verdadeira força temporal reside nos industriais, e a força espiritual nos cientistas. Essas duas classes são as únicas que exercem influência real e permanente sobre as opiniões e o comportamento do povo." (*Op. cit.*, p. 77.)

São esses os líderes naturais da nova sociedade, a sociedade dos produtores.

O "sistema industrial", no sentido saint-simoniano, é um sistema inteiramente voltado para as atividades econômicas. E deve ser consagrado por meio da colocação nos lugares adequados, nos lugares aos quais são convocados pela utilidade social, dos homens que são os guias naturais de uma sociedade voltada para a melhoria da sorte da classe mais numerosa.

Torna-se necessário alijar da política aqueles que não compreendem o destino social (conforme dirá Considérant).

Será somente sob a condução dos industriais e dos cientistas que a ordem política não mais estará em contradição com a organização social necessária, mas permanecerá a serviço dela. Dessa forma a sociedade marchará em direção à prosperidade:

> "Não existe qualquer ação útil exercida pelo homem que não seja a ação do homem sobre as coisas. A ação do homem sobre o homem sempre é, em si mesma, nociva à espécie, em virtude da dupla destruição de forças que envolve; só se torna útil quando assume caráter secundário e concorre para o exercício de uma ação maior sobre a natureza...
>
> . . . .
>
> Dessa forma acreditamos poder enunciar o princípio de que, na nova ordem política, a organização social deve ter por objetivo único e permanente a aplicação mais eficiente possível, à satisfação das necessidades do homem, dos conhecimentos adquiridos nas ciências, nas belas-artes, nas artes e ofícios; a disseminação, o aperfeiçoamento e o cres-

cimento desses conhecimentos, na maior escala possível: em poucas palavras, a combinação, pela maneira mais útil possível, de todos os trabalhos das ciências, das belas-artes e das artes e ofícios.

Não é este o lugar de expormos em detalhe o espantoso grau de prosperidade que a sociedade poderá alcançar sob uma organização desse tipo; por outro lado, esse grau de prosperidade é fácil de imaginar; nas considerações que se seguem esforçar-nos-emos por fornecer uma indicação do mesmo.

Até hoje os homens só exerceram, por assim dizer, esforços puramente individuais e isolados sobre a natureza. E há mais. Suas forças sempre se destruíram mutuamente numa parte muito grande, já que até os nossos dias a humanidade sempre esteve dividida em duas frações desiguais, e a menor dessas frações tem empregado suas forças, e muitas vezes mesmo uma parcela das forças da parte maior, para dominar esta, enquanto a última fração consumiu parte considerável de suas forças para repelir esse domínio. No entanto, é certo que, apesar dessa perda enorme de forças, a espécie humana atingiu, nos países mais civilizados, um grau notável de bem-estar e prosperidade. Em face disso, podemos perfeitamente avaliar a que ponto deverá chegar se não houver mais nenhuma perda de forças, se os homens deixarem de mandar uns nos outros e se organizarem para exercer seus esforços combinados sobre a natureza, e se as nações adotarem o mesmo sistema em suas relações mútuas!" (Saint-Simon, *L'Organisateur,* ed. Anthropos, t. II, vol. 4, pp. 192 e 195).

Mas não poderão surgir fenômenos de dominação no próprio seio da "classe industrial"? Para Saint-Simon os dirigentes de indústria eram homens que levavam seus operários a reboque. Todavia, uma preocupação apoderou-se dele, preocupação esta que se percebe no rascunho que a seguir transcrevemos.

A classe dos proletários

O texto intitulado "A Classe dos Proletários" principia da seguinte forma:

"Os homens que a compõem sentem que sua sorte não melhora na proporção que deveria resultar naturalmente dos

progressos realizados pelas idéias positivas; verdade é que só têm uma sensação vaga dos seus direitos; se alguém lhes perguntar, não serão capazes de explicar claramente de que forma seria possível mitigar as desgraças de sua situação, mas não há dúvida de que possuem uma consciência muito nítida da possibilidade que tem o Parlamento de tornar sua vida física e política infinitamente mais feliz do que tem sido até aqui.

Sentem-se descontentes sob dois aspectos completamente distintos: experimentam um descontentamento direto, que é aquele de que acabamos de falar; e ainda sentem outro tipo de descontentamento, que é indireto, e do qual a seguir nos ocuparemos.

Existe um sentimento de união ou, se preferirmos, de companheirismo, que liga todos os membros da classe industrial, de forma tal que os operários mais humildes dos senhores Pertin, Ternaux ou Gros D'Avilliers consideram-se companheiros de seus chefes, da mesma forma que os irmãos de armas de Turenne e de Condé se diziam irmãos de armas de seus generais. Acontece que a condição dos chefes da classe industrial melhorou bastante; granjearam uma consideração muito maior que aquela de que gozavam antes da Revolução. Suas propriedades, que são as propriedades mobiliárias, foram de certa forma nobilitadas pela lei eleitoral. Enquanto isso os companheiros da classe industrial, que ainda não ganharam nada, forçosamente hão de sentir certa irritação ao verem seus chefes se transformarem em condes ou barões, ingressando dessa forma na classe feudal. Antes da Revolução, a mão-de-obra que constituía a massa da classe industrial tinha seus sustentáculos, já que fazia causa comum com os banqueiros, os negociantes e os donos de manufaturas. Hoje, que se vêem abandonados por tudo que havia de poderoso dentro de sua classe, evidentemente hão de ressentir-se com o curso da política em nossos dias.

Resumindo o que acaba de ser exposto, diremos que os trabalhadores experimentam ressentimentos sob vários pontos de vista, e que no momento estes se apresentam sob o aspecto mais fundamental: não têm trabalho e morrem de fome." (Ed. Anthropos, t. VI, pp. 455-456.)

Saint-Simon não deu maior desenvolvimento ao tema. Talvez pensasse que ainda haveria tempo para isso. É o que sugere uma passagem do *Nouveau Christianisme:*

> "Devo dirigir-me em primeiro lugar aos ricos e aos poderosos, a fim de criar neles uma disposição favorável à nova doutrina, fazendo-os compreender que ela em nada contraria seus interesses, já que seria evidentemente impossível melhorar a vida física e moral da classe pobre por meios outros que não os que tendem a aumentar as posses da classe rica.
>
> Devo fazer com que os artistas, os cientistas e os dirigentes dos trabalhos industriais compreendam que seus interesses são essencialmente idênticos aos da massa do povo, que eles pertencem à classe dos trabalhadores e são, ao mesmo tempo, os seus chefes naturais; e que o reconhecimento da massa do povo pelos serviços que eles lhes prestam é a única recompensa digna de seus gloriosos trabalhos."

Se, no fim da vida, Saint-Simon passou a insistir cada vez mais fortemente naquilo que de forma tão falsa se transformou na "religião saint-simoniana", isso aconteceu por ter ele atribuído uma importância cada vez maior a um princípio de união moral. Se no trecho que se segue eliminarmos a parte negativa para conservar apenas a afirmação, ficaremos surpresos ao notar em que extensão a mensagem de Saint-Simon foi compreendida:

> "Hoje em dia não devemos ver no culto outra coisa senão um meio de, nos dias de repouso, chamar a atenção dos homens para as considerações e os sentimentos filosóficos, e o conceito do dogma deve ser apenas uma coleção de comentários que tem por objeto as aplicações gerais dessas considerações e desses sentimentos aos grandes acontecimentos políticos que poderão surgir, ou de facilitar aos fiéis a aplicação da moral nas relações quotidianas que se formam entre eles." (*Nouveau Christianisme,* pp. 166-167.)

Recapitulação

No começo do século XIX toma corpo uma inversão dos valores sociais. Os trabalhos que visam à satisfação das necessidades materiais adquirem um prestígio que representa um contraste muito forte com seu descrédito tradicional. Se a importância da indústria como meio de aumentar o poder já fora reconhecida, agora vemo-la transformada num meio de modificar as condições

das massas. Em virtude disso, os dirigentes dos trabalhos industriais merecem os primeiros lugares na sociedade e no Estado. É o que Saint-Simon pede para a França, e é o que irá acontecer nos Estados Unidos. Não há dúvida de que a função social da indústria não se desenvolverá dentro da harmonia social que se esperava no início. Isso já é outro assunto. Mas, antes de passarmos a examiná-lo, deveremos realizar um estudo ligeiro da maré montante do maquinismo.

12.

O advento das máquinas

Desde época muito remota os homens têm construído coisas enormes, para o culto e para a defesa, ou ainda por outras razões, que por vezes não nos são compreensíveis (as pirâmides do Egito) e outras vezes estão ligadas ao prazer, como os anfiteatros e as termas que os romanos espalharam pelo Império. Entre as coisas de grande porte feitas pela mão do homem ainda devemos citar os navios; não foi sem motivo que Galileu localizou no arsenal de Veneza seus diálogos "sobre duas ciências novas que dizem respeito à Mecânica".

O que hoje nos causa espanto é o fato de que, embora de longa data tenha construído coisas enormes em relação à estatura humana, o homem por muito tempo só tenha usado em seus trabalhos instrumentos relativamente pequenos em face dessa estatura.

No entanto, o fato não é de surpreender, já que um instrumento deve ser "manejável", e para que o seja torna-se necessário que seu peso fique aquém da força motriz empregada. Dali surge uma distinção natural entre a *ferramenta,* que fica "nas mãos" do trabalhador ou do artista individual, e a *máquina,* que precisa de forças motrizes maiores para ser posta em movimento. Essa força motriz pode ser constituída por uma simples adição de forças humanas (que envolve um desperdício tanto mais pronunciado quanto mais numerosa seja a equipe, e sem dúvida configura a primeira idéia do rendimento decrescente). Ainda pode ser suprida pelo emprego das forças animais ou pela utilização das energias naturais. Os transportes pesados servem para ilustrar os três meios: a trirreme ateniense e posteriormente a galera mediterrânea são movidas alternativa ou mesmo conjuntamente por uma adição de forças humanas, as dos remadores, e pela força do vento sobre as velas. Na terra, as carretas e charruas são puxadas por bovinos. Ou então as mós que servem para triturar podem ser movidas por escravos, pelo vento (moinho de vento) ou pela força da água, no caso dos moinhos hidráulicos.

Produção manual e produção mecânica

Daqui por diante daremos o nome de máquina exclusivamente aos instrumentos movidos por uma fonte de energia que não seja um indivíduo (nessa conformidade, minha máquina de escrever será uma ferramenta, não uma máquina). Dessa forma chegaremos à conclusão de que no século XVIII o *comércio* usa máquinas, que são os veleiros, mas que não existem máquinas utilizadas na *produção.* Temos uma sobrevivência significativa no fato de que na língua inglesa as fábricas são designadas pelo nome genérico de *manufaturas,* termo que lembra que tudo que ali se fazia era feito a mão (além disso por muito tempo os trabalhadores foram chamados de *hands,* mãos).

Evidentemente, numa indústria onde tudo é feito a mão, o capital a ser investido pelo empresário resume-se, em essência, à compra de matéria-prima e ao adiantamento dos salários. É verdade que há necessidade de um depósito destinado a estocar os produtos, mas este é menor quando se trabalha em escala maior sob encomenda. Não se torna necessário reunir os trabalhadores no mesmo estabelecimento, já que o trabalho pode ser feito em domicílio. *De outro lado, porém, não há nessas condições nenhuma razão para que o industrial que usa uma mão-de-obra numerosa produza a um custo menor que o artesão.* Só poderá fazê-lo se recorrer a uma mão-de-obra menos dispendiosa que o artesão, mão-de-obra esta que forçosamente há de ser de baixa qualidade, motivo por que só poderá fabricar produtos inferiores, que todavia apresentarão uma vantagem social, qual seja a de se tornarem acessíveis a uma clientela cujo poder aquisitivo é fraco.

De longa data uma produção desse tipo, de estilo capitalista, é oferecida como concorrência à produção artesanal. Naturalmente os artesãos procurarão defender-se contra essa concorrência "desleal" (pelo aviltamento das remunerações e da qualidade dos produtos) por meio de regulamentos. De qualquer forma, porém, a empresa capitalista não dispunha de grande vantagem concorrencial enquanto não possuía a máquina.

A máquina produz uma modificação completa da situação. Ou, mais precisamente, introduz na sociedade um princípio de modificação total que intervém aqui ou ali, atingindo apenas uma parte extremamente reduzida do pessoal e da produção, mas se vai estendendo pouco a pouco, conquistando uma parte cada vez maior do mercado em que atua e que se amplia com essa atuação, e surgindo sucessivamente em novas áreas.

Essa inserção da produção mecânica numa economia de produção manual pode ser vista, por exemplo, na Índia de hoje, onde tudo se passa, para a grande maioria da população, como se a máquina ainda não existisse, embora sua penetração se acentue a cada dia que passa.

O contraste

A carta de um missionário jesuíta, escrita na Índia, na qual o missivista informa à casa matriz o quanto os franceses têm a aprender dos indianos no terreno das artes mecânicas, nos faz sentir quanto a máquina ainda era estranha à Europa do início do século XVIII, no que diz respeito às artes que visam à vida quotidiana:

> "Os trabalhadores têm uma destreza e uma habilidade surpreendentes. Fazem um trabalho excelente em particular na fabricação do tecido, que é de tamanha finura que uma peça muito longa e comprida pode passar sem esforço por um anel.
>
> O tear de que se servem os tecelões não custa mais de um escudo; e com esse tear nós os vemos acocorados no meio do quintal ou na borda do caminho, onde trabalham na feitura dos belos tecidos que são procurados em todo o mundo." (Letres du père Pain de 1709, *in Lettres édifiantes et curieuses,* 1711, t. XI, p. 253).

Temos aqui a descrição de um homem que trabalha em sua casa ou no lugar que lhe convém, já que seu equipamento é de *peso* ínfimo; esse equipamento, que é usado por ele *só,* é de *preço* baixo, e ele é seu *proprietário;* o produto que obtém resulta de sua *habilidade pessoal.*

Todos esses aspectos da situação, que julgamos conveniente sublinhar, serão invertidos com o advento da máquina.

Esta é *pesada* e, por via de conseqüência, localizada; serve a *muitos* e para grandes quantidades, e em virtude disso os que querem usá-la devem estar reunidos em torno dela. É *cara,* e por isso o trabalhador não é proprietário, mas um *assalariado.* Por fim, a qualidade do produto *depende da máquina,* motivo por que as qualidades pessoais do trabalhador são desvalorizadas. Quanto

a este último ponto, não podemos deixar de mencionar que hoje em dia as máquinas mais aperfeiçoadas exigem um pessoal mais qualificado. Mas no início da era da máquina acontecia exatamente o contrário: a máquina permitia o emprego do elemento humano mais ignorante (especialmente das crianças).

O contraste que acaba de ser apontado pode ser ilustrado por um díptico. No painel da esquerda vemos, no centro, um homem (chamado indiferentemente de artesão ou artista) e, colocadas em torno dele, as ferramentas leves de que se serve e, se quisermos, num ponto ligeiramente afastado, o saco em que poderá reuni-las.

No painel da direita uma máquina ocupa a posição central; um grupo de homens, mais ou menos numeroso, mantém-se ocupado em torno da mesma. No painel da esquerda basta mudar o rosto do artesão para que o produto seja modificado; no da direita, os trabalhadores não têm rosto: são fungíveis.

Se quisermos usar a palavra "sistema" no sentido concreto da conjunção de fatores diferentes para um fim determinado, diremos que o painel da esquerda representa "o sistema homem-ferramenta", e o da direita "o sistema máquina-homem".

O que faltava à máquina

A máquina era pesada — e ainda mais pesada no início, tendo em vista o emprego maciço da madeira, seguida pelo cobre e pelo ferro fundido. Havia necessidade de movê-la. Como?

> "Wyatt imaginou a indústria têxtil mecânica como um conjunto que funcionasse por meio de rodas movidas por cavalos, pela água ou pelo vento. Lewis Paul e ele usaram dois asnos para mover sua primeira máquina. Cartwright pôs seu invento a funcionar por meio de uma vaca. Arkwright fala de um tear movido a água, e os primeiros dois teares escoceses que não foram movidos pela força humana o foram por um cão terra-nova, isso em 1793." (Cf. Singer, Holmyard e Hall, *A History of Technology,* t. V, p. 157.)

Não se poderia ter ido muito longe nessa situação se não tivesse surgido *Um método novo para obter a bom preço forças motrizes muito poderosas:* tal é o título de uma monografia de Denis Papin sobre a máquina a vapor (Cassel, 1695).

É por meio da combustão que a máquina adquire vida, que recebe seu fôlego. A título ilustrativo diremos que o consumo atual de energia equivale à queima de todas as florestas do mundo em três anos (E. Jantsch, num trabalho escrito para o O.C.D.E.)

A máquina é cara. Introduz uma modificação profunda nas condições da empresa. E porque a máquina é cara torna-se necessário um volume inicial de fundos muito maior que aquele de que se precisava para o pagamento antecipado das matérias-primas e dos salários. Será cada vez menos fácil começar do nada, ao contrário do que supusera Condorcet (segundo um texto que figura num dos capítulos anteriores) e do que era a convicção — bem como a prática — da época. Haverá necessidade de instituições apropriadas para a reunião dos capitais; entre essas instituições temos a sociedade anônima de responsabilidade limitada.

A máquina exigiu a modificação completa dos regulamentos corporativos, que prescreviam certos métodos de produção e limitavam o número de trabalhadores de cada empresa. A idéia da liberdade destruiu esse sistema que, no dizer de Sismondi, constituía um obstáculo à abundância, mas oferecia garantias sólidas à população artesanal. Sismondi condena a concentração, que coloca a fábrica no lugar dos ofícios (Sismondi, *Etudes sur l'économie politique,* 1836, introdução, pp. 25 s. e 40 s.).

À medida que as máquinas se multiplicam, se diversificam e se difundem pela superfície do globo, a sociedade sofre uma modificação profunda em todos os seus aspectos. Trata-se de uma modificação que ultrapassa a própria sociedade para atingir até mesmo os elementos naturais. O mar já não é o mesmo de antes, e o ar também se transformou desde que as máquinas passaram a lançar o produto de sua respiração.

A era da máquina

No "Discours préliminaire" de seu *Traité d'économie politique* (1803), depois de ter "mostrado da melhor forma possível num esboço tão rápido o progresso que a economia política deve a [Adam] Smith", Jean-Baptiste Say faz a seu grande predecessor a seguinte censura:

> "Atribui exclusivamente ao trabalho do homem o poder de criar valores. É um erro. Uma análise mais exata prova,

> conforme se verá no curso desta obra, que esses valores são devidos à ação do trabalho, ou melhor, da indústria do homem, combinada com a ação dos agentes que lhe são fornecidos pela natureza e com a dos capitais. Vê-se que Smith não teve uma idéia completa do grande fenômeno da produção; e isso o arrasta a algumas conclusões falsas, como aquela a que chega quando atribui uma influência gigantesca à divisão do trabalho, ou melhor, à separação das ocupações; não que essa influência seja nula ou mesmo medíocre, mas as maiores maravilhas nessa área não são devidas à natureza do trabalho; devemo-las ao uso das forças da natureza. O desconhecimento desse princípio impediu-o de formar a verdadeira teoria das máquinas em relação à produção das riquezas."

Como aqui não nos cabe formular teorias econômicas, neste parágrafo só se torna interessante notar que de Smith (1776) a Say (1803) houve um deslocamento da tônica da *divisão do trabalho* para a *máquina*. Em essência, Smith elaborou a teoria das vantagens resultantes da troca dos produtos do trabalho especializado. Say apresentou a teoria das vantagens resultantes das máquinas movidas por forças fornecidas pela natureza. O economista da era industrial não é o escocês, mas o francês. Terá o deslocamento da tônica alguma relação com os 27 anos que separam suas obras? O certo é que, no começo do século XIX, a máquina começa a ser valorizada.

Say diz o seguinte a respeito das máquinas:

> "Seu resultado evidentemente consiste em exigir menos trabalho para obter os mesmos produtos ou, o que vem dar exatamente no mesmo, em obter maior quantidade de produtos com o mesmo trabalho humano." (Cap. VII.)

É exatamente essa a definição que se costuma dar hoje em dia para o aumento da produtividade do trabalho. De passagem diremos que no mesmo capítulo Say estuda o problema que em nossos dias seria designado como o do "desemprego tecnológico".

É fácil compreender que três quartos de século depois de Say, Henry George tenha, em 1879, em seu livro *Progress and Poverty,* afirmado que o grande enigma dos tempos modernos é o da coexistência da pobreza com o progresso propiciado pela

máquina. Esse progresso tem ocupado um lugar cada vez maior nas atenções do público.

A atenção dedicada à máquina

A exposição organizada no ano VI (1798), no Campo de Marte, pode ser considerada o primeiro sinal tangível da atenção que o fenômeno "máquina" passou a merecer. Ela pretendeu despertar no público uma atenção que reinou por muito tempo na administração do *Ancien Régime.* E com ela aumentaram os esforços pela *Introdução da Máquina na França:* temos aí o título de um estudo admirável de Charles Ballot.

Novas exposições foram realizadas em 1801 e 1802, no grande pátio do Louvre, e em 1806 na Esplanada dos Inválidos. A partir da exposição de 1801, os expositores que obtiveram medalha de ouro são convidados a jantar com o Primeiro-Cônsul. Conhecemos o espírito que inspirou o gesto: o progresso da indústria é visto como um meio de aumentar o poder nacional.

As primeiras exposições foram de curta duração, o que revela um comparecimento fraco. Assim, a exposição de 1798 (da qual participaram 110 expositores) não durou mais de três dias; a segunda, de 1801 (da qual participaram 229 expositores) durou seis dias; a de 1802 (540 expositores) durou sete dias; a quarta, de 1806 (que contou com 1.422 expositores) durou 24 dias. Já é algo muito diferente. A quinta exposição, realizada no Louvre, em 1819, teve a participação de 1.622 expositores e durou 35 dias. Em 1823 e 1827, sempre no Louvre, haverá 1.622 e 1.695 expositores, e a duração será de 50 e 62 dias.

Vê-se que em menos de 20 anos a duração passou de três dias a dois meses. E continuará a ser de dois meses nas exposições de 1834 (Place de la Concorde, 2.477 expositores), de 1839 (Campos Elísios, 3.821 expositores) e de 1844 (Campos Elísios, 3.960 expositores).

Ainda, os Campos Elísios permitiam acolher um número maior de visitantes por dia. Todavia, em 1849, sempre nos Campos Elísios (4.532 expositores), a duração saltou para seis meses, o que é bastante significativo.

As Exposições universais

Uma modificação de dimensões ocorrerá com a Exposição internacional de Londres, realizada em 1851, para a qual foi

construído o Crystal Palace. Foram necessários mais de 73.000m² de área construída para acolher mais de 17.000 expositores, cujas proveniências nacionais são as seguintes:

Inglaterra	9.730
França	1.760
Zollverein	1.350
Áustria	750
Estados Unidos	560
Bélgica	510
Outros	2.500 aproximadamente.

Cabe observar que os expositores franceses tiveram uma posição bastante honrosa, já que obtiveram 57 das 172 medalhas de conselho e 622 das 2.821 medalhas de prêmio. Na oportunidade a comissão francesa publicou uma série de relatórios enfeixados em 15 volumes (sob a direção de Charles Dupin). Mas o que nos interessa aqui é a enorme quantidade de visitantes, que chegou a mais de seis milhões.

Essa multidão mostra quão importante era o lugar que o progresso industrial ocupava na atenção popular. E isso não acontece apenas na Inglaterra. A exposição de Paris, realizada em 1855, atraiu 5.160.000 visitantes; e a exposição de Paris, do ano de 1867, atraiu perto de 11 milhões!

Não há necessidade de prosseguir. Até o fim do século XIX as exposições industriais serão verdadeiros jubileus do sistema industrial. Passaram a ocupar áreas cada vez mais amplas, reuniram um número cada vez maior de expositores e atraíram multidões crescentes de visitantes.

Londres e Paris não serão as únicas metrópoles que oferecem o espetáculo das exposições universais. Haverá uma em Viena, em 1873, e outra em Filadélfia, em 1876. Mesmo em Melbourne se realizará uma, em 1880 (depois de outra menor, realizada em Sydney, em 1879). Em Amesterdão haverá uma em 1883, outra em Barcelona, em 1888, outra em Bruxelas, em 1888. Um bom resumo das exposições do século XIX pode ser encontrado no artigo da *Grande Encyclopédie intitulado "Exposition"*.

Evidentemente neste passo a história das exposições só nos interessa como elemento que revela, pelo afluxo de visitantes, o lugar que o progresso da indústria passou a ocupar na atenção social.

O sistema máquina-homem

A palavra "sistema" foi empregada por Robert Owen no sentido acima indicado.

Robert Owen (1771-1858) era filho de um artesão que possuía uma oficina de seleiro e uma loja de quinquilharias e ainda trabalhava no correio de uma cidade muito pequena. Robert só freqüentou a escola dos sete aos nove anos, após o que se tornou menino de recados de um comerciante vizinho. Aos 10 anos foi mandado para longe, como aprendiz de uma fábrica de tecidos. Aos 18 anos encontrou quem lhe emprestasse 100 libras e tornou-se fabricante por conta própria. No entanto, conseguiu uma posição melhor como empregado de uma grande fiação. Posteriormente, aos 24 anos, fundou, juntamente com dois sócios ainda mais jovens, uma nova empresa. Por fim tornou-se genro de David Dale, dono das maiores fiações da Escócia, do qual adquiriu, antes do casamento, segundo parece, a fiação de New Lanark, que era considerada a mais bem equipada da Escócia, e cujas máquinas eram movidas pelas quedas de água do Clyde. Tem 29 anos quando assume a direção do estabelecimento (1800), onde se tornará célebre.

O que justifica o breve esboço biográfico que acaba de ser apresentado é o fato de que a carreira de Owen elucida a idéia que Saint-Simon fazia de um "dirigente de trabalhos industriais" saído da massa pobre. Além disso, os anos que se seguirão na vida de Owen correspondem à expectativa de Saint-Simon, já que esse "general" de produtores "reboca" suas tropas em direção a uma vida melhor.

Em 1812 e 1813 Robert Owen publica sucessivamente seus quatro ensaios, posteriormente enfeixados em volume único sob o título *A New View of Society*. Na capa do livro não está impresso o nome do autor; apenas se diz que o trabalho foi escrito "por um dos juízes de paz de Sua Majestade no condado de Lanark". Devemos lembrar ao leitor que nessa época, na Inglaterra, a qualificação J.P. (juiz de paz), que sem dúvida indica o exercício de uma função gratuita, denota sobretudo uma eminente posição social; trata-se de uma magistratura judicial que é atributo dos notáveis. No momento em que escreve, Owen é sem a menor dúvida uma das grandes figuras do condado de Lanark, sendo chefe da maior fiação da Escócia e genro do industrial mais rico de todo o país. Havia necessidade de insistir na consideração social que desfrutava, já que é nela que ele se apóia para repreender

seus iguais. É a estes, em primeiro lugar, e depois às autoridades políticas, que dirige seus ensaios, e só em 1816 a obra será colocada no comércio.

Para levar outros a compartilharem seus pontos de vista e fazer com que imitem as práticas por ele utilizadas, vale-se do crédito que lhe advém de seu sucesso industrial. É o que veremos no prefácio do terceiro ensaio, dirigido especialmente aos empresários:

> "Tal qual vós, exerço a indústria com o fito do lucro pecuniário. Mas depois de ter agido por vários anos segundo princípios que sob vários aspectos são contrários aos que vos foram ensinados, e tendo chegado à conclusão de que esse procedimento é vantajoso para os outros e para mim, até mesmo sob o ângulo financeiro, quero expor-vos esses princípios a fim de que vós e os que dependem de vós também possais desfrutar as vantagens que os mesmos proporcionam.
>
> Expliquei tais princípios em dois ensaios anteriores; nas páginas que se seguem encontrareis uma exposição mais pormenorizada dos mesmos, e apresentarei em seus detalhes as aplicações que deles foram feitas depois que assumi a direção dos estabelecimentos de New Lanark.
>
> Por esses detalhes vereis que desde o momento em que assumi minhas funções considerei o pessoal, com todo o aparelhamento e todas as partes do estabelecimento, como um *sistema* composto de muitas partes, e achei que era meu dever e correspondia ao meu interesse combinar cada mão, bem com cada mola, alavanca ou roda de tal forma que concorresse efetivamente para propiciar o maior ganho pecuniário aos proprietários.
>
> Muitos de vós já experimentastes em vossos estabelecimentos as vantagens de uma maquinaria eficiente, bem concebida e bem construída.
>
> A experiência vos ensinou a diferença entre os resultados que se obtêm quando as máquinas são bem conservadas e quando a negligência faz com que se deteriorem...
>
> Portanto, se o estado de vossas máquinas inanimadas pode produzir resultados tão favoráveis, o que não podereis esperar se dedicardes igual atenção às vossas máquinas vivas, que são construídas de maneira muito mais maravilhosa?"
> (R. Owen, *A New View of Society*, ed. Everyman, p. 67).

Aqui, o autor coloca as máquinas e os seres vivos em pé de igualdade, mas assim procede porque os seres vivos têm tudo a ganhar com isso. Na época, as máquinas são consideradas preciosas, enquanto os seres humanos não o são; e, uma vez que o autor pede que se tenha o cuidado de não permitr que se deteriorem, esse apelo tem um conteúdo muito mais concreto do que hoje em dia seríamos capazes de imaginar.

No segundo ensaio, Owen oferece uma descrição pormenorizada da função do estabelecimento de New Lanark, ocorrida em 1784. Para operar as máquinas que utilizavam a energia fornecida pelo Clyde tornava-se necessário atrair uma mão-de-obra formada em parte por adultos e em parte por crianças fornecidas pelos estabelecimentos de caridade em que haviam sido abandonadas. Para os adultos e suas famílias Dale construiu uma aldeia cujas casas foram alugadas a preço baixo àqueles que podiam ser levados a aceitar um emprego no estabelecimento. Mas, diz ele, "tamanha era na época a repugnância por esse tipo de ocupação que, salvo algumas exceções, não se encontraram pessoas dispostas a fazer a experiência, a não ser entre aqueles que não tivessem nem amigos, nem emprego, nem moral". Não nos esqueçamos dessas palavras, pois ainda voltaremos a esse assunto.

Antes disso, porém, vejamos o que foi feito com as crianças. Um grande imóvel foi construído par recebê-las, imóvel este que abrigou até 500 crianças entregues pelas instituições de assistência pública ou privada de Edimburgo. "Essas crianças deviam ser abrigadas, alimentadas e educadas, e o Sr. Dale cumpriu esses deveres com uma benevolência infatigável."

Owen prossegue em sua exposição (e convém lembrar que fala de seu sogro). Depois de descrever a conduta muito má do pessoal adulto, diz:

> "A pensão das crianças oferecia um espetáculo muito diferente. O proprietário benévolo não poupava nenhuma despesa para assegurar o conforto dessas pobres criaturas. Os quartos (dormitórios, sem dúvida) eram espaçosos, sempre limpos e bem arejados; a alimentação era abundante e da melhor qualidade; as roupas eram adequadas e confortáveis; um médico ficava à disposição para prevenir ou curar; e os melhores professores disponíveis eram encarregados de ensinar às crianças os conhecimentos que se acreditava lhes pudessem ser úteis. Pessoas com disposição benévola eram encarregadas de cuidar delas. Em resumo, à primeira vista,

> nada parecia faltar para que aquilo fosse uma obra de caridade.
>
> Mas, para cobrir as despesas de todas essas comodidades a assegurar o funcionamento da empresa, era absolutamente necessário que as crianças trabalhassem no estabelecimento das seis horas da manhã até as sete da noite, tanto no inverno como no verão; e era só depois disso que lhes podia ser ministrado o ensino. Os diretores dos estabelecimentos de assistência, por um espírito de economia mal compreendido, exigiam, para confiar as crianças às fiações, que os proprietários destas as recebessem com a idade de seis, sete ou no máximo oito anos. E o Sr. Dale tinha de aceitá-las nessa faixa etária ou fechar sua manufatura.
>
> Como esperar que crianças de idade tão tenra possam, apenas com os intervalos destinados às refeições, manter-se ocupadas ininterruptamente, de pé, das seis horas da manhã às sete da noite, e depois disso sejam capazes de assimilar ensinamentos? Verificou-se que muitas delas se estiolaram de corpo e alma e algumas ficaram deformadas. O trabalho do dia e o estudo da noite representavam uma carga tão pesada que muitas fugiam, enquanto outras esperavam com a maior impaciência que seu aprendizado chegasse ao fim, o que acontecia com a idade de 13 a 15 anos. Depois disso ficavam largadas no mundo e acabavam indo para a grande cidade, a cujas tentações muitas sucumbiam."

Esse texto nos apresenta sob o aspecto mais dramático a associação da máquina com o trabalho menos qualificado que se poderia imaginar. Mas, por outro lado, vimos mais atrás que entre os adultos que vinham associar-se voluntariamente à máquina só se encontrava o rebotalho da população. Este é um ponto em que Owen insiste.

A máquina nos é aqui apresentada — durante a primeira infância, na Inglaterra — como algo que permitia tirar partido da mão-de-obra menos utilizável em outra parte, e que por isso mesmo era a menos cara. Dessa forma deveria reunir em torno de si, como se fosse um abscesso de fixação, tudo o que a nação oferecia de mais desolador, e em virtude disso torna visível uma miséria da qual não se tinha consciência porque permanecia esparsa. Nesse sentido, desempenhou o papel de um revelador social.

13.

Progresso e concorrência

O mundo em que vivemos não se explica num sistema de pensamento fundado na história da civilização, empregada esta expressão no singular. Vejamos, por exemplo, o sistema de Auguste Comte, que nos apresenta como um fato predeterminado a sucessão de três idades: a teológica, a metafísica e a positiva. Tratase de um modelo que se adapta perfeitamente à história da Europa ocidental da Idade Média aos nossos dias, onde a elite intelectual dominante foi formada sucessivamente pelos homens de Deus, pelos homens da lei e pelos homens da ciência e da técnica.

Mas como poderíamos ajustar esse modelo à história incomparavelmente mais longa da civilização chinesa? No século XX preferiu-se com toda a razão substituir a história da civilização por uma representação histórica que reconhece a pluralidade das civilizações (Spengler e principalmente Toynbee). No entanto, manda a justiça que se diga que antes do século XX havia grandes escritores que tiveram um sentimento muito vivo desse pluralismo (como Leibniz, Voltaire, Cournot).

Essa comparação torna mais espantoso e notável o fenômeno que em nosso caso se anuncia no século XVIII e desabrocha no século XIX: a liquidação das estruturas sociais.

Em toda sociedade existem estruturas estabelecidas que funcionam como limites e como defesas. Uma vez que formam uma paisagem familiar, sua demolição evidentemente é vista como uma ameaça de destruição da sociedade. Uma atitude conservadora em relação às estruturas é perfeitamente natural.

Ao que parece, a inversão que se verificou no julgamento de valores relativos às estruturas constituiu uma singularidade da civilização ocidental. A demolição das estruturas já não é considerada uma ameaça de decadência, mas uma condição do progresso.

Os elementos fixadores da ordem social são *o respeito pelos ritos, a constância das técnicas, a hereditariedade das funções.* Essas três características aparecem com toda a nitidez nas corpo-

rações de ofícios, onde a coesão é assegurada por meio de festas ritualistas, onde os regulamentos proíbem que qualquer um proceda de outra forma que não a costumeira, seja no trabalho, seja na organização (limitação do número de companheiros e aprendizes), e onde a sucessão dos mestres é assegurada por meio de uma hereditariedade de adoção profissional. É bem sabido que o protestantismo, ao abolir os ritos e a sucessão apostólica[1], desferiu um golpe forte contra os caracteres fixadores da sociedade antiga; não há dúvida de que seu trabalho lento foi mais eficaz que a subversão repentina causada pela Revolução Francesa.

Modelo antigo e moderno

Mas, em vez de realizarmos uma simplificação extrema da história, principiamos pela adoção de dois modelos esquemáticos de sociedade (trata-se de tipos ideais, segundo a concepção de Max Weber). Chamaremos um dos modelos de "antigo" e o outro de "novo".

No modelo antigo, todas as funções sociais *futuras* são *definidas no presente.* Existe uma variedade de funções, mas essa variedade é conhecida antecipadamente, da mesma forma que antecipadamente se conhece o número de lugares correspondente a cada uma delas (não é necessário que esse número seja constante, mas supõe-se que seja conhecido de antemão). Aqueles que atualmente se encontram instalados em cada função enunciam o procedimento de acesso à mesma e a base de recrutamento. Torna-se evidente desde logo que, para cada função que surgir no futuro, a concorrência será nula, desde que o número de candidatos que poderão concorrer a ela não seja superior ao número dos lugares a preencher. Essa eliminação de toda e qualquer concorrência corresponde ao modelo de sucessão pela primogenitura da linha masculina. E ela se aplica, sob o regime antigo, especialmente à função real.

Ainda se torna evidente que, de outro lado, haverá uma concorrência muito áspera pelos lugares a prencher se o campo das candidaturas ficar bastante aberto. É esse o modelo da China dos mandarins: as funções a preencher são atribuídas segundo os diplomas obtidos. O acesso aos diplomas é bastante aberto. Sobre

[1] É evidente que essa observação só se aplica às formas do protestantismo que realizaram essas abolições.

esse modelo histórico pode-se consultar a obra notável de Chung-Li Chang, *The Chinese Gentry; Studies on their Role in Nineteenth Century Chinese Society*, Seattle, 1955.

A referência à China do mandarinato torna patente que pode haver uma sociedade conservadora com as "carreiras abertas aos talentos". Para tanto basta que as posições a preencher sejam definidas de antemão e que os testes destinados ao seu preenchimento sejam administrados pelos ocupantes atuais. O risco é a fossilização.

A sociedade do século XIX não comporta apenas essa "abertura para baixo"; também comporta a abertura para cima. No meu entender, além das posições atualmente conhecidas e que ficarão para ser preenchidas, haverá posições futuras, atualmente desconhecidas, ou melhor, indeterminadas, que serão criadas pela iniciativa de certos indivíduos, que após isso poderão perfeitamente considerar-se *self-made men*, já que não se limitarão a satisfazer as condições conhecidas para galgar posições também conhecidas, mas criarão, por meio de sua atividade específica, posições novas.

Essas posições novas só poderão ser criadas se os homens tiverem liberdade de ação. Será impossível, por exemplo, criar uma empresa importante, cujo sucesso reside no emprego de métodos novos, num ramo de indústria reservado aos mestres reconhecidos com tais, vinculados ao uso de certos procedimentos tradicionais e limitados a dois ou três companheiros ou aprendizes. Ou, para recorrermos a um exemplo dos nossos dias, seria impossível que nos Estados Unidos se desenvolvessem importantes empresas de estudos militares ou sociais se nesse ponto os organismos públicos só pudessem consultar seus empregados diretos.

Mas torna-se evidente desde logo que: 1.º) se para um número limitado de lugares definidos com suficiente precisão o campo dos postulantes é ilimitado, a concorrência será muito áspera; basta citar o exemplo da Escola Nacional de Administração; 2.º) se, além das posições antecipadamente conhecidas, os homens puderem criar posições novas por meio de seu espírito empreendedor, haverá concorrência entre as diversas empresas que forem criadas (e entre as formas de empresa).

Os homens do século XVIII desejavam um sistema novo que comportasse não somente a abertura para baixo, mas também a abertura para cima, não somente a liberdade de candidatar-se a todas as funções, mas ainda a liberdade de empresa de todos os gêneros. Pensaram que, ao suprimir todos os privilégios de acesso às posições, estas seriam mais bem providas, e que, ao suprimir todas as restrições quanto aos métodos de trabalho, os mais efi-

cientes se imporiam. Pareceu-lhes que com essas modificações fundamentais a ganhadora seria a sociedade.

Se somos tentados a pensar que agiram mal devemos, antes de julgá-los, tomar por termo de comparação a condição atual dos povos entre os quais a mesma revolução dos costumes não se verificou no mesmo tempo.

O clima de concorrência

É perfeitamente compreensível que o clima resultante da incitação e da exposição à concorrência pareça ser de uma terrível dureza. Realmente, ele o foi. E Sismondi sentiu-se indignado com isso:

> "A escola crematística mostra-se deslumbrada diante dos estabelecimentos de peneiragem da Gironda que tornam inúteis os moleiros; diante das fábricas de tonéis do Loire, que tornam inúteis os toneleiros; diante das empresas de navegação a vapor, de diligências, de ônibus, de estradas de ferro que, contando com capitais imensos, substituem a indústria mesquinha dos barqueiros, dos carreteiros, dos carroceiros independentes. Cada um destes possui um pequeno capital, é mestre; pelo contrário, todo o trabalho das grandes empresas é feito por pessoas assalariadas, por proletários... Será que nunca se há de perceber que em nome da riqueza e da economia o homem é empurrado de um lado para outro, que se prova a cada profissão em particular que ela já não é necessária, e que não haverá necessidade de mudar o tom da linguagem para persuadir as nações de que por motivo de economia elas deveriam deixar de existir?" (*Etudes sur l'économie politique,* Paris, 1836, pp. 41-42.)

E o autor exprime certa nostalgia pelo sistema das corporações:

> "Não há dúvida de que, considerado sob o ponto de vista das coisas, sob o ponto de vista da criação da riqueza e segundo as regras da crematística, esse sistema é mau; representa um obstáculo à abundância, ao aperfeiçoamento e ao barateamento dos produtos. Mas será que, quanto às pessoas, foram calculados todos os efeitos de sua destruição? Ele representava uma poderosa força de retenção dos

camponeses, sempre empenhados em dirigir-se às cidades, mesmo perdendo a saúde, a independência e a felicidade; constituía um obstáculo quase insuperável ao crescimento desmesurado da população industrial, já que o número dos mestres era limitado, e nenhum trabalhador casava antes de se tornar mestre; mantinha a igualdade entre os mestres, assegurando a cada um deles a independência e a mediocridade, em vez de permitir que um deles reunisse em sua oficina centenas de operários e engolisse a indústria dos outros; assegurava a qualquer pessoa que entrasse na carreira industrial uma subsistência suficiente desde o momento em que começasse a trabalhar, um progresso lento mas seguro em direção à abastança, uma condição segura para si mesmo e para a família quando chegasse à idade madura." (*Etudes sur l'économie politique,* Paris, 1837, pp. 25-26.)

Mas o protesto mais eloqüente e violento contra a degradação moral do clima de concorrência é o de Thomas Carlyle, surgido pela primeira vez em 1829 (*Chartism*) e desenvolvido em 1843 (*Past and Present*). É interessante conhecer sua definição de concorrência: "Cada um por si e que o diabo carregue os que ficam para trás!"

O darwinismo social

Como justificar esse clima impiedoso? Por meio do darwinismo.

Mas como isso é possível? Foi só em novembro de 1859 que Charles Darwin publicou seu livro *Da Origem das Espécies por Via da Seleção Natural; ou da Preservação das Raças Favorecidas na Luta pela Vida.*

Isso não deixa de ser verdade. Acontece que a teoria da evolução biológica através da luta pela vida reflete sob todos os aspectos as idéias sobre o progresso social realizado pela concorrência, que predominavam na Inglaterra ao tempo de Darwin. A esse respeito podem consultar-se especialmente os trabalhos de Herbert Spencer (1820-1903), anteriores à *Origem das Espécies.*

Pode-se observar que a crença na fixidez das espécies se harmoniza muito bem com a visão da sociedade como um ecossistema estável de formas permanentes, que a idéia do transformismo, já formulada por Lamarck, se harmoniza com uma sociedade em rápida transformação e, enfim, que o modo de transformação por

seleção natural corresponde ao modo de transformação por via da concorrência.

Os socialismos e a concorrência

Este capítulo tão breve sobre a concorrência só figura neste lugar porque ajuda a estabelecer distinção entre os socialismos franceses, que representam uma reação contra o clima de concorrência e reclamam a *associação* para pôr paradeiro ao mesmo, e o socialismo marxista, que espera que o desenvolvimento da concorrência prepare o advento das condições do socialismo.

14.

A idéia de associação

Meio século separa a execução de Babeuf (maio de 1797) da redação do *Manifesto do Partido Comunista* (fins de 1847). Esse meio século é marcado pelo avanço das idéias socialistas. Existe uma diferença muito grande entre essas idéias. Cerca de meio século após a redação do *Manifesto do Partido Comunista,* ou seja, em 1895, Engels celebra a eliminação dos "numerosos evangelhos confusos das seitas com suas panacéias" em benefício da "teoria *única* de Marx, universalmente reconhecida". Marx empenhou-se nessa eliminação com uma obstinação extremada: os termos mais ásperos de seus escritos foram dirigidos aos socialistas não marxistas.

Não pretendo descrever aqui as idéias socialistas da primeira metade de século com sua rica variedade; minha intenção consiste tão-somente em colocar em evidência a idéia matriz que lhes é comum: a idéia de associação.

Uma ligação entre iguais

A idéia de associação guarda uma relação estreita com a da igualdade: trata-se de uma ligação entre iguais, na qual cada um contrata as mesmas obrigações.

Dessa forma, essa relação oferece um contraste patente com todas as ligações que se formam entre Primus e Secundus, com base numa superioridade que Secundus reconhece em Primus, ligações estas que comportam perfeitamente certas obrigações recíprocas, que todavia não são da mesma natureza na direção descendente e na direção ascendente.

Vejamos alguns exemplos de ligações entre *desiguais.* Em primeiro lugar temos a relação de *clientela,* relação esta que é muito antiga e que vemos representada sob diversos aspectos em todas as sociedades e em todos os regimes. Primus é poderoso;

Secundus vem oferecer-se como *cliente,* esperando que o *patrão* lhe forneça proteção, apoio e condições de progresso. Não deixa de existir um *quid pro quod,* mas há uma diferença entre a natureza daquilo que o cliente faz pelo patrão e o que este faz por aquele. Acontece muitas vezes que o cliente sai ganhando na operação, que o patrão faz muito mais por ele do que ele mesmo faz pelo patrão. Nem por isso a relação deixa de fundar-se no reconhecimento da superioridade de Primus.

Examinemos o contrato de locação de serviços. Primus é rico, enquanto Secundus apenas dispõe de seus braços: aluga-os e, mediante o preço convencionado, Primus dispõe dos mesmos. Mais uma vez a relação funda-se na superioridade de Primus e a obrigação daquele que paga o salário convencionado é de natureza diversa daquela de Secundus.

Ao contrário das relações entre desiguais, que comportam a heterogeneidade das prestações recíprocas, a associação é uma relação entre iguais, onde as obrigações são homogêneas. É essa a razão de princípio que, no entender de Rousseau, faz da associação o modelo de organização política, e para os primeiros socialistas, o modelo de organização econômica.

A associação como idéia política

Rememoremos, num esboço muito breve, de que forma o *Contrato Social* constitui a teoria do corpo político visto como associação.

É justamente porque a paridade das funções e das obrigações representa seu conceito central que Rousseau repele violentamente a idéia de representação. ("No momento em que um povo dá representantes a si mesmo, deixa de ser livre; já não é." — *Du contrat social,* livro III, cap. XV.) Entre representantes e representados existe uma *desigualdade* de situações e de funções; o representado perde as funções de associado, e ainda os respectivos sentimentos.

Para Rousseau, que é moralista, a associação não é uma ficção jurídica; deve ser uma realidade psicológica. E só pode sê-lo se o corpo político for muito pequeno e muito homogêneo, para que cada cidadão se sinta como um participante ativo. E para que esse sentimento de participação ativa se conserve, é necessário que os negócios comuns sejam muito simples, pois só assim o povo reunido poderá ele mesmo elaborar regras para esses negócios:

> "Suponhamos que o Estado seja composto de 10.000 cidadãos. O soberano só pode ser considerado coletivamente, sob a forma de um corpo. Mas cada particular, como súdito, é considerado um indivíduo. Dessa forma o soberano está para o súdito como 10.000 estão para um; isso significa que cada membro do Estado não tem de sua parte mais de um décimo milésimo da autoridade soberana, embora a ela esteja inteiramente submetido. Se o Estado for composto de 100.000 homens, a condição dos súditos não se modificará; cada um suporta de forma igual todo o império das leis, enquanto seu sufrágio, reduzido a um centésimo milésimo, tem dez vezes menos importância na elaboração das mesmas. Dessa forma, enquanto o súdito sempre continua a ser um, a relação de soberania aumenta na proporção do número de cidadãos. Daí se conclui que, à medida que o Estado cresce, a liberdade diminui." (*Du contrat social*, livro III, cap. I.)

Em vez de "Estado", leia-se "corpo de cidadãos", e em vez de "liberdade", "participação". Dessa forma chegaremos àquilo que pode ser denominado uma "lei positiva das associações", lei esta que pode ser enunciada da seguinte forma: "*Se as demais condições permanecerem inalteradas,* o associado médio terá os sentimentos associativos tanto menos vivos quanto mais numerosa for a associação." Grifei a oração "se as demais condições permanecerem inalteradas", já que a mesma constitui uma ressalva cuja importância não pode ser menosprezada. Compreende-se que aquilo que acaba de ser designado como "lei positiva das associações" tenha levado Rousseau muito naturalmente a esta conclusão:

> "Bem examinadas as coisas, não vejo como doravante o soberano poderá conservar entre nós o exercício dos direitos, se a cidade não for muito pequena." (*Du contrat social*, livro III, cap. XV.)

Não é somente por questões objetivas, mas também e sobretudo por razões psicológicas que Rousseau expõe em detalhe a perda do sentimento da importância da participação individual do cidadão.

Em face da importância que Rousseau — que fala principalmente como moralista — atribui a esse sentimento, torna-se compreensível que receie seu enfraquecimento pela *diluição* no corpo político que se torna muito numeroso, e que receie ainda esse

enfraquecimento em virtude de sua *divisão*, que se verificará se o cidadão ingressar em *associações particulares*, caso em que haverá o risco de se sentir mais ligado a estas que à associação geral, já que são menos numerosas e mais homogêneas.

A associação una e indivisível

Que o corpo político é uma associação e que não há necessidade de outras associações dentro do Estado são idéias encontradas no *Contrato Social.* Mas duvido que por elas devamos prestar homenagem a Rousseau, tão rico em idéias originais: as que acabam de ser citadas por certo não o são.

A cidade antiga era concebida como uma associação ou, mais precisamente, aquilo que naturalmente entendemos pela palavra associação é derivado da imagem da cidade antiga. As famílias não estão espalhadas; no dizer de Cícero, seus tetos são conjuntos, estando agrupados em torno da praça onde se reúnem os pais e cercadas pela muralha que assegura a defesa comum. O concidadão é um *socius* nas deliberações tomadas em praça pública, na guarda das muralhas e nas expedições militares. A cidade antiga oferece-nos a imagem simples dos interesses comuns, geridos, defendidos e promovidos em conjunto.

A monarquia do *Ancien Régime* oferece um contraste perfeito com a cidade antiga, pela especialização permanente do comando (o rei), da administração (o corpo de funcionários) e do exército (perfeitamente distinto do povo). A imagem montanhesa foi a de um retorno à cidade antiga. De passagem convém lembrar que, em todo o *Contrato Social*, Rousseau demonstrou a impossibilidade "sociológica" de um retorno dessa espécie[1].

Quanto à interdição das associações particulares, ela representava a tradição do direito público da França antiga, tradição esta que foi esposada com um vigor derradeiro pela Revolução Francesa.

O nosso antigo direito e as associações

O termo associação não figura em nosso antigo direito, que conhecia as sociedades de comércio (no direito privado) e as comunidades (no direito público).

---

[1] Ver nosso estudo "Théorie des formes de gouvernment chez Rousseau", publicado na revista *Contrat social,* n.° 6. vol. VI.

Quanto a estas últimas, Domat exprime-se da seguinte forma em seu *Droit public* (livro I, título XVI, seção I):

"I. — As comunidades são assembléias de várias pessoas unidas em um corpo formado *com a permissão do príncipe,* distinto das outras pessoas que compõem um Estado e estabelecido para um benefício comum àqueles que pertencem ao corpo, *e que guarda certa relação com o bem público.* O que faz com que as comunidades sejam perpétuas e as distingue das sociedades que estudamos no título da sociedade nas leis civis é o seguinte: estas últimas formam-se exclusivamente a bem de interesses particulares, sem necessidade da permissão do príncipe, e apenas por um tempo determinado, ou no máximo pelo tempo de vida dos associados.

II. — Essas comunidades são de três classes. A primeira classe compreende as que interessam principalmente à religião, como os capítulos das igrejas catedrais e colegiais, os mosteiros e outras. A segunda é a das comunidades ligadas à política temporal, como as comunidades das cidades, que costumam ser chamadas de corpos das cidades, as de artesãos e outras. E a terceira compreende as comunidades que interessam à religião e à política temporal, como as universidades compostas de professores de Teologia e de Ciências Humanas.

....

Seção II:

I. — A primeira regra de política das comunidades é que as mesmas são criadas por um motivo de interesse público e por ordem ou permissão do príncipe, já que, conforme foi dito no lugar próprio, *todas as assembléias de várias pessoas, que não tenham essa ordem ou permissão, são ilícitas.*"

O texto ao qual faz remissão a última frase é encontrado no mesmo livro, título II, seção II:

"Artigo 14. — Uma vez que corresponde à ordem e à política do Estado que não só os crimes, mas tudo aquilo que possa perturbar a tranqüilidade pública ou colocá-la em perigo seja reprimido, e que por isso *todas as assembléias de várias pessoas sejam ilícitas* em virtude do perigo representado por aquelas que possam ter por fim qualquer empre-

sa contrária ao público; até mesmo as que só tenham como finalidade causas justas não poderão formar-se sem uma aprovação expressa do soberano, concedida com base na utilidade que nelas possa encontrar. Com isso torna-se necessária a obtenção de permissão para estabelecer quaisquer corpos e comunidades eclesiásticas ou leigas, regulares, seculares e de qualquer outra espécie, capítulos, universidades, colégios, mosteiros, hospitais, corporações de ofícios, confrarias, câmaras das cidades ou de outros lugares, e todas as demais entidades que reúnam várias pessoas para qualquer fim que seja. E só o soberano poderá conceder a permissão e aprovar os corpos e as comunidades às quais possa ser concedido o direito de reunião."

Acentuação da desconfiança para com as associações

A Revolução, que espoliou e dissolveu as comunidades existentes sob o *Ancien Régime,* promulgou um decreto extremamente severo contra as coalizões de trabalhadores (cujo desenvolvimento se explicava pelo inconveniente que representava para a classe trabalhadora a estabilidade dos salários, numa época em que o custo de vida subia cada vez mais).

Buchez e Roux escreveram a esse respeito:

"Depois do dia 14 (de junho de 1791), a questão das coalizões foi resolvida quase sem discussão. Veremos em que doutrina singular se baseou a lei então decretada, e ainda em vigor (tais palavras foram escritas em 1834!). Aliás, a extensão em que a verdadeira base revolucionária se apagou na mente dos patriotas mais sinceros torna-se evidente pelo fato de que nenhum deles fez ouvir sua voz na oportunidade." (*Histoire parlementaire de la Révolution française,* t. X, p. 193.)

A seguir transcreveremos alguns artigos do decreto (que foi apresentado por Le Chapelier):

"Artigo 1.º — A abolição de todos os tipos de corporações de cidadãos do mesmo estado e da mesma profissão é uma das bases fundamentais da Constituição francesa, motivo por que é proibido restabelecê-las de fato, sob qualquer pretexto ou em qualquer forma que seja.

Artigo 2. — Os cidadãos do mesmo estado ou profissão, os empresários, os que tenham loja aberta, os trabalhadores e companheiros de qualquer arte, quando estiverem reunidos, não poderão nomear presidente ou secretário-síndico, manter registros, expedir ordens, tomar deliberações ou elaborar regulamentos relativos aos seus *pretensos interesses comuns*.

Artigo 3.º. — É proibido a todas as entidades administrativas ou municipais receber qualquer mensagem ou petição de uma classe ou profissão e dar-lhe qualquer resposta. Ainda lhes é ordenado que declarem nulas as deliberações que possam ter sido tomadas dessa maneira e que velem cuidadosamente para que não lhes seja dado qualquer tipo de execução.

Artigo 4.º — Se os cidadãos dedicados às mesmas profissões, artes e ofícios, contrariando os princípios da liberdade e da Constituição, tomarem deliberação ou celebrarem convenções entre si, que tenham por fim recusar por mútuo acordo, ou só concordar em fornecer a um preço determinado os recursos de seu trabalho ou indústria, tais deliberações e convenções, acompanhadas ou não de juramento, são declaradas inconstitucionais e atentatórias à liberdade e à declaração dos direitos do homem, e destituídas de qualquer efeito; as entidades administrativas e municipais assim deverão declará-las; os autores, chefes e instigadores que as tiverem provocado, redigido ou presidido serão citados perante o tribunal de polícia, a requerimento do procurador da comuna, e condenados à multa de 500 libras, e ainda terão suspensos por um ano todos os direitos de cidadãos ativos, bem como o de ter assento nas assembléias.

Artigo 5.º — É proibido a todas as entidades administrativas e municipais, sob pena de responsabilidade de seus membros, dar resposta em seu próprio nome, empregar, admitir ou permitir que alguém admita nos trabalhos de sua profissão, em qualquer serviço público, os empresários, trabalhadores e companheiros que tenham provocado ou assinado tais deliberações, a não ser que por sua própria iniciativa se tenham apresentado ao cartório do tribunal de polícia para retratar-se ou desdizer-se. Etc."

Esse rigor oferece um estranho contraste com a sujeição das assembléias eleitas às deliberações tomadas e às petições apresentadas por uniões de finalidade política. Entre essas atitudes hete-

rogêneas, a negativa é a que será generalizada posteriormente no artigo 291 do Código Penal, que proíbe a formação de qualquer associação de mais de 20 pessoas, salvo derrogação concedida discricionariamente pelo Governo. O P.e Waline ressalta o quanto esse dispositivo destoa do princípio da liberdade contratual (M. Waline, *L'Individualisme et le Droit*, Paris, 1945, p. 182).

Tocqueville e a associação na América

Diante do que foi exposto, não admira que Tocqueville, que vinha da França, se sentisse espantado com o grande número de associações existentes nos Estados Unidos e com as funções muito diversificadas que elas desempenhavam na sociedade.

Na segunda parte da obra *De la démocratie en Amérique* (publicada em 1839), Tocqueville escreveu o seguinte:

> "Os norte-americanos de todas as idades, de todas as condições, de todas as disposições de espírito, unem-se incessantemente. Não só possuem associações comerciais e industriais de que todos participam, mas dispõem ainda de milhares de outras espécies: associações religiosas, morais, associações sérias e fúteis, muito gerais e fortemente particularizadas, de gente muito grande e muito pequena; os norte-americanos associam-se para celebrar festas, fundar seminários, construir albergues, levantar igrejas, propagar livros, enviar missionários aos antípodas; dessa forma criam hospitais, prisões, escolas. Quando se trata de fazer vir à luz do dia uma verdade ou desenvolver um sentimento de apoio a um grande exemplo, eles se associam. Quando na França virdes o Governo à frente de um empreendimento novo e na Inglaterra um grande senhor, podereis ter certeza de que nos Estados Unidos encontrareis uma associação.
>
> Encontrei nos Estados Unidos tipos de associações dos quais, devo confessar, não tinha a menor idéia, e muitas vezes admirei a habilidade infinita com que os habitantes do país conseguem fixar um objetivo ligado aos esforços de grande número de homens e fazer com que marchem livremente nessa direção." (Tocqueville, *op. cit.*, 2.ª parte, cap. V.)

Com esse texto Tocqueville quer pôr em evidência a variedade ilimitada de objetos aos quais pode aplicar-se o mesmo proces-

so de união voluntária, de livre agregação de recursos e de esforços, que produz uma capacidade de ação maior que a de qualquer indivíduo que concorra para o objetivo comum.

A produção de grandes capacidades de ação por meio da associação voluntária constitui, em si mesma, um fenômeno de importância capital. Para executar um grande empreendimento há necessidade de grandes recursos. Como consegui-los? Uma frase do texto acima transcrito apresenta três possibilidades: o grande senhor (inglês) possui esses recursos, o Governo (francês) pode *requisitá-los*, a associação norte-americana os *reúne*.

Tocqueville está convencido, de um lado, de que o progresso da civilização exige e continuará a exigir concentrações cada vez maiores de recursos; e, de outro lado, de que a evolução social destrói e continuará a destruir as grandes concentrações em mãos de indivíduos.

Diante disso, ou não se fará aquilo que deve ser feito, e dali resultará um recuo da civilização, ou então far-se-á pelas associações, ou pelo Estado:

> "Um povo em cujo meio os particulares perdem a capacidade de fazer isoladamente grandes coisas sem adquirir a faculdade de as fazerem em comum cedo retornará à barbárie.
>
> . . . .
>
> Nos povos democráticos são as associações que devem ocupar o lugar dos particulaes poderosos que a igualdade de condições fez desaparecer."

Tocqueville evidentemente prefere a atuação das associações à do Estado. Aliás, deixa perceber nitidamente que esta última lhe parece muito provável:

> "É fácil prever que se aproxima o tempo em que o homem estará cada vez menos em condições de produzir ele mesmo as coisas mais comuns e mais necessárias à vida. Portanto, a tarefa do poder social crescerá ininterruptamente, e seus próprios esforços o tornarão mais vasto a cada dia que passa. À medida que ocupa o lugar das associações, os particulares perderão a idéia de associar-se e sentirão uma necessidade cada vez maior de que ele venha em seu auxílio, São essas as causas e os efeitos que se sucedem ininterruptamente.

> ....
>
> A moral e a inteligência de um povo democrático correrão um perigo não menor que seus negócios e sua indústria se o Governo ocupar em toda a linha o lugar das associações."

Para que as associações não deixem que alguém tome o lugar que lhes cabe torna-se necessário que elas o ocupem, que nenhum objeto social lhes seja estranho. É o exemplo que Tocqueville vai buscar na América:

> "Na minha opinião não há nada que mais deva atrair nossas atenções que as associações intelectuais e morais da América. As associações políticas e industriais dos norte-americanos logo despertam nossa atenção. Mas as outras nos escapam; e, quando as descobrimos, nós as compreendemos mal, porque dificilmente temos visto algo de semelhante. Todavia, devemos reconhecer que são tão necessárias ao povo norte-americano como as primeiras, e talvez mais.
>
> Nos países democráticos a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta.
>
> Entre as leis que regem as associações humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens continuem civilizados ou assim se tornem, é necessário que a arte da associação se desenvolva e se aperfeiçoe à medida que aumenta a igualdade das condições."

A antiguidade da associação

O texto notável que acaba de ser transcrito apresenta um ponto extravagante. Em sua última frase, colhemos a impressão de que a associação se torna necessária na medida em que é adquirida a igualdade das condições; e uma frase anterior leva-nos a pensar que essa necessidade surge porque a associação deve ocupar o lugar dos particulares poderosos que a igualdade das condições fez desaparecer. Pode-se perfeitamente objetar a Tocqueville que, para formar associações, os homens não esperaram que faltassem os particulares poderosos: eles o fizeram na presença desses particulares, para enfrentá-los ou para desempenhar as funções de que eles não mais se desincumbiam.

Tenho a impressão de que nesse ponto Tocqueville pecou, contra seu costume, por espírito de sistema. Via na igualdade das condições o ponto central de onde se desenvolviam logicamente todas as características da sociedade norte-americana, e por isso sentiu-se tentado a ver nessa mesma igualdade o princípio que inspirava o espírito de associação dos Estados Unidos; isso o levou a fechar os olhos às origens inglesas, medievais e protestantes do fenômeno.

A objeção que acaba de ser formulada em nada afeta o valor normativo de seu texto. Mas quanto mais se aplaude sua declaração de que "para os povos democráticos a ciência da associação é a ciência-mãe", mais se é levado a examinar as coisas de perto. E a experiência histórica parece demonstrar que as associações são tanto mais bem-sucedidas em desempenhar após a democratização social o papel desejado por Tocqueville quanto mais se tenham desenvolvido antes dela.

Dificilmente poderemos deixar de reconhecer uma ligação entre a fraqueza de nossa propensão à associação e o rigor secular de nosso direito no que se refere a toda criação não autorizada de associações. Se nos Estados Unidos a atitude jurídica tem sido inteiramente favorável às associações, isso não é devido a uma inovação norte-americana, mas a uma simples transferência do direito costumeiro inglês.

Sem dúvida não cometeremos nenhum exagero se dissermos que o problema do "direito de associação" nunca foi regulado no direito inglês, e nem sequer foi proposto. Os homens se associam: eis o fato; e a lei inglesa nunca lhes opôs qualquer obstáculo. Por outro lado, a jurisprudência sempre manifestou a tendência de considerar as situações de fato dali resultantes. O grande jurista Maitland assinalou com toda a razão o espanto que deve produzir num leitor francês o seguinte dispositivo de uma lei inglesa: "Na presente lei e em todas as que se lhe seguirem, a expressão *pessoa* incluirá todos os corpos de pessoas, incorporados ou não incorporados, a não ser que haja uma intenção contrária bem manifesta[2]." Maitland ressalta que esse dispositivo não foi discutido nem provocou qualquer comentário, de tanto que se conforma com as tradições nacionais. Cita grande número de instituições importantes, a começar pela Bolsa de Valores, que no seu tempo ainda não haviam sido incorporadas.

---

[2] Maitland, *Selected Essays,* Cambridge, 1936, no ensaio "Trust and Corporation", datado de 1904. A lei citada por Maitland é o *Interpretation Act* de 1889. O próprio nome revela que sua finalidade consistia exclusivamente em consagrar os costumes.

No entanto, por mais complacente que se mostrasse a jurisprudência para com os corpos que não se revestiam de qualquer forma legal, esse fato os privava de certas capacidades jurídicas. Mas depois de várias gerações encontrou-se um remédio para isso. Ao invés de solicitar ao soberano que o corpo fosse, por incorporação, investido nos direitos que o soberano quisesse fazer derivar do ato, a associação conferiu a si mesma todos os atributos de uma pessoa humana. Para isso fez-se substituir, para todos os atos praticados perante terceiros, por uma ou mais pessoas físicas às quais eram confiados os interesses da associação. Tratava-se dos *trustees*, que eram fideicomissários perante os proprietários e figuravam como proprietários perante o mundo exterior. Ao que parece, esse artifício foi concebido no século XIII pelas ordens mendicantes que precisavam de terras para construir suas igrejas e hospitais e não podiam cumprir em pessoa as obrigações militares então ligadas à posse da terra[3].

A instituição do *trust* desempenha um papel fundamental nos usos dos países de língua inglesa. Se tivesse de expor aqui a teoria política de Hobbes, observaria que, ao contrário de Rousseau, ele distingue dois atos na origem do corpo político: primeiro, um ato de união; depois, um ato pelo qual os associados confiam seus recursos a um homem ou a uma assembléia que "assumirá a figura" do corpo. Não direi que isso é uma *trusteeship*, pois Hobbes concede a esse homem ou assembléia muito mais do que é necessário, mas direi que tal procedimento político imaginário deve ter sido inspirado num procedimento civil correntio.

O grau de realidade quotidiana da associação

A idéia de uma devolução, ainda que mais limitada que a prevista por Hobbes, era totalmente estranha a Rousseau, que chegava a sentir horror por ela.

Pode-se afirmar que as duas imagens do corpo político, cujo contraste se evidencia em Hobbes e Rousseau, são devidas em parte a duas experiências nacionais diferentes em matéria de associação. É bem verdade que isso não representa toda a verdade, e nem sequer a sua parte mais importante: Hobbes é a favor da concentração do poder, e Rousseau contra. Mas se retirarmos em pensamento esses juízos de valor que lhes serviram de inspiração, sem-

---

[3] Neste ponto sentimo-nos tentados a citar uma expressão de Saint-Simon, que alude à monarquia como um fideicomisso perpétuo.

pre restarão na diferença dos modelos os traços de experiências diversas.

Só quem não tem nenhuma experiência prática das associações pode imaginar que um grupo numeroso de associados seja capaz de agir habitual e regularmente em corpo. A falta de experiência em matéria de associação forma o contexto francês de Rousseau. Quem está acostumado às associações sabe que se torna necessário que um número reduzido de pessoas assegure uma gestão permanente. Sentimo-nos tentados a ir mais longe e ressaltar que os interesses que devem ser delegados não são necessariamente os interesses "superiores" da associação. No caso dos *trustees*, podem sê-lo apenas os aspectos materias que constituem o elemento de apoio de uma empresa intelectual ou moral.

A prática das associações proporciona uma visão sociológica das mesmas. Sabe-se perfeitamente que o entusiasmo dos primeiros dias não se manterá inalterado em todos os associados e que a duração do corpo depende da constância de certos indivíduos que a ele se dedicam; e temos de aceitar que ocupem uma posição eminente, já que a associação não se manterá sem o zelo dessas pessoas. Pode-se ir ainda mais longe e dizer que se torna necessário conferir a esses guardiões certos meios de manter os associados negligentes na trilha de sua intenção primitiva[4].

Mas não será fácil aceitar essas realidades políticas da associação se não dispusermos de nenhuma experiência nesse terreno e dela tivermos formado uma imagem ideal; nesse caso ficaremos decepcionados e desencorajados e a associação se dissolverá. É essa uma importante *causa mortis* das associações num país em que elas não tiveram entrada nos hábitos do povo.

Os socialistas franceses e a associação

Os socialistas franceses da primeira metade do século XIX procuraram resolver o problema pelo lado mais difícil quando se propuseram a organizar a economia por meio de associações de trabalhadores.

A idéia era bela. Se a tendência favorecia à união dos trabalhadores, por que não se haveria de uni-los em comunas? Foi a idéia de Fourier e será a de Proudhon, para citarmos apenas os dois nomes mais importantes. Percebem-se perfeitamente os méri-

[4] Esta última tese é aprofundada por Mancur Olson Jr., *The Logic of Collective Action*, Harvard. 1966.

tos morais do projeto, mas também se notam suas dificuldades práticas.

Houve algumas tentativas isoladas de pôr em prática a idéia e também um projeto que examinaremos com mais vagar.

O socialismo num projeto de lei

"O Socialismo num Projeto de Lei" é o título de um artigo de Louis Blanc, publicado em 1849 em seu jornal *Le Nouveau Monde.* Nesse artigo o autor responde à crítica de que os socialistas se limitam a oferecer teorias vagas, esperanças confusas, aspirações várias, sem qualquer sugestão prática. Louis Blanc lembra que, logo após a revolução de 1848, o comitê de Luxemburgo formulou proposições que assumiram a forma de um projeto de lei.

Esse projeto será reproduzido a seguir. Devemos dedicar-lhe todo o interesse, pois se hoje existe entre esse texto e o *Manifesto* a distância que vai do esquecimento total à celebridade extrema, na época essa distância se formava em sentido inverso. Então quase ninguém tinha conhecimento do *Manifesto do Partido Comunista,* redigido por dois jovens, enquanto as proposições que a seguir serão evocadas provinham de um grupo de homens que ocupava uma posição de quase-Governo, sustentado pela opinião do operariado de Paris.

Vejamos o texto:

> "Artigo 1.º — Será criado um Ministério do Progresso cuja missão consistirá em realizar a revolução social, e em promover de forma gradual e pacífica, sem abalos, a abolição do salariado."

Esse artigo dá a entender que a revolução social é um movimento destinado à *abolição do salariado,* que será realizada *progressivamente,* através de uma ação que emana de um *Governo* democrático.

> "Artigo 2.º — Para esse fim, o Ministério do Progresso será incumbido: 1.º) de comprar, com as rendas do Estado, as estradas de ferro e as minas; 2.º) de transformar o Banco de França em banco do Estado; 3.º) de centralizar os seguros, do que resultará um grande benefício para todos e um lucro para o Estado; 4.º) de criar, sob a direção de funcionários responsáveis, grandes entrepostos onde os pro-

> dutores e fabricantes poderão depositar suas mercadorias e gêneros, que serão representados por recibos que terão um valor negociável e poderão desempenhar as funções do papel-moeda; será um papel-moeda totalmente garantido, já que terá por lastro uma mercadoria determinada e devidamente avaliada; 5.º) de abrir, por fim, bazares destinados ao comércio a retalho, como um equivalente dos entrepostos que correspondem ao comércio por atacado."

Nesse artigo deparamos com as nacionalizações. A criação de entrepostos corresponde ao desejo de garantir os produtores contra as vendas em condições prejudiciais, proporcionando assim um estímulo à produção. A emissão de bilhetes, como contrapartida de mercadorias prontamente disponíveis, não parece desarrazoada; por sua natureza, não difere da operação de desconto. Uma idéia mais singular é a do comércio a retalho organizado pelo Estado.

> "Artigo 3.º — Os lucros das estradas de ferro, das minas, dos seguros, do banco, que hoje beneficiam a especulação privada e que sob o novo sistema reverterão a favor do Estado, acrescidos dos que resultarem dos direitos dos entrepostos, integrarão um orçamento especial elaborado pelo Ministério do Progresso: o orçamento dos trabalhadores."

Conforme se verá mais adiante, pelas aplicações propostas, os autores do projeto deviam ter uma idéia estranhamente exagerada do montante dos lucros obtidos pelas empresas que pretendiam nacionalizar. Além disso parece que não se lembraram das necessidades dessas empresas, especialmente das minas e das estradas de ferro, no que dizia respeito ao seu desenvolvimento. Como construir novas linhas ferroviárias, como concluir mesmo as que já estavam em construção? De passagem, lembraremos que ainda nos encontramos no início desse desenvolvimento. Em 1851 a extensão das linhas na França não ultrapassava uns 3.000 km (em 1901 chegou a cerca de 43.000 km).

> "Artigo 4.º — Os juros e amortizações das somas devidas em virtude das operações mencionadas no artigo anterior serão retirados do orçamento dos trabalhadores. O saldo será empregado da seguinte forma: 1.º) no comandita-

> mento de associações de trabalhadores; 2.º) na fundação de colônias agrícolas."

Cabe ressaltar o respeito aos direitos que se manifesta nesse artigo. Propõe-se a indenização dos acionistas das empresas nacionalizadas. Antes de mais nada pagam-se os juros e as amortizações; depois dispõe-se do dinheiro que resta. Evidentemente, aos olhos dos autores do projeto esse resto era enorme. Acontece que não poderia sê-lo, mesmo que a margem de diferença entre os lucros realizados e os juros e amortizações a pagar fosse considerável, conforme imaginavam os homens de Luxemburgo, já que na época os produtos das empresas que seriam nacionalizadas ainda pesavam um pouco no conjunto da economia nacional.

Suponhamos que as empresas a serem nacionalizadas contribuíssem com 5% do total dos valores que compunham o produto nacional da época. Nesse caso seria necessário que o "excedente" disponível para as aplicações do Ministério do Progresso atingisse 20% dos valores criados por essas empresas para proporcionar fundos de investimento equivalentes a 1% do produto nacional!

Vê-se que os autores do projeto Luxemburgo previram uma massa de manobra ínfima para a comandita das associações de trabalhadores por eles proposta.

> "Artigo 5.º — Para fazer jus à comandita do Estado, as associações de trabalhadores deverão ser instituídas segundo um princípio de fraterna solidariedade, de maneira tal que possam adquirir, ao se desenvolverem, um capital COLETIVO, INALIENÁVEL E SEMPRE CRESCENTE [em maiúsculas no texto original], que constitui o único meio de eliminar a usura, grande ou pequena, e de fazer com que o capital deixe de ser uma tirania, a posse dos instrumentos de trabalho um privilégio, o crédito uma mercadoria, o bem-estar uma exceção, a ociosidade um direito."

Não há nada a acrescentar quanto às intenções dos autores.

> "Artigo 6.º — Em virtude disso toda associação de trabalhadores que queira beneficiar-se da comandita do Estado deverá aceitar, como bases constitutivas de sua existência, as disposições que seguem:
>
> Uma vez retirado o preço dos salários, o juro do capital, as despesas de manutenção e de material, o lucro será distribuído da seguinte forma:

> Um quarto será destinado à amortização do capital pertencente ao proprietário com o qual o Estado tenha entrado em negociação."

Demoremo-nos um pouco neste ponto. Ao que parece, o Estado teria entrado em acordo com um industrial já estabelecido para que ele abandonasse seu ativo a favor da associação de trabalhadores. Ainda parece que os autores do projeto são de opinião que o lucro normal corresponde ao quádruplo dos encargos de reembolso do capital. É muito.

Prossigamos:

> "Um quarto será empregado na criação de um fundo de seguro destinado aos velhos, aos doentes, aos acidentados etc.
>
> Um quarto será partilhado entre os trabalhadores, a título de lucro, conforme será estabelecido mais adiante.
>
> Finalmente, um quarto será aplicado na formação de um fundo de reserva cujo destino será indicado em outro dispositivo.
>
> Nessas condições, a associação será constituída num estabelecimento.

Mas a associação constituída num estabelecimento é apenas uma célula de um conjunto que vai sendo esboçado:

> "Depois disso caberá estender a associação a todos os estabelecimentos de uma mesma indústria, a fim de torná-los solidários entre si.
>
> Para isso bastará preencher duas condições:
>
> Antes de mais nada, determinar-se-á o preço de venda; fixar-se-á, considerando a situação do mundo industrial, o montante do lucro lícito, acima do preço de venda, e dessa forma se chegará a um preço uniforme e se impedirá toda concorrência entre os estabelecimentos de uma mesma indústria."

Esse artigo é obscuro. Se o preço de venda varia de empresa para empresa, e se o lucro é uma margem de proporção uniforme relativa ao preço (a fórmula chamada *cost plus,* geralmente empregada nos Estados Unidos para os fornecimentos militares), os preços de venda final serão diferentes; se tiverem de ser uniformizados, os lucros serão diferentes de uma empresa para outra.

Esse problema surgiu na União Soviética. Os autores do projeto Luxemburgo não o viram:

> "Em seguida, estabelecer-se-á em todos os estabelecimentos de uma mesma indústria um salário que não será igual, mas proporcional, já que as condições materiais de vida não são idênticas em todos os pontos da França."

Temos aqui delineado o problema das "zonas de salário". É de presumir que ao tempo de Louis Blanc as diferenças regionais do custo de vida tenham sido mais pronunciadas que hoje.

> "Uma vez estabelecida dessa forma a solidariedade entre todos os estabelecimentos de uma mesma indústria, dever-se-á realizar por fim a condição suprema da ordem, que tornará impossíveis para sempre o ódio, as guerras, as revoluções; será necessário estabelecer a solidariedade entre todos os ramos de indústria, entre todos os membros da sociedade.
>
> Para isso serão indispensáveis duas condições:
>
> Estabelecer a soma total dos lucros de cada ramo de indústria, e partilhar essa soma entre os trabalhadores.
>
> A seguir, usar os diversos fundos de reserva a que aludimos em outro local na formação de um fundo de assistência mútua de todas as indústrias, de forma tal que aquela que num ano se encontre em situação deficiente seja socorrida por aquela que tenha prosperado. Dessa maneira se formará um grande capital que não pertencerá a ninguém em particular, mas a todos coletivamente.
>
> A repartição desse capital pertencente a toda a sociedade será confiada a um conselho de administração ao qual estarão submetidos todos os estabelecimentos. A esse conselho será confiada a direção de todas as indústrias, enquanto um engenheiro nomeado pelo Estado será incumbido da direção de cada indústria em particular.
>
> O Estado executará esse plano por meio de medidas sucessivas. O Estado oferecerá seu modelo, e à margem do mesmo viverão as associações privadas, o sistema econômico atual. Acontece que em nosso entender tamanha será a força de elasticidade de nosso sistema que, estamos convictos, dentro de pouco tempo ele se estenderá a toda a sociedade, atraindo ao seu seio os sistemas rivais, pela força irresistível que irradiará de seu poder. Será a pedra atirada à água que

> formará círculos sucessivos, que nascem um do outro e vão-se alargando sem cessar.
>
> Artigo 7.º — As colônias agrícolas serão fundadas com o mesmo objetivo, segundo os mesmos princípios e sobre as mesmas bases."

Aqui termina a exposição da proposta.

Desde logo podemos assinalar o *espírito de doçura* que caracteriza o projeto. A desapropriação apenas atingirá algumas indústrias e será acompanhada de indenização. No caso das outras indústrias, ao que parece, o Estado recorrerá a negociações com o proprietário para obter a posse dos estabelecimentos nos quais será colocada em prática a associação dos trabalhadores. Dessa maneira teremos três setores: 1.º) Um *setor público,* definido de antemão; 2.º) Um *setor de associações de trabalhadores,* que com ele coexista; 3.º) Um *setor de empresas privadas.*

No espírito de Louis Blanc o segundo setor, que é o das cooperativas de produção, teria triunfado sobre o setor privado; em outras palavras, os dirigentes cederiam sucessivamente suas empresas. Temos razões para pensar que certa agitação de seu pessoal contribuiria para isso:

> "Se a revolução de 1848 — comenta Louis Blanc — só tivesse levado ao poder homens decididos a seguir essa trilha; se, ao invés de uma simples comissão de estudos sem atribuições definidas, sem pessoal administrativo, sem dinheiro, à qual toda experiência prática era proibida de antemão, tivesse sido criado um Ministério do Progresso, incumbido de agir no sentido que acaba de ser indicado, ouso afirmar que a essa hora a regeneração pelo socialismo teria atingido um ponto situado além de todos os debates."

Duas espécies de associação ao invés de uma só

Julgamos interessante transcrever na íntegra um projeto detalhado de passagem ao socialismo. Ele assume o valor de um testemunho do socialismo francês no momento em que este está prestes a perder sua ascendência internacional. O *Manifesto do Partido Comunista* já fora lançado.

A associação dos trabalhadores, destinada à produção, que por razões perfeitamente compreensíveis mereceu a simpatia dos socialistas franceses, representa uma forma de associação que pode-

ria ter prosperado antes que se espalhassem pelo corpo social, de um lado a associação de capitais, ou seja, a sociedade anônima, e de outro lado o sindicato.

Esses dois tipos de associação desempenham funções essenciais na sociedade moderna. As grandes empresas desenvolveramse sob a forma da sociedade anônima. As grandes uniões de trabalhadores criaram coalizões do trabalho (que, aliás, são anteriores às primeiras e podem ser encontradas nos ramos industriais em que predomina a pequena empresa).

São duas espécies de associação ao invés de uma só: a associação de trabalhadores destinada à produção. Ninguém pode contestar que esse dualismo representa um antagonismo, mas essa proposição comporta um complemento. De qualquer maneira, esse dualismo contrasta com o tipo "integrador" da associação imaginada pelos socialistas franceses. E esse tipo de associação dos trabalhadores para a produção, seduzida por sua própria moral, não mais tem ocupado as mentes durante um século[5].

---

[5] Evsey Domar observa no prefácio a um artigo teórico intitulado "The Soviet Collective Farm as a Producer Cooperative", *in American Economic Review*, setembro de 1966; "O caráter democrático atribuído à cooperativa de produção e sua libertação da exploração capitalista há muito tempo a tornaram atraente aos olhos dos socialistas e dos reformadores sociais. Mas sua popularidade não levou seus protagonistas a analisá-la com a mesma curiosidade e diligência que os economistas chamados burgueses dedicaram à empresa capitalista."

15.

O marxismo

A liderança européia de Paris em 1848

Em fevereiro de 1848 Paris fez sua terceira revolução. Nessa revolução pela primeira vez a modificação das instituições sociais é colocada em pé de igualdade com a modificação das instituições políticas.

Louis Blanc nos garante que a lista do Governo provisório foi obtida numa diligência feita em nome do estado-maior do jornal *Le National* na sede do jornal *La Réforme*. Não temos qualquer motivo para duvidar de seu testemunho; sabemos perfeitamente que é assim que as coisas se passam nas épocas de tumulto.

O acordo a que chegaram as duas redações é significativo, em face das suas posições anteriores, assim definidas por Louis Blanc:

> "Sob a direção do Sr. Marrast, homem de letras dotado de prodigioso talento, mas destituído de autoridade, o órgão *Le National* mantém-se cuidadosamente afastado do socialismo. Em vez de um rei, um presidente; em vez de duas câmaras, uma única assembléia; em vez do censo eleitoral, o sufrágio universal: é nisso que consiste a base de sua política."

Temos aqui um resumo muito claro do programa de uma esquerda puramente política. Louis Blanc recrimina *Le National* por essa insistência exclusiva na forma política. Prossigamos na citação:

> "Mas diante de todas as grandes questões que são o tormento glorioso do século XIX: a supressão total do salariado; a abolição da usura, vale dizer, o último privilégio a destruir, o do capital; o estabelecimento do regime da solidariedade universal sobre as ruínas do regime da con-

> corrência; o fim do proletariado e da miséria; diante dessas questões que a sociedade hoje deve resolver sob pena de morrer, *Le National* se mantém esquivo, dividido entre a aversão e o medo.
>
> Não é o que acontece com *La Réforme*. Redigida com muita concisão e vigor por Ferdinand Flocon..."

A orientação de *La Réforme* nos é revelada por alguns extratos de seu programa, que foi redigido por Louis Blanc:

> "A educação dos cidadãos deve ser comum e gratuita. Cabe ao Estado provê-la.
>
> Todo cidadão deve passar pela instrução militar. Ninguém deve furtar-se, por meios financeiros, do dever de concorrer para a defesa de seu país.
>
> Cabe ao Estado tomar a iniciativa das reformas industriais destinadas a promover uma organização do trabalho que eleve os trabalhadores da condição de assalariados à de associados.
>
> Torna-se necessário substituir a comandita do crédito individual pela do crédito do Estado. Enquanto os proletários não tiverem sido emancipados, o Estado deve exercer as funções de banqueiro dos pobres.
>
> O trabalhador tem o mesmo direito ao reconhecimento do Estado que o soldado. Ao cidadão vigoroso e bem disposto o Estado deve o trabalho; ao velho e ao inválido deve ajuda e proteção."

Le National representa a idéia republicana, *La Réforme* a idéia social: sua coalizão promete a república social (Sur les termes d'idée sociale et de république sociale, cf. Jean Dubois, *Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872,* Larousse, 1962).

Ao fundar não só a república, mas uma república que será social, Paris mais uma vez se afirma por "marchar à frente do gênero humano", para empregarmos o estilo do século XIX, ou por exercer a liderança intelectual, na linguagem do século XX.

Tamanho é o prestígio de Paris que sua revolução desencadeia uma série de outras revoluções pela Europa afora. É verdade que nessas outras revoluções a idéia social se tornará muito menos aparente: as idéias preponderantes são a de Constituição e sobretudo a de nação. Mas isso não constitui argumento contra a liderança parisiense; pelo contrário, pode-se dizer que o movimen-

to iniciado por nossa revolução de fevereiro provoca em outras partes movimentos que se fixam principalmente nos pontos em que os outros povos se encontram "em atraso" relativamente à França. Aliás, o sentimento de solidariedade de nossos revolucionários sociais em face das revoluções nacionais revela-se de forma muito impressionante na manifestação popular de 15 de maio, que invadiu a Assembléia Nacional para reclamar nossa intervenção militar a favor da Polônia[1].

A perda da liderança

Em matéria de organizações constitucionais, as idéias de *Le National* são, em 1848, as mais "avançadas" da Europa: são as mesmas que, em 1920, inspiraram as constituições dos novos Estados da Europa e também a nossa Constituição de 1946.

Mas a primazia intelectual de Paris torna-se ainda mais notável nas idéias sociais relativas à organização da sociedade. Basta citar Considérant, Proudhon, Cabet, Pecqueur, entre muitos outros.

Idéias socialistas de todos os tipos são manifestadas em grande número dos 142 periódicos fechados após a revolução de fevereiro[2]. A Comissão de Luxemburgo trabalha para transformar algumas delas em instituições. Não nos parece necessário lembrar que não existe nenhuma ligação entre o sistema de associações de trabalhadores apoiadas na comandita do Estado, para cuja criação se realizam esforços no Luxemburgo, e o engajamento de uma massa confusa de desempregados, devida em parte à crise de 1847, a fim de empregá-los de qualquer maneira que não representasse uma concorrência às empresas privadas, levada a efeito pelo Ministro Marie, adversário dos homens de Luxemburgo. Como sabemos, foi a liquidação brutal dessa operação que desencadeou o drama de junho.

Enquanto isso, no momento em que Paris se encontra no apogeu da liderança intelectual, já ocorreu um fato que deverá deslocar essa liderança para a Alemanha. Esse fato é a redação,

---

1 Depois dessa manifestação a esquerda revolucionária ficou acéfala em virtude da prisão de seus chefes. Dessa forma pode-se dizer, não sem certa aparência de razão, que essa manifestação foi promovida por agentes provocadores, a fim de fornecer um pretexto para as referidas prisões. Ver especialmente Ch. de Lavarenne, *Le Gouvernment provisoire et l'Hôtel de Ville dévoilés,* 1849. De qualquer maneira, é certo que antes de 1848 já se desenvolvia um abominável processo de penetração policial nos meios da extrema esquerda, por meio de uma técnica de provocação.

2 Sobre a imprensa de 1848 ver Robert Dreyfus, "Quarante-huit", *Cahiers de la Quinzaine.* Paris, 1907.

em alemão, de uma brochura intitulada *Manifesto do Partido Comunista*. Os autores são um industrial que se encontra no 28.º ano de vida, chamado Friedrich Engels, e um filósofo que se encontra no 30.º ano, chamado Karl Marx.

A Liga dos Comunistas

É claro que o leitor já está familiarizado com esse trabalho, que é o mais célebre do século. Por isso contentar-me-ei em fazer apenas três observações. Mas, antes de mais nada, farei uma observação sobre o círculo de pessoas que é seu primeiro destinatário. Friedrich Engels contou a história da Liga dos Comunistas[3]. Destaquemos as seguintes passagens:

> "O núcleo da Liga era formado por alfaiates. Em toda a parte havia alfaiates alemães: na Suíça, em Londres, em Paris. Nesta última cidade a língua alemã predominava a tal ponto dentro desse ofício que lá conheci, em 1846, um alfaiate norueguês que em 18 meses havia aprendido muito bem o alemão, mas praticamente não aprendera uma única palavra de francês. Em 1847 duas das comunas[4] de Paris eram compostas principalmente de alfaiates, e outra de marceneiros.
>
> ....
>
> Os membros da Liga, ou ao menos aqueles dentre eles que eram trabalhadores, eram quase todos artesãos propriamente ditos. Na maior parte das vezes o homem que os explorava não passava de um pequeno patrão. A exploração propriamente dita da costura em grande escala, que hoje em dia costuma ser chamada de confecção, realizada por meio da transformação do ofício em indústria domiciliar mantida por um grande capitalista, mal havia sido iniciada em Londres. De um lado, o explorador desses artesãos era um pequeno patrão; de outro lado, todo o mundo esperava transformar-se um dia num pequeno patrão. Além disso o artesão alemão daqueles tempos ainda estava infiltrado por uma multidão de idéias herdadas das antigas corporações. E o

---

[3] Esse texto pode ser encontrado nas pp. 68 s. do volume da edição Molitor cujo principal título é *Karl Marx devant les jurés de Cologne*, e ainda nas pp. 4 s. do volume intitulado *Manifeste du parti communiste*. Bureau d'éditions, Paris, 1936.

[4] Hoje diríamos "células".

> que mais os honra é que esses homens, que ainda não eram proletários na plena acepção do termo, que apenas constituíam um elemento complementar da pequena burguesia, embora estivessem em via de evoluir em direção ao proletariado moderno, sem todavia se encontrarem em oposição direta à burguesia, ou seja, ao grande capital — o que mais os honra, conforme dizíamos, é que esses artesãos fossem capazes de antecipar instintivamente a evolução futura de sua situação e de constituir-se, embora ainda não tivessem plena consciência disso, numa parcela do proletariado."

Meditemos sobre esse texto. O primeiro ambiente operário em que Marx e Engels encontram apoio não é de forma alguma o do pessoal da grande fábrica, onde os operários são amontoados e organizados militarmente[5]; é um meio bem diferente, muito mais disposto a pensar e a raciocinar, isso, sem dúvida, em grande parte por causa de sua origem étnica. De qualquer maneira é notável que o mais original dos sindicatos norte-americanos tenha sido fundado em Nova York por um grupo de trabalhadores do ramo de vestimentas, que trabalhavam em locais dispersos e usavam a língua alemã.

É esse o trampolim do *Manifesto*. Onde encontrará ele alguma recepção? Por certo não será na Inglaterra, que é o país industrialmente mais avançado. Cabe notar que sua tradução para o inglês e sua publicação na Inglaterra demoraram algum tempo: o documento só será impresso nessa língua em 1850. Por outro lado, foi publicado em francês na primavera de 1848, mas, ao que parece, essa publicação não sobressaiu em meio a uma massa de outras.

É na Alemanha que o manifesto encontra sua grande recepção; numa Alemanha, cabe ressaltar, que na época é industrialmente menos avançada que a França e, portanto, muito menos que a Inglaterra.

Por fim, o terceiro ponto que deve ser assinalado é que o manifesto é obra de intelectuais burgueses que se apaixonaram pelo proletariado. De forma alguma representa uma emanação do proletariado. É bem verdade que entre os próprios trabalhadores existe um — o alfaiate Weitling — que se revelou como teórico. Engels diz a seu respeito:

---

[5] Segundo a descrição tão preciosa, "a indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do burguês capitalista. As massas de operárias, aglomeradas na fábrica, são organizadas militarmente. É como se fossem simples soldados da indústria submetidos a uma hierarquia completa de oficiais e suboficiais." (*Manifesto do Partido Comunista*).

> "Em Weitling temos um teórico comunista que podemos colocar tranqüilamente em posição paralela à de seus concorrentes franceses."

Mas um pouco adiante Engels nos diz que o comunismo desenvolvido por ele mesmo, de um lado, e por Marx de outro lado é essencialmente diferente. É o próprio Engels que faz circular no seio da Liga dos Comunistas suas idéias essencialmente diferentes que credita a Marx, obliterando-se a si mesmo. E é assim que o relojoeiro Moll vem de Bruxelas para pedir a Marx que exponha suas idéias em Londres. Engels participa do Congresso da Liga, realizado no verão de 1847, mas Marx só comparecerá ao segundo congresso em novembro de 1847.

Não há como deixar de reconhecer no relato acima a prova do poder de iniciação do espírito. Temos um meio operário especialmente alerta no plano intelectual e curioso pelo que lhe possa trazer uma jovem filosofia, se bem que, para suas famílias e para si mesmos, seus membros pertençam às "profissões liberais".

Autobiografia intelectual de Karl Marx

Este curso abrange as idéias, não os autores. Mas Karl Marx é uma personalidade de tamanha importância histórica que se torna necessário dizer algo sobre sua formação intelectual. Para tanto, será preferível deixarmos que ele mesmo fale, pois foi o que fez em sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859).

Ninguém me há de levar a mal a extensão do trecho que passo a transcrever:

> "Neste ponto posso fornecer algumas indicações sobre meus próprios estudos de economia política.
>
> Minha especialidade era a jurisprudência; mas a ela me dediquei em segundo plano, depois da filosofia e da história. Em 1842-1843, quando era redator da *Rheinische Zeitung,* vi-me pela primeira vez na situação embaraçosa de ter de dizer uma palavra sobre aquilo que costuma ser chamado de interesses materiais. Os debates do *Landtag* renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então presidente da província renana, mantinha com a *Rheinische Zeitung* sobre a situação dos camponeses do Mosela e, por fim, os debates sobre o livre-câmbio e o protecionismo proporcionaram-me as

primeiras oportunidades de ocupar-me com as questões econômicas. De outro lado, naquela época em que a boa vontade de "ir para a frente" muitas vezes compensava a falta de conhecimentos técnicos, o socialismo e o comunismo francês fizeram chegar à *Rheinische Zeitung* um eco impregnado de ligeiro matiz filosófico. Protestei contra a sabotagem, mas ao mesmo tempo, numa controvérsia com a *Allgemeine Augsburger Zeitung,* declarei de forma inequívoca que os estudos até então realizados por mim não permitiam que eu me arriscasse a proferir um julgamento sobre o conteúdo das teorias francesas. Os gerentes da *Rheinische Zeitung* estavam embalados na doce ilusão de, por meio de uma atitude mais moderada, fazer revogar a sentença de morte pronunciada contra nós; no entanto, aproveitei-me avidamente do pretexto para retirar-me do cenário público e fechar-me em meu gabinete de trabalho.

A primeira tarefa que encetei para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, cuja introdução apareceu, em 1844, nos *Deutsch-französische Jahrbücher,* publicados em Paris. O resultado de minhas pesquisas foi o seguinte: as condições jurídicas e as formas políticas não podem ser explicadas por si mesmas, nem por aquilo que é designado como a evolução geral do espírito humano; antes, têm seu fundamento nas condições de vida materiais que, segundo o exemplo inglês e francês do século XVIII, são designadas por Hegel pelo nome genérico de "sociedade civil"; e é na economia política que devemos procurar a anatomia da sociedade civil. Depois de ter iniciado em Paris o estudo da economia política, nele prossegui em Bruxelas, onde me refugiei em virtude de uma ordem de prisão e de expulsão contra mim expedida pelo Sr. Guizot. O resultado geral a que cheguei, e que serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser resumido da seguinte forma: na produção social de sua vida, os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade; são relações de produção que correspondem a certo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, que é a base real sobre a qual se levanta uma estrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais predeterminadas de consciência. O modo de produção que se insere na vida material constitui condição do processo social, político e intelectual da vida em geral. Não

é a consciência dos homens que determina sua vida, e sua vida que determina sua consciência. Em certo grau de desenvolvimento as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as condições de produção existentes; ou, para empregar as palavras que apenas constituem a expressão jurídica do mesmo fenômeno, com as condições de propriedade sob as quais até então se desenvolveram. Essas condições, que eram formas evolutivas das forças produtivas, transformam-se em entraves. É nesse momento que se inicia uma época de revolução social. A modificação da base econômica traz consigo uma subversão mais ou menos rápida da enorme superestrutura. Ao estudarmos as subversões desse tipo sempre devemos estabelecer distinção entre a subversão material, que se realiza nas condições econômicas da produção e pode ser constatada com precisão científica, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, em uma palavra, as formas ideológicas por meio das quais os homens tomam consciência desse conflito e se esforçam por resolvê-lo. Se não podemos julgar um indivíduo com base naquilo que ele pensa de si mesmo, tampouco podemos julgar uma época de revolução como essa com base na consciência que ela tem a seu próprio respeito; devemos, pelo contrário, explicar essa consciência por meio das contradições da vida material, por meio do conflito que se estabeleceu entre as forças produtivas sociais e as condições de produção. Uma formação social nunca desaparece antes que se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que ela pode conter; e as condições de produção superiores nunca se instauram numa sociedade antes que suas possibilidades materiais de existência tenham surgido no seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se propõe tarefas que não pode resolver. Na verdade, se examinarmos as coisas mais de perto, sempre haveremos de descobrir que a tarefa se apresenta no lugar em que as condições materiais necessárias à sua realização já existem ou ao menos estão em via de formação. Em linhas gerais podemos considerar os modos de produção asiáticos, antigos, feudais e os da moderna sociedade burguesa como etapas graduais da formação econômica da sociedade. As condições burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo de produção social. No entanto, não se trata de um antagonismo individual; trata-se de um antagonismo decorrente das condições sociais em que vivem os indivíduos. Acontece que as forças produtivas que se

desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais que permitem a solução desse antagonismo. Com essa formação social termina a pre-história da sociedade humana."

Progresso econômico e rigidez social

Atendo-me à parte teórica desse texto, quero observar que a visão histórica de Marx se apóia sobre um modelo que compreende, de um lado, o crescimento gradual das forças produtivas e, de outro lado, a rigidez da ordem social.

Que as modificações das atividades humanas e de seus resultados determinam certas regras e costumes e exigem o ajustamento de umas e outros às novas circunstâncias são verdades que nos parecem evidentes. O que se afigura surpreendente na visão de Marx é que ele nunca espera que esse ajustamento se realize em virtude de certa "elasticidade" da ordem social, que a faça responder às necessidades resultantes de circunstâncias novas. Aos seus olhos, a ordem social é um quadro rígido que não se ajusta ao crescimento das forças produtivas: estas esbarram nesse quadro, que deve ser destruído.

Nessa conformidade, a produção é de natureza evolutiva, enquanto a ordem social é de natureza rígida. Não pode haver qualquer ajuste, mas apenas mutações; e essas mutações só poderão ser realizadas por uma brutal comoção política.

Na ordem econômica, o progresso; na ordem social, a mutação; na ordem política, a revolução: tal é, a meu ver, a trilogia de Marx.

O marxismo é um otimismo sistemático a longo prazo aliado a um pessimismo sistemático a médio prazo. É impossível que a marcha da história deixe de conduzir ao melhor regime social, mas também é impossível que chegue lá sem um drama, já que as camadas dominantes necessariamente opõem obstáculos às modificações da ordem social que estão por vir.

Nesse sistema de pensamento, a violência revolucionária desempenha um papel que é ao mesmo tempo indispensável e secundário. É indispensável porque a camada dirigente jamais concordará com as modificações que se tornam necessárias. E é secundário porque a hora da mudança não é determinada pela vontade política, mas pelo curso da evolução. Vale repetir a fórmula de Marx: "Uma formação social nunca desaparece antes que se

tenham desenvolvido todas as forças produtivas que ela pode conter."

Essa frase desempenha um papel fundamental nas controvérsias que se travam no seio do marxismo. É que, se as forças produtivas ainda estão em via de desenvolvimento no seio do sistema atual, a hora de sua derrubada violenta ainda não soou. Temos aqui uma atitude política que pode perfeitamente invocar o nome de Marx. De outro lado, porém, a mudança social não se realizará sem a violência, e esse apelo à violência também pode invocar o nome de Marx.

Determinismo e voluntarismo

Não há necessidade de assinalar que no caso não se trata de controvérsias acadêmicas: toda a história do século XX está ligada a essa dualidade de pontos de vista.

É nos países economicamente mais desenvolvidos que deve verificar-se o conflito entre as forças produtivas e a ordem social e, por via de conseqüência, a revolução social. Acontece que foi nos países economicamente menos desenvolvidos da Europa e, posteriormente, num país asiático ainda menos desenvolvido que o comunismo conquistou o poder.

Será que Lênin e Mao Tsé-tung foram maus comunistas? Mas será que eles não poderiam apoiar-se na atitude que Marx tomou em fins de 1847, quando acreditava que se encontrava nas vésperas da revolução social? Não terão eles aplicado exatamente a tática de conquista do poder exposta por Marx no texto notável sob todos os pontos de vista contido na mensagem que o Conselho Central dirigiu à Liga dos Comunistas em março de 1850[6]?

Serão então os partidos marxistas dos países industrializados que se têm revelado maus discípulos de Marx? De forma alguma, pois Marx e Engels em pessoa reconheceram que se haviam enganado ao contar com a eclosão da revolução social em países tão pouco desenvolvidos (os países da Europa ocidental continental em 1848) que a evolução capitalista ainda tinha um longo caminho a percorrer, conforme diz Engels (*infra*).

Como resolver a contradição? Uma vez que não nos cabe realizar um minucioso estudo marxológico, limitar-nos-emos a dizer que, como filósofo, Marx propôs uma visão sistemática da

[6] O texto pode ser encontrado nas pp. 231 s. do volume da edição Molitor intitulado *Karl Marx devant les jurés de Cologne.*

história, segundo a qual as coisas acontecem quando chega a hora, enquanto na simples condição de homem desejava a destruição de um sistema que o chocava e sugeriu meios políticos para essa destruição. Como filósofo é determinista; como homem é voluntarista. ...

Não há dúvida de que os trabalhos que escreveu depois de se ter fixado em Londres, em 1850, pendem para o lado filosófico, científico e determinista, e é nesse sentido que se exprimirá Engels, seguindo seu exemplo.

De outro lado, foram seus textos voluntaristas, de tom blanquista, que inspiraram Lênin e Mao Tsé-tung.

Vou examinar aqui apenas o aspecto determinista; voltaremos ao outro aspecto num capítulo subseqüente, relativo ao militarismo socialista.

Sobre a maturidade da situação

Num texto importante de 1895, Engels comenta o erro de julgamento histórico que em sua opinião foi cometido por Marx e por ele mesmo, nas vésperas das revoluções de 1848, que eles tiveram o mérito de sentir, mas das quais esperavam aquilo que elas ainda não podiam dar (sempre segundo Engels):

> "Quando eclodiu a revolução de fevereiro [de 1848], estávamos todos, no que dizia respeito às nossas idéias sobre o curso que iriam tomar os movimentos revolucionários, sob a obsessão da experiência histórica anterior, especialmente a da França. Não era precisamente deste país, que depois de 1789 dominou toda a história da Europa, que mais uma vez partia o sinal da sublevação geral? Por isso, era evidente e inevitável que nossas idéias sobre a natureza e a marcha da revolução 'social' proclamada em Paris, em 1848, que era a revolução do proletariado, trouxessem uma coloração forte das lembranças dos modelos de 1789 e 1830. Isso ainda mais depois que a sublevação de Paris encontrou eco nas sublevações vitoriosas de Viena, Milão, Berlim, depois que a Europa, até a fronteira russa, foi envolvida no movimento, depois que se travou, em junho, na cidade de Paris, a primeira grande batalha pelo poder entre o proletariado e a burguesia, depois que a própria vitória desta última classe abalou a burguesia de todos os países a tal ponto que ela voltou a refugiar-se nos braços da reação monarquista que mal fora

vencida, já não poderia haver para nós, nas circunstâncias então reinantes, a menor dúvida de que a luta decisiva havia começado, de que deveria ser travada num único período revolucionário de longa duração que, embora fosse cheio de alternativas, só poderia terminar com a vitória final do proletariado." (Engels, prefácio de 1895 à obra *La Lutte de classes en France, 1848-1850,* éd. Sociales internationales, 1936, p. 12.)

Vejamos o que o mesmo autor diz mais adiante:

"Se, na primavera de 1850, conforme Marx demonstrou em seu terceiro artigo, a república burguesa saída da revolução 'social' de 1848 concentrara o verdadeiro poder nas mãos da grande burguesia, que além do mais tinha certo espírito monarquista — agrupando, de outro lado, todas as outras classes da sociedade, desde os camponeses até os pequenos burgueses, em torno do proletariado, de forma tal que durante e após a vitória comum não seriam elas, mas o proletariado tornado prudente pela experiência que necessariamente havia de ser o fator decisivo —, não existiam então todas as perspectivas para que a revolução da minoria se transformasse na revolução da maioria?

A história desmentiu-nos, a nós e aos que pensavam de maneira semelhante. Mostrou claramente que o estado da evolução econômica do continente ainda estava muito longe de ter amadurecido para a supressão da produção capitalista. Ela o provou por meio da revolução econômica que depois de 1848 atingiu todo o continente e que até o momento na verdade só se aclimatou na grande indústria da França, da Áustria, da Hungria, da Polônia e mais recentemente da Rússia, e que transformou a Alemanha num verdadeiro país industrial de primeira ordem; tudo isso aconteceu sobre uma base capitalista, que dessa forma ainda se revelou perfeitamente capaz de expansão em 1848.

Ora, foi precisamente essa revolução industrial que eliminou em toda a parte as relações entre as classes e suprimiu grande número de existências intermediárias provenientes do período das manufaturas ou, na Europa oriental, saídos das próprias fileiras dos ofícios, fazendo nascer dessa forma uma verdadeira burguesia e um verdadeiro proletariado da grande indústria e colocando uma e outro no primeiro plano do desenvolvimento industrial.

Mas é só nesse momento que a luta das duas grandes classes, que em 1848, com exceção da Inglaterra, só se verificou em Paris e, quando muito, em alguns grandes centros industriais, passou a espalhar-se por toda a Europa, assumindo uma intensidade que em 1848 ainda não poderia ser imaginada.

Então havia os numerosos evangelhos confusos das seitas com suas panacéias; hoje temos a teoria *única* de Marx, universalmente reconhecida, que se reveste de uma clareza transparente e formula de maneira penetrante os objetivos finais da luta; então eram as massas divididas e separadas segundo as localidades e as nacionalidades, ligadas unicamente pelo sentimento do sofrimento comum, pouco desenvolvidas, perplexas, hesitantes entre o entusiasmo e o desespero, enquanto hoje vemos o grande e *único* exército internacional dos socialistas, que progride sem cessar, que a cada dia que passa cresce em número, organização, disciplina, clarividência e confiança na vitória. Mesmo que esse grande exército do proletariado ainda não tenha atingido seus objetivos, se, longe de poder alcançar a vitória de um só golpe, o mesmo deve progredir lentamente de uma posição para outra, num combate duro e obstinado, ainda assim *a prova está feita, de uma vez por todas, de que em 1848 era impossível conseguir a transformação social por meio de um único golpe de força.*" (Engels, *id.*, pp. 15 e 17.)

Bernstein de um lado, Lênin do outro

O que importa no texto que acaba de ser transcrito não é o fato de Engels ter atribuído a Marx e a si mesmo um erro de julgamento cometido em 1848, mas sim a representação que nos faz desse erro, apontando-o como uma contradição com sua visão histórica geral. Segundo a doutrina dos dois escritores, "uma formação social jamais desaparece antes que se tenham desenvolvido todas as forças produtivas que ela pode conter; e as condições superiores de produção nunca se instauram antes que suas possibilidades materiais tenham surgido no seio da velha sociedade". Ou então, a história subseqüente a 1848 "mostrou claramente que o estado de desenvolvimento do continente estava longe de ter amadurecido para a supressão da produção capitalista". Dali se conclui que, segundo sua visão teórica, essa formação social ainda

não deveria desaparecer. De outro lado, a evolução verificada em seu seio ainda não criara o grande exército.

Portanto, qualquer golpe de força desferido na época não poderia realizar o advento de uma nova ordem, prefigurada na sociedade antiga, que representa a única função útil da violência. Talvez seja assim. Mas poder-se-á dizer que cerca de meio século mais tarde afinal soara a grande hora? E se não havia chegado, será que algum dia chegaria? O texto dava margem a tais indagações; Engels alarmou-se com ele após sua impressão no jornal da social-democracia e atribuiu a interpretação a que dera lugar a certas supressões, motivo por que não lhe conferiu maior importância.

No fundo, porém, é exatamente esse o clima da social-democracia alemã no fim do século. Ela não mais contemplava seriamente a revolução política violenta, que já não lhe parecia necessária, uma vez que o quadro social não mantinha, sob a pressão da classe trabalhadora politicamente organizada, a rigidez alegada por Marx.

Ao exprimir essa idéia em voz alta, Édouard Bernstein provocou escândalo. Pode-se enxergar certa simetria entre sua posição e a de Lênin, no que diz respeito ao que fora a posição de Marx, conforme a entendo.

Segundo Marx, a revolução violenta é secundária, mas indispensável; segundo Bernstein, já não é indispensável; segundo Lênin, não é secundária. De acordo com Bernstein, pode ser substituída pela conquista pacífica do poder político; na opinião de Lênin, pode substituir a maturação social do quadro antigo.

Cabe ressaltar que o mesmo autor, Kautsky, depois de ter denunciado a traição de Bernstein, veio a ser denunciado por Lênin. Diante disso, poderíamos imaginar pelo menos três posições marxistas originárias. Vale notar que, ao contrário dos dois outros, Bernstein apresenta-se de certa forma como deviacionista, já que critica Marx em vez de procurar pontos de apoio em seus textos.

Bernstein

A seguir apresentaremos alguns fragmentos de Bernstein:

> "O *Manifesto do Partido Comunista* proclamou, em 1847, que 'a revolução burguesa em cujas vésperas se encontra a Alemanha, em face do desenvolvimento do prole-

tariado e do estado avançado da civilização européia, só pode ser o prólogo imediato de uma revolução proletária'.

Essa auto-sugestão histórica, que contém uma erronia tamanha que o primeiro visionário político que nos aparecesse não poderia excedê-la, seria incompreensível num Marx que, na época, já havia realizado estudos sérios e de Economia, a não ser que nela queiramos ver um remanescente da dialética hegeliana, da qual Marx, mais que Engels, jamais conseguiu livrar-se por completo.

Naqueles tempos de efervescência geral, essa condição lhe foi sobremaneira fatal. Não vemos nisso somente um simples exagero dos resultados esperados de uma ação política — que afinal seria desculpável nos apaixonados chefes de partido e que, conforme as circunstâncias, por vezes os fez atingir resultados inesperados — mas a antecipação puramente especulativa dos resultados de uma evolução *econômica e social* que mal havia começado."

Em outras palavras, o homem de pensamento deve reconhecer a imaturidade de um fruto que o homem de ação pode sentir-se tentado a colher (isso quase equivale a predizer Lênin, e sobretudo Trotski).

Prossigamos na leitura:

"Aquilo que levaria várias gerações para produzir seus frutos já era considerado, à luz da filosofia da evolução antitética, como o resultado imediato de uma revolução *política* à qual ainda caberia assegurar à classe burguesa o espaço necessário ao seu desenvolvimento. E se apenas dois anos após a publicação do *Manifesto* Marx e Engels se viram obrigados, em virtude de uma cisão ocorrida na 'Federação Comunista', a falar aos seus adversários na Federação sobre a forma ainda não desenvolvida do proletariado alemão e a opor-se a que o termo *proletariado* fosse transformado "numa coisa santa", tal contradição deve ser vista antes de mais nada como o resultado de uma decepção momentânea. Essa contradição entre a maturidade real e a maturidade hipotética do proletariado repetiu-se várias vezes, sob outras formas."

Bernstein atribuiu à dialética hegeliana a ausência de uma justa avaliação do tempo necessário:

> "O 'sim, não e não, sim' da dialética substituiu o 'sim, sim e não, não'; sua confusão das antíteses, sua metamorfose de quantidade em qualidade e o que mais exista de belezas dialéticas sempre e sempre constituirão um obstáculo à plena consciência do alcance das modificações ocorridas. Para que a tese da evolução — de origem hegeliana — possa subsistir, torna-se necessário dar uma interpretação errônea à realidade, ou então ignorar todas as proporções efetivas na avaliação do caminho a percorrer. É dali que surge a contradição em virtude da qual a minúcia penetrante, que constitui a característica do zelo infatigável dos gênios, caminha lado a lado com um desprezo quase incrível pelas realidades mais palpáveis; *e a própria doutrina que tem por base a influência determinante da economia sobre a força leva a uma fé maravilhosa na capacidade criadora da força."* (Édouard Bernstein, *Socialisme théorique et social-démocratie pratique,* tradução francesa de A. Cohen, Paris, 1900, p. 44.)

Não pretendo explicar-lhes esse parágrafo, cujo sentido para mim não é mais claro que o das traduções de Hegel. O que acredito compreender, sem todavia poder garanti-lo, é que Bernstein acusa a representação hegeliana de encerrar de certa forma no "presente" aquilo que se desenrola com certa duração. O que importa assinalar aqui é a fórmula subitamente clara no sentido de que a intervenção da força, que na teoria histórica do marxismo só desempenha um papel secundário, igual ao da leve sacudidela que faz cair o fruto maduro, paradoxalmente se acha elevada, em contrariedade manifesta ao espírito da teoria de Marx, a um papel inteiramente causal.

Comparemos a valorização da força, assinalada no fim da citação de Bernstein, com a afirmação de Engels, segundo a qual seria impossível, em 1848, conseguir a transformação social por meio de um único golpe de força. Fatalmente havemos de concluir que dois espíritos se manifestaram acordes em condenar as esperanças que Marx, *contrariando sua teoria* e, vale acrescentar, por um pecado da juventude, depositou no golpe armado, na capacidade criadora da força.

Realmente, não há nada mais contrário à teoria científica de Marx que a utilização da força antes que o fruto do desenvolvimento capitalista tenha amadurecido.

Mas o que constitui uma verdadeira ironia é que os marxistas nunca foram bem-sucedidos, a não ser quando violaram os prin-

cípios de Marx, o sábio; e sempre se saíram muito bem quando seguiram os conselhos de Marx, o teórico da guerra social.

Em nenhum país em que o desenvolvimento capitalista tenha prosseguido ocorreu a comoção revolucionária prevista por Marx. Pelo contrário, o poder foi conquistado pela violência numa série de países em que o desenvolvimento do capitalismo ainda não fizera amadurecer a situação revolucionária.

Em outra parte mostraremos os conselhos guerreiros que Marx deu nos tempos da juventude. E ainda veremos que seu *voluntarismo* produziu mais frutos históricos que seu *determinismo*. Trata-se de uma inversão que, quando menos, pode ser considerada curiosa.

16.

A época fabiana

Karl Marx morreu em Londres, a 14 de março de 1883. Viveu nessa cidade por mais de 33 anos e permaneceu praticamente desconhecido. Não foi molestado; e não foi ouvido.

O que é mais imporante, esse país economicamente mais avançado que os outros e onde, por conseguinte, deveria verificar-se a derrubada brutal da ordem social capitalista pela ação revolucionária do proletariado, não registrou nenhum avanço em direção a essa crise decisiva. No dia da morte de Marx a cena inglesa não oferece o quadro de qualquer exército proletário unido pela consciência de classe e empenhado na derrubada total da ordem social antiga.

No entanto, o país economicamente mais avançado não decepcionará inteiramente as expectativas de Marx. É justamente na Inglaterra que se delineiam os quadros de uma nova ordem. Mas essa ordem não constituirá objeto de uma instauração repentina levada a efeito por meio da violência. Os quadros se materializarão lentamente, de forma gradual e incompleta sob vários aspectos, por meio de uma ação persistente que nunca sairá do campo da estrita legalidade, e nessa ação o progresso da consciência moral da burguesia desempenhará um papel mais importante que o progresso da consciência de classe do proletariado.

Poucas semanas antes da morte de Marx, o poeta William Morris manifesta sua adesão à insignificante *Social Democratic League* (fundada alguns anos antes). E menos de um ano depois da morte de Marx é fundada a Sociedade Fabiana, à qual Bernard Shaw aderiu quase imediatamente, e para a qual em seguida levará seu amigo Sidney Webb.

A época fabiana, origem do Welfare State

Desenvolve-se então, com extrema rapidez, uma série abundante de atividades intelectuais dirigidas à transformação social.

Núm número muito reduzido de anos, vemos formuladas todas as idéias que até os nossos dias têm sido incorporadas às reformas levadas a efeito em nossas democracias ocidentais, e mesmo às aspirações que em nossos dias inspiram os programas progressistas nesses países.

As nacionalizações limitadas, a previdência social, a democratização do ensino e sua orientação para a tecnologia, a economia dirigida, tudo que foi feito nesse sentido já havia sido enunciado pelos fabianos, e isso de maneira minuciosa, conforme se pode ver nos inúmeros memorandos de Webb. É sem dúvida impressionante que o programa norte-americano denominado "A Grande Sociedade"[1] tenha tirado seu nome de um livro de Graham Wallas, que foi um dos três grandes do fabianismo (ao lado de George Bernard Shaw e Sidney Webb), que, para o ataque ao pauperismo, o mesmo programa se tenha inspirado em Charles Booth (cujo inquérito sobre as condições de vida dos londrinos foi publicado em volumes sucessivos, a partir de 1887), e, por fim, que deva sua grande preocupação com a introdução de constantes estatísticas na vida quotidiana ao grande nome de William Morris (que tratou do tema em sua famosa conferência de março de 1883, realizada em Manchester e intitulada "Art, Wealth and Riches", e a seguir o desenvolveu vigorosamente, principalmente em sua utopia *New from Nowhere,* 1891).

A formação do clima fabiano

Nem Booth nem Morris pertenceram à Sociedade Fabiana. Pertenciam a uma geração anterior à que deu vida a essa Sociedade. Mas apareceram na cena pública na época marcada pela florescência do fabianismo. Emprego a expressão época fabiana para designar o conjunto de um movimento de idéias realizado por um grupo que constitui o setor mais coerente e persistente desse movimento. Na verdade não será exagero dizer que o casal Sidney e Beatrice Webb imprimiu ao movimento certa unidade de ação e lhe proporcionou, em sua casa de Grosvenor Road, a unidade espacial. H. G. Wells designará essa casa, num momento de contrariedade, como uma "fábrica política". (Seu romance de 1911, intitulado *The New Machiavelli,* representa em boa parte a análise da atuação dos Webb.)

---

[1] O de Lyndon Johnson.

Ao contrário do marxismo, o fabianismo não é uma doutrina: é antes um clima em que se desenvolvem as idéias, aparentadas entre si antes que congregadas num sistema.

Examinemos esse clima. Para isso não poderíamos encontrar melhor guia que Beatrice Potter (que em 1892 passará a ser Beatrice Webb[2]).

> "A revolta operária contra os sofrimentos e as humilhações trazidos pela Revolução Industrial — revolta esta que teve alguns espasmos revolucionários — manifestou-se nos anos 20 e 30 e teve sua apoteose nos anos 40. Durante a prosperidade relativa dos anos 50 e 60, a tradição revolucionária dos primeiros decênios do século estiolou-se; em 1880 dela só restavam certas reminiscências românticas que andavam na boca dos velhos. Nascidos e criados na pobreza e na doença, os habitantes dos pardieiros mergulharam na apatia, enquanto outros, mais felizes, que se dedicavam a ocupações qualificadas, entrincheiraram-se nos círculos profissionais[3]; foram convertidos ao niilismo administrativo de Cobden, Bright e Bradlaugh." (*My Apprenticeship*, p. 154).

A autora não fala aereamente, pois desde os 25 anos foi uma observadora contínua da classe operária. Assumiu as funções de cobradora de aluguéis num grupo de imóveis habitados por operários (*tenements*) a fim de ter acesso aos seus lares; e trabalhou como costureira por peça numa sala-ateliê (*sweat-shop*), onde o trabalho denominado "a domicílio" era realizado em grupo. Colaborou no grande inquérito de Charles Booth, *Survey of London Life and Labour*[4]. E foi assim que conheceu as camadas mais profundas da população[5]. Mas, de outro lado, realizou um trabalho

---

2 Temos dois volumes autobiográficos dessa autora: *My Apprenticeship*, Londres, 1926, e *Our Partnership*, Londres, 1948 (esse segundo volume foi lançado por Barbara Drake e Margaret Cole). O primeiro volume compreende sua vida até 1892, enquanto o segundo vai até 1912. Após sua morte, Margaret Cole prosseguiu na narrativa de sua vida, publicando o livro *Beatrice Webb's Diaries* (I: 1912-1924, Londres, 1952; II: 1924-1932, Londres, 1956). O conjunto dessas obras reveste-se de grande importância para a história das idéias, já que durante todo esse período os Webb desempenharam um papel fundamental na promoção das mudanças sociais.

3 Os sindicatos por profissão (*craft unions*) têm sido característicos da Inglaterra antes que os sindicatos por ramo de indústria.

4 Esse inquérito e sua publicação em 18 volumes foi financiado exclusivamente pelo próprio Charles Booth, armador e industrial, que era primo por afinidade de Beatrice Potter.

5 Segundo o inquérito de Charles Booth, 30% dos habitantes de Londres eram "pobres" ou "muito pobres".

junto às coperativas, que lhe proporcionou oportunidade de familiarizar-se com os líderes trabalhistas. É principalmente esse mergulho na realidade social que torna Beatrice Webb tão interessante. E no consórcio que formará com Sidney Webb é ela, a mulher saída da burguesia rica e poderosa, que contribuirá com os conhecimentos concretos e as experiências vividas, relativas às classes operárias e às relações pessoais com os líderes sindicais.

Por isso podemos acreditar nela quando diz que na época não é de forma alguma da classe operária que partem as exigências de intervenção do Estado. Tais exigências provêm, diz ela, "de uma geração que foi elevada a uma riqueza cada vez maior e se formou na escola do radicalismo filosófico e da economia política ortodoxa".

Esses qualificativos aplicam-se a sua própria pessoa. Seus dois avós eram atacadistas, um em Manchester e outro em Liverpool. Não conformistas na religião e radicais na política, ambos se tornaram membros do Parlamento após o *Reform Act* de 1832. Eram livre-cambistas apaixonados e amigos íntimos de Cobden e de Bright. Seu pai, cuja fortuna foi quase totalmente tragada pela crise de 1847-1848, recuperou-a largamente no comércio de madeiras. Foi fornecedor de dormentes para as estradas de ferro e acabou sendo presidente de duas grandes ferrovias, uma na Inglaterra e outra no Canadá. "Eu me lembro", diz ela, "de inúmeras empresas capitalistas nas quais figura como promotor ou administrador." Refere-se a ele com afeição e respeito, mas observa: "Mostrava-se inclinado a preferir o bem de sua família e de seus amigos pessoais aos interesses das sociedades a que presidia, os lucros dessas sociedades à prosperidade do país, o domínio de sua raça à paz mundial." (*My Apprenticeship,* p. 6).

Seria isso uma atitude ilegítima? Por certo que não em face da filosofia darwinista, na qual Beatrice foi instruída através de um contato estreito e ininterrupto com Herbert Spencer (1820-1903), que dela se sentia tão próximo no plano pessoal que a fez sua testamenteira. Essa disposição será revogada quando Beatrice está a ponto de desposar Sidney Webb, que então já era um socialista notório.

Para dar mostras dessa filosofia, Beatrice cita dois textos. O primeiro é de Charles Darwin (constante de uma carta escrita a Charles Lyell):

> "Quem contradita a seleção natural e a melhoria parece esquecer (e não vejo como se possa negar isso) que cada passo na seleção natural de cada espécie implica um pro-

gresso nessa espécie, quanto às suas condições de vida. Nenhuma modificação resultante da seleção pode deixar de ser uma melhoria ou uma vantagem. No meu entender a melhoria significa que cada forma obtém certa quantidade de partes ou órgãos perfeitamente adaptados a sua função. Uma vez que cada espécie é melhorada e o número das formas sofrerá um acréscimo, as condições orgânicas se tornarão mais complexas para as outras formas e haverá necessidade de melhoria dessas outras formas, pois do contrário elas serão exterminadas. Não vejo nenhum limite a esse processo de melhoria, e não há necessidade de outro princípio mais direto de aperfeiçoamento. E tudo isso me parece compatível com a subsistência sem alterações, ou mesmo com certa degradação, de determinadas formas adaptadas às condições simples.

Se houver uma segunda edição, reiterarei as palavras 'A seleção natural e, em conseqüência, a melhoria geral é natural'." (Citação encontrada em Beatrice Webb, *op. cit.*, p. 78, extraída de *The Life and Letters of Charles Darwin*, t. II, p. 177, 1887).

Para Beatrice Webb essa atitude representa "um estranho otimismo quanto à correspondência entre a natureza das coisas e nossa escala de valores". Essas palavras são muito apropriadas e revestem-se de grande alcance, pois afinal a filosofia do progresso do século XIX é um estranho providencialismo sem autor.

Vejamos como Herbert Spencer aplica a mesma filosofia aos negócios humanos. O observador atento, diz ele:

"...vê nas mudanças um poder que impele para a frente povos e Governos, sejam quais forem suas teorias, desígnios ou preconceitos, um poder que faz murchar a instituição da propriedade imobiliária; seu hálito ressequido transforma em pó os papéis do Estado, paralisa as autoridades veneradas de longa data, suprime as leis mais profundamente enraizadas, leva os homens a renegarem suas declarações e ruboriza os profetas, enterra os costumes mais queridos, repele os precedentes e, antes que os homens se dêem conta disso, terá operado uma revolução em todas as coisas e enchido o universo de uma vida mais elevada. Sempre em direção à perfeição, tal é o sentido desse movimento imenso que se dirige a um desenvolvimento mais completo e mais puro daquilo que é bom. É um movimento em direção à uni-

versalidade, ao qual se subordinam todos os devidos e todos os retrocessos, do mesmo modo que a forma geral da terra subordina seu relevo detalhado. Até mesmo entre os maus o espírito refletido permite reconhecer ao menos uma benevolência em gestação etc." (Citado por B. Webb, *ibid.*)

Contra uma alegre aceitação desse providencialismo algo se levanta em Beatrice Webb e seus contemporâneos. O que será? É aquilo que numa expressão feliz ela mesma chama de "consciência de classe pecadora".

> "A origem da fermentação", diz ela, "deve ser procurada numa consciência de pecado que se manifesta entre os homens de pensamento e de propriedades; essa consciência é antes de mais nada filantrópica e prática — Oastler, Shaftesbury e Chadwick; também é literária e artística Dickens, Carlyle, Ruskin e William Morris; finalmente, é analítica, histórica e explicativa, e nessa linha temos nos últimos tempos John Stuart Mill, Karl Marx e seus discípulos ingleses, Alfred Russell Wallace e Henry George, Arnold Toynbee e nossos fabianos. Talvez deva mencionar ainda uma categoria teológica — Charles Kingsley, F. D. Maurice, o General Booth e o Cardeal Manning. 'O sentimento do pecado foi o ponto de partida do progresso', repetia, a seu tempo, o eclesiástico Samuel Barnett, fundador do Toynbee Hall." (*My Apprenticeship,* p. 155).

O papel da consciência moral

O papel que Beatrice Webb atribui à consciência moral das classes superiores contrasta violentamente com os pontos de vista de Marx. Acontece que a opinião que exprime nesse ponto de forma alguma é especificamente sua: será mesmo difícil encontrar na Inglaterra uma pessoa de peso que a conteste.

Na França conhecemos Bernard Shaw sob o seu aspecto de irônico, de desmistificador. Geralmente se ignora o papel que desempenhou no movimento do pensamento socialista do fim do século. Tecendo reflexões sobre a origem desse movimento, num livro publicado em 1928 sob o título *The Intelligent Woman's Guide to Socialism and Capitalism,* Shaw atribui uma importância primordial aos moralistas, conforme se depreende desta passagem:

> "Os poetas e profetas do século XIX, que denunciaram a malvadez [*wickedness*] do capitalismo, da mesma forma

> que os profetas hebreus denunciaram o capitalismo de seu tempo, representam um estímulo bem maior que os economistas e politicistas que elaboraram a teoria econômica e as condições políticas do socialismo. Temos exemplos notáveis em Carlyle: *Past and Present e Shooting the Niagara;* em Ruskin: *Ethics of the Dust* e *Fors Clavigera;* em William Morris: *News from Nowhere* (a melhor de todas as utopias); em Dickens: *Hard Times* e *Little Dorrit.* Ruskin especialmente deixa muito para trás, no vigor de suas invectivas, todos aqueles que fazem profissão de fé do socialismo, inclusive Karl Marx. Em comparação com ele as críticas à sociedade moderna escritas por Lênin parecem banalidades de um cura de aldeia." (*Op. cit.*, apêndice, p. 469.)

Dessa forma Shaw rende homenagem aos escritores que, fossem quais fossem suas opiniões políticas (poderá Carlyle ser classificado como "esquerdista"?) agitaram a consciência de seus leitores, o que lhe parecia não apenas louvável, mas também eficaz.

A crença na eficácia da consciência moral é uma convicção fundamental do socialismo britânico. Morgan Phillips, secretário geral do Partido Trabalhista depois da Segunda Guerra Mundial, costumava dizer que seu partido não mantinha ligações com os marxistas, mas com os metodistas.

O parentesco sociológico é evidente: é principalmente sob a invocação da *Chapel* (por oposição à *Church*) que o Partido Trabalhista recruta seus militantes. Mas o parentesco espiritual não é menos importante: sem dúvida ele o é muito mais. Wesley acreditou e pregou com uma fé ardente que um renascimento interior modifica completamente nossas obras. Por mais que essa convicção tenha arrefecido, por menos que possa restar dela, ainda é demais para que se possa ter por aceitável de qualquer forma a idéia de que é a situação em que nos vemos colocados que determina nossa conduta e nossas atitudes interiores. Há nisso um princípio de rejeição do marxismo que se reveste de uma forma incomparável.

A liberdade perante a história

Ao citar alguns autores que agitaram a opinião pública, Shaw comparou-os aos profetas do Antigo Testamento. Ao menos dois deles usam o tom deles (Carlyle e Ruskin) e um (Carlyle) seguelhes os passos. Mas o que é mais importante é que sua mensagem

apresenta certa analogia com a linguagem dos profetas quando constitui uma admoestação violenta para que os homens abandonem a estrada da perversidade e da perdição em que a sociedade moderna parece tê-los lançado.

Ora, trata-se de uma admoestação que Marx logicamente não poderia formular, isso em virtude de seu *historicismo*.

Para Marx o desenvolvimento do capitalismo foi uma necessidade histórica, e sua mutação posterior em socialismo também o será. O socialismo é prometido com certeza, mas apenas o é em virtude do próprio desenvolvimento do capitalismo, que é a gestação da própria negação.

Acontece que o clima da época fabiana é anti-historicista. Essa atitude é expressa com maior vigor por Beatrice Webb, que é levada a um ponto extremo, sem dúvida porque sentiu uma necessidade especial de desligar-se do spencerismo. Spencer condenou as medidas governamentais por ver nelas *artifícios* que se dirigiam *contra a natureza*. Mas, diz Beatrice, o único sentido que podemos atribuir à palavra "natural" é o das coisas que acontecem sem a intervenção do homem.

> "Assim, a rigor, todo e qualquer desenvolvimento das estruturas ou funções sociais, desde a família até a polícia, desde a instituição da propriedade privada até a criação de bibliotecas ou jardins públicos, desde o tabu mais primitivo até as leis mais complexas, tudo isso é *artificial*, por ser produto da intervenção humana, das atividades humanas." (*My Apprenticeship*, pp. 292 s.)

Aqui não discutiremos se não haveria necessidade de estabelecer certas distinções[6]: e, sobretudo, proporcionaremos a Beatrice Webb o apoio da frase notável de Gabriel Tarde: "Tudo o que é simplesmente social começou por ser político[7]."

Prossigamos na exposição de Batrice Webb:

> "É evidente que toda transformação social, todo desenvolvimento da sociedade humana necessariamente há de revestir-se do caráter de uma experiência em relação à conduta da vida...
>
> Para a classe trabalhadora britânica, durante a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século

[6] Ver em nosso *Art de la conjoncture* o contraste processo-intervenção, pp. 133 s.

[7] Gabriel Tarde, *Les Transformations du pouvoir*. Paris. 1899, p. 6.

> XIX, a Revolução Industrial com a utilização de máquinas movidas a combustão e a adoção do sistema de fábrica, a destruição da família como unidade de produção e a ab-rogação sumária de costumes imemoriais... devem ter parecido não só artificiais e contrários à natureza, mas também devem ter-se revestido do caráter de uma experiência gigantesca e cruel, que nos efeitos que produziu sobre seus lares, sua saúde, sua subsistência e seus prazeres, representava um revés calamitoso."

Teríamos de confundir grosseiramente o sentido do termo "experiência" para atribuir à autora a idéia de que a sociedade pode ser moldada à vontade: não há nada que mais se afaste das concepções fabianas. O que ela quis dar a entender é que, ao aplicarmos quaisquer idéias, pela forma menos deliberada que seja, estaremos realizando uma experiência social de suas conseqüências, e, por mais sistemática que seja essa experiência, seus resultados devem levar-nos a corrigir nossas idéias, em busca de resultados melhores "quanto à conduta da vida".

As idéias fabianas e o marxismo

Constituirão as novas idéias que nascem das experiências realizadas um reforço à doutrina marxista? De forma alguma. Já devemos ter notado que Beatrice Webb cita Marx, mas também teremos notado que o mesmo figura numa lista extensa. Nos meios fabianos Bernard Shaw é o único elemento apaixonado por Marx. E devemos ressalvar a discriminação que ele leva a efeito na obra de Marx.

Bernard Shaw é um dos primeiros adeptos da Sociedade Fabiana. Ele a atraiu com seu primeiro panfleto — *Why are the Many Poor?* — e com seu nome.

Diremos algumas palavras sobre esses dois pontos. Quanto ao título do panfleto, inspirou-se visivelmente na recente visita que o escritor norte-americano Henry George (1839-1897) fez à Inglaterra. Num livro de grande sucesso, *Progress and Poverty*, George apontou "o grande enigma dos Tempos modernos[8]".

---

[8] "A utilização do vapor e da eletricidade, a adoção de técnicas aperfeiçoadas e de máquinas que economizam trabalho, a divisão mais ampla do trabalho e a produção em grande escala, a maravilhosa facilidade das trocas multiplicaram enormemente a eficiência do trabalho.

Era natural esperar, e realmente acreditava-se, que as invenções que economizam trabalho diminuiriam o sofrimento e melhorariam a sorte do trabalhador, e que o crescimento enorme da capacidade de produção de riquezas transformaria a pobreza em coisa do passado.

....

Quanto ao nome da Sociedade, foi escolhido por Bernard Shaw, numa referência a Fabius Cunctator, que prometeu expulsar Aníbal da Itália sem jamais travar batalha com ele. Trata-se de um ponto importante, realçado com certo espírito.

Mas a composição da Sociedade decepcionou Shaw, e o mesmo aconteceu com seus trabalhos. Em vez de mostrar-se contrariado com o fato, fez ingressar Sidney Webb na Sociedade, porque supunha que este faria aos fabianos uma exposição concreta por ele encomendada a Webb, e que realmente apareceu sob o título *Facts for Socialists*. Que interpretação dará Shaw a esse episódio, que trouxe conseqüências tão importantes?

> "Marx estava na base disso. Sabia por experiência própria que *Das Kapital* modificara o estado de espírito da Europa, não pela dialética marxista traduzida numa linguagem pseudo-hegeliana que só os filósofos compreendiam e ninguém conseguia ler, mas pelo arsenal formidável de fatos oficialmente constatados, obtidos por Marx na sala de leitura do British Museum e nos relatórios dos inspetores de manufaturas." (Entrevista de Bernard Shaw, concedida a Margaret Cole. *In* Marg. Cole, *The Webbs and their Work*, Londres, 1949, pp. 7-8.)

Como se vê, Shaw atribuiu uma importância muito grande à obra de Marx, mas dela não reteve absolutamente nada além dos fatos reunidos pelo autor, tendo rejeitado totalmente seu arcabouço doutrinário, ou seja, tudo aquilo que estava destinado a transformar-se em dogma e princípio de ortodoxia.

Quanto a Sidney Webb, Shaw lhe pediu que lesse *O Capital* (apenas o primeiro volume, que então era o único disponível). Depois perguntou: E então? Webb respondeu que não modificara nenhuma de suas idéias.

De passagem cabe assinalar que dificilmente se encontrará uma inteligência inglesa da qual se possa dizer que abraçou a doutrina de Marx. Essa falta de recepção é notável; tenho a impressão de que ela decorre do método de conceptualização e dos procedimentos intelectuais adotados por Marx, e que o desfavor inglês tem o

---

A associação da pobreza com o progresso é o grande enigma do nosso tempo. É o fato gerador das desigualdades industriais, sociais e políticas, contra as quais o Governo, a filantropia e a educação investem em vão. Dela provêm as nuvens que obscurecem o futuro das nações mais progressivas e empreendedoras. É esse o enigma que a Esfinge do Destino propõe a nossa civilização, que será destruída se não conseguir solucioná-lo." (*Progress and Poverty*, cap. I.)

mesmo fundamento do entusiasmo que certos filósofos franceses de hoje demonstram principalmente pelo pensamento do "jovem Marx". Mas esse tema nos levaria longe demais.

O Estado

A partir de seu ingresso na Sociedade Fabiana, Sidney Webb passa a ser sua mola propulsora. Saído de uma família austera e modesta, foi graças à sua extraordinária capacidade de trabalho intelectual que conseguiu entrar na administração pública, nos escalões mais elevados. Nela teve um sucesso admirável; e, ao abandonar o serviço público para consagrar-se ao progresso do socialismo, levou consigo uma consciência viva, em primeiro lugar dos poderes do Estado, e depois da possibilidade de sua utilização por decisão de um número muito reduzido de pessoas.

Bastou confrontar suas experiências com os resultados das investigações de sua esposa Beatrice Webb, realizadas no seio da classe trabalhadora, para que se chegue à conclusão de que o meio de modificar as coisas que na prática se revelaria mais fácil consistiria em lançar mão do poder do Estado já existente; e essa utilização se torna possível se certas idéias forem incutidas na mente das pessoas que deverão desempenhar papel importante nas tomadas de decisão.

É essa a origem da estratégia de "permeação". Foi assim que, durante a legislatura de 1885-1892, quando os conservadores estavam no poder e os liberais na oposição, os fabianos se empenharam simultaneamente em fazer com que o Governo conservador apresentasse um projeto de lei que representava um passo no sentido de suas pretensões e em levar o partido liberal a adotar um programa que se aproximasse de suas idéias. Isso significa que, sem jamais disfarçar suas cores — que eram mais avançadas que as do partido então considerado avançado — os fabianos nunca quebram as pontes de suas relações com o partido contrário. Evidentemente as coisas tornam-se mais fáceis em virtude das relações familiares ou pessoais de alguns deles, entre os quais podemos citar Beatrice Webb, e dos êxitos literários de outros, como Bernard Shaw e H. G. Wells; e ainda em virtude de certa "transversalidade" dos intercâmbios intelectuais que constitui, na época, uma das características da vida londrina. Neste ponto, cabe notar que "os entendimentos com o adversário" políticos jamais arrastam os fabianos para o campo da direita. É exatamente o contrário que acontece: à medida que se desenvolve uma ala esquerda

política, próxima às suas idéias, eles se concentrarão cada vez mais sobre ela, mas sem que essa concentração seja excessiva.

Os Webb podem ser fortemente repreendidos por terem sido "manipuladores". E não há dúvida de que a manipulação encerra algo de desagradável. Todavia, nunca agirão com outro objetivo senão o de promover certas medidas que acreditavam trazer consigo o progresso social.

Havia um aparelho público que lhes permitia aplicar suas idéias; sem dúvida esse aparelho poderia ser posto em movimento por uma poderosa força popular; à falta desta, poderia sê-lo por meio de uma ação persuasiva dirigida aos meios esclarecidos que cercavam esse aparelho. Não é uma boa coisa alertar esses meios para os fatos dos quais se tem conhecimento, indicar-lhes os caminhos que podem conduzir a uma melhoria, e assim obter certos resultados concretos?

Não é essa a conduta de pessoas empenhadas numa guerra total contra uma ordem social que só pode ser destruída em sua totalidade mediante uma ação violenta. Os Webb nunca pensaram assim. Confiaram num processo gradual de modificações preparadas por meio de uma ação destinada à persuasão, modificações estas que, quando muito, são obtidas por meio de escaramuças ligeiras, limitadas desde o início, cujos resultados são aceitos como irreversíveis.

O fabianismo contrasta com o marxismo (ao menos com o marxismo dos "grandes tempos") pela convicção de que o aparelho do Estado é perfeitamente adequado para realizar as mudanças sociais (enquanto Marx, na obra *A Guerra Civil na França*, diz que o mesmo deve ser destruído), e pela opinião de que a transformação da ordem social deve ser realizada gradualmente (enquanto Marx só confia numa mutação violenta); contrasta ainda com o marxismo pelo seu "pacifismo político": a expressão é de Hugh Dalton (*in Practical Socialism for Britain*, Londres, 1935; ver o excelente trecho "Background of British Politics", que constitui o primeiro capítulo da obra).

A chave de todos os contrastes sem dúvida pode ser encontrada na convicção profunda de que os homens não agem necessariamente segundo sua condição objetiva, já que sua conduta pode ser modificada por meio de suas idéias, que por sua vez respondem ao apelo dos sentimentos. E como os fabianos poderiam deixar de ser dessa opinião, já que com isso apenas estariam supondo que outros seriam capazes de realizar o processo que havia atingido a eles mesmos?

17.

A sociedade industrial e seus aspectos militares

Enunciado do objetivo industrial, formulado por Auguste Comte

Auguste Comte escreveu em 1822[1]:

> "Qualquer sistema de sociedade, quer seja formado por um punhado de homens, que por alguns milhões, tem por finalidade definitiva dirigir todas as forças particulares para um objetivo geral de atividade. Não existe *sociedade* em que não se exerça uma ação geral e combinada. Em qualquer outra hipótese haverá apenas uma aglomeração de certo número de indivíduos no mesmo pedaço de solo. É o que distingue a sociedade humana da de outros indivíduos que vivem em grupo.
>
> "Dessa consideração conclui-se que a determinação nítida e precisa do objetivo de atividade constitui a primeira condição de uma verdadeira ordem social, já que ela determina o sentido em que deve ser conduzido o sistema.
>
> De outro lado, existem apenas dois objetivos de atividade possível, tanto para uma sociedade, seja qual for o número de seus componentes, como para um indivíduo isolado. Esses objetivos são a ação violenta sobre o resto da espécie humana, ou seja, a conquista, e a ação exercida sobre a natureza com o fim de modificá-la em benefício do homem, ou

---

1 Essa citação foi extraída de um texto fundamental de Comte, do qual foram impressos 100 exemplares em maio de 1822. Teve, depois, uma edição de 1.000 exemplares, sob o título *Système de politique positive, par Auguste Comte, ancien élève de l'Ecole polytechnique, élève de Henri Saint-Simon, tome premier, première partie.* Após ter publicado, em 1851, sua grande obra intitulada *Système de politique positive,* Comte recorreu à versão breve de 1822 e fez dela a terceira parte do apêndice do novo tratado, sob o título "Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société". Todas as referências a Saint-Simon foram suprimidas.

seja, a produção. Toda sociedade que não seja claramente organizada para um ou outro desses objetivos não passará de uma associação bastarda e sem caráter. O objetivo militar era o do antigo sistema, o objetivo industrial é o do novo sistema."

Esse texto é importante, porque apregoa e anuncia a organização racional da sociedade para a modificação da natureza em benefício do homem.

As simplificações de Comte

De outro lado, porém, nesse texto são patentes as simplificações, que se torna necessário apontar.

Principiemos pela palavra sociedade. É bem verdade que, quando os indivíduos fundam uma "sociedade" no sentido jurídico do termo, eles o fazem por um objetivo: o objetivo social. Mas, antes de fundarem essa sociedade bem definida, com uma finalidade determinada, esses homens já viviam em sociedade, no sentido sociológico do termo. No meu entender é bastante lamentável que a mesma palavra seja usada para designar um estado de coisas e uma empresa. Sem uma finalidade específica, claramente enunciada e querida em particular, não haverá para certos homens a fundação de uma sociedade determinada (jurídica). Mas dali não se infere, a não ser pela aplicação de um mesmo termo a uma coisa totalmente diversa, que a vida em sociedade tenha uma *causa finalista específica* claramente enunciada, quanto mais conscientemente querida por cada um dos indivíduos pertencentes à mesma sociedade (sociológica). Tenho a impressão de que se poderia dizer que o estado social se caracteriza pela variedade ilimitada dos objetivos específicos que, segundo os contratos sociais, os homens podem formular individualmente ou em grupos particulares.

De forma alguma pretendo negar que uma sociedade, no sentido sociológico, pode ser encarada como uma empresa em termos de atualidade e em termos de poder; sinto-me mesmo inclinado a encará-la assim. Mas dali não se conclui que seja uma empresa convencionada entre participantes, e de minha parte não sou de opinião tenha ela um objetivo que não seja aquilo que me parece bom, podendo mesmo entender que não tem objetivo algum. Ora, se afirmo que ela é uma empresa em si, e não apenas aos meus

olhos, em virtude desse fato todos aqueles que não a querem como eu a quero são cegos ou desertores.

A segunda crítica que faço ao texto de Comte é que apenas enxerga dois objetivos da ação: um, que é bom, consiste na ação sobre a natureza, enquanto o outro, que é mau, consiste na ação violenta sobre o resto da humanidade. Vejo ao menos um terceiro objetivo: a ação não violenta sobre nossos semelhantes, o esforço destinado a instruí-los. E não é essa a única observação que pode ser feita. Não é impossível imaginar uma sociedade que seria bastante satisfatória sob o ponto de vista material para que sua atividade principal consistisse no estudo e na educação, no aperfeiçoamento humano. E por certo Comte não teria rejeitado essa idéia, muito pelo contrário. Mas é levado a uma simplificação pelo contraste entre a sociedade organizada *para um objetivo militar* e a sociedade organizada para um *objetivo industrial*, que é por ele desejada.

Vejo-me obrigado a formular uma terceira crítica. Será verdade que o antigo sistema social foi organizado para um objetivo militar? Qual foi sua organização? Será que os homens capazes de pegar em armas eram regularmente treinados? Sabemos que, pelo contrário, o recrutamento era desconhecido sob o regime antigo. Trabalhava a economia nacional em grande parte para o armamento? De forma alguma. Ocupavam as despesas militares um lugar importante no emprego da renda nacional? Seu lugar era muito menos importante que em qualquer Estado industrializado dos nossos dias. Tanto a sociedade não tinha um objetivo militar que a preparação para a guerra era pouco intensa e, uma vez iniciada esta, o conflito não mobilizava os homens, nem os trabalhos produtivos, nem os espíritos; e isso é o que mais importa.

Portanto, é um erro histórico apontar um contraste entre a sociedade industrial que se constitui — e nesse ponto Auguste Comte tem razão — e uma sociedade militar que a teria precedido.

Conscientização progressiva do objetivo social

Será mais exato dizermos com Augustin Cournot:

> "Colocar todas as forças da natureza o mais completamente possível a serviço do homem; explorar a terra para a maior vantagem do homem, tanto quando ela é um depósito de produtos de origem antiga como quando é uma oficina onde se elaboram incessantemente produtos novos: eis

aí um princípio, uma idéia, um objetivo vagamente pressentido, instintivamente perseguido desde os primórdios da civilização, traçado por Bacon com um vigor másculo no alvorecer da civilização moderna, e que em nossos dias caiu no campo da banalidade dos lugares-comuns." (A. Cournot, *Traité de l'enchaînement des idées fondamentales dans les sciences et dans l'histoire*, Paris, 1861, parágrafo 476.)

Temos aqui representado um progresso histórico em direção à conscientização esclarecida e generalizada daquilo que Comte, seguindo o exemplo de Saint-Simon, chama de "objetivo industrial". Apenas se tem a lamentar que Cournot empregue a expressão "caiu no campo da banalidade dos lugares-comuns". Preferiríamos uma imagem que sugerisse a ascensão, a expansão.

Quem duvida de que esse objetivo é bom e boa é sua consientização geral? Tenho a impressão de que ele pode ser expresso de forma mais nobre que nas citações precedentes. Para isso darei a palavra a Victor Considérant:

"Portanto, a humanidade organizou-se, num de seus mundos, à imitação das grandes leis siderais. Nesse ponto já se terá compreendido que o ser inteligente e poderoso por natureza, o homem, é, de direito e de fato, em seu globo, a criatura central e regente; que é a ele que cabe presidir o desenvolvimento da vida na superfície da Terra, cultivar e embelezar o planeta que lhe foi confiado; que, se ele recebeu a força e a inteligência, cabe-lhe governar e aparelhar seu nobre domínio, retirar da natureza, que é a *alma parens*, todas as riquezas que seu seio fecundo encerra, realizar todas as formas de expansão da vida a que o gênio humano deve dar impulso. Em uma palavra, já se terá compreendido que a FUNÇÃO *ou o* DESTINO TERRESTRE *do homem é a* GESTÃO *de seu globo*. Portanto, para servir-me do belo pensamento e da expressão do poeta, a paz que desceu sobre a terra nela semeou o ouro, as flores e as espigas; os povos se darão as mãos numa aliança fraternal e santa, e trabalharão de comum acordo na exploração e no aperfeiçoamento de suas faculdades e de sua natureza divina." (Victor Considérant, *Destinée sociale*, ed. or. de 1834, p. 14 da edição de 1851[2].)

---

2 As maiúsculas e o grifo são de Considérant.

O que acho atraente nesse texto é ter ele afirmado, ao lado do direito de explorar a natureza, que cabe ao homem o dever de cuidar dela. O homem não é apresentado apenas como senhor, mas também como guardião atento.

Analogias militares

Mas prossigamos na leitura. Desta vez nos deteremos menos no conteúdo do que diz o autor do que nas expressões que saem de sua pena:

> "Neste mundo um Governo unitário e central regerá as grandes operações realizadas pelas nações dos diversos continentes. Como ponto culminante da hierarquia administrativa, estendida como uma rede sobre todo o globo, essa regência suprema dirigirá os exércitos industriais, cujos trabalhos imensos realizarão modificações profundas na superfície da Terra, tais como o rebaixamento das cadeias de montanhas estéreis, a conquista agrícola dos grandes desertos, o estabelecimento de vias de comunicação de primeira categoria, que irradiarão da capital do globo para as capitais continentais e ligarão estas entre si. Esse Governo central equilibrará, por meio de sua administração unitária, a produção e o consumo dos continentes, e orientará as trocas comerciais de seus produtos. Em poucas palavras, dirigirá todos os negócios gerais do globo, todas as operações que interessam ao conjunto: será o grande regulador industrial." (*Ibid.*)

Quero chamar a atenção para as expressões "ponto culminante da hierarquia, exércitos industrias, grandes operações", todas pertencentes à área militar.

É muito natural que elas aflorem aos lábios do escritor: é que, no que diz respeito à "ação geral e combinada" de que fala Comte, o exemplo mais antigo e mais freqüente é a ação militar. E, além disso, os autores da primeira metade do século XIX naturalmente têm diante de si a visão da epopéia imperial. Antes da Revolução, a França era uma potência relativamente insignificante no continente, que em muitas ocasiões hesitava em engajar-se. Subitamente, em virtude da mobilização revolucionária e da reunião das tropas assim obtidas nas mãos de Bonaparte, o país desenvolveu sobre seu ambiente (político) uma capacidade de

ação que dez anos antes ninguém teria imaginado, e que Burke explicou (em sua obra *Letters on a Regicide Peace*) por meio de um grau de militarização desconhecido entre as outras potências. Era natural que esse precedente fosse trasladado para a capacidade de ação sobre o ambiente natural.

Objetivo industrial, procedimento militar?

Mas onde está então o contraste entre a "sociedade industrial" e a "sociedade militar"? Subjugação da natureza e não dos homens, eis aqui um objetivo bem distinto. Mas, na mente da maior parte dos escritores que se ocuparam com o contraste entre as duas sociedades, ele não se limitava à diferença dos objetivos; antes, implicava organizações de características contrastantes. Para eles, o objetivo militar envolvia idéias *duras* de comando e de conflito, enquanto o objetivo industrial não as comportava.

Acontece que, sob esse prisma, as esperanças depositadas na "sociedade industrial" seriam ilusórias. Ela revelou-se uma sociedade de relações *duras*: dureza da disciplina na fábrica, dureza da concorrência. Seria uma sociedade muito mais dura nas relações entre os homens que a sociedade pré-industrial. Aqui não estabeleço comparação entre as condições materiais, melhores para uns e agravadas para outros[3], mas entre a natureza das relações.

É justamente por causa da dureza das relações surgidas no seio da sociedade industrial capitalista que uns quiseram fazer uma revolução contra ela enquanto outros pretenderam que o Estado interviesse para remediar essa dureza. Revolucionários ou reformistas, todos reagiram contra as características *militares* que apresentava a sociedade industrial, todos tiveram o desejo de *desmilitarizá-la*. Pode-se ver certa ironia da história no fato de que, se os reformistas conseguiram certa *desmilitarização*, ao contrário dos revolucionários, parecem ter acentuado a *militarização*. É o que veremos mais adiante; no momento estudaremos o processo de militarização. Cabe notar que aqui o termo aplica-se exclusivamente ao que se passa na sociedade industrial como tal, sem referir-se ao que é militar por destinação.

Em primeiro lugar, observaremos que os mais recentes analistas das revoluções industriais, especialmente aqueles que procuram deflagrá-las ou dirigi-las nos países subdesenvolvidos,

---

[3] Uma revolução industrial acarreta para homens diferentes e diferentemente colocados mudanças de sentidos tão diferentes que uma média que, de resto, é desconhecida, não se revestiria de maior significado.

empregam com a maior naturalidade o termo militar "mobilização". Em segundo lugar, ressaltaremos que a sociedade industrial submeteu os trabalhadores da fábrica a uma disciplina militar. Por fim, veremos que ela introduziu no sistema do capialismo concorrencial um clima de conflito permanente.

A mobilização social

O termo mobilização social é constantemente empregado pelos sociólogos e politicistas de língua inglesa. O que significa? Karl Deutsch dirá:

> "A mobilização social pode ser definida como o processo por meio do qual as aglutinações antigas de compromissos sociais, econômicos e psicológicos são desfeitas ou decompostas e os indivíduos se tornam disponíveis para novos modelos de socialização e de conduta. Conforme Edward Shils ressaltou muito bem (1959), a imagem de 'mobilização', tal com a de Mannheim (1940), de democratização fundamental, implica dois atos distintos: primeiro, o ato de desvinculação ou desengajamento dos quadros, costumes e compromissos anteriores; depois, o recrutamento dos indivíduos mobilizados para os novos esquemas, relativamente estáveis, de agrupamento, organização e engajamento. É assim que os soldados são mobilizados: *deixam* seus lares e famílias e *entram* nas unidades militares. Da mesma forma, Mannheim sugerira a imagem de uma multidão que sai de uma vida local tradicional de apatia política e entra numa vida imbricada nos domínios vastos e complexos da vida moderna, que inclui o engajamento virtual ou efetivo na política das massas." (Karl Deutsch, "Social Mobilization and Political Development", *in The American Political Science Review*, setembro de 1961.)

De início, notemos a comparação com a saída dos lares e a entrada nos corpos de tropa. Geralmente esse processo não é bem recebido por aqueles a quem é aplicado. Ainda cabe ressaltar que, no caso da mobilização militar, o lar para fora do qual o mobilizado é convocado nem por isso deixa de existir, enquanto o corpo militar para o qual é convocado está preparado para recebê-lo. Já nas revoluções industriais da Europa ocorridas nos séculos XVIII e XIX o processo foi ainda mais duro, uma vez que a mobilização teve início com a destruição dos antigos quadros, tornando os

homens disponíveis para novos engajamentos, para os quais na maior parte os novos quadros ainda não estavam preparados.

Os empregos que os nossos estabelecimentos industriais ofereciam no início de seu funcionamento só eram aceitáveis para pessoas que não tinham outra escolha[4]. Foi, pois, por uma condição de alimentação da mão-de-obra que esta se sentiu arrastada para esses estabelecimentos, em virtude da destruição de seus abrigos miseráveis.

A militarização do trabalho

No século XVIII já vimos trabalhadores reunidos em grandes estabelecimentos. Vejamos o que o artigo "Manufacturers" da *Enciclopédia* de Yverdon (1773)[5] nos diz a este respeito:

> "Na grande manufatura tudo se faz pelo relógio; os trabalhadores são fortemente constrangidos e bastante censurados. Os supervisores, que em relação a eles se acostumaram a um ar de superioridade e de comando, que realmente é necessário adotar com a turba, tratam-nos com dureza e desprezo."

Esse parágrafo nos faz sentir que a disciplina do trabalho no grande estabelecimento tinha um caráter de novidade ofensiva.

Realmente, no método de produção dispersa que prevalecia até então, cada um trabalhava, é bem verdade, o dia inteiro, mas segundo seu ritmo, conforme seu gosto[6].

Ter de trabalhar continuamente, segundo um ritmo imposto (e que logo a máquina irá tornar ainda mais constrangedor) não havia sido o destino de ninguém, a não ser dos criminosos comuns empregados nas galeras; é dali que se origina a expressão "trabalhar como um condenado às galeras".

---

[4] Um problema de política econômica que não assume interesse para nós é saber se os estabelecimentos que se propõem servir a uma clientela nova, cujo poder aquisitivo é reduzido, vêem-se por isso obrigados a impor tais condições.

[5] Não consegui identificar o autor dessas linhas. A *Enciclopédia* de Felice, impressa em Yverdon, é uma contrafação da *Enciclopédia* de D'Alembert, com algumas interpolações.

[6] De passagem cabe observar que as comparações históricas sobre a duração do trabalho não poderiam de forma alguma ser entendidas na época pré-industrial. É uma coisa muito diferente trabalhar o dia inteiro, determinando o ritmo e as pausas do trabalho, e trabalhar segundo um ritmo fixo, que deve ser mantido. Foi por isso que a transposição da jornada prolongada para a fábrica se revelou tão penosa.

É por isso que o início da grande indústria não se conseguiu encontrar pessoas dispostas a se engajar nessa disciplina dura, a não ser entre os elementos mais necessitados da população. Robert Owen notou isso num texto que já citamos. Profere um julgamento muito duro sobre o caráter dessas pessoas: "Gente sem amigos, sem emprego, sem moral." Cabe observar que no século XVIII são usados termos equivalentes para descrever as pessoas que se deixam recrutar para o exército. Sem nos atermos ao mau juízo moral formulado por Owen, podemos admitir que no século XVIII o consentimento para submeter-se a uma disciplina imposta só era dado por homens que não tinham nenhuma alternativa além dessa submissão.

Nenhum companheiro de artesão, nenhum camponês que tivesse qualquer trecho de terra teria consentido nisso. É um fato histórico bem conhecido que o pessoal disponível para esse fim aumentou continuamente em virtude do crescimento demográfico[7], enquanto de outra parte seus contingentes foram crescendo ininterruptamente pela destruição das comunas aldeãs (destruição esta causada pelos sucessivos *Bills of Enclosure* na Inglaterra e por um método análogo na França); os pequenos camponeses perderam as pastagens de seus animais, vale dizer, seus instrumentos de trabalho.

Pretendi assinalar que o emprego numa fábrica significava uma perda de "liberdade do trabalho", liberdade que até então parecia natural, que era bastante estimada, mas que evidentemente, como qualquer outra liberdade, não valia nada para quem não dispunha de meios para usufruí-la, para quem não dispunha de meios de trabalho.

E quero assinalar acima de tudo que a fábrica introduziu na vida econômica uma relação de *comando*, uma relação de estilo *militar*.

É que Marx e Engels nos dizem de maneira muito clara no *Manifesto do Partido Comunista*:

> "O desenvolvimento das máquinas e a divisão do trabalho fizeram com que o trabalho dos proletários perdesse todo

---

[7] Não há nada mais importante para se compreender a Revolução Industrial que a comparação de dois valores: de 1792 a 1831 o produto nacional britânico computado a preços constantes dobrou. Seu valor *per capita* praticamente não teve nenhum aumento. Cf. Alan T. Peacock e Jack Wiseman, *The Growth of Public Expenditure in the Unitel Kingdom*, N.B.E.R., Princeton, 1961, p. 37.

caráter de independência e, por conseguinte, qualquer atrativo para o trabalhador.

. . . .

As massas de trabalhadores, amontoadas na fábrica, nela são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, esses trabalhadores são colocados sob a supervisão de uma hierarquia completa de suboficias e de oficiais."

Dessa forma, a fábrica nos é apresentada como um lugar em que reina a *disciplina militar*. E foi tanto como uma reação contra a extrema dureza dessa disciplina, como no intuito de obter melhores salários, que a ação sindical se constituiu progressivamente. Neste ponto não disponho do lazer necessário para oferecer exemplos concretos do papel que os problemas disciplinares desempenharam nos movimentos sindicais: esse papel sempre foi muito importante.

De passagem diremos que a modificação enorme que se verificou no tratamento dos "soldados" no seio do grande estabelecimento não alterou seu caráter essencial. A dureza não constitui a essência da organização e da disciplina militar. Já houve exércitos e soldados que foram tratados com extrema dureza, enquanto outros são tratados com consideração, sem que por isso as unidades da tropa se tornem menos militares. A essência da disciplina militar consiste na execução de manobras sob o comando e o controle de superiores hierárquicos.

O estado de guerra comercial

Que resposta dão os empregadores às queixas dos trabalhadores sobre as condições que lhes são impostas e à indignação manifestada por certos intelectuais que delas tomam conhecimento (e que de início são muito raros)?

Em essência, a resposta resume-se no seguinte: "Estou em guerra."

Uma vez criada com determinada capacidade de produção, a empresa só poderá subsistir se vender de acordo com essa capacidade. Se vender com lucro, aumenta sua capacidade; e mais uma vez não poderá subsistir se as vendas não se ajustarem a essa capacidade aumentada.

É nisso que consiste a diferença essencial entre a empresa industrial e o artesanato. O artesão, que é herdeiro por sucessão adotiva de seu antecessor, herda uma clientela fixa e trabalha sob

encomenda. Sem dúvida as encomendas são irregulares: às vezes está sobrecarregado, outras vezes fica sem trabalho; mas esses períodos de falta de trabalho serão suportáveis, desde que não se prolonguem demais, já que o artesão não tem despesas fixas além da manutenção de sua família (que inclui os companheiros e aprendizes).

Já a empresa industrial é obrigada a vender; sua clientela não é obtida de antemão e não é fiel: é necessário conquistá-la e, uma vez conquistado um cliente, o mesmo será perdido se algum concorrente oferecer o produto a um preço mais favorável.

O empresário conquistou clientes porque ofereceu seus produtos a um preço favorável; e pode oferecer seus produtos a um preço favorável porque sua empresa é grande e bem aparelhada. Mas o mesmo princípio que fez com que ganhasse os clientes fará com que ele os perca se um concorrente desenvolver uma empresa maior e mais bem aparelhada. Será cedo para pensar na ameaça? Pode-se esperar para reagir até que se sintam os seus efeitos? Mas quando isso acontecer não será tarde? As vendas cairão, as perdas surgirão, as dificuldades da firma se tornarão conhecidas, e então não se disporá de recursos próprios nem se encontrarão recursos alheios para colocar na empresa: esta desaparecerá. Portanto, torna-se necessário tomar a dianteira e imprimir à empresa um progresso *preventivo* em matéria de aparelhamento, progresso este que por sua vez exige a ampliação dos mercados. A estabilidade não é uma política válida; a alternativa se estabelece entre a perda futura da clientela do empresário e a conquista de maior número de clientes.

Quanto à aparelhagem, a empresa industrial está predestinada à *corrida às armas*. Existe uma semelhança notável entre a potência política que receia ser ultrapassada por outra em material de guerra, tanto na qualidade como na quantidade, e que procura tomar a dianteira porque teme ficar para trás, e a empresa industrial que adota um procedimento absolutamente idêntico. Na verdade, a corrida armamentista, tão intensa em nossos dias, é como que o reflexo do que aconteceu no século XIX com as armas industriais.

Mas existe uma diferença importante. É que o poder político que acumula e desenvolve armas felizmente não é obrigado a usá-las. Esse uso é uma possibilidade lamentável, não uma necessidade. Já na ordem industrial o "estado de guerra" é permanente. A empresa está constantemente empenhada em obter clientes e vê-se continuamente ameaçada de perdê-los. Para obter clientes precisa

melhorar seu aparelhamento em quantidade e qualidade, e este aparelhamento a obriga a obter novos clientes.

Obter novos clientes e, para tanto, produzir ao melhor preço possível, é esta a lei fundamental da grande empresa.

No século XIX as designações *economista* e *socialista* eram antagônicas. Podemos distinguir uns dos outros pelo ângulo sob o qual encaravam aquilo que viria a ser designado como a lei fundamental da grande empresa. O aspecto em que se fixam os economistas é o do preço baixo. Não se cansam de exaltar os efeitos felizes da concorrência: em virtude dela os produtores se vêem obrigados a oferecer suas mercadorias a preços cada vez mais baixos e a lançar produtos novos cujo preço baixará rapidamente em virtude da ação dos concorrentes[8]. É graças ao aguilhão da concorrência que o consumidor dispõe de uma abundância e de uma variedade muito grande de produtos.

Os socialistas fixam-se no aspecto da luta pela clientela: julgam-na feroz, e ela realmente o é. Em suas acusações podemos distinguir vários temas concretos. Em primeiro lugar, a concorrência pesa sobre os trabalhadores por impedir qualquer melhoria de sua sorte. É essa a idéia que Ferdinand Lassalle exprimirá sob a forma da chamada "lei de ferro", que prevê a redução do salário ao mínimo vital. Em segundo lugar, a concorrência destrói as empresas artesanais. Provavelmente esse é o tema que surge em primeiro lugar. Ele foi exposto em tom apaixonado por Sismondi: "Pela força dos capitais atacam-se todas as indústrias independentes e constrange-se o homem que até então era mestre em seu ofício a rebaixar-se à condição de assalariado de proletário. (*Études sur l'économie politique*, 1837, introdução, p. 42.) Evidentemente, esse tema haveria de apaixonar os meios republicanos franceses, cuja base, ao menos entre a Restauração e o Segundo Império, era constituída pelos artesãos independentes. Em terceiro lugar, a concorrência desenfreada e anárquica é a causa das crises econômicas, assustadoras sob o ponto de vista social. Trata-se de um tema que assume grande importância sob o ângulo histórico; cada crise apresenta-se não só como uma condenação moral, mas também como uma promessa de destruição do sistema concorrencial[9]. Em quarto lugar, os patrões envolvidos na concorrência não

---

[8] Sobre a baixa dos preços, ver os trabalhos de Jean Fourastié. Esse autor, com toda a razão, enuncia os preços sob a forma de sua relação com o salário médio.

[9] Não é este o lugar de discutir se a interpretação das crises por meio da "superprodução", que era corrente entre os economistas, tinha bons fundamentos. Hoje sabemos que as políticas financeiras mal inspiradas dos Governos nelas desempenharam um papel essencial.

mais se sentem responsáveis por seus operários e deles se desembaraçam assim que não mais necessitem dos seus serviços, sem preocupar-se com sua sorte. Esse tema, que não é propriamente de esquerda, foi desenvolvido sobretudo por Carlyle.

Na verdade, de forma alguma as acusações ao regime da concorrência vêm principalmente da esquerda. Num capítulo anterior transcrevemos a passagem em que Bernard Shaw evocou os poetas e profetas do século XIX que denunciavam o sistema concorrencial.

Deixei para o fim uma última crítica: o sistema da empresa industrial capitalista e concorrencial cria grandes poderes novos na sociedade, que podem ser designados como um novo feudalismo[10].

O socialismo como antimilitarismo industrial

Neste ponto quero abandonar a descrição dos aspectos militares da sociedade industrial, para pôr em relevo as preocupações antimilitaristas do socialismo ou, em termos mais gerais, do intervencionismo.

Procurou-se impedir que as batalhas comerciais fossem travadas à custa do trabalho das crianças, do trabalho noturno das mulheres, de uma duração excessiva do trabalho dos homens. Leis sucessivas foram promulgadas nessa área. As primeiras, que apenas pretendiam moderar os abusos mais graves, encontraram resistências que hoje em dia nos pareceriam inacreditáveis. Posteriormente celebraram-se tratados internacionais nessa área (as convenções internacionais do trabalho).

Depois de fortes resistências, facilitou-se aos sindicatos a luta a favor das convenções coletivas, tanto as que abrangem um estabelecimento como as de caráter geral, que regulam a disciplina do trabalho.

Aos trabalhadores que perdem o emprego proporcionaram-se certos recursos de subsistência, seja por meio de uma transformação contínua dos mecanismos econômicos, seja através de uma ação maciça por ocasião das crises.

[10] A rigor, o termo é impróprio: o feudal é um fiel que se emancipa. Poder-se-ia falar em feudais se os dirigentes das empresas nacionais se emancipassem. Seria, portanto, preferível dizer "senhorios econômicos", mas o termo feudalismo se acha consagrado pelo uso.

Neste ponto só quero lembrar algumas medidas sociais destinadas a temperar o rigor do sistema. Tais medidas não passavam de paliativos aos olhos dos socialistas, segundo os quais o sistema industrial foi construído apenas como um sistema disciplinar entre os assalariados e belicosos entre as empresas. Enquanto uns sustentavam que as reformas proporcionavam ao sistema uma capacidade de aperfeiçoamentos sucessivos que parecia ilimitada, e por sua vez constituíam prova da existência dessa capacidade, os socialistas foram de opinião que o próprio princípio desse sistema sofreu uma alteração.

"O socialismo é o desarmamento"

Hoje em dia é curioso vermos como um espírito sério e imbuído de boa vontade considerava, no início de nosso século, a realização do objetivo socialista: a socialização dos meios de produção. De início, Emile Faguet[11] formula uma denúncia contra o capitalismo concorrencial. Todos os aspectos desagradáveis do sistema são trazidos à luz do dia com um rigor frio. De outro lado, manifesta sua simpatia pelo socialismo, no qual vê "uma doutrina moral irrepreensível e salutar que, como tal, deve ser espalhada por todos os povos, como se fosse uma religião". E, partindo de sua antipatia manifesta pelo fato do capitalismo concorrencial e de sua simpatia declarada pela intenção socialista, examina a entrada em vigor do coletivismo.

Diz, como que em tom de lamentação, que essa instauração consistirá apenas no afrouxamento de todas as constrições para a ação e levará à apatia econômica.

Veremos que para ele não há nenhuma dúvida de que seja assim. Por quê? A explicação é encontrada em algumas frases escolhidas ao acaso. "O socialismo é o desarmamento [1899]..." "O socialismo é a guerra à guerra, a luta contra a luta pela vida [1907]." Vê no socialismo um regime do qual serão eliminados todos os aspectos de constrição e de luta, uma *desmilitarização* profunda da sociedade.

Ora, para que um homem tão escrupuloso como Faguet, que lia tudo e mantinha numerosos contatos, pudesse ver as coisas dessa forma, seria necessário que a linguagem e as atitudes dos socialistas o autorizassem.

---

[11] Refiro-me a dois textos desse autor: um capítulo, "Le socialisme en 1899", pertencente ao livro *Questions politiques*, Paris, 1899; e um livro, *Le Socialisme en 1907*, Paris, 1907.

Nos dois textos de Faguet não encontramos uma única linha que apresente a menor suspeita de que uma economia coletivizada possa caminhar na direção oposta, possa trazer consigo um progresso da militarização da economia.

Lênin

Terá Lênin concebido esse princípio no país que iria adotar a economia dirigida? Ouçamos o que diz em suas reflexões nas vésperas da tomada do poder (segundo ele, o trabalho *O Estado e a Revolução* foi escrito em setembro de 1917):

> "Não somos utopistas. Não *sonhamos* em livrar-nos *de um golpe* de toda administração, de toda subordinação. Esses sonhos anarquistas, que têm sua origem na incompreensão das tarefas que caberão à ditadura do proletariado, são fundamentalmente estranhos ao marxismo e na realidade só servem para adiar a revolução socialista para o dia em que o homem tiver mudado. Nós queremos a revolução socialista com os homens tais quais são hoje, homens estes que não se privarão da subordinação, do controle, dos *supervisores* e dos *controladores*.
>
> Mas é ao proletariado, que é a vanguarda armada de todos os explorados e de todos os trabalhadores, que os homens deverão subordinar-se. Pode-se e deve-se desde já, de hoje para amanhã, começar a substituir os *métodos de comando* peculiares aos funcionários públicos pelo simples exercício de uma *supervisão* e de um *controle,* funções muito simples que desde logo se acham perfeitamente ao alcance dos cidadãos, que poderão perfeitamente desempenhá-las mediante o *salário dos trabalhadores.*
>
> Seremos *nós mesmos,* os trabalhadores, que organizaremos a grande produção. Para isso tomaremos como ponto de partida aquilo que já foi criado pelo capitalismo, apoiarnos-emos em nossa experiência de trabalhadores e instauraremos uma disciplina rigorosa, uma disciplina férrea mantida pelo poder do estado dos trabalhadores armados; reduziremos os funcionários públicos ao papel de simples agentes executores de nossas diretivas, ao papel de supervisores e de controladores, responsáveis, destituíveis e modestamente remunerados (conservando, naturalmente, os especialistas de todos os gêneros, de todas as espécies e de todas as catego-

rias). É no que consiste nossa *tarefa* proletária, e é por isso que devemos *iniciar* a realização da revolução proletária[12]."

É claro que no caso se trata daquilo que deveria acontecer imediatamente. Nega-se o desaparecimento *repentino* de todas as formas de subordinação: afirma-se sua substituição. Essa situação próxima e imediata constitui o oposto daquilo que virá depois e que se anuncia nas passagens seguintes do texto:

> "Essas primeiras medidas, fundadas na grande produção, levarão por si mesmas à *extinção* paulatina de todo o funcionalismo, ao estabelecimento gradual de uma ordem — que não terá a menor semelhança com a escravidão do salariado, sem aspas — na qual as funções cada vez mais simplificadas de supervisão e controle serão exercidas por todos alternadamente, até se transformarem num hábito e desaparecerem como funções *especiais* de uma categoria especial de indivíduos." (*Id., loc. cit.*)

Podemos perfeitamente acreditar que, desde que realmente se trate apenas de supervisionar e registrar, essas funções poderão ser desempenhadas mais ou menos bem por qualquer pessoa, já que se guiarão por rotinas bem estabelecidas. É o que nos diz Lênin.

Aludindo ao "início da caminhada" da sociedade comunista em sua *primeira fase*[13], escreve:

> "Aqui *todos* os cidadãos transformam-se em empregados assalariados do Estado constituído pelos trabalhadores armados. *Todos* os cidadãos transformam-se em empregados e operários de *um único* "cartel" formado por todo o povo, pelo Estado. Tudo isso tem por fim conseguir que eles desenvolvam um esforço igual, observando igualmente a medida do trabalho e percebendo um salário igual. O registro e o controle nessa área foram *simplificados* ao extremo pelo capitalismo, que os reduziu às operações mais simples de supervisão e de inscrição, e à entrega dos recibos corres-

---

[12] *L'État et la Révolution*, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, pp. 58-59. Das palavras grifadas, algumas o foram no texto, enquanto outras figuram entre aspas.

[13] Fixemos, nos próprios termos de Lênin, o sentido da primeira fase: "Na primeira fase da sociedade comunista (que geralmente é chamada de socialismo)..." *L'Etat et la Révolution*, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, p. 112.

pondentes, atos estes que estão ao alcance de qualquer pessoa que saiba ler e escrever e conheça as quatro operações aritméticas[14]."

Um pouco adiante diz:

"Toda a sociedade não passará de um único escritório e de uma única fábrica, onde haverá igualdade de trabalho e igualdade de salários."

Fala ainda na disciplina de fábrica[15]:

...que o proletariado, depois de ter vencido os capitalistas e tomado o lugar dos exploradores, estenderá a toda a sociedade[16]."

Mas aqui surge um problema. No estabelecimento particular há uma disciplina já fixada, na qual apontamos em outra parte certa semelhança com a disciplina militar. Admitamos que os supervisores e controladores sejam suficientes para que as operações do estabelecimento particular prossigam como antes. Mas como se passarão as coisas entre vários estabelecimentos, reunidos em um só escritório e uma só fábrica? Não bastará conservar os procedimentos anteriores: será necessário criar novas relações que substituam as relações de mercado. Na verdade, todas as relações de mercado deverão ser abolidas entre as empresas desde a primeira fase da transformação.

O exemplo alemão

Como se repartirão entre as indústrias os recursos necessários à produção? Quem diz que as funções de direção se reduzem ao registro e ao controle implicitamente postula uma economia estacionária, o que por certo não correspondia às idéias de Lênin. Se a economia não for estacionária, o crescimento deverá ser desigual; e num lugar haverá mais necessidade que em outro de reforços de mão-de-obra, de máquinas, de matérias-primas, de combustível. Desde o momento em que esses reforços deixam de ser oferecidos no mercado, onde são adjudicados a quem oferece mais, eles terão de ser adjudicados por decisões de estado-maior. Haverá necessidade de um comando supremo.

---

14 *Op. cit.*, p. 120.
15 A palavra "fábrica" está entre aspas no texto de Lênin.
16 *Op. cit.*, p. 121.

A realização de uma alocação ótima constitui um problema intelectual que se apresenta extremamente multifacetado, já que nele intervém uma infinidade de variáveis, tanto do lado das entradas como nos bens finais. Mas essa operação foi iniciada num estado de penúria tão generalizado que tudo que era produzido era bem recebido.

Os dirigentes podiam inspirar-se no exemplo da gestão de uma economia obsidional num país muito mais avançado. Estamos aludindo à economia de guerra alemã.

O Prof. Peter Wiles (da *London School of Economics*) assinala, num artigo notável[17], o papel desempenhado na Rússia pelo transplante da economia obsidional alemã, realizado por um marxista russo, Yuri Larin, que publicou um artigo importante a esse respeito numa revista jurídica russa, isto em 1915-1916, e que em 1918 pertence ao Conselho Supremo da Economia Soviética.

Peter Wiles cita os nomes de muitos economistas alemães que lançaram as bases da alocação dos recursos *in natura* realizada por uma economia autoritária.

Podemos afirmar que Marx desejou uma coisa dessas? Não podemos. Poderíamos demonstrar que esse procedimento contraria suas idéias? While pretende provar que não podemos, e defende sua tese no estilo combativo que lhe é peculiar:

> "Marx identificou o socialismo com a economia dirigida. Não empregou essa expressão e teria protestado fortemente contra ela, já que em seu entender o socialismo funcionaria por persuasão. E até hoje essa expressão não foi empregada por qualquer comunista...
>
> No entanto, os textos sagrados estão cheios de passagens que, embora obscuras, não permitem outra interpretação senão a de que se postula uma economia dirigida...
>
> A rigor, não posso deixar de admitir que Marx, Engels e Lênin não tinham nenhuma idéia clara sobre o problema da alocação dos recursos escassos, ou da sua enorme variedade e múltiplas finalidades, ou da imensa tarefa de administração pública que estava implícita em suas proposições. Quando diziam alegremente que se tornava necessário suprimir o dinheiro e o comércio, quando exaltavam a centralização e condenavam a "anarquia do mercado", de forma alguma imaginavam as conseqüências disso. Acontece que essas coisas foram ditas por ele, abertamente e com freqüência. Além

---

[17] Peter Wiles, "The Political and Social Prerequisites for a Soviet-Type Economy", *Economica*, fevereiro de 1967.

disso, a mais fundamental de todas as suas idéias, a de que o homem não deve trabalhar visando à recompensa pessoal, mas ao bem público — esse ideal elevado, perfeitamente moral e humanitário em si mesmo, exige a centralização. E, na ausência de um mercado, evidentemente torna-se necessário dizer aos homens em que consiste a cada momento o bem público. Sem dúvida no fim das contas já não haverá direção, mas apenas centralização. Mas durante o longo período de transição haverá necessidade de direção juntamente com a centralização. De forma que, se Marx, Engels e Lênin não entenderam perfeitamente suas intenções, por certo não entenderam o contrário do que acaba de ser dito."

Uma possibilidade que encontrou sua oportunidade

Essas brilhantes palavras de Wiles constituem uma demonstração à revelia. Marx e Engels não indicaram qualquer alternativa para a alocação dos recursos através do mercado, e dali se conclui que não poderia desejar outra coisa senão a economia dirigida. E isso é difícil de acreditar. Cabe notar, todavia, que a importância extraordinária que em nossos dias assume o setor público faz com que fique a seu cargo o problema da alocação racional dos recursos independentemente do mercado. Esse problema envolve grandes dificuldades, mas de qualquer maneira procura-se resolvê-lo, e isso principalmente no mais avançado dos países capitalistas.

Não haveremos de esquecer que Marx imaginava que a passagem ao coletivismo se realizaria no país mais avançado, e isso em virtude da impossibilidade de, no regime capitalista, se absorver uma produção crescente, do que resultaria a obstrução dos mercados. Acontece, todavia, que a oportunidade para a tomada do poder surgiu num país pouco avançado e em condições de extrema penúria. Os novos senhores defrontaram-se com a escassez resultante da guerra, e ainda dos anos de guerra civil, à qual as intervenções estrangeiras ineficazes conferiram um caráter de defesa nacional. Nessas condições justificava-se e chegava mesmo a tornar-se necessária uma economia dirigida.

Não existe a menor dúvida de que Wiles tem razão quando diz que a economia dirigida já se achava potencialmente na doutrina marxista, e que não havia qualquer possibilidade alternativa indicada. Acontece que essa economia dirigida encontrou no lugar, no tempo e nas circunstâncias em que se verificou o advento do

comunismo uma oportunidade extraordinária para sua instauração: é aliás o que diz Wiles.

A tese de Elie Halévy[18]

Poder-se-ia perguntar — e Elie Helévy convidou-nos a fazê-lo — se, sem a guerra de 1914, o mundo teria conhecido a economia dirigida que se instalou na União Soviética.

Por que as potências européias se atiraram, em agosto de 1914, a um conflito, se a maior parte delas não tinha nenhum objetivo guerreiro? Por que, depois de se terem envolvido na guerra por inadvertência, obstinaram-se em prosseguir nela? São perguntas que permanecem sem resposta.

Essas potências refutaram a opinião, tão corrente antes do evento, de que um conflito entre elas não poderia ser de longa duração, porque isso seria incompatível com todos os seus costumes. E, para refutá-la, revogaram todos os seus costumes ao adotarem um "regime de guerra" que até então nunca fora imaginado.

A obra admirável que Elie Halévy escreveu como historiador confere peso à opinião por ele formulada, segundo a qual esse regime constitui uma das causas principais das mudanças ulteriores na ordem política e na ordem econômica.

> "*a*) Sob o ponto de vista econômico, uma estatização ampliada ao extremo de todos os meios de produção, de distribuição e de troca; e, de outra parte, o apelo dos Governos aos chefes das organizações de trabalhadores para que os ajudassem nesse trabalho de estatização — motivo por que o sindicalismo e o cooperativismo surgiram juntamente com o estatismo;
>
> *b*) Sob o ponto de vista intelectual, a estatização do pensamento, estatização esta que assume duas formas distintas: uma negativa, que se manifesta na supressão de todas as expressões de uma opinião julgada desfavorável ao interesse nacional; e outra positiva, à qual daremos o nome de organização do entusiasmo[19]."

[18] Essa tese foi apresentada durante a sessão da Sociedade Francesa de Filosofia, realizada em 28 de novembro de 1936. Cf. Elie Halévy, *L'Ère des tyrannies*, Paris, Gallimard, 1938.

[19] *Op. cit.*, p. 214.

Dessa forma os Estados beligerantes demonstraram amplamente a possibilidade de um regime autoritário tanto na ordem econômica como na ordem política. E para Elie Halévy derivava dessa demonstração os regimes autoritários que se seguiram.

Certamente há uma boa dose de verdade na idéia, pois quem conheceu a mobilização do tempo de guerra terá notado, com uma indignação muito maior que antes, que as grandes empresas, as grandes tarefas de utilidade social deixaram de ser executadas. Aquilo que foi feito para lutar contra o "inimigo", que é nosso semelhante, também poderá sê-lo para servir ao nosso semelhante reconhecido como "próximo". Haverá idéia mais natural que essa? Ela, evidentemente, leva à imitação dos procedimentos que foram empregados em tempo de guerra. Não pretendo discutir se uma reflexão mais ampla não faria surgir meios próprios aos tempos de paz, tão poderosos quanto os métodos de dirigismo empregados durante a guerra e sem dúvida mais eficazes. Aqui nossa tarefa não consiste em fazer descobertas nos domínios da organização social, mas em constatar idéias. E não há idéia mais espontânea (nem mais louvável) que a de querer fazer tanto pelo bem quanto se fez contra o "inimigo"; o primeiro impulso nos leva a adotar em prol desse objetivo melhor o mesmo procedimento que se adotou em face do outro.

18.

As idéias em progresso

Recenseamento das idéias atuais

O caráter deste trabalho pode ser elucidado por meio do contraste museu-recenseamento. Para guarnecer um museu, nele se colocam obras notáveis do passado, às quais se atribui certo valor. O melhor guia será aquele que mais hábil se revelar em atrair a atenção do visitante para cada uma das obras expostas no museu, pois nele não existe uma única peça que não mereça ser examinada, degustada e admirada. Tal é o caráter de outros trabalhos que trazem o mesmo título que este. Nenhum espírito que não tenha feito essa visita sob a direção de um bom guia pode ser chamado de culto. É justamente porque já existem trabalhos que apresentam o caráter que acabo de indicar que o presente livro pode ter um caráter completamente distinto: aproxima-se mais do recenseamento. O objetivo de um recenseamento consiste em medir as presenças num campo social, e seu valor histórico reside na possibilidade de descobrir por comparação com os recenseamentos anteriores quais as presenças que se tornaram mais numerosas, quais as que ficaram menos numerosas e quais as novas presenças.

Cabe ressalvar que esta apresentação constitui uma simplificação grosseira, e, da mesma forma que qualquer analogia ou metáfora, não deve ser levada muito a sério. No entanto, parece oportuna porque a última parte deste curso será como que prefaciada por uma visão muito ligeira das idéias que se acham "em progresso". Ao dizer neste passo que uma idéia está "em progresso", de forma alguma quero dar a entender que ela se torne melhor: o progresso de que falamos é quantitativo. Uma idéia em progresso é uma idéia recebida por muitos espíritos (progresso em extensão) e que ocupa mais fortemente o espírito em que tenha sido recebida (progresso em intensidade). Uma idéia em progresso ocupa um lugar mais amplo nas preocupações correntes, desempenha um papel mais importante nas decisões.

Um dos inconvenientes da metáfora empregada consiste no fato de que ela nos leva a esperar uma medida objetiva do progresso de uma idéia. Não disponho desse tipo de medida, e a questão de saber se, como e até que ponto ela pode ser criada pertence a uma matéria diferente da nossa: o método nas ciências sociais.

Portanto, se aqui falo de idéias em progresso, faço-o apenas com base em impressões subjetivas cujo valor é contestável. De qualquer maneira, porém, torna-se útil assinalar as idéias em progresso, a fim de que possamos escolher os objetos ulteriores de um exame mais atento.

O período 1815-1913 e a época iniciada em 1914

O espaço de tempo que devemos incluir neste curso abrange, com o fim da época iniciada pela Revolução Francesa, o longo período que vai desde a queda de Napoleão até o dia 2 de agosto de 1914, quando o primeiro tiro de canhão abriu uma nova época de comoções. Os termos período e época são aqui empregados no sentido que lhes foi atribuído por Péguy: temos um "período" quando o curso da história é relativamente pouco agitado e temos uma "época" quando o mesmo é agitado ao extremo, quando a história por assim dizer entra em convulsões. Um período pode ser rico em mudanças e seu ritmo pode ser rápido: seu caráter pacífico e gradual faz com que conserve o caráter de "período".

Aliás, cabe observar que, quando esse clima de período tenha reinado por muito tempo, até mesmo os espíritos mais penetrantes dificilmente conseguem imaginar as tempestades de uma época que está por vir, os tumultos de um novo tempo de perturbações.

Não foi sem razão que aludi aos "espíritos mais penetrantes". Realmente, basta ver que em 1784 Condorcet anunciava "a grande probabilidade de que tenhamos menos mudanças, menos revoluções de grandes proporções a esperar no futuro do que as que ocorreram no passado". E Faguet diz em 1899: "A história doravante tem possibilidade de ser menos acidentada, menos pitoresca e menos dramática." (Referido *in* Jouvenel *L'Art de la conjecture,* p. 83.)

A própria duração do período passado leva-nos a crer em sua duração futura (por aplicação inconsciente da probabilidade bayesiana). A vinda da tempestade desmente essa opinião: quando não seja por isso, o tumulto agita nossas opiniões. Mas ele as agita de uma forma muito mais geral. Uma idéia que gozava de bastante crédito antes do drama de 1914 era que a solidariedade internacional dos trabalhadores seria capaz de impedir a entrada em guerra

de um país que era em grande parte socialista e dispunha de poderosa organização sindical, como a Alemanha. Os fatos dissiparam essa idéia. Em compensação, o apelo em prol da defesa nacional, dirigido aos trabalhadores, propiciou o progresso das idéias relativas à legislação do trabalho. As idéias de solidariedade social e de tributação progressiva foram beneficiadas pelo estado de guerra.

Entre as idéias anteriores à época, houve algumas que foram prejudicadas pelas comoções e outras que com elas se beneficiaram. No entanto, há mais: numa Alemanha que não tivesse sido sacudida pela guerra, pela derrota, pela inflação, pela exigência de reparações, pela depressão e pelo desemprego, as idéias que se ligam ao nome de Hitler jamais teriam adquirido importância social nem desempenhado um papel histórico.

São apenas alguns exemplos tirados ao acaso, em meio a tantos outros, da comoção dos espíritos resultante dos acontecimentos dramáticos que se sucederam a partir de 2 de agosto de 1914.

Teríamos um bom tema para uma especulação crônica se quiséssemos imaginar qual teria sido a evolução das idéias se não tivesse havido o primeiro conflito, que deu causa a todo o resto. Mas nosso objetivo não é esse. Não nos cabe explicar a mudança das idéias, e por isso não temos de descobrir qual foi o papel que nela desempenhou a evolução regular e qual a função das agitações trazidas pela grande época das perturbações assinaladas pela Primeira Guerra Mundial, pela Grande Depressão e pela Segunda Guerra Mundial. Mas, ao chamarmos a atenção para o contraste entre período e época, estaremos mais bem preparados para perceber que as tempestades contribuíram muito mais para algumas mudanças que para outras.

As idéias em ascensão

Quais as idéias que atualmente se encontram em ascensão histórica, vale dizer, as que se expandem e se tornam mais influentes que antes? Não pretendemos apresentar uma enumeração exaustiva das mesmas; apenas assinalaremos algumas. Elas serão divididas em dois grupos. Nas idéias do primeiro grupo, predomina o caráter econômico e social, enquanto as outras são de caráter mais estritamente político. Não dispomos de tempo para uma exposição completa do assunto. Por isso as idéias do primeiro grupo só serão indicadas de maneira extremamente sucinta no curso deste capítulo,

enquanto as do segundo grupo terão um tratamento mais amplo nos capítulos seguintes.

Formaremos o primeiro grupo com as idéias seguintes: industrialização, concentração, tecnicismo, solidariedade, qualidade da vida; e o segundo grupo com estas: nacionalismo, estatismo, racionalidade, força.

A industrialização

Conforme vimos, o interesse pela industrialização já era bem pronunciado no início do século XIX. E não é de forma alguma surpreendente que depois disso ele se tenha tornado mais forte. Nos países em que esse interesse é antigo, ela se tornou mais consciente. mais generalizada e mais intensa. Mas, o que é mais importante, esse interesse estendeu-se a países aos quais por muito tempo foi estranho. Uma razão poderosa de seu surgimento consistiu no orgulho nacional. Faz pouco mais de um século que a China e o Japão experimentaram o poder ocidental. Os letrados chineses passaram a indagar de si para si sobre a necessidade da adoção de uma civilização industrial que lhes repugnava; mas enquanto o fato dá o que pensar na China, engendra a ação no Japão. Nesse país assistimos ao desenvolvimento de um capitalismo industrial, realizado sob enérgico impulsionamento governamental.

O caso japonês[1] é notável pela rapidez da arrancada, pelo ritmo de crescimento e, o que constitui um fato singular, pelo papel que a elite social anterior — a dos samurais — desempenhou na industrialização. (Cf. Johannes Hirschmeier, *The Origins of Entrepeneurship in Meiji Japan,* Harvard, 1964; e Bernard S. Silberman, *Ministers of Modernization,* University of Arizona, 1964).

Camada superior e acumulação

As sociedades que costumam ser chamadas de "tradicionais" podem ser caracterizadas por três traços dominantes: a preponderância da produção agrícola, o afluxo de uma fração considerável do produto nacional às mãos de uma minoria dominante, através das rendas agrícolas, e o emprego dessa fração em finalidades diversas dos investimentos produtivos.

---

[1] Cf. Hubert Brochier, *Le Miracle économique japonais,* Paris.

Não existe civilização sem acumulação concreta. É a acumulação concreta que constrói templos, catedrais, cidadelas, fortalezas ou, em tempos mais felizes, casas de divertimentos ou de ostentação, ornamentadas com obras de arte. Mas essas formas de acumulação concreta são frutos da riqueza social (ou melhor, das concentrações de recursos em certas mãos) ; não são causas de enriquecimento.

Assim que a concentração de riquezas se desloca de uma aristocracia de donos da terra que vivem da renda para uma classe de capitalistas que vivem do lucro, a "massa de manobra" constituída por essa fração considerável do produto global que se concentra nas mãos de poucas pessoas tem alterada sua forma de aplicação. De início, uma parte bem menor dessa massa de manobra passa a ser despendida no "estilo de vida": a austeridade convém aos capitalistas, e pode-se dizer que o preconceito social contra o fausto dos enriquecidos decorre de certa forma de sua missão social, que consiste em acumular. Acumular de que forma? Em investimentos produtivos.

É por meio do investimento produtivo que os trabalhos podem ser transformados e tornados mais fecundos. Seus frutos permitirão aos capitalistas, de início, o aumento do número de trabalhadores (ampliação do capital), e, depois, a melhoria do equipamento do trabalhador (intensificação do capital). A primeira fase pode ser ilustrada pela adição de máquinas às que já se acham instaladas, a segunda pela substituição. Viram-se nos países em que a ampliação do capital é rápida, como na URSS, fábricas com equipamentos novos construídas ao lado das que usam equipamentos mais antigos, já que a adição é mais urgente que a substituição.

Sabe-se que Marx atribuiu ao capitalismo a seguinte divisa: "Acumulai, acumulai, que esta é a Lei dos profetas!" A acumulação não é só a divisa, mas aos seus olhos também constitui a missão histórica do capitalista, representa o serviço objetivo por ele prestado no processo de desenvolvimento social. Segundo seu modo de ver, sobre a base das capacidades de produção constituídas durante o estágio capitalista repousa o estágio seguinte, que é o socialista, já que as capacidades constituídas permitem e exigem a distribuição igualitária.

Conclui-se que a hora do socialismo não terá soado antes do desenvolvimento das capacidades pelo capitalismo. Mas que acontecerá se politicamente a hora do socialismo soar mais cedo? Nesse caso será o socialismo que deverá cumprir a função acumuladora. Como se vê na *Crítica do Programa de Gotha,* Marx não acreditou que o socialismo não devesse preocupar-se de forma alguma com a

acumulação. Mas certamente deveria preocupar-se tanto mais com ela quanto menos tivesse progredido a acumulação, quanto menos tivesse sido levada avante pelo capitalismo.

O século XX mostrou-nos algo que ninguém preconizou ou previu: um socialismo empenhado mais apaixonadamente na acumulação do que antes o estivera o capitalismo. É essa a essência do regime stalinista: "Acumulai, acumulai, que esta é a lei dos profetas!" Essa frase pode perfeitamente servir de divisa ao regime stalinista, que pesou sobre os trabalhadores com o mesmo rigor que o capitalismo manchesteriano manipulado pelos acumuladores, e de forma ainda mais ativa.

Não é de admirar que o tipo stalinista de socialismo tenha desfrutado um prestígio extremo nos países em que o Partido Comunista, quando da tomada do poder, encontrou o grau mais fraco de industrialização, como a Albânia e a China. Nesses países, onde tudo está por fazer em matéria de industrialização, há muita pressa, e como é extremamente penoso subtrair do consumo uma parte considerável do produto nacional num lugar em que ele (computado por cabeça) é muito baixo, essa subtração só pode ser levada a efeito por meio de uma disciplina política extremamente rigorosa. Nesses casos ela encontra melhor justificativa que na Rússia, onde a industrialização era relativamente avançada antes de 1917, e muito melhor ainda que na Tcheco-Eslováquia, onde era muito mais avançada em 1945.

A grande surpresa do século XX consiste no fato de que o coletivismo não intervém após o desenvolvimento capitalista, para repartir os seus frutos, mas para ocupar o lugar do desenvolvimento capitalista e desenvolver as capacidades de produção[2].

Nos lugares em que o socialismo foi visto por Marx como o herdeiro natural do capitalismo, ou seja, nos países desenvolvidos, o mesmo não herdou; pelo contrário, contesta-se a função capitalista nos lugares em que ela não foi exercida pela empresa privada. É o que acontece, por exemplo, nos países da América latina, onde se perpetuou de forma bizarra o primado dos grandes proprietários de terras que dissipam suas rendas em consumos de luxo.

O que foi dito basta para que se perceba o amplo lugar reservado em nossos dias ao objetivo da industrialização e ao imperativo da acumulação. Poder-se-ia elaborar uma teoria segundo a qual existe uma vocação para a acumulação produtiva mais ou menos

---

[2] No livro *l'Art de la conjecture.* pp. 101 s., assinalamos que o coletivismo poderia ter assumido um aspecto totalmente diverso se sua instauração tivesse sido realizada em primeiro lugar na Inglaterra e na América, segundo o modelo histórico de Marx.

pronunciada em diversos países, que é favorecida por diferentes regimes.

A concentração

Voltando a um texto de Condorcet (pp. 177-9), vemos que esse escritor esperava que, por meio de um sistema de seguros apropriados, todo homem que fundasse uma família estivesse provido do capital necessário ao exercício de sua indústria. Em outras palavras, imaginava que os meios de produção se espalhassem nas mãos de produtores individuais independentes. Toda a evolução econômica que se verificou depois disso caminhou no sentido da concentração dos meios de produção em grandes estabelecimentos, fenômeno que constitui a concentração física, e da concentração da administração da produção em grandes empresas que congreguem estabelecimentos múltiplos.

Segundo um estudo recente[3], 200 sociedades norte-americanas reúnem um ativo global de cerca de 265 bilhões de dólares, cifra esta que é tão imensa que não encontro nenhum meio de dar-lhe um equivalente concreto. Basta dizer que a menor, a mais fraca dessas 200 empresas, possuía um ativo de 2,1 bilhões de francos novos.*

Durante vários anos a preocupação do Governo francês, que chegou às raias da obsessão, foi conferir às nossas empresas, por meio de fusões, dimensões que as aproximem desse gigantismo. É interessante confrontar essa atitude militante em favor das fusões com a reação emocional desfavorável provocada nos Estados Unidos pela realização espontânea do processo. No curso de um decênio, em fins do século XIX e princípios do século XX, 5.300 empresas ou estabelecimentos norte-americanos foram integrados em 318 trustes, e, entre essas, 1.500 empresas ou estabelecimentos o foram nos sete trustes principais[4].

Sem dúvida poderíamos observar que as circunstâncias não são as mesmas. Nos Estados Unidos receava-se que a constituição de

---

[3] R. J. Larner, "The 200 Largest non-Financial Corporations", *in The American Economic Review*, vol. LVI, n.º 4, parte 1, set. de 1966.

* Cerca de 8 bilhões de cruzeiros (1978), (N. da E.)

[4] Sobre as fusões nos Estados Unidos, ver John Moody, *The Truth about the Trusts*, Nova York, 1904; em francês, Bertrand de Jouvenel, *La Crise du capitalisme américain*, Gallimard, 1933, cap. IV. Cabe lembrar que o uso da palavra *trust* para designar as empresas gigantescas teve sua origem na forma jurídica de sua constituição, realizada por meio da entrega dos títulos de propriedade das diversas empresas a um grupo de *trustees* comuns; ver p. 240.

empresas gigantescas pusesse fim à concorrência, enquanto hoje em dia tais concentrações vêm sendo promovidas entre nós no intuito de melhor enfrentar a concorrência (estrangeira).

Mas além dessa diferença de circunstâncias imediatas, existe uma diferença profunda nos julgamentos de valor. Depois do início do século XIX, a idéia de concentração ou, como diríamos hoje, de "integração", tem ganho terreno ininterruptamente, de forma tal que hoje a defesa dos produtores independentes, realizada por Sismond (pp. 226-7), seria transformada em motivo de zombaria, como uma forma de "poujadismo". Associa-se a idéia de "pequeno" à de "ultrapassado", e a de "grande" à de "progressista". Atribui-se menos importância à independência que à organização. Os fatores econômicos da superioridade da grande empresa não interessam ao nosso trabalho, ao contrário dos seus aspectos sociais.

A grande empresa é vista como fator de naufrágio "das pequenas classes médias". É o que lemos no *Manifesto do Partido Comunista:*

> "As pequenas classes médias de antigamente, os pequenos industriais, os pequenos comerciantes e os pequenos capitalistas, os artesãos e os camponeses, todas essas classes submergirão no proletariado."

Se essa previsão se realizou para algumas dessas categorias e para parte dos membros de outras, em compensação as grandes organizações têm gerado novas categorias sociais que formam uma classe média mais abundante que nunca. Não há dúvida de que a dinâmica sócio-profissional das economias avançadas oferece-nos o quadro de uma retração enorme dos homens que se dedicam à agricultura, uma retração muito mais moderada dos empregadores industriais, e um número ainda menor de empregadores comerciais, em virtude do surgimento de serviços que substituem as lojas. Em compensação, assistimos a um progresso muito rápido dos executivos e dos técnicos.

Se fizermos abstração dos fenômenos ligados à diminuição da população agrícola em geral, veremos que, enquanto na França, de 1954 a 1964, o número dos empregadores na indústria e no comércio diminuiu em 300.000 unidades, os efetivos dos quadros de funcionários superiores e médios quase dobraram. O processo de concentração dá origem a uma classe média de tipo totalmente

diferente da antiga, mais numerosa e muito mais capaz de se fazer ouvir. Foi a essa nova classe média que Harold Wilson atribuiu a vitória eleitoral do Partido Trabalhista em 1964.

Será que essa nova classe média constitui um fenômeno sem precedente? De forma alguma. Ela apresenta fortes semelhanças com o antigo pessoal administrativo do Estado. Em outras palavras, à medida que progride a centralização na ordem econômica, a administração econômica concorre através do crescimento das funções políticas para o aumento de um pessoal que, sob muitos aspectos, é do mesmo tipo do que antes povoava os grandes serviços do Estado.

O tecnicismo

Sob muitos aspectos, mas não sob todos. É bastante significativo o que se verifica, por exemplo, na Inglaterra, no seio das profissões liberais. Enquanto em 1911 o número de juristas e de engenheiros era praticamente igual, 40 anos mais tarde o número de juristas continuava quase inalterado, enquanto o de engenheiros se multiplicara por cinco e meio (Guy Routh, *Occupation and Pay in Great Britain, 1909-1960,* Cambridge, 1965).

Por certo uma das idéias mais poderosas de nosso tempo é o valor social atribuído à ciência e à técnica.

Essa valorização é relativamente recente. Em 1921, a despesa total da nação norte-americana com a pesquisa e o desenvolvimento não ultrapassava 0,2% do PNB. Quarenta anos mais tarde chegava a 2,8% de um PNB muito aumentado. Na verdade, no curso desses 40 anos, a economia privada apenas quintuplicou a parte do PNB por ela consagrada a esses objetivos (passou de 0,2% para 1%). As autoridades públicas, cuja contribuição em 1940 era ainda mais reduzida (0,1% do PNB), multiplicaram-na por 18 no curso de 20 anos (de 0,1% para 1,8%).

Não foi apenas e nem mesmo principalmente em face da preocupação com o bem-estar que o dispêndio com a pesquisa e o desenvolvimento teve tamanho incremento: foi em benefício do poder e do prestígio, visto que 90% da despesa pública estão vinculados a objetivos de caráter militar, desde a conquista do espaço até o desenvolvimento da energia atômica.

Foi sem dúvida o *Manhattan Project* (também designado como a pesquisa e o desenvolvimento que leva à bomba atômi-

ca) que deu o primeiro impulso ao enorme interesse das autoridades. Foi durante a execução desse projeto que os cientistas obtiveram posições importantes em Washington. Cabe notar que outro passo para a frente na entronização dos cientistas foi provocado pelo sucesso do esputinique.

Dessa forma a ciência ocupou na sociedade o lugar que lhe fora destinado por Saint-Simon. Mas não o ocupou principalmente em seus conhecimentos, desejáveis em si mesmos, nem em virtude dos frutos que podem ter sido prometidos por ela. Seu avanço mais recente e mais pronunciado está ligado menos às idéias brandas que às idéias duras.

De qualquer maneira, o mundo dos cientistas assumiu na sociedade um *status* especial, moral e materialmente privilegiado (cf. Don K. Price, *The Scientific Estate,* Harvard, 1965; ver ainda Abraham Moles, "La cité scientifique en 1972, Futuribles", *in Bulletin Sedeis,* 20-10-1962).

A solidariedade social

O termo solidarismo foi criado por Léon Bourgeois, primeiro presidente do Conselho Radical, em 1895. Não teve grande sucesso, embora seja a palavra mais cômoda e exata para designar a inspiração comum e a função comum de uma série de medidas progressivamente adotadas em benefício dos membros da sociedade que, por terem sido colocados em posição desvantajosa em virtude da idade, da doença, da falta de emprego ou de qualquer outra razão, precisam de auxílio ocasional ou crônico.

O termo solidarismo atende às conveniências, já que, por maior que seja nas medidas assistenciais o papel desempenhado pelo princípio mutualista ou comutativo do seguro, seu jogo não será suficiente. Torna-se necessário acrescentar-lhe um elemento distributivo, cuja classificação varia segundo as opiniões: quanto mais se pensa que a sociedade como tal é justa, mais as medidas distributivas serão classificadas como liberalidades; quanto mais injusta seja considerada a sociedade, mais essas medidas se apresentarão como uma restituição ou reparação incompleta.

Discutiu-se e ainda se discute sobre esses qualificativos. O essencial é que existe, de fato, uma rede de malhas cada vez mais apertadas, que impede que qualquer membro da sociedade caia numa situação de desgraça. À medida que a sociedade se torna mais rica, a rede poderá ser estendida em posição cada vez mais

elevada. E não existe ninguém, nas sociedades avançadas de nossos dias, que não a julgue necessária.

Todavia, já é outra questão saber se numa sociedade pobre uma rede desse tipo pode ser mantida por seus membros. O sentimento da impossibilidade prática num caso como esse foi vivamente expresso por Montesquieu num capítulo do *L'Esprit des lois* (livro XXIII, cap. XIX: "Des hôpitaux"): "Quando a nação é pobre, a pobreza particular deriva da miséria geral; é, por assim dizer, a própria miséria geral. Todos os hospitais do mundo não seriam capazes de curar essa miséria geral." Dessa forma Montesquieu nos dá a perceber que a própria capacidade de exercer a solidariedade social varia em função do nível econômico nacional.

Se as nações pobres se vêem por isso impedidas de exercer a solidariedade social em seu meio, o que se dirá da solidariedade internacional exercida pelas nações ricas junto às nações pobres? Sabemos perfeitamente o quanto essa idéia se impôs nos últimos 15 anos. Pode-se perfeitamente prever que, no meio século vindouro, ela alcançará o mesmo êxito que a solidariedade interna obteve nos últimos 50 anos.

A qualidade da vida

Uma sociedade que progride economicamente caracteriza-se por um poder aquisitivo crescente por parte do indivíduo médio; por outro lado, as medidas de solidariedade social garantem, ou procuram garantir, um poder aquisitivo mínimo (que se mantém em nível muito baixo nas sociedades européias desenvolvidas).

Subindo da minoria menos favorecida para a classe dos que se encontram colocados em posição média ou mesmo acima da média, poderemos dizer que a situação dessas classes é fielmente retratada por aquilo que podem comprar? Não haverá certa quantidade de satisfações da vida que não podem ser compradas no mercado e certa quantidade de dissabores que não podem ser financeiramente traduzidas? Não haverá, portanto, uma série de fatores que contribuem para os prazeres da vida ou para o progresso da personalidade, cujo advento deve ser promovido por meio de uma ação pública?

Não consistirá a virtude principal do progresso econômico no fato de aumentar ele os meios de alcançar a felicidade e o aperfeiçoamento individual de que dispõe o homem? E, uma vez que se tornam necessárias as ações coletivas, não poderemos atribuir um caráter *político*, no sentido mais elevado que se possa atribuir ao

termo, ao engendramento das ações conducentes ao melhor desabrochamento da *pianta uomo,* segundo a expressão do poeta Alfieri? É evidente que as preocupações do homem se orientam nesse sentido. Se as loucuras não fazem retroceder uma época, será na direção que acaba de ser indicada que o período de fim de século alcançará progressos de suma importância.

19.

O nacionalismo[1]

A idéia-força mais vigorosa dos nossos tempos é a do nacionalismo. Trata-se de um fato evidente, que de forma alguma foi previsto pelos pensadores dos séculos XVIII e XIX. Neste ponto, temos diante de nós um assunto de extrema importância. Não lhe farei as honras, simplesmente porque eu mesmo lhe dediquei muito pouca atenção. Para falarmos com franqueza, este capítulo figura aqui "a título de lembrete", para recordar que essa idéia-força assume uma importância capital, e que deve ter um tratamento mais extenso, o qual, no entanto, não se encontrará neste curso.

Limitar-me-ei às indicações mais resumidas, sem garantir sua pertinência.

De início, vejamos os motivos que deveriam afastar dos intelectuais toda simpatia pelo nacionalismo e, por via de conseqüência afetiva, toda previsão de seu progresso gigantesco.

A tradição internacionalista

Todo o mundo pensante da Idade Média pertence à Igreja, faz parte de um mesmo corpo, cuja unidade se situa além dos contornos geográficos. Da mesma forma que o clérigo, uma vez ordenado, pode exercer seu ministério sagrado em qualquer lugar que seja, o não-ordenado pode exercer seu ministério intelectual. Segundo a doutrina, o clérigo tem a seu cargo os interesses espiri-

---

[1] O nacionalismo foi definido da seguinte forma por Raoul Girardet (no prefácio que escreveu para uma antologia: *Le Nationalisme français, 1871-1914*, col. U., das idéias políticas): "O desejo de conservar a independência, de manter íntegra a soberania e de afirmar a grandeza do Estado-nação." O conceito está bem expresso, mas da minha parte vejo no nacionalismo principalmente o nome genérico de uma atitude de espírito que concede uma grande realidade concreta à "nação" e lhe atribui um elevado valor moral.

tuais, que são de ordem superior aos interesses temporais. Escapa à jurisdição secular e não é obrigado a ligar-se aos interesses temporais do príncipe em cujos domínios nasceu ou esteja exercendo sua função. Geralmente, em vez de envolver-se nos conflitos dos príncipes, os clérigos os mobilizaram contra os infiéis (Cruzadas), contra os hereges, ou para apoiar uma dissidência (Lutero).

O grande interesse histórico a que Maquiavel oferece resulta do fato de ser ele o primeiro pensador nacionalista. O grande passado de Roma, a humilhação que sofre a Itália de seus dias, entregue às lutas entre potências estrangeiras, esse contraste constitui o princípio de seu pensamento e inspira os elogios que dedica ao espírito republicano e a importância que atribui às manobras sagazes de um tirano centralizador. A independência da Itália é sua preocupação obsessiva: é em virtude dessa preocupação e do amoralismo dos meios de atingir seus objetivos que permanece inteiramente estranho ao mundo intelectual de seu tempo, enquanto esses traços naturalmente entraram em voga no século XX.

Maquiavel foi um caso isolado. Apesar da secularização do mundo intelectual, os seus membros que viveram nos séculos XVIII e XIX são homens que se comunicam entre si no que diz respeito às pesquisas e que se dirigem a todos no que se refere ao ensino.

Não há nada que seja mais estranho aos filósofos do século XVIII que a paixão nacionalista. O que lhes importa é a razão comum aos homens, não os sentimentos particulares de cada grupo. Ao recusar-se a compreender que os búlgaros quisessem recrutá-lo, Candide ofereceria uma boa imagem desses intelectuais, se "os búlgaros" já estivessem desenvolvendo sua atividade nesse sentido. Acontece que ainda não estavam.

O patriotismo segundo Rousseau

Entre os grandes escritores do século XVIII, apenas encontro um que exalta o patriotismo: Rousseau. Ocupando-se "do filósofo", ele o acusa de que "por sua causa a família e a pátria transformaram-se em palavras sem sentido"... (prefácio do *Narcisse*), ou então, referindo-se mais diretamente a Voltaire: "Tal filósofo ama os tártaros para deixar de amar os seus vizinhos." (*Emile,* livro I). Mas a exaltação do patriotismo, feita por Rousseau, assume caráter nostálgico: "As palavras *pátria* e *cidadão* devem ser eliminadas das línguas modernas" (*Emile, loc. cit.*). Segundo Rousseau, o sentimento patriótico se revelaria numa sociedade pequena,

bem unida e tradicionalista. O patriotismo consiste numa dedicação aos vizinhos e aos costumes que temos em comum com eles. Em seu espírito o sentimento está tão fortemente ligado à pequenez, que em seu Governo da Polônia ele se queixa da dificuldade "de dar à constituição de um grande reino a mesma consistência e vigor da de uma pequena república" (cap. V).

Como alcançar esse resultado?

> "A educação deverá dar às almas a forma nacional e dirigir suas opiniões e seus gostos de forma tal que sejam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Ao abrir os olhos, a criança deve ver a pátria, e até a morte não deve ver outra coisa senão ela.
>
> ....
>
> Um francês, um inglês, um espanhol, um italiano, um russo são, com pequenas diferenças, o mesmo homem; esse homem sai do colégio todo moldado para a licença, vale dizer, preparado para a servidão. Aos 20 anos um polonês não deve ser outro homem; deve ser um polonês. Creio que, ao aprender a ler, ele lê coisas de seu país; aos 10 anos conhece todas as suas produções; aos 12, todas as províncias, todas as estradas, todas as cidades; aos 15, toda a sua história; aos 16, todas as suas leis e não há em toda a Polônia uma bela ação, nem um homem ilustre que não lhe encha a cabeça e o coração, e sobre os quais não possa falar-nos a qualquer momento. Dali se conclui que não são os estudos comuns, dirigidos por estrangeiros ou por sacerdotes, que quero ver ministrados às crianças. A lei deve regular a matéria e a forma do estudo. Não deve haver nenhum professor de crianças que não seja polonês..." (*Op. cit.*, cap. IV.)

O patriotismo segundo Rousseau compreende o cultivo das peculiaridades nacionais. O autor conhece mal os costumes da Polônia, mas supõe que esse país "deve ter muitos costumes que lhe são peculiares, e que possivelmente se abastardarão a cada dia que passa em virtude da tendência generalizada na Europa, de adotar os gostos e os costumes dos franceses."

> "Torna-se necessário manter e restabelecer esses velhos costumes e neles introduzir modificações convenientes, que sejam peculiares aos poloneses. Esses costumes, mesmo que

> sejam indiferentes, ainda que sejam maus sob certos aspectos, desde que não o sejam em essência, terão a vantagem de afeiçoar os poloneses a seu país e neles incutirão uma repugnância natural de misturar-se com o estrangeiro. Em meu entender o fato de usarem eles vestimentas particulares constitui uma felicidade. Conservem esta vantagem com o maior cuidado; façam exatamente o contrário do que faz este tzar tão louvado. Nem o rei, nem os senhores, nem qualquer homem público deverá jamais usar outra vestimenta que não seja a da nação, e nenhum polonês deverá atrever-se a comparecer à corte trajado à francesa." (*Op. cit.*, cap. III).

O desejo de acentuar as peculiaridades polonesas, de encerrar o povo de certa forma dentro de seus costumes antigos, opõe-se da maneira mais flagrante ao desejo dos filósofos, que querem dividir as luzes e submeter os diversos povos à mesma lei da razão. O ânimo oposicionista é ilustrado no ataque a Pedro o Grande (e ainda no *Contrat Social,* livro II, capítulo IV), que tantos elogios recebeu de Voltaire. Dessa forma Rousseau condena implicitamente "a Semiramis do Norte" que consultou Diderot para elaborar um código inspirado na razão. Particularismo contra universalismo, é nesses termos que Rousseau coloca o problema do patriotismo.

Universalismo contra particularismo

É exatamente nestes mesmos termos que os intelectuais em geral têm visto o problema, com a diferença de que sua visão os levou a uma escolha contrária à de Rousseau. É natural que o intelectual, tanto quanto o "cientista", procure descobrir aquilo que é comum aos casos particulares; e ainda é natural que, a título normativo, propugne por aquilo que lhe pareça ter valor universal. É antes o homem da "idéia geral" que o homem do sentimento intensamente cultivado. A opção por este último representaria para ele uma atitude paradoxal, cheia de conseqüências. Esse tema é ilustrado, com encanto e vigor, no romance de G. K. Chesterton, *The Napoleon of Notting Hill,* 1903.

O esforço contemplativo do intelectual, destinado a reduzir a realidade a categorias do compreensível, sua vontade ativa de levar a realidade a conformar-se com o conceito, tudo isso o impe-

de de simpatizar com o específico, o particular, o diferente. Assim é ao menos o intelectual do século XIX, que tanto se assemelha ao industrial de seu tempo.

Portanto, se esse intelectual simpatiza com o nacionalismo, isso só pode acontecer de forma mediata, em conexão com a idéia das luzes ou a da liberdade. Assim, como a nação francesa depois da Revolução é a portadora das luzes, o nacionalismo francês identifica-se com a luta contra os tiranos; acontece, porém, que o imperialismo francês se torna opressivo e a idéia da liberdade justifica que se pregue a revolta contra ele. (Cf. Jacques Godechot, *La Grande Nation,* 2 vols., e Xavier-Léon, *Fichte,* 3 vols.)

Com estas idéias de luz e de liberdade justifica-se a congregação de intelectuais em torno do sentimento nacional. No entanto, na maior parte das vezes essas reflexões constituem racionalizações e não são a causa do fenômeno. Ao que parece, o nacionalismo é antes um sentimento que uniu em torno de si os intelectuais. Nas biografias individuais podemos acompanhar melhor a poderosa atração exercida sobre os espíritos pelo vigoroso sentimento nacional do povo e a reorientação subseqüente do pensamento, do cosmopolitismo para o nacionalismo.

A irrupção das camadas profundas

O fato que concretiza a continuidade da história política universal dos séculos XIX e XX é a atualização sucessiva, ocorrida ora num, ora noutro lugar, dos potenciais psicológicos insuspeitados, a irrupção das camadas adormecidas do sentimento nacional. Se aqui se recorre às metamorfoses, é por ignorância. Não há nada que seja menos conhecido que o modo de formação das camadas adormecidas. Por que as mesmas se estendem deste lugar àquele, em vez de irem mais longe, por que irrompem em dado momento e não em outro?

Mas o que está provado é que nessas camadas existe uma fonte incomparável de energia política. Sem ela teria sido impossível o furor prodigioso da Primeira Guerra Mundial, e impossível teria sido a Segunda Guerra Mundial. Sem ela seria impossível que os povos tecnologicamente inferiores mantivessem em xeque os povos mais desenvolvidos.

A intervenção cada vez mais ampla e mais intensa do sentimento nacional surpreendeu os espíritos mais esclarecidos. Provavelmente ainda não parou de surpreender-nos.

O nacionalismo e o Estado

Se o Estado se acha legitimado *ex ante* por sua origem nacional e *ex post* pela função social que desempenha na sociedade, percebe-se que os conceitos de sociedade, de nação e de Estado se reforçam mutuamente.

Entretanto, mais uma vez temos um assunto que não se pretende estudar. A ele nos referimos tão-somente para realçar sua importância.

20.

O crescimento das tarefas públicas

Depois de 150 anos o Estado sofreu metamorfoses profundas quanto às suas tarefas, quanto ao seu princípio e quanto à sua estrutura. As idéias ligadas a essas metamorfoses, seja como causas, seja como conseqüências, são idéias essencialmente políticas. Tudo o que foi dito até aqui teve por fim facilitar o estudo das idéias. Principiemos pelas idéias relativas às tarefas.

O guia e o propulsor da ação geral

Auguste Comte formulou, em 1822, a seguinte crítica às idéias liberais, conforme ele as compreendia:

> "O Governo que, em toda situação particular, é o chefe da sociedade, o guia e o propulsor da ação geral, é sistematicamente despojado, por essas doutrinas, de todo princípio de atividade. Privado de toda participação importante na vida de conjunto do corpo social, vê-se reduzido a um papel puramente negativo. Julga-se mesmo que toda ação do corpo social sobre seus membros deve ser estritamente limitada à manutenção da tranqüilidade pública, o que não pode constituir, em qualquer sociedade ativa, mais que um objetivo subalterno, cuja importância fica sobremaneira reduzida com o desenvolvimento da civilização, que torna mais fácil a manutenção da ordem.
>
> O Governo já não é visto como o chefe da sociedade, destinado a uni-la num feixe e dirigi-la para um objetivo contra o qual a sociedade deve precaver-se por meio das garantias por ela conquistadas, mantendo perante ele uma atitude permanente de desconfiança e de hostilidade defensiva, prestes a explodir ao menor sinal de ataque[1]."

[1] Na edição de 1929 do *Système de politique positive*, t. IV, p. 52 do apêndice geral.

O que importa nesse texto é a imagem do Estado que o autor opõe às doutrinas por ele combatidas, imagem esta que é a de um Estado que é o *chefe* da sociedade e reúne num *feixe* (note-se o termo que será redescoberto por Mussolini) as atividades individuais. O enunciado de Comte é normativo: ele nos diz o que quer.

Um enunciado preditivo é o que Tocqueville emite no segundo tomo da obra *De la démocratie en Amérique* (1839), já que ele nos mostra no "desenvolvimento da indústria" uma grande causa que contribui ininterruptamente para a expansão da ação do soberano ou para o aumento de suas prerrogativas" (4.ª parte, cap. V). Ainda diz: "O poder central... torna-se mais centralizado, mais empreendedor, mais extenso. Os cidadãos são submetidos a cada instante ao controle da administração pública..." Se nos lembrarmos do tempo em que essas palavras foram escritas, ficaremos surpresos com o avanço da imaginação do autor em face da realidade.

No ano seguinte Stuart Mill publica uma análise crítica muito extensa desse segundo tomo de Tocqueville[2]. Ao que parece, não acredita muito no gigantismo estatal que preocupa esse autor, e isso por certas razões que merecem nossa atenção. Tocqueville viu na legislação sinais de fraqueza dos indivíduos, que fazem crescer o papel do Estado. Mas Stuart Mill assinala que o efeito do progresso material consiste muito menos em aumentar o iato entre as condições extremas que em fazer crescer a classe média. Será ela que, em extensão cada vez maior, dará o tom à sociedade. Mill não diz expressamente que ela é pouco apropriada para fazer crescer o poder do Estado, mas ao que parece podemos perfeitamente atribuir-lhe essa impressão, pois é antes no plano dos valores que no do poder que em sua opinião funcionarão os contrapesos que encontra nas categorias dos agricultores, das pessoas dedicadas ao lazer e das pessoas instruídas.

Por certo Mill não atribuiu grande importância à visão de um "poder imenso e tutelar", entretida por Tocqueville, já que 20 anos mais tarde escreverá no segundo capítulo de sua obra *Governo Representativo* que "as funções que cabem ao Governo não são uma coisa invariável, mas algo que muda conforme os diferentes esta-

---

[2] Essa análise foi publicada no número de outubro de 1840 da *Edinburgh Review*. Mill havia apresentado o primeiro tomo na *London and Westminster Review*, de outubro de 1835. Esses textos importantes ainda poderão ser encontrados no livro de Gertrude Himmelfarb, *Essays on Politics and Culture by John Stuart Mill*, Nova York, Anchor, 1963.

dos da sociedade, uma coisa muito mais vasta num povo atrasado que num povo avançado". Ainda estamos em 1861; o regime francês é o do Segundo Império, e Mill o explica por uma disposição psicológica dos franceses, não por uma tendência histórica.

Quantificação do lugar do Estado

Cabe notar que, na época em que Mill se manifesta, os fatos não revelam qualquer crescimento do papel do Estado. Vejamos a relação entre as despesas públicas da Inglaterra e o produto nacional bruto[3].

Essa relação foi de 11% em 1792. A guerra contra a França elevou-a para 24% em 1800 e para 29% em 1814. Essas cifras dão a medida do esforço realizado pela nação britânica.

Mas, após a guerra, a relação baixa para 19% em 1822 e 16% em 1831, para voltar em 1841 aos 11% de 1792.

Se o retorno ao nível anterior foi leito, isso foi devido exclusivamente ao fardo da dívida pública. O ponto que importa ao nosso estudo é que houve esse retorno.

De 1841 a 1890 a relação entre a despesa pública e o PNB mantém-se em torno de 10%. É de 12% em 1850, 11% em 1860, 9% em 1870, 10% em 1880 e 9% em 1890.

Se aceitarmos essa relação como escala que revela *grosso modo* o lugar que a autoridade ocupa na sociedade, concluiremos que esse lugar não se ampliou no curso de um século.

Que contraste com o que está por vir! Convém notar que no século XX a despesa pública representa um elemento bastante equívoco para a aferição do lugar que as autoridades ocupam no seio da sociedade. Em primeiro lugar, ela nada revela sobre as empresas adquiridas pelo Estado, as quais não representam um fator desprezível. Depois, se no século XIX cabia estabelecer distinção, na rubrica da despesa pública, entre o serviço da dívida e a parcela correspondente ao consumo de bens e serviços pelo poder público, no século XX devemos distinguir, além do serviço da dívida, as transferências sociais a cargo do Estado. Dali se conclui que várias representações bem diferentes se tornam possíveis. Mas nenhuma delas deixará de evidenciar o crescimento enorme

---

[3] Segundo Alan T. Peacock e Jack Wiseman, *The Growth of Public Expenditure in the United Kingdom*, N.B.E.R., Princeton, 1961. As cifras relativas ao período mais antigo foram extraídas de um estudo de Jindrich Veverka.

do papel do Estado. Se acompanharmos os autores já citados, veremos que a despesa pública (com exclusão das despesas militares e do serviço da dívida) chegaram a 4,9% do PNB em 1690, a 8,3% em 1910, a 14,7% em 1927 e a 22,8% em 1955 (essas percentagens incluem as transferências sociais).

Ninguém poderá duvidar de que a época das crises iniciadas em 1914 acelerou o processo. Acontece que a expansão do papel do Estado, sejam quais forem seus caminhos, foi perfeitamente vista em fins do século XIX por Gabriel Tarde.

Gabriel Tarde

Esse autor escreveu em 1899:

> "Quer consideremos o poder um *protetor*, ou um *diretor*, veremos que ele só poderá crescer. À medida que nos civilizamos, o número e a importância dos interesses e dos direitos que temos de defender não pára de crescer e de dar origem a um poder que lhes seja proporcional, capaz de resistir às investidas dos invejosos que ameaçam esses bens e se tornam mais temíveis a cada dia que passa. E, à medida que nos civilizamos, o número e a importância dos objetivos, tanto exteriores como interiores, que a vontade coletiva se possa propor com base nos projetos e programas que a seduzem, vai crescendo e exige um poder que esteja à altura dos mesmos." (G. Tarde, *Les Transformations du pouvoir*, Paris, 1899, pp. 218-219.)

O texto citado encerra antes de mais nada um prognóstico de crescimento do poder, prognóstico que se realizou. Mas ainda inclui uma coisa muito mais interessante, qual seja a distinção entre duas funções do poder, a função protetora e a função diretora. A formulação do primeiro papel não se reveste de maior interesse: Tarde alude a uma coisa que todos compreendem perfeitamente. Já o enunciado da segunda função é surpreendente: ali encontramos palavras tais como *objetivos, desígnios, programas*.

Essa distinção reveste-se de grande importância para a compreensão do crescimento do Estado e principalmente da modificação de seu caráter, que assume importância muito maior.

Realmente, é fácil compreender que, à medida que progride a divisão do trabalho social — que constitui o grande tema de

Emile Durkheim —, o Estado tenha de proteger interesses mais variados, e que se veja obrigado a multiplicar e tornar mais precisos os regulamentos dentro dos quais essas atividades deverão manter-se para não se embaraçarem mutuamente. Mas não se torna evidente *a priori* que, para fazer cumprir esses regulamentos, o poder executivo deva crescer mais depressa que a própria sociedade. Veremos o que se pode dizer a esse respeito. Pelo contrário, quando falamos no crescimento "do número e da importância dos objetivos que a vontade coletiva se possa propor" sentimos, em primeiro lugar, que a área reservada ao Estado no seio da sociedade cresce em virtude da importância atribuída a esses objetivos, e ainda, o que é muito relevante, que o Estado dedicado a numerosos desígnios, empenhado em programas ambiciosos, assume um caráter bem diferente daquele que se limita a manter a ordem (uma ordem cada vez mais complexa) entre atividades particulares muito diversas.

É, em linhas gerais, às duas funções apontadas por Tarde que corresponde a distinção por mim proposta entre os caracteres *nomocráticos* e os caracteres *telocráticos* do Estado.

Definição de nomocracia

Nomocracia significa o governo das normas. Num regime puramente nomocrático (que só poderia corresponder a um tipo ideal), a única função do executivo consistiria em velar pela observação, por parte dos particulares, das normas elaboradas pelo poder legislativo.

Se um sistema como esse pudesse existir em seu estado puro (possibilidade que a experiência desmente), não comportaria um Governo propriamente dito, mas simplesmente um grupo de encarregados da execução das leis, que velariam pela conformidade das condutas individuais com as prescrições legais. Ao que parece, é em Thomas Paine (1737-1809) que encontramos a doutrina nomocrática levada a seus extremos lógicos. Na obra *Rights of Man* (que constitui uma réplica às *Reflexões* de Burke sobre a Revolução Francesa), Paine nos diz expressamente que no Estado só há lugar para dois poderes, um dos quais é o legislativo e o outro... o judiciário. "É a este poder que o cidadão deve recorrer, e é ele que deve cuidar da execução da lei." Não é fácil imaginar qual era a representação que Paine tinha das coisas.

Talvez acreditasse que a justiça poderia ser posta em movimento pelos particulares, como quando Secundus move uma ação

contra Primus, seja em virtude de um dano sofrido, seja no intuito de se transformar em protagonista da moral e do interesse público. Sem dúvida a decisão do tribunal, quer fosse condenatória, quer de injunção, seria tornada exeqüível pela "mão forte" dos vizinhos. Talvez não seja inútil darmos guarida em nosso espírito e essa imagem de um sistema desprovido de aparelho executivo de constrição, que se basearia na denunciação e na constrição *social*, como uma explicação da idéia tão espantosa do "desaparecimento do Estado" concebida por Marx. De passagem, cabe notar que um sistema desse tipo poderia ser muito sufocante.

Deixemos de lado essa posição extrema. Geralmente se tem entendido que o regime nomocrático comporta uma administração geral. Mas quanto mais nos aproximamos da noção nomocrática pura, mais vemos na administração uma simples executora das instruções expedidas pelo legislador. Evidentemente, sua tarefa será tanto mais fácil quanto mais a lei esteja "internalizada" na consciência dos cidadãos. Assim, por exemplo, passamos a precisar de menos policias rodoviários à medida que os condutores de veículos vão demonstrando maior escrúpulo na observação das regras de tráfego, e temos necessidade de menor número de fiscais de tributos se os próprios contribuintes fazem o cálculo da importância devida e a recolhem na data própria.

Se prosseguirmos nessa linha de raciocínio, poderemos perfeitamente dizer que o progresso do civismo reduz a necessidade de supervisão e que, se as leis são bastante simples para serem conhecidas por todos, a tarefa dos funcionários supervisores diminuirá.

Os caracteres telocráticos

Num regime nomocrático puro, as autoridades não terão objetivos; estes serão formulados pelos particulares, individualmente ou em associação, e o âmbito das suas atividades será fixado pelo legislador e protegido pelo poder executivo. Mas como conceber um regime em que o Governo não tenha objetivos? E, uma vez que haja um objetivo, haverá uma ação para a sua realização. O caráter telocrático surge com a fixação, pelas autoridades públicas, dos objetivos que elas se proponham a alcançar.

A título ilustrativo, diremos que a formulação de normas para o exercício da profissão médica é um ato nomocrático; e teremos um ato telocrático se o Governo se propuser a realizar até certa data uma expansão determinada nos serviços hospitalares. A

transformação do Estado no século XX corresponde ao aumento do número e da importância dos objetivos, para voltarmos à linguagem de Tarde.

Não há dúvida de que os caracteres telocráticos não constituem uma novidade: esta consiste na acentuação dos mesmos.

Conseqüências para a administração

Conduzir uma empresa com a maior eficiência possível com vistas ao maior êxito possível, tal é a *missão* do empresário. Já a *atribuição* de um funcionário numa nomocracia é de natureza totalmente diversa. Sua tarefa é cuidar para que as normas prescritas não sejam transgredidas, e a finalidade das normas não consiste na eficiência da empresa. Dessa forma o funcionário é, por assim dizer, uma sentinela que não deixa passar o ato proibido; também pode ser comparado a um inspetor alfandegário que verifica o conteúdo das bagagens com base numa lista que lhe é fornecida. A idéia que se costuma fazer da "burocracia" corresponde a essas tarefas de verificação e controle.

É perfeitamente evidente que uma administração que, por exemplo, tenha por objetivo duplicar, em determinado número de anos, o número dos estudantes admitidos aos estabelecimentos de ensino superior é uma empresa que tem uma *missão.* Já não se trata de executar fielmente os atos de sua competência, mas de cumprir eficientemente certa missão.

O caráter da administração muda de acordo com sua natureza. Assistimos, no seio da administração pública dos Estados modernos, ao surgimento e ao crescimento de serviços que têm suas *missões*; ao lado deles subsistem os serviços que têm *atribuições.* É contra a natureza que os serviços que tenham missões sejam submetidos às formas de organização e às normas internas dos que têm atribuições. É o que veremos a seguir.

Conseqüências para o poder executivo

Numa nomocracia, o poder executivo é apenas o comando supremo dos que cuidam da execução das *leis.* E é um comando supremo ao qual o poder legislativo concede pouca liberdade. Como será realizada essa supervisão? Através de que órgãos? Como serão constituídos estes? São aspectos que, numa nomocracia, o poder legislativo sente-se inclinado a fixar. Ao poder exe-

cutivo cabe apenas cuidar dos detalhes da execução e nomear funcionários, dos quais apenas um pequeno número escapa às regras de promoção fixadas pelo legislativo. Esses poucos são os funcionários superiores.

Evidentemente o papel do executivo muda de feição se, em vez de ser o controlador supremo de órgãos vinculados a certas atribuições, for o generalíssimo de exércitos em campanha. Nesse caso caber-lhe-á impulsionar a marcha de cada indivíduo e enquadrá-la na manobra do conjunto. Haverá uma missão geral que abrange e coordena as missões particulares. E, nessa hipótese, torna-se necessário um poder ativo. Até aqui vimos apenas um dos aspectos da sua atividade.

Conseqüências para o poder legislativo

As normas são salutares, pois evitam que nos perturbemos uns aos outros em nossas variadas atividades. Os homens razoáveis devem ser capazes de pôr-se de acordo com o enunciado das normas: é essa, em teoria, a missão do corpo legislativo, e a sua supremacia decorre da importância primordial das normas.

Nesse caso, porém, teremos algo de natureza totalmente diversa de uma "lei-programa". Esta reveste-se da natureza de um "comando" de resultado futuro, dirigido ao poder executivo (ou poder ativo).

De início, cabe ressaltar que essa lei tem destino diverso do das leis de um regime nomocrático. Estas dirigem-se aos súditos, a fim de que os mesmos tomem conhecimento de uma nova obrigação ou proibição. É a eles que se diz que devem fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Só de forma secundária e incidente as leis se dirigem à administração: a obrigação ou a proibição de fazer alguma coisa, dirigida aos súditos, representa para a administração uma atribuição nova ou um suplemento a uma atribuição já existente. Mas pouco importa que ela não se encontre em perfeitas condições de exercer um controle eficaz na data da entrada em vigor da medida; nem por isso ela se torna menos obrigatória para os cidadãos. Estes cometerão uma falta se não se conformarem com a obrigação, se não respeitarem a proibição. E, naturalmente, a lei não prescreve nada além daquilo que os súditos evidentemente estejam em condições de cumprir.

Já uma lei-programa dirige-se exclusivamente ao poder executivo (poder ativo). Atribui-lhe a missão de obter um resultado definido numa data definida. E de forma alguma essa realização

futura pode ser considerada certa no presente: ela dependerá da eficiência do agente do poder público nas atividades em prol do objetivo, bem como das circunstâncias e das reações encontradas. A falha, mais ou menos acentuada, no que se refere ao resultado exigido, não será a mesma coisa que a infração cometida pelo súdito que não se conformou com uma prescrição nomocrática.

E há mais. Afirmei que se trata de uma "ordem que exige execução". Suponhamos que seja o legislativo que emite a ordem e verifica sua execução. Acontece que a ordem deve ser aceita pelo poder que é incumbido de executá-la. Basta essa observação, cuja exatidão não comporta dúvida, para que se conclua que num regime telocrático as relações entre o legislativo e o executivo nunca podem ser idênticas às que se imaginam na teoria do regime nomocrático.

Na teoria nomocrática, incorporada à Constituição federal norte-americana e à Constituição francesa de 1791, o direito de *veto* do poder executivo assume grande importância. E compreende-se que a questão esteja ligada à opinião do executivo sobre as regras que envolvem atribuições para os funcionários. Mas, quanto às leis que conferem missões, torna-se evidente que não terão a menor possibilidade de ser executadas se o chefe supremo das missões não se dispuser a uma colaboração que vá muito além do consentimento passivo. Na verdade, o cumprimento da missão exige um entusiasmo que só surgirá se a mesma for centralizada pelo executivo, que deve cumpri-la. Em outras palavras, a telocracia forçosamente há de inverter o princípio da iniciativa parlamentar: instaura ou restaura a iniciativa do executivo, que dessa forma assumirá em toda a plenitude as funções de poder ativo.

A personificação

Tarde, que teve uma percepção nítida da dinamização do poder pela acentuação dos caracteres telocráticos, dela extraiu prontamente a previsão de sua personificação:

> "Dessa forma podemos prever, com boa dose de segurança, que o futuro assistirá às personificações da autoridade e do poder, personificação esta que fará empalidecer as grandes figuras dos déspotas do passado, como César, Luís XIV e Napoleão. Quando um glorioso estadista se vir elevado a um prestígio imenso, ao maior prestígio que nossa sociedade pode conferir — e ela o pode de forma muito mais deslumbrante, e

não menos duradoura que as idades lendárias —, esse estadista poderá realizar programas políticos e *sociais* de um arrojo que teria espantado o próprio Bismarck[4]."

Faguet diz, pelo contrário:

"O grande conquistador, o grande reformador, o grande estadista tornar-se-ão cada vez mais raros."

É evidente que foi Tarde quem teve razão.

---

[4] *Op. cit.*, p. 219. Foi Tarde quem sublinhou a palavra "sociais". A referência a Bismarck foi devida à mensagem imperial redigida por esse Chanceler em 1880.

21.

A idéia de representação e as formas de Governo

Entre a Revolução Francesa e o período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, as instituições políticas dos países europeus evoluíram sempre no mesmo sentido; percorrendo um caminho muito diferente, com acidentes totalmente diversos, marcharam para o mesmo destino: a entrega da soberania a uma assembléia eleita pelo sufrágio universal. Cabe ressalvar que as Constituições não são tão simples assim, mas o princípio essencial e comum é o que acaba de ser enunciado.

Vejamos o sistema político inglês do século XVIII: rei, lordes, câmaras dos comuns. Esvaziemos o poder do rei, esvaziemos o poder dos lordes, incrementemos o da Câmara dos Comuns, façamos que os deputados sejam escolhidos por um corpo eleitoral cada vez mais amplo. Dessa forma obteremos praticamente, por uma marcha regular e sem dramas, aquilo que em outra parte foi obtido por uma marcha mais acidentada ou se precipitou em virtude do choque resultante da guerra.

Para essa evolução não houve necessidade de idéias políticas novas; bastou aplicar as idéias já formadas no curso da Revolução Francesa. Durante o século XIX, cresceu sem cessar a proporção das inteligências que esboçavam essas idéias: a elas foram opostas resistências e objeções, mas não idéias concorrentes. Por isso não havia nada que parecesse mais certo que o triunfo final dessas idéias. Seria inimaginável que esse triunfo fosse desmentido em extensão tão ampla pelos fatos que se seguiram.

O regime triunfante era o da soberania de um corpo representativo. Na primeira parte desta exposição, faremos um rápido esboço histórico, que evocará a história antiga da representação, do tempo em que ainda não se imaginava que ela pudesse ser soberana. Numa segunda parte, trataremos da aquisição da soberania (ou, se preferirem, de seu exercício) e dos problemas dali resultantes. A terceira parte será dedicada à perda da soberania.

I

O ANTIGO PAPEL DA REPRESENTAÇÃO — O DIÁLOGO COM O PODER

A representação é um fenômeno muito antigo, anterior a toda consagração institucional. Tem sido o meio de certos grupos de súditos trazerem ao conhecimento dos governantes, de "representarem" perante eles os interesses e as aspirações de determinados grupos.

A representação unipessoal

A representação constitui uma idéia clara quando uma pessoa se apresenta no lugar de outra, para agir em seu nome. Temos um exemplo simples na cerimônia em que este ou aquele ministro, que está impedido, se faz representar por um membro de seu gabinete.

Trata-se de uma idéia bem diferente da representação de um cliente pelo advogado, pois, neste caso, o representante coloca à disposição de seu cliente capacidades superiores às do representado.

Portanto, sem sairmos do terreno da representação de uma pessoa por outra, já temos de distinguir a representação por um subordinado da representação por uma pessoa mais hábil.

A representação medieval

A prática da representação disseminou-se na Idade Média, por razões que saltam aos olhos. São razões de distância no terreno físico e na área dos conhecimentos.

O reino é grande, as estradas são ruins e pouco seguras. Por isso torna-se necessário confiar a tarefa da representação num local de decisão a uma pessoa que ali se encontre habitualmente. Mas, além disso, como muitas vezes a pessoa a ser representada é ignorante em matéria de expressão, torna-se necessário confiar a representação a alguém mais sábio.

O impedimento físico não decorre unicamente da distância: ainda pode ter sua origem no número. Se os burgueses desta ou daquela cidade têm algo a pedir ao rei, será incômodo irem a sua

presença em peso, além do que nem todos poderiam falar. Por conseguinte, será razoável escolherem no ambiente que cerca o rei uma pessoa que, mediante um pagamento, se encarregue de fazer compreender seus pedidos e de fazer valer seus interesses, ou então escolherem alguns dentre eles que se encarreguem da tarefa.

Esses dois procedimentos foram empregados em toda a Antigüidade. Assim, com relação a Atenas, cidade hegemônica, vemos esta ou aquela cidade "aliada", vale dizer, dependente, enviar embaixadores que na verdade são representantes; mas eles podem contar com o apoio de algum ateniense notável que se apresente como protetor de sua cidade. O mesmo procedimento ou estratégia complexa é empregado posteriormente quanto a Roma, que também é uma cidade hegemônica. A propósito lembrarei que Bruto, juntamente com seu tio Catão, foi protetor da cidade de Salamina.

Poderemos encontrar um índice perfeitamente válido do caráter do poder central na importância relativa do "protetor" e do ou dos representantes. Se os meios dirigentes da capital forem arrogantes e fechados, a sorte do pedido formulado pela cidade aliada, vassala ou submetida depende inteiramente do protetor que ela tenha encontrado. Se, pelo contrário, a autoridade central se mostrar solícita para com as áreas afastadas, os representantes enviados pela cidade aliada ou submetida serão atendidos sem que haja necessidade de um apresentador privilegiado.

Não enfatizei aqui o regime político formal reinante na capital, mas a atitude do meio com que se defrontam os delegados provincias. Com efeito, a necessidade de um protetor pertencente à oligarquia de fato torna-se extrema quando exista uma oligarquia formal. O mesmo acontece no caso de uma monarquia, quando o monarca seja fraco e se encontre submetido às pessoas que o cercam, caso em que teremos a pior das oligarquias. Mas as coisas serão muito diferentes se o monarca for ativo e vigoroso e quiser conhecer as coisas pessoalmente.

Não sei o que terá levado Montesquieu a dizer que o regime representativo existia nas florestas da Germânia. Ao que parece, ele formou-se na Inglaterra através da iniciativa de monarcas vigorosos que compreenderam que era de seu interesse saber o que se passava nas diversas partes do reino e por isso mesmo estavam inclinados a receber delegações.

Mais do que isso, esses monarcas perceberam as forças que poderiam tirar das diversas partes do reino, desde que explicassem aos delegados as necessidades do Governo e os encarregassem de usar da confiança de seus mandantes para deles conseguir sacrifícios financeiros. É essa a origem da Câmara dos Comuns.

A representação é específica

Essas observações introdutórias têm por fim evidenciar que em seu princípio histórico a representação é *específica.* O que o "representante" representa é um interesse particular. A causa que defende é a do grupo que o enviou. É aí que está a sua força. O grupo existe, tem seus interesses próprios, suas operações específicas: e o representante os defende.

Esses interesses e essas aspirações devem interessar a um monarca esclarecido, que deve conhecê-los. São dados que fazem parte de suas decisões. Acontece que não lhe é possível satisfazer todas as aspirações. A soma das aspirações particulares excede as possibilidades: torna-se necessário realizar uma arbitragem entre elas. Essa arbitragem será mais bem compreendida se for realizada perante todos os representantes particulares reunidos; e essa reunião é uma reunião de representações diversas, perante a qual o rei se apresenta como governante.

Seu papel é totalmente diferente do dos representantes: governar não é representar. É radicalmente impossível conciliar todas as diversidades em cada uma das decisões governamentais.

Mas, para governar, precisa-se de impostos; e as contribuições não serão concedidas por uns se forem recusadas por outros. Por isso torna-se necessário que na votação dos impostos o conjunto dos representantes aja como um só corpo. Além disso, haverá necessidade de regras que se apliquem em todo o reino; e para isso também se torna necessário que os representantes ajam como um só corpo.

Assim a Câmara dos representantes é o lugar em que se estabelece o acordo mínimo necessário para permitir e regular a marcha do Governo.

Era esse o sistema parlamentar inglês em seu início. O Governo obtém compromissos de que precisa para poder agir e assume compromissos em face daqueles que lhe concedem os meios de que necessita.

Vestígios do sistema antigo no congresso norte-americano

Em minha opinião, esse modelo foi conservado na Constituição norte-americana, que é uma criação do século XVIII. Há um monarca (o presidente) que governa por intermédio de ministros escolhidos segundo seu critério, isso no âmbito das leis cuja ini-

ciativa cabe exclusivamente ao Parlamento, e com os recursos financeiros que por este lhe são concedidos. Assim sendo, conserva-se em grau considerável a idéia antiga e simples de que cada membro do Parlamento representa uma parte determinada da nação, que lhe conferiu a delegação. É assim que quem responde a um colega diz: "Conforme observou o senador do Minnesota...", "Objetaria ao *gentleman* do Ohio." (*Gentleman* é o tratamento dado a um membro da Câmara baixa.) Vemos ali traços de uma concepção antiga da representação.

II

A IDÉIA MODERNA DE REPRESENTAÇÃO E O DOMÍNIO SOBRE OS GOVERNANTES

Uma modificação total do papel do representante é implicitamente preparado pela mudança na idéia de representação. Essa mudança consiste no fato de que o representante já não é considerado como aquele que representa especificamente os que o enviaram, mas toda a nação. Essa mudança operou-se na Inglaterra a partir do século XVII. A idéia já havia amadurecido na França, motivo por que, fosse qual fosse o caráter específico das delegações dos deputados aos Estados Gerais, parecia perfeitamente natural que eles se proclamassem representantes de toda a nação, e isso não pela soma de seus mandatos individuais, mas em virtude da idéia de que cada um em particular representava a nação inteira.

Essa idéia produziu uma modificação total. Sem ela o princípio da unidade estaria investido no rei, em face do qual os deputados representariam a diversidade. Se, porém, cada um dos deputados não mais representava qualquer coisa situada dentro do Estado, mas todo o povo, já não havia necessidade de um rei. Dali em diante a assembléia passa a ser rei e transforma-se em algo mais, que o rei não poderia ser. É que foi escolhida pelo povo, não pelo rei.

Depois dessa transformação, o rei não poderá subsistir, a não ser que seja reduzido a uma função cerimonial; é o exemplo inglês. Poder-se-ia pensar que isso aconteceu tão-somente porque a autoridade que os deputados derivam da eleição popular foi cres-

cendo progressivamente — no tempo dos burgos podres* ela não poderia ser muito extensa —, de tal forma que a autoridade real se fosse desvanecendo gradualmente, sem conflitos súbitos. Um rei só poderá apresentar-se perante a assembléia se também quiser derivar seus poderes da eleição popular. Neste ponto, cabe observar que foi muito importante para os Estados Unidos que a eleição presidencial não fosse confiada ao próprio Congresso (sistema da Terceira República), mas a um pseudo-Congresso reunido por um dia, escolhido pelo voto popular, motivo por que o voto popular para sua escolha é a realidade sensível. (Atualmente discute-se a abolição dessa forma vazia que é a eleição de um pseudo-Congresso de eleitores presidenciais.)

Uma vez que a assembléia dos representantes se transformou em "rei", a ela evidentemente caberá escolher e demitir os ministros. Esses já não são servidores do rei que operam num quadro circunscrito pelos representantes, mas transformam-se em servidores em caráter quotidiano da assembléia. Essa dependência total dos ministros, implícita na modificação das idéias, só se realizou paulatinamente.

Sua ereção em princípio só se verificou após a Primeira Guerra Mundial, em muitas das Constituições então promulgadas. É o que depreendemos de um texto importante de Mirkine-Guetzewitch:

> "A escolha do ministério pela Câmara, prevista em algumas das novas Constituições, não representa de forma alguma uma alteração do parlamentarismo, como supõem alguns críticos; pelo contrário, constitui o remate do processo de *racionalização do parlamentarismo*. As Constituições da Prússia e da Baviera limitam--se a declarar em artigos especiais aquilo que *de fato* acontece na Inglaterra e na França. Todavia, nem na Inglaterra nem na França esse processo foi *juridicamente* racionalizado; continua a ser um processo *político*, enquanto em algumas das novas Constituições se transformou num processo *jurídico*: o texto da Constituição declara expressamente que o ministério será nomeado pela Câmara.
>
> Num país em que o sistema de partidos se acha desenvolvido, a questão da identidade física dos ministros desempenha um papel secundário: os ministros pertencem à maio-

* *Rotten boroughs ou pocket boroughs.* (N. da E.)

ria parlamentar; e essa maioria que, de forma indireta, por meio de conversações com o chefe de Estado e de conferências entre os líderes dos partidos, impõe seus candidatos ao chefe de Estado. No sistema do parlamentarismo "clássico", o chefe de Estado não dispõe de uma liberdade total; só pode nomear os ministros saídos da maioria da Câmara. E quando certas Constituições novas declaram que a escolha dos ministros é da competência da própria Câmara apenas assistimos, repito, à racionalização do parlamentarismo. A teoria do equilíbrio já não corresponde às condições modernas da democracia. Para a democracia o próprio problema do equilíbrio desaparece.

Na democracia moderna o poder executivo, embora tenha adquirido um poder de criação política desconhecido no tempo do *Ancien Régime*, perdeu todavia toda a independência no que diz respeito à sua *origem* e à sua *existência*.

A democracia moderna é um sistema de Governo saído do sufrágio universal, e a 'soberania do povo' manifesta-se não apenas no voto de confiança aos ministros, mas na própria composição do ministério. Eis por que não devemos ver nas novas formas do parlamentarismo encontradas nas novas Constituições alterações do parlamentarismo, mas, pelo contrário, o seu aperfeiçoamento racional." (B. Mirkine-Guetzewitch, *Les Constitutions de l'Europe nouvelle, avec dix-huit textes constitutionels*, Paris, 1928, pp. 21-22. O grifo é do autor.)

Essa consagração formal do Parlamento-soberano faz lembrar uma frase de Hegel: "A ave de Minerva levanta vôo ao cair da noite." Com isso o autor quis dizer, segundo parece, que aquilo que está chegando ao fim costuma ser enunciado de forma bem definida. Na verdade, a queda do Parlamento-rei já está preparada.

E essa queda assume várias formas. A menos interessante é o golpe de Estado segundo o modelo do 18 Brumário. A que merece nossa atenção é totalmente diversa e irrepreensivelmente constitucional.

Mas, antes de tratarmos dessa queda, examinaremos as censuras que hoje em dia vêm sendo dirigidas a esse regime e o que pode ser dito em seu favor.

A instabilidade ministerial

No sistema do parlamento-rei, os ministros são demissíveis segundo o arbítrio do Parlamento. Não há por que nos espantarmos com isso. Pertence à condição normal dos ministros que os mesmos só conservam essa qualidade enquanto gozarem da confiança do príncipe. E o ministro que não precisar dessa confiança já não é ministro, mas príncipe. Por que, então, o regime parlamentar sofreu tamanhos ataques sob esse aspecto?

Foi porque as quedas de ministros se tornaram muito freqüentes e chegavam a provocar o riso: o que é lamentável, já que as instituições políticas vivem exclusivamente da apreciação. O príncipe usava-a de maneira bastante caprichosa. Por quê? Porque era numeroso. Acontece que o próprio número era uma garantia de vigilância.

Sem dúvida pode-se dar uma garantia de durabilidade ao chefe do Governo, proporcionando-lhe uma maioria parlamentar que lhe devote um apoio incondicional. Mas onde estará nesse caso o controle?

Alain e a teoria do Governo controlado

Num texto de 1910, Alain relatou as dificuldades com que se defrontou em sua tentativa de definir a democracia: "Muitas vezes me tenho esforçado nesse sentido, mas em todas as vezes só encontrei resultados insatisfatórios, que não resistem a uma crítica severa." Outros que não davam importância a certos pontos dedicaram-se a esse trabalho com menos escrúpulos, mas os caminhos em que se embrenharam afoitamente são cheios de conseqüências. Vejamos, portanto, o trabalho de Alain, que realiza sucessivamente três abordagens diferentes.

> "Assim, por exemplo, os que definem a democracia com base na igualdade de direitos e encargos definem-na muito mal. Posso conceber uma monarquia que assegure essa igualdade. Pode-se mesmo imaginar uma tirania bastante rigorosa que mantenha a igualdade dos direitos e encargos para todos, sendo os encargos muito pesados para todos os direitos muito restritos. Se, por exemplo, a liberdade de pensamento não existisse para ninguém, isso ainda representaria uma forma de igualdade."

Diante dessa perspectiva apavorante, o autor vai ao extremo oposto:

> "Nem mesmo o sufrágio universal define a democracia. Se o papa, infalível e irresponsável, fosse eleito pelo sufrágio universal, nem por isso a Igreja seria democrática. Um tirano pode ser eleito pelo sufrágio universal, e por isso não será menos tirano. O que importa não é a origem do poder, mas o controle eficaz e contínuo que os governados exercem sobre os governantes."

Desnecessário ressaltar que com isso o autor se coloca em guarda contra as tiranias que invocam a igualdade ou o sufrágio. Mas o que será que ele nos propõe?

> "Essas observações levaram-me a pensar que a democracia não existe por si mesma. Estou convencido de que em toda Constituição há algo de monarquia, de oligarquia, de democracia, estando esses ingredientes mais ou menos equilibrados.
>
> O executivo necessariamente é monárquico. Para toda ação há necessidade de um homem que a dirige. É que a ação não pode ser regulada de antemão. É como uma batalha: cada curva do caminho exige uma decisão."

Desse parágrafo depreendemos que, quanto mais ativo se queira o poder, mais ele será levado a assumir a forma monárquica.

> "O legislativo, que sem dúvida compreende o administrativo, é necessariamente oligárquico: para regular qualquer organização precisa-se de cientistas, juristas ou engenheiros que trabalhem em pequenos grupos, cada um em sua especialidade. Quanto mais complicada seja a sociedade, mais intensamente se fará sentir essa necessidade. Por exemplo, para controlar os seguros e as mutualidades precisa-se de conhecimentos; para estabelecer impostos eqüitativos precisa-se de conhecimentos; para legislar sobre as doenças transmissíveis precisa-se de conhecimentos."

Note-se o quanto o autor se mostra realista ao salientar, no início do parágrafo, o papel da administração no processo legislativo. Para elaborar leis complexas, precisa-se dos juristas do Con-

selho de Estado; para elaborar leis relativas às atividades especializadas precisa-se de especialistas. Por via de conseqüência, causa a impressão bem viva de que a iniciativa das leis retorna à administração, e de que ela implicará cada vez mais aquilo que posteriormente veio a ser chamado de "tecnocracia".

Diante dessa leitura, porém, sentimo-nos preocupados. Onde está a democracia? perguntamos. Alain responde:

> "Onde estará então a democracia senão no terceiro poder que a ciência política ainda não definiu e que chamarei de poder controlador? Esse poder não vem a ser outra coisa senão o poder continuamente apto a demitir os reis e os especialistas, se estes não conduzirem os negócios públicos segundo o interesse do maior número. Por muito tempo esse poder tem sido exercido através das revoluções e das barricadas. Hoje em dia ele se exerce por meio da interpelação. Nessa conformidade, a democracia será um esforço perpétuo dos governados contra os abusos do poder." (Alain, *Elements d'une doctrine radicale,* Paris, 1933, pp. 151-152.)

Sentimos a importância do texto em seu conjunto. Aposto que qualquer leitor dos nossos dias se sentirá decepcionado com o último parágrafo. Então um regime democrático legal não confere outro poder ao povo senão o de livrar-se, por um processo institucional, dos governantes que não mais lhe satisfazem? É pouco, muito pouco.

Sem dúvida; mas duas observações acodem ao espírito. Primeiro, em nossos dias não faltam regimes em que esse poder de rejeição não se acha presente, e ao examinarmos esses regimes podemos apreciar o valor de um poder desse tipo. Depois, mesmo nos países em que a liberdade de expressão e de associação permite o exercício eficaz do direito de voto, não é possível aos cidadãos "demitir" seus dirigentes "instantaneamente", conforme diz Alain. Isso só se torna possível num regime em que os votos dos deputados não estejam previamente comprometidos, quando então a pressão da opinião pública poderá deslocar um número de votos suficiente para derrubar um ministério.

> "A característica das assembléias deliberantes consiste em não poderem elas substituir-se aos poderes nem escolhê-los; mas podem recusar-se a obedecer em nome do povo. Segundo os usos políticos, um voto de desconfiança equivale

a uma ameaça de greve, ameaça que os poderes nunca desprezam." (*Propos de politique,* XLVI.)

Além disso, torna-se necessário que os deputados derrubem o ministério em virtude de sua vigilância, não pela ânsia de ocupá-lo. Por isso Alain diz:

> "A verdadeira questão é saber se um deputado é eleito para fazer um ministro, ou para desfazer os ministros por meio do poder de recusa." (*Ibid.*)

E vai ainda mais longe:

> "Não pretendo suprimir a ambição; tal atitude não seria deste mundo. Mas no meu entender ela é limitada nos melhores homens por um recuo para a posição de juiz, que perfaz a consciência do homem. Imagino que o homem mais popular de uma cidade diga: 'Minha tarefa não consiste em ser deputado, mas em vigiar o deputado.' E ainda ouço o deputado dizer: 'Não fui eleito para ser ministro, mas para vigiar os ministros.' " (*Propos,* XXXIV.)

Neste ponto, afastamo-nos sensivelmente da experiência política. Mas vale a pena demorarmo-nos um pouco naquilo que pode ser designado como a doutrina moral do regime parlamentar.

Abuso de poder ou atividade inadequada?

O que se torna claro no *Propos* de Alain é que o problema que ocupa sua mente é o do abuso de poder, vale dizer, um problema que na época em que escreveu não era atual, mas apenas surgira em potencial. Enquanto isso, mostra-se pouco consciente do problema oposto, que é o da atividade insuficiente do poder, que iria manifestar-se de forma tão grave durante a Grande Depressão.

III

COMO O EXECUTIVO PASSOU A DOMINAR

Neste ponto não voltaremos ao tema do poder ativo, exposto nos capítulos anteriores (especialmente no capítulo XX). Esse poder ativo não deve encontrar obstáculos contínuos na atividade que desenvolve em prol dos seus objetivos. Procura-se alcançar a eliminação dos obstáculos por meio de uma maioria parlamentar fiel, que se comprometeu de antemão.

O sistema da maioria comprometida foi estabelecido por Joseph Chamberlain, em Birmingham. Podemos realizar um estudo mais profundo das origem do Partido controlador da maioria parlamentar na grande obra de Ostrogorski, *La Démocratie et les Partis politiques* (2 vols., 1903 e 1908).

Joseph Chamberlain

Joseph Chamberlain entra na história em virtude de sua eleição com prefeito de Birmingham, em 1873. Tem 37 anos e é um dos maiores industriais da cidade: emprega mais de dois mil assalariados. A indústria com que fez tamanha fortuna é a dos parafusos fabricados por meio de máquinas. Não se pode dizer, porém, que tenha partido do nada. Antes dele, seis gerações de sapateiros haviam, pelo trabalho e pela poupança, acumulado uma fortuna considerável, da qual lhe vieram os fundos iniciais para a empresa, por ele transformada num gigante.

Chamberlain pode ser considerado um exemplo elucidativo do sistema industrial concebido por Owen, pois seu êxito foi alcançado graças à associação da máquina com o homem (mas não sem o esmagamento de uma multidão de pequenos produtores); e ainda pode ser considerado um exemplo elucidativo do sistema industrial concebido por Saint-Simon, já que nele vemos um produtor que entra na cena política. (E sua personalidade oferece um contraste marcante com os estadistas aristocratas, que Trollope retrata na mesma época em seu romance *The Prime Minister.*) Além disso pode servir para ilustrar uma tese de Bonald, pois uma vez garantida a fortuna de sua família por meio de atividades econô-

micas, ele as abandona para dedicar-se ao serviço público; no ano subseqüente ao de sua eleição, vende sua empresa. Será apenas um estadista, tal qual, depois dele, seus filhos Austen e Neville.

O industrial que entra na vida pública: não se pode dizer que isso fosse uma singularidade na Inglaterra daquele tempo. Mas o que é peculiar a Chamberlain é o fato de que irá introduzir na política os mesmos métodos de organização e pesquisa de eficiência da indústria. Fez fortuna com a máquina: e carregará consigo "a máquina" na vida política.

Na época a cidade de Birmingham, tal qual muitas outras cidades da Inglaterra, encontra-se em estado deplorável, e isso pelas mesmas razões que hoje ocasionam os graves problemas urbanísticos. As cidades experimentaram um enorme afluxo de população, que se traduziu na desordem nos alojamentos e no congestionamento dos serviços públicos. Falando em termos mais precisos, diremos que Birmingham, que em 1800 contava 71.000 habitantes, depois disso quintuplicou sua população sem que nada tivesse sido feito para acomodar a torrente humana. Se quisermos, podemos ver nisso uma ilustração do modelo de Marx. Trata-se de um crescimento econômico ao qual o quadro — no caso um quadro físico — não está ajustado.

Tudo está por fazer. Mas como fazê-lo, se a cada passo se torna necessário entrar em negociações para obter maiorias? E quantas preocupações legítimas com as finanças urbanas, a municipalização do gás, a municipalização da água, a municipalização de consideráveis extensões de terras não virão à tona com tais discussões? E em quantas diferenças de opinião quanto às prioridades não se esbarrará? Sem dúvida Chamberlain possui uma personalidade arrebatadora, mas precisa de um apoio garantido. Como obtê-lo? Por meio de uma disciplinada maioria no Conselho Municipal, por meio de um sistema eleitoral que reduz o significado do voto, em poucas palavras, por meio de um sistema que transforma o sistema representativo, não num perigo constante para o chefe do executivo, mas num elemento de apoio permanente e garantido.

É esse o princípio da "máquina" que Chamberlain montou em Birmingham, e que se propõe a expandir no plano nacional.

A maneira como a máquina se transformou numa instituição nacional constitui matéria referente à história do Reino Unido, motivo por que aqui não a examinaremos com mais vagar[1].

---

[1] É interessante notar que Chamberlain não pôde explorar essa máquina no plano nacional, por ter rompido com seu partido em virtude da questão da Irlanda, que representava um problema de sentimento nacional.

Basta reter o essencial. Trata-se de incutir no espírito dos eleitores a idéia de que devem votar num *label,* não num indivíduo; de incutir no espírito dos candidatos admitidos ao *label* a idéia de que assumem um compromisso de disciplina parlamentar; e, por fim, retirar do *label* os parlamentares indisciplinados.

Dessa forma basta que um *label* obtenha a maioria absoluta das cadeiras no Parlamento — por mais fraco que seja — para que o Governo portador desse *label* disponha de maioria incondicional na assembléia.

Isso é excelente para que um Governo possa agir. No entanto, envolve a anulação prática do controle pela assembléia eleita. Voltando ao século XVIII, diremos que o que então se admirava no sistema inglês era o fato de que o Governo encontrava obstáculos na assembléia dos representantes. Esses obstáculos foram removidos em virtude da garantia de uma maioria leal. Dessa forma acha-se reconstituída, de forma incomparavelmente mais honrosa, exatamente a mesma libertação do obstáculo parlamentar que Walpole foi acusado de ter procurado e conseguido.

Um sistema de reserva

Deve-se concluir, diante do que acaba de ser dito, que o Governo já não encontrará obstáculos, que não haverá mais "representações" que deva levar em conta? De maneira alguma. Desde que haja liberdade de associação e liberdade sindical, uma nova representação se constitui, uma representação que apresenta uma analogia notável com a forma mais antiga de representação. Serão os delegados sindicais diferentes dos deputados à moda antiga, porta-vozes de interesses fracionários legítimos que como tais devem ser entendidos? Terão meios de se fazer ouvidos, pois poderão recusar sua colaboração nos projetos governamentais ou subordinar essa colaboração a certas condições.

Os representantes desses interesses fracionários constituem, em seu conjunto, uma representação da nação como diversidade, que completa a representação como unidade, confiada aos eleitos políticos, e que se concentra no "grande eleito": o chefe do executivo. Essa dupla configuração é como que a retomada da que tinha sido delineada na Idade Média.

A discussão do plano decorre, em essência, do funcionamento dessa dualidade: num processo geral, trata-se de acomodar todos os interesses, mais precisamente, todos aqueles que no momento são considerados legítimos. Dali resulta que numa assembléia re-

presentativa de interesses não se deve procurar a maioria, mas, por iteração, a minimização das diferentes decepções. Se houver a decisão de sacrificar certos interesses, essa decisão será política e por isso mesmo não se situa no âmbito da assembléia de interesses.

De forma alguma a política se resolve com a organização de um regime de discussão econômica e social. O acolhimento pelo Governo de interesses profissionais que devem ser assegurados não garante qualquer controle democrático de suas decisões mais importantes. Não há dúvida de que atualmente esse controle se torna mais simples nos grandes países democráticos — Inglaterra, Estados Unidos e França — do que era no início do século.

O problema das instituições políticas nem de longe está resolvido. Neste ponto, cabe citar uma página de Augustin Cournot, escrita em 1861:

> "A ciência da economia social tem em vista principalmente os interesses, enquanto a política se liga principalmente aos movimentos apaixonados do coração humano.
>
> O desenvolvimento da civilização, pela extrema divisão do trabalho, pelo crescimento da população e pela formação de grandes Estados, e sobretudo pelo nivelamento progressivo das condições, fez com que os povos criassem instituições militares, financeiras, administrativas, muitas vezes mais complicadas e sempre mais regulares e mais sábias: mas, no que diz respeito à política, retornarão por outros caminhos à simplicidade dos tempos primitivos.
>
> O sistema de administração de Diocleciano era mais sabiamente, se não mais habilmente combinado que o de Augusto, e é provável que o rei Sérvio, ao qual os romanos deviam em grande parte sua organização política, não tivesse a menor idéia daquilo que costumamos chamar de administração; mas, em compensação, o direito político da Roma sacerdotal e patrícia era muito mais complicado que o da Roma dominadora do mundo governada por Augusto e Diocleciano.
>
> Mas será que, depois de tantos aperfeiçoamentos dos mecanismos da sociedade, devemos reconhecer que há outros que a razão é incapaz de discernir? Não se poderá dizer daqueles cuja função consiste em nomear e dirigir soberanamente os juízes, os magistrados, os oficiais da força pública, os prepostos de toda espécie a mesma coisa que se diz destes? E será o mais eminente de todos os serviços públicos o único cuja organização não comporta nenhum pro-

gresso racional, nem o aperfeiçoamento indefinido que pode realizar-se e de fato se realiza em todos os ramos desses serviços [p. 529] ?

De nossa parte não hesitamos em admitir essa exceção singular que resulta, de um lado, da necessidade de colocar acima de todas as instituições socias um poder soberano e, de outro lado, da impossibilidade de definir a soberania, ou de atribuir ao poder soberano uma origem e uma forma que resistam à crítica da razão. É por isso que a razão humana se mostra insuficiente justamente naquelas coisas que mais interessam ao destino do homem."

(*Traité de l'enchaînement,* pp. 460, 461, 465.)

22.

As idéias sobre política

Se não tivemos tempo para tratar do assunto importante deste capítulo, iremos ao menos dedicar-lhe algumas linhas a título de registro.

"Fazer política" é uma expressão correntia: designa a consagração do tempo a determinada atividade. Como foi imaginada essa atividade em diversos tempos e lugares? Eis o tema que nos ocupará. Trata-se, é claro, de representações que comportam um grau extremo de simplificação, uma série de tipos ideais, como diria Weber.

Tipos ideais da monarquia absoluta e da república

No tipo ideal da monarquia absoluta não há nenhum tipo de personagem política a não ser o monarca, que exerce sobre os súditos, que se encontram em situação muito diferente, a mesma solicitude paternal, no que é esclarecido pelos conselhos e servido pelos ministros.

No tipo ideal da república clássica, a atividade constitui, essencialmente, tarefa de conselhos eleitos, que provêm de assembléias eletivas. Os conselhos eleitos garantem a gestão coletiva dos interesses reconhecidamente comuns, por parte das assembléias eletivas. O tipo é muito bem representado pela estrutura legal das sociedades anônimas, que contam com a assembléia geral e o conselho de administração[1]. Um dos principais temas do *Contrato Social* é a usurpação das funções da assembléia pelo conselho e a constrição exercida sobre esta.

---

[1] Seria interessante discutir as implicações políticas do contraste entre o conselho de administração à moda francesa e o conselho à norte-americana, que é antes um conselho de ministros, enquanto o tipo francês está mais próximo das características de um senado.

O Estado de classe

Mas o tema da república clássica evoca outra questão. Quais são os interesses comuns geridos pelos governantes? Não se arriscam eles a gerir os interesses comuns a uma minoria da nação? É assim que Marx vê o Estado da sociedade capitalista, o Estado de classe, que é gerente e defensor dos interesses dos proprietários. O pensamento de Marx, por se haver formado sob um regime extremamente censitário, tinha bons fundamentos para falar num Estado de classe.

Será que o sufrágio universal priva o Estado de seu caráter de Estado de classe, vale dizer, de guardião dos interesses de uma classe, com exclusão e mesmo à custa das outras? Assim raciocinaram os democratas (ver o discurso de Robespierre sobre o padrão monetário.) Será que a experiência lhe deu razão? Parece que sim, mas devemos ressalvar o enérgico pronunciamento em sentido contrário de C. Wright Mills (*The Power Elite,* Nova York, 1956).

É evidente que, se os Governos trabalham por uma classe, com exclusão e à custa das outras, essas outras classes não podem reconhecer o Estado como seu e devem empenhar-se em destruí-lo ou conquistá-lo.

Em face desse postulado, a política não pode ser concebida como *gestão,* mas como *luta.* Conforme as circunstâncias encontradas pelas pessoas que a travam e, de outro lado, conforme o temperamento que apresentam, essa luta pode assumir as formas mais violentas.

Sem dúvida a atividade política sempre envolve conflitos. Antes de mais nada, há um conflito de pessoas, já que a política é uma carreira de glória: é como a concorrência entre os atores, pelo papel principal. Além disso há um conflito de julgamentos, pois as pessoas se dividem, conforme exige a consciência, quanto aos procedimentos mais adequados para alcançar os fins sobre os quais estão de acordo, ou então há uma divisão mais profunda quanto aos valores relativos dos diversos fins a serem propostos. Mas esses conflitos localizam-se num contexto de *consenso.*

A coisa é bem diferente quando se trata de uma oposição que considera o Estado fundamentalmente como o Estado do inimigo e de um meio governamental para o qual essa oposição é, em essência, a vanguarda dos invasores. Temos, no caso, um "estado de guerra política", que introduz no seio da nação, a título perma-

nente, a "moral belicosa" que habitualmente se estabelece entre nações diferentes, quando as mesmas entram em guerra.

Ao que parece Marx emprestou essa atitude à política, mas isso por um tempo bastante curto. Acreditava que a evolução do sistema capitalista reduziria toda a nação, com exceção de uma classe de proprietários que se tornaria cada vez mais restrita, a um proletariado relativamente uniforme. Dessa forma o próprio jogo do capitalismo acentuaria cada vez mais o desequilíbrio de forças entre os aproveitadores e os defensores do sistema de um lado e, de outro lado, as suas vítimas e os seus inimigos naturais[2]. A revolução se tornaria mais fácil à medida que fosse mais necessária; sem dúvida seria violenta, mas após a vitória só exigiria o uso da violência por pouco tempo, tendo em vista a identidade de interesses do número muito grande e do número muito pequeno de perdedores.

Nesse sistema de pensamento, a política deve ser "militar" por algum tempo — o tempo de luta —, mas não demorará nesse estágio. Escrevendo após a subida ao poder do partido comunista na Rússia, Antonio Gramsci acentua e prolonga o caráter militar:

> "A luta política... pode ser comparada com as guerras coloniais ou as velhas guerras de conquista, nas quais o exército vitorioso ocupa ou pretende ocupar de maneira estável todo o território conquistado ou parte dele; o exército vencido é desarmado e dispersado, mas a luta política prossegue no terreno político e no da preparação militar[3]."

A complexidade da estrutura social

É perfeitamente sabido que o desenvolvimento da economia capitalista de forma alguma levou à grande simplificação da estrutura social postulada por Marx. Sem dúvida é verdade que o funcionamento da mesma aumentou prodigiosamente a proporção da população que vive de salários, mas nem por isso se pode dizer que ela tenha estabelecido uma grande semelhança de condições entre

---

[2] Ver a crítica à previsão marxista nesse terreno em Henri de Man, *Zur Psychologie des Sozialismus*, Iena, 1926 (edição francesa intitulada *Au-de-là du marxisme*).

[3] A obra de Antonio Gramsci, um dos chefes do partido comunista italiano, foi escrita quando o mesmo se encontrava preso sob o regime de Mussolini. Ver *Œuvres choisies* (com comentários interessantes de Georges Cogniot), éd. Sociales internationales, p. 260.

todos esses assalariados. Pelo contrário, sabemos que houve o desenvolvimento considerável de uma classe média de assalariados.

Teríamos de fechar os olhos à realidade se quiséssemos negar a importância dos conflitos de interesses sócio-profissionais que se travam no dia-a-dia da política, mas de forma alguma assistimos ao surgimento de uma clivagem política fundamental baseada no antagonismo das classes. Depois de 1895, ao afastar implicitamente a revolução violenta, Engels ainda identificou expressamente a social-democracia com o proletariado. Por certo essa identificação já não seria válida para o partido social-democrata da Alemanha Federal dos nosso dias. Mas, além disso, na própria França, onde existe à esquerda do partido socialista um partido comunista importante, ativo e vigoroso, não se encontra nenhuma homogeneidade social nem em seus quadros, nem em seu eleitorado, conforme ressalta um artigo (*L'Express,* 9 de janeiro de 1967) que, quanto aos quadros, se baseia num relatório de Georges Marchais e, quanto ao eleitorado, numa pesquisa do I.F.O.P. (realizada de fevereiro a maio de 1965). O que os membros do partido têm em comum é menos uma *condição* que uma *convicção.*

Sem dúvida nossos interesses nos associam e nos dividem, mas com muito menos força que nossas paixões. Teríamos de levar muito longe o espírito de sistema para encontrar idéias classistas na origem das guerras religiosas, ou da guerra de Vendéia, ou do fenômeno mais recente que polarizou os franceses: a questão da Argélia. São as idéias que inspiram as grandes dedicações e as condutas desumanas. Que motivo classista poderia ser identificado no frenesi anti-semita?

Ao considerar os interesses de classe como mecanismos propulsores da política, Marx no fundo deixou assinalada sua participação no otimismo do século XIX. Quando os interesses estão em jogo, as coisas não chegam ao pior: junho de 36 oferece-nos um exemplo que não foi suficientemente meditado.

Poder político e opinião

O exercício do poder deve ser tanto maior quanto mais ele se realiza em benefício de uma fração menor da sociedade e à custa de uma fração maior; e deve ser tanto menor quanto mais se realiza em benefício da grande maioria e à custa de uma minoria muito pequena.

Temos aqui uma visão política geral que convence imediatamente em virtude de sua analogia com uma lei da Física.

Mais não nos convenceremos também com o enunciado seguinte, que igualmente toma o feitio de uma "lei científica"?

Se as demais circunstâncias permanecerem inalteradas, precisa-se exercer tanto mais poder quanto mais o mesmo é exercido em conformidade com as idéias menos disseminadas?

Por fim, proporemos um terceiro enunciado de "lei":

Será necessário exercer tanto mais poder quanto maior for a extensão em que se queira obrigar cada indivíduo a obedecer a uma disciplina prescrita de forma mais detalhada pelas autoridades.

Designemos os três enunciados pelas maiúsculas A, B e C. O enunciado A corresponde à doutrina marxista e promete o desaparecimento do Estado, ao menos como aparelho de comando e de constrição. O enunciado B corresponde à doutrina democrática. Entre suas numerosas aplicações está a de diferenciar a social-democracia do comunismo. (Ver a controvérsia entre Kautsky e Lênin.) Por melhores que sejam suas intenções, as atitudes adotadas pelos dirigentes são exageradamente e mesmo perigosamente autoritárias e constrangedoras se pretendem impor a realização dessas intenções ao arrepio do sentimento público. Ao enunciado B corresponde a condenação do regime comunista pelos social-democratas; e é ao mesmo enunciado que corresponde, em menor grau, a desconfiança experimentada por certos democratas em relação àquilo que eles denominam tecnocracia[4].

Por fim, o terceiro enunciado corresponde ao pensamento liberal. Mesmo que a intenção dos dirigentes seja servir à maioria, mesmo que essa intenção tenha sido aprovada em princípio pelos eleitores que lhes confiaram um mandato, ainda assim o grau de penetração do comando nas vidas individuais pode tornar-se praticamente inoportuno e a observância das prescrições detalhadas pode exigir uma pressão autoritária tão intensa que se torna insuportável.

Nenhum dos três enunciados é falso. O peso relativo que a pessoa atribui a cada um deles pode ser adotado como marco grosseiro de sua posição "ideológica".

---

[4] Veja-se, nesse sentido, a obra de Jean Meynaud. Vejam-se ainda, com um fundamento diferente, as obras de Jacques Ellul.

As classes e a elite do poder

Sem dúvida não há ninguém que hesite em condenar a parte negativa do enunciado A, em condenar o exercício de um poder sufocante para manter a posição de uma pequena minoria à custa de uma grande maioria. Pode-se duvidar, todavia, de que essa situação esteja presente nas sociedades industriais avançadas. Ela é muito mais freqüente nos países em que a industrialização capitalista é pouco desenvolvida e onde já não existe a autoridade tradicional paternalista, mas a dominação dos proprietários que vivem de rendas.

É nesses países que se verifica a identificação do Governo com a classe socialmente dominante e que não trabalha pelo progresso. É essa a situação que, segundo as informações de que dispomos, parece reinar na América Latina.

Mas será a identificação do pessoal dirigente na ordem política com a categoria colocada no topo da pirâmide econômica um fenômeno verdadeiramente generalizado?

Trata-se de um problema que oferece um interesse relevante e se reveste de um caráter bastante geral. Por maiores que sejam os contrastes entre os regimes políticos e sociais, não se conhece qualquer um em que não surja claramente um grupo político dominante, e nenhum em que não exista uma estratificação social bem pronunciada (sobre este último ponto, veja-se a obra do grande sociólogo marxista polonês Stanislaw Ossowski, edição original de 1957, edição inglesa: *Class Structure in Social Consciousness*, Londres, 1962). C. Wright Mills sustenta que o Estado é dirigido pelas mesmas pessoas que se encontram no topo da pirâmide econômica (*The Power Elite*). Robert A. Dahl (*Who Governs*? Yale, 1961) salientou que o grupo atuante na política de New Haven é diferente da elite capitalista. O valor dessa demonstração tem sido vivamente contestado. O problema foi objeto de uma importante mesa-redonda da Associação Francesa de Ciência Política (15-16 de novembro de 1963), intitulada "A classe dirigente, mito ou realidade". Só nos cabe fazer votos de que sejam publicados os excelentes relatórios então apresentados[5].

Não nos envolveremos numa discussão tão difícil, obscurecida além do mais pelos diversos significados que se podem atribuir à palavra "classe". O espírito cria as classes pela classificação, e se-

---

[5] A exposição de Pierre Hassner oferece um panorama das teorias sobre esse assunto.

gundo a classificação escolhida ele as compõe desta ou daquela forma. A classificação pela natureza da renda é de Marx; nesse sentido não há mais de uma classe e mais de uma forma de renda: o salário. A classificação norte-americana (que Marx rejeitara de antemão) baseia-se no valor da renda. Outra classificação, mais antiga, toma por base o "estado", a espécie de função exercida na sociedade. Ela exige um complemento natural que é o grau de eminência dentro do "estado". Existe uma desigualdade de consideração entre os diversos "estados" e, dentro de cada um deles, uma desigualdade de forma paretiana.

A legitimidade dos dirigentes

Tudo isso é bem complexo, mas o que mais importa são as idéias sobre a legitimidade dos dirigentes. Segundo a idéia democrática, os dirigentes são legitimados por sua harmonia com a opinião pública, que não pode ser perfeita, mas não deve ficar abaixo de certo nível. Se há um divórcio muito pronunciado, os dirigentes tornam-se ilegítimos. E com isso legitima-se o uso da força contra eles. Mas como só se recorre à força para restabelecer a harmonia dos dirigentes com a opinião, tal procedimento torna-se válido exclusivamente para a derrubada, não para a instauração da autoridade subseqüente, que deve sustentar-se por meio da harmonia restabelecida.

As coisas se passarão de outra forma se o princípio da legitimação não for democrático, mas de outra natureza. Ele será teocrático se a legitimidade provier de uma doutrina predeterminada. Nesse caso os dirigentes terão uma missão de conversão e de obtenção de fidelidade. Será a *ortodoxia que confere a legitimidade,* e o emprego da força pelos dirigentes não se torna condenável num sistema desse tipo, a não ser que cometam um "desvio" em relação à ordodoxia. No seio de um sistema de legitimação pela ortodoxia, as controvérsias doutrinárias são carregadas de condutas belicosas.

Por fim, temos a legitimação exclusivamente pela força. Ela possui um caráter bárbaro. É alarmante que essa forma de legitimação venha ganhando prestígio em nossos dias. Há alguns anos a televisão nos mostrou, numa capital cujo nome não citarei, os embaixadores das potências estrangeiras andarem a passos largos por cima de poças de sangue a fim de apresentar seus cumprimentos ao chefe de Governo entronizado graças à morte de seu antecessor.

O prestígio da violência

Falando em termos gerais, hoje em dia a idéia de atividade política encerra uma imagem de luta incomparavelmente mais acentuada que no início do século. O uso da força afigura-se menos anormal, o exercício da violência provoca menos escândalo. Até mesmo os protestos dos intelectuais dependem menos dos fatos que da cor política das vítimas; estas transformam-se em elementos de guerra psicológica.

Em face dessa militarização admitida na vida política, não surpreende que seja cada vez maior o número dos países em que o exército se transforma no fator dominante.

Tudo isso contradita as idéias que se faziam no século XX imediatamente antes do seu início (ver em sentido contrário Nietzsche).

Tal fato leva-nos a atribuir um valor simbólico ao assassino de Jaurès. Foi outro assassínio, o do arquiduque Francisco Ferdinando, que deu início à série de patranhas que lançaria a Europa na guerra de 1914. Mas o que hoje nos parece significativo é o assassínio de Jaurès. O homem que foi atacado como pacifista nas relações internacionais também era um pacifista na política interna. O vigor de suas convicções não o levava a recomendar a força e a violência para alcançar o sucesso. O assassino que feriu esse homem deu, de certa forma, o sinal de inversão dessa atitude.